



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTE – CCHLA
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PROLING
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA**

MARIA VANICE LACERDA DE MELO BARBOSA

**MODALIZAÇÃO E POLIFONIA NO GÊNERO RESENHA ACADÊMICO-CIENTÍFICA:
UM OLHAR APRECIATIVO SOBRE A VOZ DA CIÊNCIA**

**JOÃO PESSOA – PB
2015**

MARIA VANICE LACERDA DE MELO BARBOSA

**MODALIZAÇÃO E POLIFONIA NO GÊNERO RESENHA ACADÊMICA:
UM OLHAR APRECIATIVO SOBRE A VOZ DA CIÊNCIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística – PROLING, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Linguística.

Área de concentração: Teoria e Análise Linguística

Linha de Pesquisa: Linguagem, Sentido e Cognição

Orientador: Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento

**JOÃO PESSOA – PB
2015**

B238m Barbosa, Maria Vanice Lacerda de Melo.
 Modalização e polifonia no gênero resenha acadêmica: um
 olhar apreciativo sobre a voz da ciência / Maria Vanice Lacerda
 de Melo Barbosa.- João Pessoa, 2015.
 202f. : il.
 Orientador: Erivaldo Pereira do Nascimento
 Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA
 1. Linguística. 2. Teoria e análise linguística. 3. Gênero
 resenha acadêmico-científica. 4. Polifonia. 5. Modalização.
 6. Argumentação.

UFPB/BC

CDU: 801(043)

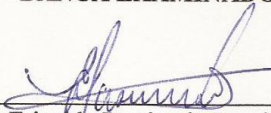
MARIA VANICE LACERDA DE MELO BARBOSA

**MODALIZAÇÃO E POLIFONIA NO GÊNERO RESENHA ACADÊMICA:
UM OLHAR APRECIATIVO SOBRE A VOZ DA CIÊNCIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística – PROLING, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Linguística.

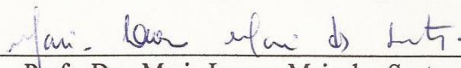
APROVADA EM: 28/08/2015

BANCA EXAMINADORA



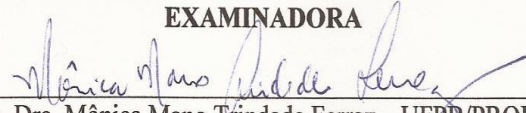
Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento – UFPB

ORIENTADOR



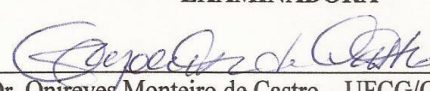
Profa. Dra. Maria Leonor Maia dos Santos – UFPB/PROLING

EXAMINADORA



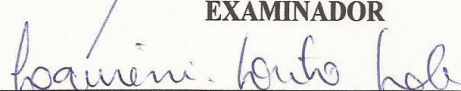
Profa. Dra. Mônica Mano Trindade Ferraz – UFPB/PROLING

EXAMINADORA



Prof. Dr. Onireves Monteiro de Castro – UFCG/CFP/PROFLETRAS

EXAMINADOR



Profa. Dra. Laurênia Souto Sales – UFPB/PROFLETRAS

EXAMINADORA

Profa. Dra. Lucienne C. Espíndola – UFPB/PROLING

SUPLENTE

Prof. Dr. Magdiel Medeiros Aragão Neto – UFPB/DLCV

SUPLENTE

Aos meus filhos, minha vida fora de mim: Fernando Filho
e Bianca Nathalya.

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, minha luz, meu socorro presente nas horas de dor e de angústia e, acima de tudo, mentor de todas as minhas realizações. Ele nunca me deixou esquecer, mesmo em meio a desertos, que sou uma de suas favoritas.

Aos **meus pais**, que sempre primaram pela educação dos filhos e souberam, com amor, carinho e apoio incondicionais, conduzi-los para a vida. Obrigada, Sr. Antônio Pedrosa e Sra. Estela de Lacerda Pedrosa, por estarem sempre presentes em minha vida!

Ao meu orientador, Prof. Dr. **Erivaldo Pereira do Nascimento**, por me aceitar como orientanda e por me fazer trilhar os caminhos da pesquisa e da construção de conhecimentos. Seus inúmeros esclarecimentos teóricos, a sua competência profissional, paciência, carinho, dedicação e leveza em conduzir os estudos foram fundamentais para a realização deste trabalho. Não poderia deixar de ressaltar a sua alegria e risadas epidêmicas, que tanto acalentaram as minhas angústias e me fizeram mais motivada a seguir suplantando as dificuldades surgidas durante o período da pesquisa.

A **Fernando Bandeira de Melo Barbosa** (*in memoriam*). Que ele esteja em paz e feliz ao lado do Senhor Deus, nosso Pai.

Aos **meus irmãos e irmãs**, pela união, pelo amor e carinho, divididos sempre. Com todos eles, compartilho esta vitória.

A minha irmã, Profa. Dra. **Ivanilda Lacerda Pedrosa**, por sempre me receber, com carinho e atenção, em sua casa, em João Pessoa. O seu apoio irrestrito tornou o meu caminhar mais leve, as viagens de 480 km menos esgotantes, os estudos menos cansativos, pois eu sabia para onde iria, após uma longa viagem, quase sem dormir. Grata imensamente, minha irmã!

Aos meus **colegas do ESAGD**, por partilharmos conhecimentos em nossas reuniões de estudo e por compartilharmos o desafio de cursar mestrado e doutorado.

A minha amiga, colega do mestrado e do doutorado, **Clécida Maria Bezerra Bessa**, pelas discussões teóricas, apoio e companheirismo. Durante essa trajetória de muito estudo, participações em congressos, publicações de pesquisas, ansiedades, angústias e medos, a nossa amizade se tornou mais forte e mais bonita.

Aos **professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística/PROLING**, pela competência, compromisso e, acima de tudo, pela dedicação ao trabalho de educadores.

À Profa. Dra. **Lucienne C. Espíndola**, sempre e eterna minha professora. Foi minha orientadora no mestrado e, hoje, coordenadora do PROLING. O mestrado passou, o doutorado sendo encerrado, mas a amizade vai continuar. Sinto-me feliz pela sua presença em minha vida.

À Profa. Ma. e Doutoranda **Maria Irisdene Batista Barreto**, por dividir angústias e também alegrias, durante o período do mestrado e doutorado e pela zelosa tradução do resumo desta tese para a língua inglesa.

Ao poeta e Prof. Me. **Carlos Gildemar Pontes**, pela relevante ajuda em recolher exemplares do *Jornal de Resenhas*, pelas leituras e discussões de algumas partes deste texto, pelo compromisso em traduzir o resumo para a língua francesa.

Às **Secretarias de Educação do Estado da Paraíba e do Município de Cajazeiras – PB**, por me concederem afastamento para os estudos.

À Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras – **FAFIC** e à Faculdade São Francisco da Paraíba – **FASP/ISEC**, pelo apoio e compreensão dispensados, nos momentos em que precisei me afastar para estudos.

Às Professoras Dras. **Mônica Mano Trindade Ferraz, Laurênia Souto Sales, Maria Leonor Maia dos Santos** e ao Prof. Dr. **Onireves Monteiro de Castro** por aceitarem fazer parte da banca examinadora desta tese. Um momento ímpar, carregado de muita tensão, mas também de emoção.

Àqueles, que, direta ou indiretamente, ajudaram para a realização deste trabalho.

A todos, muito obrigada!

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Meu agradecimento especial aos meus filhos: **Fernando Bandeira de Melo Barbosa Filho e Bianca Nathalya Bandeira de Melo Lacerda**.

Nos momentos difíceis, que não foram raros nesses últimos anos, meus filhos sempre estiveram ao meu lado, sempre alimentaram as minhas forças, expressando amor, carinho, cumplicidade e muita compreensão, principalmente quando das minhas ausências, durante as várias viagens para estudos.

A eles, minha gratidão, por serem motivação para que eu pudesse e possa caminhar sempre, mesmo em meio a tantas “pedras no caminho”.

A eles, o meu agradecimento, por serem, além de filhos, amigos em todas as horas.

A eles, todo o meu amor, porque apaziguam meus medos internos e acalentam a minha alma, com seus sorrisos serenos.

A eles, a minha esperança de vê-los em um futuro de conquistas e de muitas vitórias.

Por eles, a minha admiração, porque irradiam vida, ternura, alegria e entusiasmo.

A eles, meu sonho mais simples: uma vida de paz, de serenidade e de muita harmonia.

Fernando Filho e Bianca Nathalya, minha vida acesa pela chama do amor sublime, que somente as mães conhecem.

“O amor de mãe é tão forte, que mesmo o cordão umbilical tendo sido cortado, ela sentirá, como se não tivesse sido. Há um cordão divino unindo-a ao filho.”
(Rosalina Herai)

Por vezes, sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar, mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.

(Madre Tereza de Calcutá)

RESUMO

Ao construir um texto falado ou escrito, independente do gênero que o realize, o locutor se utiliza de recursos linguísticos como estratégias semântico-argumentativas com a finalidade de orientar o interlocutor para determinadas conclusões. A modalização e a polifonia, nesse sentido, são fenômenos que possibilitam ao locutor deixar impressa a sua subjetividade no conteúdo dos enunciados, ao mesmo tempo em que age em função de seu interlocutor. Com o foco nessa discussão, esta pesquisa objetiva investigar a modalização e a polifonia de locutores como fenômenos que revelam, linguisticamente, a subjetividade no gênero resenha acadêmico-científica, funcionando, portanto, como marcas de argumentação. Trata-se de uma investigação qualitativa, de caráter descritivo e interpretativista, que adota os princípios teórico-metodológicos da Semântica Argumentativa. O *corpus* é constituído de dez resenhas, coletadas em seis edições do *Jornal de Resenhas*, da *Discurso Editorial*, ISSN 1984-6282, publicadas nos anos de 2009, 2010 e 2012. Para as discussões teóricas concernentes à Teoria da Argumentação na Língua, embasamo-nos em Ducrot (1994, 1987, 1988), Espíndola (2004), Nascimento (2005, 2009), Koch (2006a, 2006b) entre outros que discutem a respeito da teoria em abordagem. A modalização é discutida sob os postulados de Castilho e Castilho (1993), Koch (2006b), Cervoni (1989), Nascimento (2009), Neves (2011a), Palmer (2011) e García Negroni (2011). Ainda servem de embasamento teórico, Foucault (2011), Bakhtin (2010a, 2010b), Marcuschi (2008) e outros, para as formulações acerca do gênero textual resenha. As análises revelam que os resenhistas utilizam a modalização e a polifonia de locutores como fenômenos que acabam por denunciar a subjetividade dos locutores das resenhas em relação ao ponto de vista das vozes de outros locutores, ou seja, como uma estratégia que orienta discursivamente a forma como o texto da resenha deve ser lido. O gênero resenha, nesta investigação, é visto como um lugar de interação de vozes e, portanto, de impressões subjetivas, através do qual o locutor resume, elogia, critica e avalia as mais diversas produções intelectuais acadêmicas.

Palavras-chave: Gênero resenha acadêmico-científica. Polifonia. Modalização. Locutor. Argumentação.

ABSTRACT

In order to building a spoken or written text, regardless of gender that it is being carried out, the speaker uses linguistic features such as semantic-argumentative strategies intending to guide the interlocutor to certain conclusions. The modalization and polyphony, accordingly, are phenomena that allow the speaker to leave printed his subjectivity in the content of the statements, while acting according to his interlocutor. Focusing in these discussions, this investigation aims to show that modalization and polyphony reveal, linguistically, subjectivity in the digest genre, acting therefore as argumentation features. It is a qualitative research, descriptive and interpretative, which adopts the theoretical and methodological principles of Argumentative Semantics. The corpus consists of ten digests collected in six editions of the *Jornal de Resenhas*, of the *Discurso Editorial*, ISSN 1984-6282, published in 2009, 2010 and 2012. The theoretical discussions concerning the Argumentation Theory of Language have based in Ducrot (1994, 1987, 1988), Espíndola (2004), Nascimento (2005, 2009), Koch (2006a, 2006b) and others arguing about the theory approach. The modalization is discussed under the postulates of Castilho and Castilho (1993), Koch (2006b), Cervoni (1989), Nascimento (2009), Neves (2011a), Palmer (2011) and García Negroni (2011). Besides, it was used as theoretical basis, Foucault (2011), Bakhtin (2010a, 2010b), Marcuschi (2008) and others to the formulations about the digest genre. The analysis reveals that digesters use modalization and the polyphony of speakers as phenomena that ultimately report the speakers' subjectivity in relation to the view of the voices of other speakers, that is, as a discursive strategy that guides the way the text of the digest should be read. Thus, the gender digest is defined as a place of interaction of voices and subjective impressions through which the speaker summarizes praises, criticizes and evaluates the most diverse academic intellectual productions.

Keywords: Scientific Academic Digest Gender. Polyphony. Modalization. Speaker. Argumentation.

RÉSUMÉ

Pour construire un texte parlé ou écrit, indépendamment du genre qui réalise, le locuteur utilise des fonctionnalités linguistiques comme les stratégies sémantiques argumentatif afin de guider les appelants à certaines conclusions. La modalisation et la polyphonie, en conséquence, sont des phénomènes qui permettent au locuteur laisser imprimé sa subjectivité dans le contenu des déclarations, tout en agissant en fonction de son interlocuteur. Avec l'accent dans ces discussions, cette recherche vise à étudier les annonceurs de modalité et de la polyphonie, comme des phénomènes qui révèlent, linguistiquement, la subjectivité dans le genre compte-rendu, s'agissant, de cette manière, comme des marques d'argumentation. Il est une recherche qualitative, descriptive et interprétative, qui adopte les principes théoriques et méthodologiques de la sémantique argumentative. Le corpus se compose de dix comptes-rendus dans six éditions du *Jornal de Resenhas*, imprimés par *Discurso Editorial*, ISSN 1984-6282, publiés en 2009, 2010 et 2012. Pour les discussions théoriques en concernant a la Théorie de L'argumentation de la Langue, nous fundamentons-nous en Ducrot (1994, 1987, 1988), Espíndola (2004), Nascimento (2005, 2009), Koch (2006a, 2006b) et d'autres qui discutent à propos de l'approche de la théorie. La modalisation est discuté sous les postulats de Castilho et Castilho (1993), Koch (2006b), Cervoni (1989), Nascimeto (2009), Neves (2011a), Palmer (2011) et García Negroni (2011). Et on utilise encore comme une base théorique, Foucault (2011), Bakhtin (2010a, 2010b), Marcuschi (2008) et d'autres pour les formulations sur la révision de genre. L'analyse révèle que les examinateurs utilisent la modalisation et la polyphonie des haut-parleurs comme des phénomènes qui relèvent finalement la subjectivité des intervenants des examens par rapport à la vue de la voix des autres orateurs, qui est, comme une stratégie qui guide discoursivement le chemin du texte de comme l'avis doit être lu. Le genre compte-rendu, dans cette recherche est considérée comme un lieu d'interaction des voix et impressions subjectives ainsi à travers laquelle l'orateur résume louanges, critique et évalue plus diverses productions intellectuelles academiques.

Mots-clés: Compte-rendu. Polyphony. Modalisation. Locuteur. Argument.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

CP	<i>Corpus</i> da Pesquisa
E	Enunciador
E ₁	Enunciador 1
E ₂	Enunciador 2
E ₃	Enunciador 3
E ₄	Enunciador 4
ESAGD	Estudos Semântico-Argumentativos de Gêneros do Discurso: gêneros acadêmicos e formulaicos
L	Locutor (responsável pelo enunciado)
L1	Locutor 1
L2	Locutor 2
L3	Locutor 3 etc.
masPA	Conectivo <i>mas</i> funcionando como operador argumentativo
masSN	Conectivo <i>mas</i> funcionando como retificador
P	Proposição
P1.....	Proposição 1
P2.....	Proposição 2
Q	Proposição 2
R	Resenha
R1.....	Resenha 1
R2.....	Resenha 2
R3.....	Resenha 3 etc.
RED	Relato em Estilo Direto (Sigla utilizada por Ducrot)
RD	Relato em Estilo Direto
RI	Relato em Estilo Indireto
SE	Sujeito empírico
TAL	Teoria da Argumentação na Língua
TB	Texto Base
TBs	Textos Base
TBS	Teoria dos Blocos Semânticos
X	Primeiro segmento do enunciado
X mas Y	Frase com o operador <i>mas</i> entre dois segmentos
Y	Segundo segmento do enunciado
λ	Locutor enquanto ser do mundo

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Indicações subjetivas e intersubjetivas.....	25
QUADRO 2 – Frase, enunciado, significação e sentido.....	28
QUADRO 3 – Fases da Teoria da Argumentação na Língua (TAL).....	34
QUADRO 4 – Sujeitos da Enunciação.....	40
QUADRO 5 – Movimentos retóricos do arrazoado por autoridade	55
QUADRO 6 – Mecanismo geral da autoridade polifônica.....	57
QUADRO 7 – Tipologia das modalidades.....	77

SUMÁRIO

RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
RÉSUMÉ.....	ix
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS.....	x
LISTA DE QUADROS.....	xi
1 INTRODUÇÃO.....	15
2 ARGUMENTAÇÃO E POLIFONIA.....	20
2.1 A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA: ENTENDENDO CONCEITOS.....	20
2.2 AS INDICAÇÕES OBJETIVAS, SUBJETIVAS E INTERSUBJETIVAS: É POSSÍVEL DISTINGUI-LAS EM UM ENUNCIADO?.....	22
2.3 FRASE, ENUNCIADO, SIGNIFICAÇÃO E SENTIDO: NOÇÕES SEMÂNTICAS.....	26
2.4 TEXTO, DISCURSO, LÍNGUA E ENUNCIACÃO: OUTRAS NOÇÕES EM PAUTA.....	29
2.5 A CONSTRUÇÃO DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA (TAL): DESLOCAMENTOS, AJUSTES E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	33
2.6 A TEORIA POLIFÔNICA DA ENUNCIACÃO.....	35
2.6.1 Polifonia de locutores.....	42
2.6.1.1 Discurso relatado em estilo direto <i>versus</i> Discurso relatado em estilo indireto.....	43
2.6.2 Polifonia de enunciadore: vozes que enunciam pontos de vista presentes nos discursos.....	50
2.6.3 Argumentação por Autoridade: concepções e mecanismos.....	53
2.6.3.1 Arrazoadado por autoridade: procedimentos argumentativos externos à língua.....	54

2.6.3.2 Autoridade polifônica: procedimentos argumentativos internos à língua.....	56
3 ESTUDOS SOBRE A MODALIZAÇÃO DISCURSIVA.....	60
3.1 O FENÔMENO DA MODALIZAÇÃO: IMPLICAÇÕES TEÓRICAS.....	60
3.1.1 Modalização explícita e modalização implícita.....	64
3.2 SENTIDOS DO DIZER: A TIPOLOGIA DOS MODALIZADORES.....	67
3.3 ELEMENTOS LINGÜÍSTICOS MODALIZADORES.....	78
4 CONSIDERAÇÕES DE ORDEM METODOLÓGICA.....	85
4.1 O <i>CORPUS</i>	85
4.2 COMO CHEGAMOS AO <i>JORNAL DE RESENHAS</i> ?.....	86
4.3 BREVE HISTÓRICO DO <i>JORNAL DE RESENHAS</i>	87
4.4 GÊNEROS DISCURSIVOS/TEXTUAIS: VISÃO GERAL.....	89
4.5 RESENHA: PRÁTICA DISCURSIVA NO CONTEXTO ACADÊMICO.....	93
4.5.1 Conceitos, objetivos e organização discursiva de uma resenha acadêmico-científica.....	94
4.5.2 Inserção de vozes e (in?)expressão de subjetividade na organização discursiva da resenha.....	99
4.6 CATEGORIAS DE ANÁLISES: BREVES CONSIDERAÇÕES.....	102
5 MODALIZAÇÃO E POLIFONIA NO GÊNERO RESENHA.....	108
5.1 RELATO EM ESTILO DIRETO (RD).....	108
5.1.1 RD introduzido por verbo <i>dicendi</i> não-modalizador ou por termo equivalente.....	109
5.1.2 RD introduzido por verbo <i>dicendi</i> modalizador ou por termo equivalente.....	112
5.1.3 RD corroborando o RI.....	118
5.2 RELATO EM ESTILO INDIRETO (RI).....	123

5.2.1 RI introduzido por verbo <i>dicendi</i> não-modalizador ou por termo equivalente.....	124
5.2.2 RI introduzido por verbo <i>dicendi</i> modalizador ou por termo equivalente.....	128
5.3 ASPAS.....	134
5.4 COOCORRÊNCIA DE DIFERENTES FENÔMENOS POLIFÔNICOS: ASPAS, RD E RI.....	143
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
REFERÊNCIAS.....	155
ANEXOS.....	159
ANEXO A: Recortes textuais – Jornal de Resenhas 2009.....	160
ANEXO B: Recortes textuais – Jornal de Resenhas 2010.....	165
ANEXO C: Recortes textuais – Jornal de Resenhas 2012.....	169
ANEXO D: Resenhas na íntegra.....	175

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a Modalização Discursiva, desenvolvidos por diversos linguistas, entre eles Ataliba Teixeira de Castilho e Célia Maria Moraes de Castilho, Jean Cervoni, Frank Robert Palmer e Maria Helena de Moura Neves, bem como sobre a Teoria da Argumentação na Língua, desenvolvidos por Oswald Ducrot e colaboradores, têm sido ponto de apoio teórico para o desenvolvimento de tantos outros estudos que buscam descrever o dizer e o dito. Esses estudos vêm se ampliando de forma relevante e sendo reconhecidos em razão das valiosas contribuições para se entender o funcionamento da linguagem.

A atenção dispensada, nesse campo de estudos (o funcionamento da linguagem), busca conhecer como o falante usa a língua, interativamente, em variados âmbitos sociais. A linguagem, nesse sentido, não é vista apenas como forma de comunicação, pois, através do dizer, o falante expressa a sua subjetividade, ou seja, a sua atitude perante o que foi apresentado no enunciado. Logo, para que a atitude do falante fique orientada discursivamente, uma multiplicidade de recursos linguísticos é acionada, a exemplo dos elementos modalizadores e dos indicadores da polifonia de locutores.

Na esfera acadêmica, lugar social onde circulam os mais variados gêneros discursivos, por exemplo, muito se tem observado, através de análises aplicadas sob o prisma dos estudos supramencionados, que tais textos se revestem de subjetividade e, por assim se caracterizarem, faz-se imperativo que o interlocutor/leitor os conceba como instrumentos de interação social, através dos quais o falante age e faz o outro agir. Isso significa dizer que, ao tempo em que um locutor, por meio de ações verbais, caracterizadas pela argumentatividade, deixa marcada a sua atitude perante o dito, também faz o interlocutor tomar atitudes mediante esse mesmo dito.

Dentro do quadro de textos que se movem na academia, encontra-se o gênero resenha científica. Este gênero é, também, uma prática social discursiva em que o locutor organiza o discurso de forma que neles fiquem impressas marcas argumentativas. Para tanto, fenômenos como a modalização e a polifonia de locutores são acionados pelo locutor para marcar a sua atitude, predispor efeitos de sentido e, conseqüentemente, orientar conclusões sobre o dito.

Nessa perspectiva e centrando-nos, sobretudo, na Semântica Argumentativa, sentimos a necessidade de desenvolver um estudo que possa contribuir para aumentar os

passos em direção à ampliação do terreno descritivo da argumentatividade na língua e, conseqüentemente, no discurso. Trata-se de uma investigação que privilegia o gênero discursivo resenha, produzido nas academias. O nosso ponto de partida situa-se na hipótese de que a modalização e a polifonia de locutores são fenômenos que atuam de forma concomitante no gênero resenha, deixando impressa a subjetividade do locutor resenhista ao avaliar o discurso alheio, qual seja, o discurso da obra resenhada.

Para a investigação proposta, elegemos como objeto específico de estudo resenha acadêmico-científicas publicadas no *Jornal de Resenhas* (especificado mais à frente) da Universidade de São Paulo – USP, escritas por professores de graduação e de pós-graduação de universidades de vários lugares do Brasil. São, portanto, gêneros já definidos como tal, produções intelectuais escritas, conforme os mecanismos de construção e as características particulares de tal gênero, ou seja, não se trata de resenhas que estão em processo de análise para serem submetidas à publicação. Ressalte-se, ainda, que são textos divulgados extensivamente em todo o Brasil.

Tendo em conta que a resenha, neste trabalho, é vista como um lugar de interação de vozes e, portanto, de impressões subjetivas, através do qual um locutor resume, elogia, critica e avalia as mais diversas produções intelectuais acadêmicas, esta pesquisa objetiva investigar a modalização e a polifonia de locutores como fenômenos que revelam, linguisticamente, a subjetividade no gênero resenha, funcionando, portanto, como marcas de argumentação. De forma mais delimitada, formulamos os seguintes objetivos: i) identificar as ocorrências da modalização e dos índices de polifonia de locutores no gênero acadêmico resenha; ii) investigar se a modalização e a polifonia de locutores se caracterizam como fenômenos que atuam conjuntamente no sentido de gerar efeitos de sentido e imprimir orientações argumentativas; iii) descrever e analisar os efeitos de sentido gerados pela ocorrência da modalização e da polifonia de locutores e iv) verificar como tais fenômenos se constituem em uma característica do estilo linguístico e da própria função do gênero.

Esta investigação é um estudo qualitativo, de caráter descritivo e interpretativista, que adota os procedimentos analíticos do projeto “Estudos Semântico-Argumentativos de Gêneros do Discurso: gêneros acadêmicos e gêneros formulaicos (ESAGD)”, ao qual se vincula.

A realização deste estudo se justifica dada a função social da linguagem, caracterizada pela argumentação, e, por assim se comportar, necessário se faz discutirmos e tentarmos compreender a subjetividade inscrita nos discursos dos sujeitos sociais, mais especificamente no discurso da resenha acadêmico-científica.

Por outro lado, o nosso trabalho assume particular relevância, haja vista que, apesar de já existirem muitos estudos que descrevem a argumentatividade em diferentes gêneros discursivos, no gênero resenha acadêmico-científica, especificamente, nada ainda foi discutido com o foco na modalização e na polifonia de locutores como fenômenos que, conjuntamente, permitem materializar linguisticamente a subjetividade de um locutor em relação ao conteúdo de um enunciado. Desenvolver uma investigação sobre esse objeto de estudo proporcionará, por conseguinte, avançar as hipóteses sobre a descrição do dizer e do dito, ou seja, do funcionamento da linguagem.

O *corpus* amplo desta pesquisa é composto de cento e sessenta (160) resenhas, coletadas em sete edições do *Jornal de Resenhas* (ISSN 1984-6282), da editora *Discurso Editorial – USP*, publicadas nos anos de 2009, 2010 e 2012, por um grupo de professores da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, ao qual se juntaram outros docentes das universidades públicas federais de vários lugares do Brasil. Cabe observar que são textos escritos por professores de universidades brasileiras, e que muitos desses professores também ministram aulas em universidades estrangeiras.

Em razão do amplo número de resenhas coletadas, adotamos como critério de seleção para as análises as resenhas de professores de diferentes componentes curriculares, bem como de professores de diferentes universidades do Brasil. Assim, obedecendo-se a esses critérios, fizemos uma triagem de 10 (dez) resenhas. Dentre esse número, catalogamos um total de 75 (setenta e cinco) recortes mais representativos das perspectivas de análise. Cada recorte encontra-se situado conforme as categorias de análises, definidas no capítulo das considerações de ordem metodológica.

Cabe esclarecer que as 10 (dez) resenhas selecionadas se mostraram suficientes para chegarmos às conclusões desta pesquisa, visto que os textos são extensos e apresentam, de maneira reiterada, os mesmos fenômenos analisados.

Para as discussões teóricas concernentes à Teoria da Argumentação na Língua, embasamo-nos em Ducrot (1994, 1987, 1988), Espíndola (2004), Nascimento (2005, 2009), Koch (2006a, 2006b) e outros que discutem a respeito da teoria em abordagem. A modalização é discutida sob os postulados de Castilho e Castilho (1993), Koch (2006b), Cervoni (1989), Nascimento (2009), Neves (2011a), Palmer (2011) e García Negroni (2011). Ainda servem de embasamento teórico, Foucault (2011), Bakhtin (2010a, 2010b), Marcuschi (2008) e outros para as formulações acerca do gênero discursivo resenha.

Referentemente à estrutura textual desta tese, convém notificar que ela está dividida em seis capítulos que apresentam conteúdos relacionados à introdução, aos aspectos teóricos e metodológicos, às análises e às considerações finais.

Neste primeiro capítulo, esclarecemos pontos acerca do tema, dos objetivos, da hipótese, da justificativa, enfim, de todo o desenvolvimento da pesquisa. O segundo capítulo traz uma discussão sobre os trabalhos de Ducrot e colaboradores, acerca da Teoria da Argumentação na Língua. Essa teoria defende que a língua é essencialmente argumentativa. Não admite, por isso, a concepção de língua como um conjunto de estruturas e regras independentes de toda enunciação e contexto. Nesse sentido, ao usar a língua, o locutor deixa registrada sua subjetividade, ou seja, suas marcas pessoais que objetivam orientar conclusões. Logo, a língua é usada argumentativamente.

Sequencialmente, no terceiro capítulo apresentamos os estudos sobre o fenômeno da modalização. Nesse capítulo, a partir de Castilho e Castilho (1993), Koch (2006b), Cervoni (1989), Nascimento (2009), Nascimento e Silva (2012), Neves (2011a) Palmer (2011) e García Negroni (2011), enfocamos detalhes sobre os conceitos de modalidade e de modalização; sobre modalização implícita e explícita; sobre a classificação dos modalizadores e sobre os elementos linguísticos modalizadores que permitem um locutor apresentar enunciados de modo a imprimir orientações conclusivas diversas em função de seu provável interlocutor.

O quarto capítulo se constitui das considerações de ordem metodológica. Nesse momento, fazemos, primeiramente, uma descrição do *corpus* da pesquisa. Sequencialmente, relatamos a nossa trajetória de chegada ao *Jornal de Resenhas*, suporte de onde coletamos o objeto de estudo: resenhas acadêmico-científicas e, logo em seguida, apresentamos o histórico do *Jornal de Resenhas*. Continuando, expomos uma visão geral acerca dos gêneros textuais/discursivos, e, assim, estreitamos para as considerações sobre o gênero resenha como prática discursiva escrita no meio acadêmico. Encerrando este capítulo, apontamos as categorias de análises, instante em que descrevemos um conjunto de ações estabelecidas para efetivarmos as investigações do *corpus* da pesquisa.

No quinto capítulo, o enfoque é dado às análises dos fragmentos textuais retirados das resenhas coletadas do *Jornal de Resenhas*. Ao final das análises de cada grupo de fenômeno discursivo, são feitas algumas discussões concernentes aos resultados obtidos. Essas discussões servem de base para as interpretações dos resultados, registradas nas considerações finais, último capítulo deste trabalho.

Para finalizar o trabalho, apresentamos as referências relativas às teorias e estudos consultados para as discussões de ordem teórica e, ainda, quatro anexos, a saber: ANEXO A: Recortes textuais – Jornal de Resenhas 2009; ANEXO B: Recortes textuais – Jornal de Resenhas 2010; ANEXO C: Recortes textuais – Jornal de Resenhas 2012 e ANEXO D: Resenhas na íntegra.

2 ARGUMENTAÇÃO E POLIFONIA

A apresentação de um enunciado¹ acontece de forma naturalmente argumentativa. Isso significa dizer, entre outras coisas, que os elementos linguísticos (marcas argumentativas) presentes no enunciado possibilitam ao interlocutor entrever o objetivo da interação. Logo, “a argumentação está naturalmente inscrita na língua”. Essa tese, premissa básica da Teoria da Argumentação na Língua, é defendida por Ducrot e colaboradores.

Neste capítulo, aludimos aos trabalhos de Ducrot e colaboradores acerca da Teoria da Argumentação na Língua, doravante TAL, que não admite a concepção de língua como um conjunto de estruturas e regras desvinculadas da enunciação e do contexto de interação. Nesse sentido, ao usar a língua, o locutor deixa registrada sua subjetividade, ou seja, suas marcas pessoais que objetivam orientar conclusões. Logo, a língua é usada argumentativamente. Esta teoria também admite que a polifonia é constitutiva da linguagem, pois o nosso discurso está impregnado de vozes dos outros, as quais são introduzidas no discurso, com o intento de manobrar os propósitos da interação.

É sobre esses aspectos que discutiremos na seção seguinte. Para as discussões de cunho teórico, embasamo-nos em Ducrot (1994, 1987, 1988) e também nas contribuições de Espíndola (2004), Nascimento (2005, 2009), Koch (2006a, 2006b) e de outros estudiosos que discutem a teoria em foco.

2.1 A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA: ENTENDENDO CONCEITOS

Sempre que ocorre um processo de interação, em determinada língua, o locutor não apenas registra dados e informações, imprime, também, pontos de vista, posições e marcas subjetivas e, ainda, provoca ações. Fica claro, assim, que, para alcançar os objetivos em um evento interativo, o locutor utiliza estruturas linguísticas verbais, faz escolhas lexicais para evocar determinadas orientações conclusivas.

O sentido de um enunciado, entretanto, não depende simplesmente da sua apresentação. É necessário observar que, se orientamos uma determinada conclusão, em contrapartida, a tarefa do interlocutor é identificar essa conclusão. Nesse sentido, em um

¹ Segundo Ducrot (1987, p. 164), enunciado é a “manifestação particular, como a ocorrência *hic et nunc* de uma frase”. Mais adiante, faremos discussões mais abrangentes a respeito das concepções de *frase* e *enunciado*, bem como de *significação* e *sentido*.

processo interativo de comunicação, o locutor age em função do interlocutor, orientando os efeitos de sentido em razão de determinadas conclusões. Nesse exercício, o locutor imprime conclusões que se espera que sejam aceitas pelo interlocutor, não como forma de ativar futuras deliberações obrigatórias, mas como uma estratégia argumentativa para atingir o efeito de sentido orientado discursivamente. Isso se evidencia numa clara demonstração de que articulamos previamente um percurso para os nossos eventos de interação, que acontecem em qualquer âmbito sociointerativo, seja virtual, seja real.

Utilizando-nos de recursos argumentativos, podemos dar ênfase, em maior ou menor grau, às orientações conclusivas para o nosso texto, ou seja, se queremos sugerir uma determinada conclusão para um enunciado, devemos procurar orientar tal conclusão.

A tese de que a argumentação consiste de forma naturalmente imprescindível na língua, ou seja, a língua em si já suscita argumentação, é uma premissa básica da Teoria da Argumentação na Língua (TAL), defendida por Ducrot e colaboradores. Acerca dessa teoria, vejamos o que diz Nascimento (2009, p. 15):

A Teoria da Argumentação proposta por Ducrot e colaboradores rejeita a concepção de língua como conjunto de estruturas e regras independentes de toda enunciação e contexto, negando a idéia de que a língua tem primeiramente uma função referencial e que o sentido do enunciado se julgue em termos de verdade ou falsidade.

A língua, portanto, não pode ser definida como um conjunto de regras desprendidas do contexto, tampouco se deve considerar que ela serve apenas para constatar ou informar, apregoando o sentido em valores de verdade ou falsidade, pois, apesar de usarmos uma estrutura linguística verbal com regras e símbolos, realizamos enunciados, observando a força argumentativa que uma determinada palavra pode exercer dentro de um contexto de interação.

A preocupação de Ducrot (1988), apesar de ser estruturalista, é mostrar que apresentar um enunciado é argumentar, pois o locutor usa a língua de forma a registrar, através da escolha do material linguístico, marcas pessoais que exprimem um subjetivismo que lhe é peculiar – o que se opõe à constatação de uma verdade ou de uma falsidade.

Ao refletir sobre as marcas argumentativas, Nascimento (2009), didaticamente, sumariza o fato de um locutor escolher um termo e não outro para o que pretende dizer ou fazer. Para este autor, a escolha realizada, dentro das possibilidades que a língua oferece, deixa assinalado o ponto de vista do locutor sobre o objeto de sua interação. A subjetividade, portanto, está impressa em todos os processos de interação do locutor que, ao expressar-se, orienta o interlocutor a admitir a aceção proposta no(s) enunciado(s).

O objetivo geral da teoria de Ducrot é negar uma concepção tradicional de sentido arraigada aos termos verdade e falsidade. Associadas a essa concepção tradicional, distinguem-se três indicações de sentido do enunciado: objetivas, subjetivas e intersubjetivas, conforme se pode observar a seguir:

La teoría que propongo está destinada a oponerse a la concepción tradicional del sentido. Generalmente en el sentido de un enunciado se distinguen tres tipos de indicaciones: objetivas, subjetivas e intersubjetivas. Las indicaciones objetivas consisten en una representación de la realidad, las subjetivas indican la actitud del locutor frente a la realidad y las intersubjetivas se refieren a las relaciones del locutor con las personas a quienes se dirige.² (DUCROT, 1988, p. 49)

Ducrot relata tais indicações de maneira crítica, na tentativa de destituir as distinções estabelecidas entre as mesmas. É, portanto, sobre as críticas de Ducrot a essas indicações que tratamos a seguir.

2.2 AS INDICAÇÕES OBJETIVAS, SUBJETIVAS E INTERSUBJETIVAS: É POSSÍVEL DISTINGUI-LAS EM UM ENUNCIADO?

Para situarmos a definição de cada uma das indicações tradicionais de sentido de um enunciado, partiremos de exemplos. Vejamos o seguinte enunciado:

(1) *Está frio lá fora.*

Neste enunciado (1), há um aspecto **objetivo**: descrever a condição do tempo – não está calor, não está ensolarado etc. – num determinado momento. Continuando, observa-se um aspecto **subjetivo**, que evidencia a atitude do locutor perante a condição do tempo: não suporto temperatura muito baixa; há ventos; está chovendo etc. Ou o contrário: não faz calor lá fora; lá fora está mais agradável do que aqui dentro etc. Finalmente, há uma indicação **intersubjetiva**, evidente no propósito comunicativo, que permite o locutor manifestar o seu

² A teoria que proponho está destinada a opor-se à concepção tradicional de sentido. Geralmente, no sentido de um enunciado se distinguem três tipos de indicações: objetiva, subjetivas e intersubjetivas. As indicações objetivas consistem em uma representação da realidade, as subjetivas indicam a atitude do locutor frente à realidade e as intersubjetivas se referem às relações do locutor com as pessoas a quem se dirige. (Tradução nossa)

desejo de não sair de casa, por exemplo, ou, ainda, conforme uma segunda orientação, propor ao interlocutor sair de casa, já que lá fora o clima está mais agradável.

Vejamos outro exemplo (retirado do *corpus* desta pesquisa (CP)³), através do qual se observam as mesmas indicações de sentido:

(2) “O livro é notável [...]” (PRIORE⁴, nov, 2012, p.11)

Assim como no caso precedente (exemplo 1), conforme a concepção tradicional de sentido, aqui criticada por Ducrot, no exemplo (2) se distinguem três tipos de indicações:

- a) **Objetiva**– que se refere à descrição do livro. Trata-se de uma representação da realidade.
- b) **Subjetiva** – que indica uma espécie de enlevo que a resenhista demonstra pelo livro. Indica a atitude do locutor perante a realidade.
- c) **Intersubjetiva** – que permite ao locutor propor ao interlocutor que, por exemplo, leia o livro, pois se trata de uma obra muito importante. Refere-se às relações do locutor com aquele(s) a quem se dirige.

Analisando os exemplos (1) e (2), notamos que, conforme a concepção tradicional de sentido, os aspectos objetivos são chamados de denotação, enquanto os aspectos subjetivos e intersubjetivos são denominados de conotação. Ducrot (1988, p. 50) afirma que o objetivo de sua teoria é desfazer a separação existente entre conotação e denotação, tendo em vista as seguintes razões:

No creo que el lenguaje ordinario posea una parte objetiva ni tampoco creo que los enunciados del lenguaje den acceso directo a la realidad; en todo caso no la describen directamente. A mi modo de ver, si el lenguaje ordinario la describe, lo hace por intermedio de los aspectos subjetivo e intersubjetivo. La manera como el lenguaje ordinario describe la realidad consiste en hacer de ella el tema de un debate entre los individuos.⁵

³ Usaremos CP sempre que mencionarmos um exemplo retirado do *corpus* da nossa pesquisa: *Jornal de Resenhas*.

⁴ Locutor da resenha *A escravidão como norma*, de onde foi retirado o enunciado. A referência completa se encontra informada no final do trabalho.

⁵ Não creio que a linguagem ordinária possua uma parte objetiva nem tampouco acho que os enunciados da linguagem deem acesso direto à realidade; em todo caso, não a descrevem diretamente. A meu modo de ver, se a linguagem ordinária a descreve, a faz por intermédio dos aspectos subjetivo e intersubjetivo. A maneira como a linguagem ordinária descreve a realidade consiste em fazer dela o tema de um debate entre os indivíduos. (Tradução nossa)

Retomando o exemplo (2), ao dizer que *o livro é notável*, o locutor descreve a obra, segundo a perspectiva tradicional de sentido. Mas, se o locutor descreve o livro, essa descrição pode estar relacionada ao fascínio pela obra e, sendo assim, o aspecto subjetivo é manifestado ao se proferir tal enunciado, pois se encontra intrínseco à estrutura linguística verbal. Dizer que o livro é notável é também permitir que o discurso seja direcionado no sentido de estimular os leitores da resenha, prováveis interlocutores, a fazer a leitura do livro; é permitir a conclusão segundo a qual a leitura do livro torna-se imprescindível. E isso está vinculado, efetivamente, ao aspecto intersubjetivo. “Resumiendo esta idea diré que para mí a la descripción (o sea el aspecto objetivo) se hace a través de la expresión de una actitud y a través también de un llamado que el locutor hace al interlocutor”⁶ (DUCROT, 1988, p. 51). Esta é a primeira razão apontada por Ducrot para negar a distinção entre os aspectos objetivos, subjetivos e intersubjetivos. A outra razão, articulada por esse autor, é expressa nos seguintes termos: “quisiera unificar los aspectos que he llamado subjetivo e intersubjetivo. Quisiera reducirlos a lo que llamo el *valor argumentativo* de los enunciados.”⁷ (DUCROT, 1988, p. 51, grifos do autor).

Os aspectos subjetivos e intersubjetivos de um enunciado não permitem ser observados de maneira distinta. Eles constituem um único acontecimento na própria aceção do enunciado. Da mesma forma, fica evidente que, na linguagem, não existe uma parte objetiva, tampouco os enunciados descrevem a realidade.

A força argumentativa de um texto ou de um discurso fica refletida, portanto, na apresentação dos enunciados, que são constituídos de argumentatividade. E, consecutivamente, ao serem apresentados, os enunciados possibilitam a continuidade do sentido, numa determinada sequência discursiva possível e norteadora do percurso interacional.

Partindo dessa constatação, verifica-se que, no exemplo (2), ao dizer que *o livro é notável*, a resenhista torna evidente que não está querendo expressar que se trata de uma obra destituída de significação, diminuta. Trata-se, na verdade, de uma obra de grande valor, expressiva, digna de leitura. Imprime-se, dessa forma, uma orientação para que se possa concluir que a leitura do livro é necessária, por exemplo. Nesse sentido, orienta-se o leitor para que sinta a necessidade de fazer a leitura do livro em relevo. “En resumen, el valor

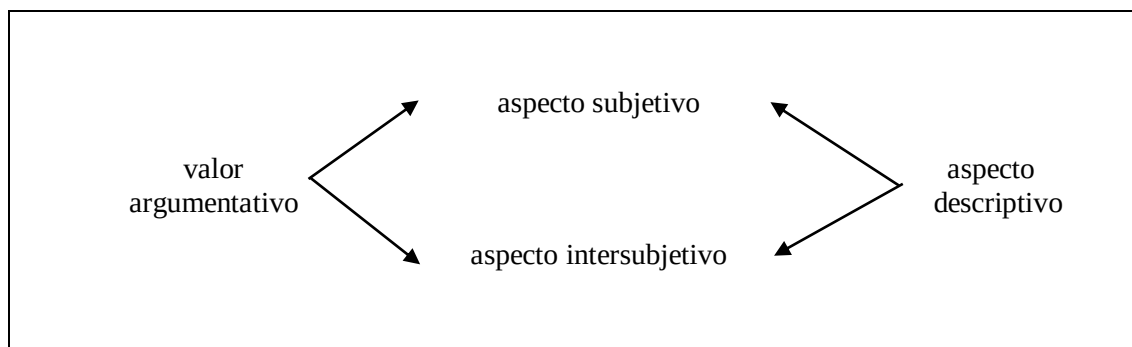
⁶ Resumindo esta ideia direi que para mim a descrição (ou seja o aspecto objetivo) se faz através da expressão de uma atitude e através também de um chamado que o locutor faz ao interlocutor. (Tradução nossa)

⁷ Gostaria de unificar os aspectos que eu chamei de subjetivo e intersubjetivo. Gostaria de reduzi-los ao que chamo o valor argumentativo dos enunciados. (Tradução nossa)

argumentativo de una palabra es el papel que pueda desempeñar en el discurso.”⁸ (DUCROT, 1988, p. 51). Por essa razão, o nível fundamental da descrição semântica é o valor argumentativo. Logo, “se podría sostener que las relaciones intersubjetivas no están sólo *al lado*, sino también en *el fondo*, en la base de datos aparentemente objetivos”⁹ (ANSCOBRE e DUCROT, 1994, p. 194 – grifos dos autores).

O quadro seguinte apresenta um esquema que ilustra a concepção de Ducrot acerca das indicações subjetivas e intersubjetivas:

QUADRO 1 – Indicações subjetivas e intersubjetivas



(FONTE: Ducrot, 1988, p. 52)

Esse gráfico demonstra que não há oposição entre as indicações subjetivas e intersubjetivas. Elas constituem o valor argumentativo dos enunciados. O aspecto descritivo também não está em oposição aos aspectos subjetivos e intersubjetivos, mas, se existe, é em função deles.

Dito isso, é necessário considerar, então, algumas noções semânticas implicadas na Teoria da Argumentação na Língua. Trata-se de entender a distinção entre *frase* e *enunciado*, bem como a distinção entre *significação* e *sentido*. As noções de *enunciação*, *língua*, *discurso* e *texto* são, também, conceitos-chave da TAL. Nesse ponto, julgamos oportuno revisitarmos o que dizem alguns estudiosos acerca de tais conceitos e, conseqüentemente, fazermos as nossas considerações sobre as referidas noções semânticas. Em vista disso, examinamos atentamente como essas concepções coagem entre si de forma extremamente necessária na TAL.

⁸ Em resumo, o valor argumentativo de uma palavra é o papel que esta pode desempenhar no discurso. (Tradução nossa)

⁹ se poderia sustentar que as relações intersubjetivas não estão somente ao lado, mas também no fundo e na base de dados aparentemente objetivos. (Tradução nossa)

2.3 FRASE, ENUNCIADO, SIGNIFICAÇÃO E SENTIDO: NOÇÕES SEMÂNTICAS

Para iniciar as discussões que nos situam sobre as noções semânticas de **frase**, **enunciado**, **significação** e **sentido**, voltemos, então, ao enunciado que foi citado no exemplo (1): *Está frio lá fora*.

Cada vez que um locutor colocar esse enunciado em cena, em seu discurso, usando exatamente a mesma estrutura linguística, não será o mesmo enunciado, serão enunciados diferentes.

Para bem esclarecer essa formulação, suponhamos que alguém diga duas, três, quatro ou mais vezes, a mesma frase. Assim fazendo, não estará repetindo um mesmo enunciado e, sim, proferindo uma sucessão de enunciados que não se confundem, ou seja, são singulares. Tais sucessões são, portanto, as ocorrências possíveis de uma única frase. Para Ducrot, (1988, p. 53), “de esto resulta que el enunciado es una realidad empírica, es lo que podemos observar cuando escuchamos hablar a la gente”.¹⁰

Conforme a concepção de enunciado, fica evidente que a frase funciona como a contrapartida para a realização de enunciado(s). Se o enunciado é a realidade empírica da frase, esta, por sua vez, é a entidade teórica, responsável pela construção dos mais variados enunciados. Nas palavras de Ducrot (1988, p. 53), a frase “es una entidad teórica. Es una construcción del lingüista que le sirve para explicar la infinidad de enunciados. Esto significa que la frase es algo que no puede ser observado: no oímos, no vemos frases. Solamente vemos y oímos enunciados”¹¹ (1988, p. 53).

Na Teoria da Argumentação na Língua, não há dúvidas, portanto, de que frase e enunciado apresentam características diferenciadas: a frase é uma entidade que pertence ao campo do abstrato, enquanto que o enunciado pertence ao campo do observável. Neste caso, convém salientar que uma língua pode ser definida como um conjunto de frases. Isso nos leva a verificar que as línguas são descritas a partir da descrição das frases dessas línguas.

Para fundamentar o que dissemos, vejamos as palavras de Ducrot (1988, p. 56): “una lengua es un conjunto de frases. La descripción de una frase consiste en el cálculo de su valor semántico”.¹²

¹⁰ Disto resulta que o enunciado é uma realidade empírica, é o que podemos observar quando escutamos pessoas falando. (Tradução nossa)

¹¹ é uma entidade teórica. É uma construção do linguista que serve para explicar a infinidade de enunciados. Isto significa dizer que a frase é algo que não pode ser observado: não ouvimos, não vemos frases. Somente vemos e ouvimos enunciados. (Tradução nossa)

¹² Uma língua é um conjunto de frases. A descrição de uma frase consiste no cálculo de seu valor semântico. (Tradução nossa)

Uma vez estabelecida a diferença entre enunciado e frase, passemos a discutir a distinção entre significação e sentido¹³. Para tanto, recorremos mais uma vez ao exemplo (1). Ao dizer *Está frio lá fora*, o locutor pode estar querendo dizer muitas coisas que não estão expressas claramente na frase, mas que podem ser observadas a partir dela, quando de sua materialização em um discurso, na forma de enunciado. O locutor pode estar tencionando exprimir, por exemplo, o interesse de sair, porque o clima está agradável, porque lá fora não faz calor. Ou o contrário: pode estar querendo manifestar o desejo de não sair, porque lá fora a temperatura encontra-se muito baixa, porque o frio está insuportável, porque, quando faz muito frio, prefere agasalhar-se e não sair para lugar algum. Cada um desses possíveis sentidos, por sua vez, estão autorizados pela significação básica da frase “fazer frio em x”.

O sentido de um enunciado está ligado diretamente à significação da frase, pois, a partir da significação, o sentido fica manifesto aos olhos do interlocutor, no uso que se é feito do enunciado, no discurso, ou seja, o interlocutor é orientado a uma conclusão a partir do enunciado que, por sua vez, possui uma significação básica relacionada à frase que o constitui.

Tomemos um exemplo que pode tornar mais inteligível o que se observa sobre **frase, enunciado, significação e sentido**. Para tanto, considerando-se um contexto em que a responsabilidade é indispensável à realização de um bom trabalho, suponhamos as seguintes afirmações:

(3) *O funcionário foi um pouco responsável.*

(4) *O funcionário foi pouco responsável.*

Esquematizando as afirmações (3) e (4) temos:

<i>X um pouco</i> <i>X pouco</i>

X um pouco traz, na sua significação, a noção de “um argumento que aponta a afirmação da totalidade”. Assim, o enunciado que tem como base essa esta frase aponta para a afirmação da responsabilidade, permitindo conclusões tais como: o funcionário deve ser mantido no seu trabalho; o funcionário não deve ser demitido etc.

¹³ Para Ducrot, significado e sentido são sinônimos.

X pouco, no entanto, aponta para uma conclusão negativa, ou seja, o enunciado que tem como base esta frase, imprime a negação da responsabilidade. As conclusões possíveis, nesse caso, podem ser: o funcionário não deve ser mantido no seu trabalho; o funcionário deve ser demitido etc. Vejamos um quadro elucidativo, por nós construído, no qual representamos os conceitos de frase, enunciado, significação e sentido:

QUADRO 2 – Frase, enunciado, significação e sentido

FRASE – <i>X um pouco</i>. ENUNCIADO – O funcionário foi um pouco responsável. SIGNIFICAÇÃO – um argumento que aponta para a afirmação (positiva) da totalidade. SENTIDO – Como o funcionário foi um pouco responsável, e isso aponta para o argumento de que houve algo de responsabilidade (afirmação da totalidade), deverá ser mantido na instituição; o funcionário não deve, portanto, ser demitido. SIGNIFICADO E SENTIDO – Realização da frase.	FRASE – <i>X pouco</i>. ENUNCIADO – O funcionário foi pouco responsável. SIGNIFICAÇÃO – um argumento que aponta para a negação da totalidade. SENTIDO – Como o funcionário foi pouco responsável, e isso aponta para o argumento de que não houve responsabilidade (negação da totalidade), não deverá ser mantido na instituição; o funcionário deve, portanto, ser demitido. SIGNIFICADO E SENTIDO – Realização da frase.
---	---

A partir das reflexões expostas e do quadro ilustrativo (Quadro 2), observamos que um enunciado possibilita dizer muito mais do que aquilo que se encontra expresso na estrutura linguística verbal. Por essa razão, dizemos que a frase guarda um valor semântico. O mesmo pode ser dito a respeito do enunciado que, ao ser realizado a partir da frase, é, também, revestido de valor semântico. Logo, segundo Ducrot (1988, p. 57), significação é o valor semântico da frase e sentido é o valor semântico do enunciado: “Por definición llamaré significación al valor semántico de la frase y sentido al valor semántico del enunciado (es decir, de la realización de la frase). La frase tiene pues una significación y el enunciado un sentido”.¹⁴

¹⁴ Por definição chamarei significação o valor semântico da frase e sentido o valor semântico do enunciado (quer dizer, da realização da frase). A frase tem pois uma significação e o enunciado um sentido. (Tradução nossa)

Outra formulação que favorece o entendimento acerca da noção de frase é a seguinte: “a *significação da frase* é, pois, somente uma construção teórica em vista do cálculo do *sentido do enunciado* [...]” (DUCROT, 1981, p. 234 – grifos do autor).

Fica evidente, portanto, que não se pode confundir frase com o que se encontra expresso literalmente, ou seja, com o “sentido literal”. A significação de uma frase permite que o interlocutor possa compreender o sentido do enunciado que não está presente, necessariamente, no material linguístico utilizado pelo locutor, mas que é construído, ou seja, evocado a partir desse material linguístico. Dessa forma, embora a frase não possua sentido, ela permite a construção de sentidos, a partir de sua significação básica.

2.4 TEXTO, DISCURSO, LÍNGUA E ENUNCIAÇÃO: OUTRAS NOÇÕES EM PAUTA

Ao sermos indagados sobre o que entendemos a respeito da noção de texto, muitas ideias nos vêm à mente, mas a que parece ser mais enfática é a de texto impresso e constituído de elementos linguísticos verbais. Isso revela que, para muitos, texto é uma unidade estritamente linguística, uma proposta de comunicação materializada em palavras, para fins meramente comunicativos. E mais, para alguns, texto é somente o que está expresso através de palavras e impresso em papel, principalmente no suporte livro. Porém o texto, como unidade linguística, pode apresentar-se materializado em estrutura linguística verbal e/ou não-verbal. Os sinais de trânsito, por exemplo, são textos não-verbais; as leis da nossa Constituição são elaboradas a partir de signos linguísticos; muitas propagandas são produzidas utilizando-se tanto do verbal quanto do não-verbal.

Guimarães (1987, p. 13) considera “o texto como uma unidade empírica com começo meio e fim”. Esta concepção nos faz perceber que um texto deve ter unidade, deve ser um todo organizado, investido de propostas semânticas e formais inteligíveis ao interlocutor. Assim, compreende-se o texto como “um discurso que se supõe ser objeto de uma única escolha, e cujo fim, por exemplo, já é previsto pelo autor no momento em que redige o começo [...]” (DUCROT, 1987, p. 166).

Todo discurso é constituído de uma cadeia de enunciados: “si tengo un discurso *D*, este puede fragmentarse en los enunciados e_1 , e_2 , e_3 etc., y cada uno de esos enunciados es la realización de una frase”¹⁵ (Ducrot, 1988, p. 53).

Para Guimarães (1987, p. 13),

na relação com o discurso, o texto não é uma unidade de sua construção. A unidade de construção do discurso é o enunciado [...]. O enunciado, unidade do discurso, é enunciado por aparecer em um texto. Mas como unidade do discurso, os enunciados podem marcar diferentes posições do sujeito no texto. E os textos podem ser formados de enunciados de discursos diferentes. Assim, um enunciado em um texto é um correlato de um *recorte* discursivo no texto. E deste modo o texto é a relação de um conjunto de recortes discursivos. (grifo do autor)

De tudo isso, percebemos, então, que um locutor discursa através de textos que pressupõem, na verdade, os discursos. Conclui-se, portanto, que o texto antecede e realiza o discurso, um fenômeno observável, constituído de uma sequência linear de enunciados (Cf. DUCROT, 1987).

A língua, por sua vez, em nossos estudos, é concebida como um conjunto de frases: “definiré una lengua como un conjunto de frases. [...]. Describir una lengua es describir las frases de esa lengua [...].”¹⁶ (DUCROT, 1988, p. 56). Logo, o conjunto de frases de uma língua constrói o discurso, definido como um encadeamento de enunciados.

Alguns autores, a exemplo de Benveniste¹⁷, quando falam de língua, concebem-na como intrinsecamente ligada à sociedade. Assim, a língua é concebida como parte social, como mais que um instrumento de comunicação de informações, mais que uma ferramenta utilizada pelo homem para fazer constatações, pois admite relações humanas, permite o homem agir e interagir sobre e com o outro de forma intencionalmente influenciável e determinante a orientações conclusivas¹⁸. “Consideremos, portanto, que a língua interpreta a sociedade. A sociedade torna-se significativa na e pela língua, a sociedade é o interpretado por excelência da língua” (BENVENISTE, 2006, p. 98).

¹⁵ Se tenho um discurso *D*, este pode fragmentar-se nos enunciados e_1 , e_2 , e_3 etc., e cada um desses enunciados é a realização de uma frase. (Tradução nossa)

¹⁶ Definirei uma língua como um conjunto de frases. [...]. Descrever uma língua é descrever as frases dessa língua. (Tradução nossa)

¹⁷ Deixamos claro, porém, que as formulações e definições de língua postuladas por Benveniste (2006) não implicam, neste estudo, oposição e/ou contradição, nem mesmo incoerência ao que define Ducrot.

¹⁸ Não é preocupação da Teoria da Argumentação na Língua estudar a língua na perspectiva sociointeracionista, pois o semanticista está apenas preocupado em descrever a língua e não em estudá-la dentro de um contexto de uso. No entanto, o adendo realizado por Espíndola (2004 – ver mais à frente) de que o uso também é argumentativo permite-nos utilizar os pressupostos da TAL na descrição e análise de diferentes gêneros discursivos, conforme apresentaremos mais adiante.

Nesse sentido, língua e sociedade são instituições intimamente interligadas. A língua se configura como prática social instaurada no ser humano, como uma instituição produtiva de sentidos, significação, de enunciações não delimitadas tampouco determinadas nos mais diversos âmbitos sociais.

Sobre a concepção de língua, Benveniste (2006, p. 99) faz a seguinte formulação:

Se a língua é instrumento de comunicação ou o instrumento da comunicação, é porque ela está investida de propriedades semânticas e porque ela funciona como uma máquina de produzir sentido, em virtude de sua própria estrutura. E aqui estamos no âmago do problema. A língua permite a produção indefinida de mensagens em variedades ilimitadas. Esta propriedade única deve-se à estrutura da língua que é composta de signos, de unidades de sentido [...].

A sociedade se expressa de forma funcional, constrói, mantém e desfaz relações fazendo uso da língua, ou seja, a sociedade interage através da língua. E, nesse exercício de comunicação, de interação, de produção de sentido(s), língua e sociedade se revelam essenciais entre si, interpretam-se – uma se reflete na outra. E ambas evoluem ininterruptamente.

Para finalizar a pauta das definições semânticas em jogo, na TAL, discutimos, a partir de então, a categoria que faz funcionar a língua, através da ação de produzir enunciados – a enunciação.

Todas as vezes que realizamos um enunciado, estamos promovendo um evento categorizado de enunciação. Ducrot (1987, p. 168), em seus estudos, traz a seguinte formulação:

O que designarei por este termo é o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo de enunciação.

Como se vê, a cada aparição de um enunciado, acontece uma enunciação única. Assim, sempre que um locutor faz uso da língua – mesmo que seja para apresentar enunciados de uma mesma frase – tem-se diferentes enunciações. Ainda podemos dizer que a enunciação é um fenômeno social, pois é na interação com o outro que se dá a aparição da mesma. Logo, o estilo, os recursos e os efeitos expressivos da enunciação são de caráter sociológico. Nesse sentido, Bakhtin (2006 [1979], p. 127) afirma que a real substância da língua se constitui

“pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações”.

Bakhtin (2006 [1979], p. 160) considera que “a língua existe não por si mesma, mas somente em conjunção com a estrutura individual de uma enunciação concreta. É apenas através da enunciação que a língua toma contato com a comunicação, imbuí-se de seu poder vital e torna-se uma realidade”. Logo, podemos afirmar que é na interação verbal que a língua se realiza.

Todas as reflexões apresentadas, a partir das noções semânticas discutidas, levam-nos a conceber que o funcionamento da nossa língua acontece nas relações sociais, nos processos interativos e que, ao apresentar um enunciado, o locutor orienta conclusões que podem ser admitidas (ou não) pelo interlocutor. Estas conclusões estão inscritas no próprio nível semântico do enunciado, ou seja, o enunciado é apresentado como sendo naturalmente argumentativo. Ao proferi-lo, o locutor deixa impresso o seu ponto de vista, a sua subjetividade, e direciona o discurso para determinadas conclusões (pretendidas ou não). As formulações descritas podem ser reforçadas evidenciando-se as palavras de Anscombe e Ducrot (1994, p. 18), que postulam que a argumentação está inscrita na própria língua: “la argumentación está inscrita en la lengua, en las frases mismas”¹⁹.

Espíndola (2004, p. 13-14) filia-se à tese supramencionada, fazendo-lhe um acréscimo:

Filio-me à tese de Anscombe-Ducrot – a língua é fundamentalmente argumentativa – à qual faço um adendo: o uso também é argumentativo. Dessa forma reescrevo a tese original dos referidos lingüistas – a língua e o seu uso são fundamentalmente argumentativos.

Conforme essa nova sistematização, tem-se a afirmação de que a argumentação não está inscrita somente na língua, mas também no uso que dela fazemos, ou seja, a língua deve ser estudada tendo em vista dois fenômenos síncronos: a estrutura e o uso.

Nesse sentido, assinalamos que o adendo de Espíndola (2004) aos estudos de Ducrot e colaboradores, sobre a argumentação na língua, abre-nos um caminho mais amplo e, ao mesmo tempo, mais específico para as nossas discussões sobre os fenômenos discursivos no gênero resenha acadêmica. Isso significa dizer que, para as nossas discussões, traremos de Ducrot o que nos interessa: postulados de que a argumentação está naturalmente inscrita na língua; que os elementos linguísticos orientam conclusões possíveis de um enunciado – tudo

¹⁹ a argumentação está inscrita na língua, nas frases mesmas. (Tradução nossa)

isso em concordância com os objetivos da interação. No entanto, estudaremos argumentatividade e os fenômenos polifônicos, no gênero resenha, considerando o que afirma a autora mencionada: “a língua e o seu uso são fundamentalmente argumentativos”.

Dito isso, fica registrado que nos interessa, em nossas abordagens e análises, um estudo sobre a língua, partindo da estrutura para o uso. Por outro lado, para chegarmos aos postulados de Espíndola, quando se chega à conclusão de que a argumentação está inscrita na língua e no uso que dela fazemos, imperativo se faz falarmos sobre a trajetória de construção da Teoria da Argumentação na Língua, na perspectiva de Ducrot e colaboradores. Passemos, pois, a examinar esse percurso.

2.5 A CONSTRUÇÃO DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA (TAL): DESLOCAMENTOS, AJUSTES E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para se chegar à conclusão de que “a língua é fundamentalmente argumentativa”, Ducrot e colaboradores fazem diversas formulações e reformulações que abrangem, inicialmente, quatro estágios evolutivos. Registre-se, porém, que os estudos sobre argumentação não estancaram no quarto estágio, pois, posteriormente a estes estágios, estudos continuaram sendo desenvolvidos e, atualmente, encontra-se em estágio de elaboração mais uma fase dos estudos sobre argumentação: a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS).

Anscombe e Ducrot (1994, p. 193) afirmam que todo o percurso dos estudos da argumentação na língua tem como base o “compromiso estruturalista de no describir la lengua como un medio de dar informaciones sobre el mundo, sino como un medio de construir discursos.”²⁰

A seguir, em um quadro resumitivo, por nós construído, a partir dos estudos de Anscombe e Ducrot (1994), realizamos um breve passeio pelas investigações sobre a argumentação na língua. A sequência de etapas de investigação adotada foi a seguinte: *Descritivismo radical*; *Descritivismo pressuposicional*; *A argumentação como constituinte da significação*; *A argumentatividade radical*. Assim, observamos a evolução de um estágio para outro e suas implicações linguísticas. Nesse quadro, apresentamos, ainda, a *Teoria dos Blocos Semânticos (TBS)*, discutida sob os pressupostos teóricos de García Negroni (2005).

²⁰ o compromisso estruturalista de não descrever a língua como um meio de dar informações sobre o mundo, mas como um meio de construir discursos. (Tradução nossa)

QUADRO 3 – Fases da Teoria da Argumentação na Língua (TAL)

<i>DESCRITIVISMO RADICAL</i>
Anscombe e Ducrot (1994, p. 199) defendem as seguintes teses: i) os encadeamentos argumentativos do discurso estão fundamentados nos fatos que os enunciados explicitam; ii) as estruturas linguísticas realizadas pelos enunciados – as frases – funcionam, antes de tudo, como descrição de fatos; iii) as informações explicitadas pelos enunciados, por um lado provêm do valor semântico das frases (valor informativo) e, por outro lado, provêm do emprego eventual a este valor de leis discursivas que se referem à veiculação da informação.
<i>DESCRITIVISMO PRESSUPOSICIONAL</i>
É um ajuste da fase anterior, uma vez que a argumentatividade ainda estava presente no nível factual. A argumentação acontece tendo em vista a distinção posto/pressuposto e sua função no encadeamento dos enunciados, e não a partir de uma propriedade especificamente argumentativa inerente à semântica das frases. Ao selecionar um determinado fato, evidenciado pelo enunciado, o locutor direciona o interlocutor para a conclusão desejada.
<i>A ARGUMENTAÇÃO COMO CONSTITUINTE DA LÍNGUA</i>
Esse momento é considerado menos como um progresso do estágio anterior e mais como uma vereda que introduz a quarta fase. A ocorrência de enunciados com indicações factuais perdura nessa etapa, porém é considerado que os movimentos argumentativos originam-se a partir de determinados elementos linguísticos presentes na estrutura da frase. Começa-se a revelar que os elementos linguísticos que determinam e introduzem a argumentação são os conectores e operadores argumentativos, ou seja, esses elementos introduzem valores argumentativos na língua. Ducrot e colaboradores também identificam que, em todas as línguas, há elementos linguísticos responsáveis pela força argumentativa nos enunciados e, ainda, começam a observar que os sentidos dos enunciados são polifônicos, ou seja, em nossos eventos comunicativos há uma pluralidade de sujeitos presentes no próprio sentido do enunciado. Assim, pois, devemos distinguir os vários sujeitos presentes nos enunciados: o locutor enquanto tal (L), responsável pela ocorrência do enunciado; o sujeito empírico (SE), responsável pela produção do enunciado; os enunciadoreis (E), responsáveis pelos pontos de vista da enunciação.
<i>A ARGUMENTATIVIDADE RADICAL</i>
A argumentação está inscrita na própria língua. A conclusão de um enunciado se explica na própria forma linguística e a significação da frase contém, em si mesma, sinalizações que permitem ao interlocutor entrever as conclusões veiculadas pelo enunciado. Nessa fase, os autores apresentam os estudos que ficaram conhecidos como a <i>Teoria dos Topoi</i>. Os <i>topoi</i> atualizam a força argumentativa do enunciado, pois, através da evocação de um princípio geral, “enunciado-conclusão”, ativa-se a conclusão relativa ao enunciado proposto no momento da interação. Ao apresentar um enunciado, o autor coloca em cena o <i>topos</i> como argumento que justifica e garante a conclusão pretendida do discurso. A trajetória de todo discurso argumentativo é articulada pelos <i>topoi</i>, também considerado “suporte do discurso argumentativo”.
<i>TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS</i>
Na fase mais recente da Teoria da argumentação na Língua, abandona-se o conceito de <i>topos</i> e passa-se a adotar uma teoria semântica não referencialista que radicaliza as noções básicas pertinentes às investigações sobre a argumentação na língua até então. Aqui, se afirma que a conclusão de um enunciado não está constituída pelas coisas, nem pelos fatos, nem pelas propriedades que ela denota, tampouco por <i>topoi</i>. A noção de argumentação está relacionada a encadeamentos discursivos. Os sentidos são caracterizados em termos de argumentação, ou seja, conforme a inserção dos enunciados em encadeamentos discursivos (Cf. NEGRONI, 2005).

Pelo quadro apresentado, é possível perceber que cada fase seguinte empreende um ajuste da fase anterior, isto é, novas descobertas advindas de investigações contínuas são transitadas para a fase seguinte. Esse passo a passo teve o objetivo de aprimorar, gradativamente, as sistematizações até, finalmente, se chegar à conclusão de que “a língua é fundamentalmente argumentativa”.

Convém ressaltar que esta pesquisa observa como a polifonia de locutores funciona evocando diferentes efeitos de sentido no gênero resenha acadêmica. Por essa razão, justifica-se uma abordagem mais ampla e mais profunda sobre o assunto (polifonia). Para tanto, mais adiante, construiremos uma seção para discutir a Teoria Polifônica de Ducrot.

2.6 A TEORIA POLIFÔNICA DA ENUNCIAÇÃO

Em sociedade, os sujeitos vivem em meio a uma múltipla variedade de textos e discursos, sejam falados ou escritos. Assim, decorre que leem, ouvem, observam, apreendem e interiorizam as vozes do outro, presentes na constituição desses textos. Naturalmente, esses discursos são introduzidos na fala, ou seja, um locutor produz enunciados, interage, provoca ações no(s) interlocutor(es) retomando o discurso do outro e entrelaçando-o à suas vozes, fazendo surgir um novo discurso. Isso significa dizer que, no discurso, faz-se ouvir diversas “vozes”, faz-se ouvir as vozes do(s) outro(s). Esse fenômeno costuma ser categorizado, por alguns estudiosos da linguagem, a exemplo de Ducrot, como polifonia enunciativa ou, ainda, como intertextualidade²¹, conforme a linguística textual.

À luz dessas informações, podemos considerar que a linguagem é construída a partir de discursos exteriores assimilados do meio social em que estamos inseridos. Esse discurso social coletivo, primeiramente, é interiorizado, tendo como alicerce os nossos conhecimentos prévios para, conseqüentemente, ser exteriorizado durante as nossas interações.

Sobre a apreensão da enunciação do outro, Bakhtin (2006 [1979], p. 153-154) tece as seguintes considerações:

Toda a essência da apreensão apreciativa da enunciação de outrem, tudo o que pode ser ideologicamente significativo tem sua apreensão no discurso interior. Aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado de palavra, ao contrário um ser cheio de palavras interiores. Toda a sua atividade mental, o que se pode chamar o “fundo perceptivo”, é

²¹ Em nossos estudos, restringimo-nos à polifonia enunciativa, visto ser assim designada por Ducrot e colaboradores, na TAL.

mediatizado para ele pelo discurso interior e é por aí que se opera a junção com o discurso apreendido do exterior. A palavra vai à palavra. É no quadro do discurso interior que se efetua a apreensão da enunciação de outrem, sua compreensão e sua apreciação, isto é, a orientação ativa do falante.

A palavra se apresenta dotada de dupla face: a do locutor e a do interlocutor. Desse modo, o sujeito sempre fala e/ou escreve, enfim, se expressa para o outro que interage e interioriza o discurso do falante. Somente assim se processa uma interação efetiva e eficaz: com a presença do outro e a partir da palavra do outro.

Por ocasião desse acontecimento, as nossas palavras são passadas de “boca em boca”, ora conservando o mesmo tom, o mesmo conteúdo, ora expressas a partir de construções em que ocorre a fusão com as palavras do falante. O que temos que observar é que, de um jeito ou de outro, veiculam sentidos compartilhados pelo locutor. Não usamos a(s) palavra(s) do outro sem que caibam nos fins interativos que fazemos acontecer. As palavras do outro e as minhas palavras constituem o meu discurso, impresso de orientações conclusivas. Nesse sentido, Bakhtin afirma que

o nosso discurso da vida prática está cheio de palavras de outros. Com algumas delas, fundimos inteiramente, a nossa voz, esquecendo-nos de quem são; com outras reforçamos as nossas próprias palavras, aceitando aquelas como autorizadas para nós; por último, revestimos terceiras das nossas próprias intenções, que são estranhas e hostis a elas. (BAKHTIN, 2010b [1981], p. 223)

Bakhtin propõe, portanto, que o discurso se materializa através da interação entre dois interlocutores ou mais, inseridos no contexto discursivo em que as palavras de um e de outro se encontram, se completam, se confundem e, por vezes, podem, inclusive, se chocar.

Todas as formulações, aqui descritas, enfocam a pluralidade enunciativa. Esta, também concebida como pluralidade de vozes, foi muito discutida por Mikhail Bakhtin e Oswald Ducrot, que questionam a ideia da unicidade do sujeito e postulam que o discurso é constituído de vozes que se entrecruzam.

Bakhtin (2010b), ao analisar os romances de Dostoiévski, é quem dá origem aos estudos polifônicos, quando traz o termo “polifonia”, utilizado para designar um tipo de composição musical em que diversas vozes se apresentam de forma independente. A polifonia constitui, assim, o caráter basilar dos romances de Dostoiévski, “o criador do romance polifônico” (BAKHTIN, 2010b [1981], p. 5).

O teórico russo, em sua obra “Problemas da poética de Dostoiévski” (2010b [1981]), coteja dois tipos de discurso: o discurso bivocal e o monovocal. Nessa perspectiva, segundo o estudioso, existem dois tipos de literatura: a literatura monológica – não polifônica –, em que se evidencia uma única voz (discurso monovocal) e a literatura polifônica, onde a voz do outro é identificada, mas não se funde com a voz do autor (discurso bivocal).

Nas obras polifônicas, conforme Bakhtin (2010b [1981]), as várias vozes que as constituem se apresentam de forma explicitada, ou seja, as vozes de outrem se deixam perceber. Logo, os textos polifônicos caracterizam-se por serem constituídos de vozes que não se disfarçam, de vozes explícitas e distintas e, nesse caso, a evocação dos conteúdos é clara e simultânea; as vozes não se sobrepõem, apenas se acrescem com o objetivo de constituir o sentido do enunciado: “*A multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plenivalentes constituem, de fato, a peculiaridade fundamental dos romances de Dostoiévski*” (BAKHTIN, 2010b, p. 4 – destaque do autor). Propõe-se, assim, que, na literatura polifônica, as vozes do herói, do narrador ou das personagens não se subordinam, não se misturam, pois todos são sujeitos do discurso e, conseqüentemente, as suas vozes são plenivalentes, possuem “independência excepcional na estrutura da obra” (Ibidem, p. 5).

A partir da noção bakhtiniana de polifonia, Oswald Ducrot principiou o desenvolvimento de uma teoria polifônica da enunciação. Porém, muito diferentemente de Mikhail Bakhtin, que usou a polifonia para estudos literários, Ducrot (1987, 1988) desenvolveu uma teoria polifônica da enunciação no campo da Linguística, ancorado na ideia de que em um único enunciado pode haver vários sujeitos que podem ser identificados através dos recursos linguísticos presentes no próprio enunciado. A partir de então, este autor adota o ponto de vista de que os próprios enunciados (e conseqüentemente todo discurso ou todo texto) são polifônicos; que o sujeito da enunciação não é único.

Segundo Ducrot (1987, 1988), a origem da enunciação pode ser única, mas a enunciação é realizada tendo em vista vários sujeitos. Em outros termos, dizemos que a enunciação pode proceder de um único sujeito, mas o acontecimento enunciativo (a enunciação) põe em cena vários sujeitos. Nessa perspectiva, Koch (2006a, p. 63) afirma que “o termo *polifonia* designa o fenômeno pelo qual, num mesmo texto, se fazem ouvir ‘vozes’ que *falam de perspectivas* ou pontos de vista diferentes com os quais o locutor se identifica ou não” (grifos da autora). Logo, em todo discurso sempre há diferentes vozes, quer sejam assimiladas ou não pelo locutor, que se apresenta como responsável por este discurso. Vejamos, a seguir, um exemplo:

(5) *O jovem me disse: eu estou feliz.*

No enunciado (5), embora a enunciação proceda de um único sujeito, observamos a existência de duas vozes. O locutor, responsável por todo o enunciado, põe em cena um segundo locutor, que é responsável pelo segmento “eu estou feliz”. Logo, no enunciado (5) se fazem ouvir duas vozes distintas, referentes a dois seres diferentes, identificados pelas duas marcas de primeira pessoa: *me* (locutor responsável pelo enunciado como um todo) e *eu* (locutor responsável pelo segundo segmento: eu estou feliz). Como se observa, “é possível que uma parte de um enunciado imputado globalmente a um primeiro locutor seja, entretanto, imputado a um segundo locutor [...]” (DUCROT, 1987, p. 185).

Segundo Carel (2011), a polifonia de Bakhtin é um fenômeno que está associado à alusão a vários conteúdos em um único enunciado, e a polifonia de Ducrot é um fenômeno que se refere à existência de diversos recursos enunciantes no interior da enunciação. Esta autora, ao se referir a essas “duas famílias” da polifonia, liga o nome de Bakhtin à “polifonia intertextual” e o nome de Ducrot à “polifonia semântica”. Sob essas concepções, a referida autora aponta a distinção entre “polifonia semântica” e “polifonia intertextual”:

Elas se distinguem, por outro lado, pela maneira como o conteúdo suplementar é evocado e pela posição do locutor em relação a esse conteúdo. Quando a polifonia é semântica, a alusão a vários conteúdos é prefigurada na significação da frase enunciada e o locutor toma posição em relação a esses conteúdos; quando a polifonia é intertextual, a alusão a vários conteúdos decorre do fato de que o conjunto de palavras faz alusão a um conjunto passado, e o locutor toma somente posição em relação ao conteúdo proposicional do conjunto novo. (CAREL, 2011, p. 28)

A polifonia, tratada por Ducrot, leva em consideração que em nossos discursos há uma pluralidade de sujeitos os quais devemos distinguir no próprio sentido dos enunciados. Esse autor identifica, portanto, diferentes indicações de sujeito: um locutor enquanto tal (L), o sujeito empírico (SE) e o enunciador (E).

O **locutor** (L) é o sujeito responsável pela ocorrência do enunciado: “*llamo locutor L a la persona presentada como responsable del enunciado*”²² (DUCROT, 1988, p. 66). Esse locutor, segundo Ducrot (1987, p. 188), divide-se em dois seres do discurso, ambos constituídos no sentido do enunciado: “o ‘locutor enquanto tal’ (por abreviação ‘L’) e o locutor enquanto ser do mundo (‘λ’)”. A partir dessa divisão, Ducrot (op. cit.) sublinha o caráter do “locutor enquanto tal”, ao postular que “L é o responsável pela enunciação,

²² chamo locutor L a pessoa que se apresenta como responsável pelo enunciado. (Tradução nossa)

considerado unicamente enquanto tendo esta propriedade”. O autor considera, nesse sentido, que L, tendo tão somente a ação de realizar o ato da enunciação, pode ser, inclusive, um ser diferente do autor efetivo do enunciado. Nas palavras de Carel (2011, p. 32), o locutor (L) “coloca os conteúdos no discurso ou o texto em curso”. Esta autora reflete ainda sobre o fato de o locutor (L), de forma indireta, assumir, concordar ou excluir a voz que carrega o conteúdo e o garante.

Procedendo à caracterização dos locutores supracitados, Ducrot (1987, p. 188) diz que “ λ é uma pessoa ‘completa’ que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado [...]”.

Retomando o enunciado (5), podemos dizer, assim, que esse enunciado tem origem no momento em que a voz representativa do pronome de primeira pessoa (eu, que remete a λ) foi enunciada. Não importa, portanto, o tempo, o contexto e nem quem, efetivamente, deu origem ao que viria ser a enunciação: “eu estou feliz”. O sujeito da origem de tal enunciação pode ser, de fato, o próprio locutor (L), ou não. Para que se diga “O jovem me disse: eu estou feliz”, é necessário que alguém (o próprio locutor ou outro ser) diga primeiramente: “eu estou feliz”. É esse ser que experimenta a alegria de estar feliz. A partir dessa primeira enunciação, origina-se outro enunciado: o enunciado (5), de responsabilidade de L.

O **sujeito empírico** (SE) é aquele responsável pela produção do enunciado. Nas palavras de Ducrot (1988, p. 66): “el productor del enunciado es el *sujeto empírico*”²³. A tarefa de determinar quem é o autor efetivo do enunciado, segundo Ducrot (1988), não é fácil. Porém, identificar o sujeito empírico e as condições externas à construção do enunciado não é objetivo do linguista semanticista. Este não está interessado em saber quem, de fato, produziu o enunciado. O que, na verdade, interessa ao semanticista é o sentido do enunciado.

O sujeito empírico de um enunciado pode ser o próprio locutor (L), poder ser outro ser distinto do locutor, no entanto passivo de identificação e, ainda, pode ser um ser impossível de ser identificado. Quando um juramentista, durante o ato de uma colação de grau, por exemplo, profere o juramento, ele está apenas realizando a enunciação de um enunciado que não foi produzido, necessariamente, por ele. Acontece que lhe entregaram um texto já elaborado para que ele fizesse a ação de proferi-lo na posição de locutor. Não há dúvida de que não foi ele o autor do texto, visto que se trata de um texto repetido, há muito, durante as solenidades de formatura dos mais diversos cursos superiores. Quem produziu o

²³ o produtor do enunciado é o sujeito empírico. (Tradução nossa)

juramento? Fica, portanto, em muitos casos, difícil de identificar o sujeito empírico de um enunciado.

Os **enunciadores** (E), por sua vez, são os responsáveis pelos pontos de vista da enunciação, ou seja, não são responsáveis nem produtores reais do enunciado: “el enunciador no es ni el presunto responsable ni el productor real del enunciado, es el responsable de los puntos de vista presentados en el enunciado”²⁴ (Ibid., p.66).

Carel (2011, p. 32), ao fazer referência ao conceito de enunciadores de Ducrot, confere-lhes a qualidade de serem “essencialmente indivíduos, frequentemente descritos [...] como fontes dos conteúdos que eles garantem, isto é, como aqueles que crêem nesses conteúdos e por meio dos quais os conteúdos são levados ao locutor”. Sendo assim, os enunciadores estão sempre investidos do papel de orientar os pontos de vista afirmados no enunciado.

Com fins didáticos, ilustramos, a seguir, os sujeitos do discurso supraexaminados, através de um quadro sumarizante, por nós construído, a partir dos estudos de Ducrot (1987; 1988) e de Nascimento (2009):

QUADRO 4 – *Sujeitos da Enunciação*

Locutor (L)	“Por definição, entendo por locutor um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado. É a ele que se refere o pronome eu e as outras marcas da primeira pessoa.” (DUCROT, 1987, p. 182). O locutor é, portanto, aquele que se responsabiliza pela estrutura linguística constituinte (material linguístico) do enunciado.
Locutor enquanto ser do mundo (‘λ’)	Este locutor responde pela origem do enunciado. Conforme Ducrot (1987), λ é o ser designado pelo pronome eu; é ele (λ) que tem o exercício de experimentar tristeza, alegria, desejo, decepção, raiva etc.
Sujeito Empírico (SE)	Concebido como o autor empírico, produtor efetivo do enunciado, nem sempre possível de ser identificado. O autor do enunciado tanto pode coincidir com o locutor, como pode ser um sujeito não acessível ²⁵ .
Enunciadores (E)	“Os enunciadores (E) são pontos de vista que o locutor apresenta em seu discurso, assumindo determinadas posições a respeito desses enunciadores.” (NASCIMENTO, 2009, p. 22). Logo, os enunciadores são os sujeitos que se expressam através da enunciação, “[...] sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles ‘falam’ é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando o seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras.” (DUCROT, 1987, p. 192).

²⁴ O enunciador não é nem o suspeito responsável nem o produtor real do enunciado, é o responsável pelos pontos de vista apresentados no enunciado.

²⁵ O semanticista está preocupado em descrever o que diz o enunciado, seus aspectos semânticos, a orientação conclusiva, o sentido. Assim, o que interessa é o que está no enunciado e não quem o produziu, conforme sugere Ducrot (1988).

Vejamos um enunciado no qual observamos os sujeitos da enunciação:

(6) *O livro pode ganhar em unidade, mas perde em sinceridade.* (Jornal de Resenhas, 2001, vol. II, p. 1077)

No enunciado (6), temos:

- Um **locutor enquanto tal (L)**, aquele que se responsabiliza pela estrutura linguística constituinte (material linguístico) do enunciado, portanto responsável pelo enunciado como um todo.
- **Quatro enunciadores** – pontos de vista – que o locutor apresenta em seu discurso e evocados pelo operador argumentativo *mas*:
 - E_1 – *O livro pode ganhar em unidade.*
 - E_2 – *O livro é bom, merece ser lido.*
 - E_3 – *Mas perde em sinceridade.*
 - E_4 – *O livro não é bom, não merece ser lido.*
- **O sujeito empírico** – produtor efetivo do enunciado. Aqui, possível de ser identificado, pois se trata do autor da resenha, Rodrigo Lacerda.

Importante destacar que, para Ducrot, o autor do enunciado é um “ser que não deve ser levado em conta por uma descrição lingüística preocupada somente com indicações semânticas contidas no enunciado.” (1987, p. 162). Adotando-se este ponto de vista, constatamos que há dois sujeitos relevantes na Teoria Polifônica: o Locutor (L) e o Enunciador (E).

A aceitação desse postulado remete-nos ao fato de que, na Semântica Argumentativa, não interessa a autoria dos enunciados, visto que o importante, no discurso, é quem se apresenta como responsável pelo enunciado, além da conclusão orientada através do material linguístico, e não quem o produziu, ou em que contexto e circunstância o enunciado foi produzido.

Locutor e enunciador são sujeitos distintos, isto é, “os enunciadores não se confundem automaticamente com o locutor.” (DUCROT, 1987, p. 142). O locutor cumpre a tarefa de apresentar o enunciado que fica destinado a manifestar os pontos de vista (os enunciadores). Nas palavras de Ducrot, “o locutor, responsável pelo enunciado, dá existência, através deste, a enunciadores de quem ele organiza os pontos de vista e as atitudes.” (1987, p. 193).

Esses pontos de vista são, na verdade, o cerne das discussões que dão relevo à polifonia de enunciadores, considerada por Ducrot, a segunda forma de polifonia. Nas seções seguintes abordamos as formas de polifonia sistematizadas por Ducrot, designadas de *Polifonia de Locutores* e *Polifonia de Enunciadores*.

2.6.1 Polifonia de locutores

Ao apresentar um enunciado, o sujeito falante se dá a conhecer como único, mas não se pode dizer que o seu discurso é constituído por uma única voz – há locutores distintos. Sob esse enfoque, dizemos que o enunciado é constituído de discursos que se fundem, ou seja, de um trançar de vozes, de diálogos que se entrecruzam.

Na polifonia de locutores há uma enunciação dupla, isto é, em um enunciado dois locutores distintos se responsabilizam pelo enunciado e se subordinam casualmente.

Retomando mais uma vez o exemplo (5) *O jovem me disse: eu estou feliz*, constatamos a presença de dois locutores (L1 e L2). Nesse exemplo, o *eu* e o *me* marcam dois locutores em 1ª pessoa. O *me* é atribuído a um locutor responsável pelo enunciado como um todo e o *eu* é atribuído a outro locutor. Ressaltamos que esse exemplo não se trata de dois enunciados sucessivos ou distintos, mas se constitui em um único enunciado de enunciação dupla. O primeiro locutor L1 = (me) é o responsável pelo enunciado como um todo e o segundo locutor L2 = (eu) é a quem se atribui o relato “eu estou feliz”.

Assim, em um enunciado, é possível perceber uma hierarquia entre locutores: no exemplo (5) há um locutor (L1) que, além de ser responsável pelo enunciado como um todo, põe em cena aquele a quem lhe é atribuída a tarefa de ser o responsável pelo segmento “Eu estou feliz”.

Esta possibilidade de desdobramento é utilizada não somente para dar a conhecer o discurso atribuído a alguém, mas também para produzir um eco imitativo [...] ou para apresentar um discurso imaginário [...]. O mesmo desdobramento do locutor permite ainda a alguém fazer-se o porta-voz de um outro e empregar, no mesmo discurso, *eus* que remetem tanto ao porta-voz, quanto à pessoa da qual é porta-voz. (DUCROT, 1987, p. 185 – grifo do autor).

Na própria terminologia *polifonia de locutores* está intrínseca a ideia de pluralidade de vozes, pluralidade de locutores ou pluralidade de responsáveis presentes no discurso.

Para se identificar a presença de outras vozes em um enunciado, existem determinados recursos indicativos de **polifonia de locutores**. Podemos citar como exemplos: o discurso relatado em estilo direto, as ocorrências colocadas entre aspas, as citações e o arrazoado por autoridade (uma das formas de argumentação por autoridade).

No discurso relatado em estilo direto, faz-se conhecer as palavras pertencentes ao autor do discurso, ou seja, deixa-se claro para o interlocutor que acontece uma mudança de locutor e que as palavras expressas não são de autoria de quem se apresenta como responsável pelo discurso (que pode admiti-las ou não) e, sim, de outro locutor. Logo, uma das finalidades é indicar que não se está utilizando as suas próprias palavras, mas as de outrem.

O fenômeno, concebido como discurso relatado²⁶, pode ser produzido tanto em relato em estilo direto (doravante RD), onde se devem encontrar, no mínimo, dois locutores distintos, quanto em relato em estilo indireto (doravante RI).

Vale salientar que, para Ducrot (1987), apenas o relato em estilo direto é considerado polifonia de locutores²⁷. O relato em estilo indireto, apesar de ser um discurso citado, não é considerado, por este autor, um caso de polifonia de locutores, visto não apresentar dupla enunciação.

Para Bakhtin (2006, p. 150), “discurso citado é o *discurso no discurso*, a *enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso*, uma *enunciação sobre a enunciação*.” Essa concepção define bem o discurso relatado, pois, sendo relatado, o discurso torna-se um discurso construído *no* e *sobre o* discurso, uma enunciação *na* e *sobre a* enunciação. A seguir, tratamos, de forma mais minudenciada, aspectos peculiares a cada estilo do discurso relatado: estilo direto e estilo indireto.

2.6.1.1 Discurso relatado em estilo direto versus Discurso relatado em estilo indireto

Como já afirmamos, o discurso relatado apresenta-se ora em **relato em estilo direto**, ora em **relato em estilo indireto**. Aquele traz à tona as palavras do outro, em forma de reprodução, ou seja, acontece uma espécie de narração “precisa”, “fiel” do discurso alheio, respeitando-se, inclusive, a estrutura linguística verbal. Dessa forma, o locutor responsável pelo discurso (L1) traz para o seu discurso palavras de L2, L3, L4 etc., ora se isentando da

²⁶ Ducrot (1987) faz uso da nomenclatura relato em estilo direto (RED). Aqui, para falar sobre o que Ducrot chama de relato em estilo direto, usaremos apenas relato direto (RD) e, para relato em estilo indireto, usaremos apenas relato indireto (RI).

²⁷ Adiante, empreenderemos uma discussão acerca dessa postulação de Ducrot.

responsabilidade das palavras empregadas (entre aspas ou com o uso do travessão) em seu discurso, ora se reconhecendo responsável pelo que o outro diz.

No discurso relatado em estilo indireto (RI), por sua vez, as palavras alheias não são reproduzidas nem narradas de maneira fiel (não ocorre uso de aspas nem de travessão), porém o locutor pode ser identificado no discurso, como sugere Nascimento (2009). Assim, sob essa formulação definicional de RI, dizemos que o locutor (L1) caracteriza-se como porta-voz do discurso alheio, muito embora se possa afirmar que esse discurso, naturalmente, pode ser o discurso que o próprio locutor adotaria como sendo seu discurso ou, em outros casos, pode também acontecer que o locutor apresente o discurso alheio, em forma de RI, como um rechaço, como uma voz inadmissível.

Ducrot (1987, p. 186) diz que há duas características peculiares referentes ao estilo direto: “a primeira, que ele tem por função informar sobre um discurso efetivamente realizado [*tenu*]. A outra, que ele contém em si mesmo os termos de um discurso suscetível de ser realizado [*tenu*] por um locutor diferente daquele que faz o relato” (grifos do autor). Essa afirmação sugere-nos entender que o discurso já realizado em outra situação (“efetivamente realizado”) pode ser, por um lado, um discurso investido de poder, seja porque dele se podem extrair conclusões imprescindíveis ao propósito de comunicação, seja porque foi dito por alguém em quem, discursivamente, se credita confiança. No entanto, por outro lado, pode ser um discurso considerado inadmissível.

Quanto ao caráter de ser admissível, pode-se dizer que esse discurso foi realizado por ser exatamente ele e não outro que tem a competência de fundamentar, firmar e justificar as palavras de L1. Concernente ao caráter de ser inadmissível, observa-se que, mesmo assim, é esse discurso que servirá para fortalecer, por exemplo, uma afirmação contrária ao discurso de L1.

Entre esses tipos de discurso existe uma diferença apontada por Ducrot (1987, p 187):

A diferença entre estilo direto e estilo indireto não é que o primeiro daria a conhecer a forma, o segundo só o conteúdo. O estilo direto pode também visar só o conteúdo, mas para fazer saber qual é o conteúdo, escolhe dar a conhecer uma fala (ou seja, uma sequência de palavras, imputada a um locutor). É suficiente, para ser exato, que este manifeste efetivamente certos traços salientes da fala relatada [...]. Porque o estilo direto implica fazer falar o outro, atribuir-lhe a responsabilidade das falas, isto não implica que sua verdade tenha uma correspondência literal, termo a termo.

Relativamente às palavras de Ducrot, a diferença entre relato em estilo direto e relato em estilo indireto está no fato de que, naquele, a fala é imputada a um locutor, ou seja, o locutor existe. Conquanto, no relato em estilo indireto existe a voz do outro, mas não há, de fato, um segundo locutor, já que para o autor este não é um caso de dupla enunciação. Daí a afirmação de Ducrot de que o relato em estilo indireto não é consagrado como uma forma de polifonia de locutores.

Nascimento (2009), ao estudar a argumentação na notícia jornalística, constata que, no RD, L1 se distancia do relato dos outros locutores evidenciados em sua fala, ou seja, na notícia jornalística, o locutor responsável pelo enunciado como um todo não assimila ou não se compromete com o discurso de L2, L3 etc. Concernente ao RI, Nascimento (ibidem) verifica que, ao trazer a voz do outro de forma indireta, o locutor (L1) toma para si o discurso alheio, responsabilizando-se pela fala do outro, em maior ou menor intensidade.

A adoção destas perspectivas, relativizadas por Nascimento, na notícia jornalística, pressupõe que, quando o locutor traz a voz de outro para o seu discurso, observa-se uma questão de maior ou menor comprometimento, uma assimilação ou um distanciamento do dizer do outro. Cabe, portanto, observar que *assimilação* e *distanciamento* são termos que definem pontualmente um e outro discurso – *assimilação* está para o discurso relatado em estilo indireto e *distanciamento* está para o discurso relatado em estilo direto. Nas palavras de Nascimento (2009, p. 27):

No estilo direto, o locutor responsável pelo discurso (L1) não se compromete com o discurso dos outros locutores introduzidos em seu discurso, uma vez que não assume a responsabilidade pelo relato dos outros locutores. No indireto, por sua vez, L1 se compromete com os relatos dos outros locutores, porque torna seu o discurso do outro, incorporando as palavras alheias e deixando de sinalizá-las (com aspas ou travessão) como tal. Logo, trata-se de uma questão de maior ou menor comprometimento, já que no estilo indireto há uma assimilação e, no direto, um distanciamento das palavras do outro.

Na visão de Nascimento (2009), ao analisar a notícia jornalística, no discurso direto, atribui-se a responsabilidade de uma parte da fala a outro locutor, pontuando, dessa forma, um maior distanciamento do ato de fala, enquanto que, no discurso indireto, a fala do outro é integrada à fala do eu, evidenciando, portanto, um menor distanciamento ou assimilação das palavras do outro. Porém, em recentes estudos desenvolvidos pelo projeto ESAGD, as análises dos últimos *corpora* mostram que “maior distanciamento” e “menor distanciamento”

não caracterizam estilo direto e estilo indireto, respectivamente. O que se verifica, na verdade, é que

a assimilação, o distanciamento e a avaliação do discurso relatado, por parte do locutor responsável pelo discurso, dão-se muito mais pela presença de outros elementos linguístico-discursivos, como as aspas de diferenciação, os verbos *dicendi*, entre outras estratégias linguístico-discursivas, do que pelo fato de esse discurso ter sido apresentado em um ou outro estilo (NASCIMENTO, 2014, p. 8)

Assim, o fato de um determinado discurso ser apresentado em estilo direto ou em estilo indireto não revela necessariamente distanciamento ou assimilação do locutor em relação ao discurso relatado. “No entanto, em ambos os casos, podemos considerar que ocorre polifonia de locutores, já que L1 atribui o discurso relatado a outro ser do discurso, explicitamente identificado e mostrado no próprio sentido do enunciado” (NASCIMENTO, 2014, p. 9).

Resumidamente, dizemos que Ducrot (1987) reserva o fenômeno da polifonia de locutores somente na ocorrência do RD, pois, no RI, o locutor, responsável pelo discurso como um todo, é porta-voz da palavra alheia e, assim sendo, não há dupla enunciação. Nascimento (2014), em nosso ponto de vista, atravessa o postulado de Ducrot, visto deixar claro que, em ambos os casos de relatos, as vozes do outro pertencem a um segundo locutor. Tais vozes, circunscritas direta (sinalizadas com aspas ou travessão) ou indiretamente (não sinalizadas) em um enunciado pertencem, de fato, a outro locutor (L2, L3, L4 etc.), possivelmente identificado no texto. Nesse sentido, não somente o RD é um fenômeno de polifonia de locutores, conforme afirma Ducrot (1987), mas também o RI (Nascimento 2014), já que, neste último, igualmente é possível identificar um segundo locutor (L2) explicitamente identificado no texto e cuja voz é expressa por L1 que, naturalmente, pode assimilá-la como sua, “apagando, na maior parte das vezes, as marcas dêiticas alheias” (NASCIMENTO, 2014, p. 9)

E, como forma de evidenciar que o locutor colocou em cena outra voz e que ocorreu, portanto, a mudança de locutores no texto, alguns recursos linguísticos são adotados na língua escrita. “As marcas mais comuns são *o travessão, as aspas, os dois pontos*, os verbos *dicendi* [...]” (NASCIMENTO, 2009, p. 24 – grifos do autor), conforme se pode ver no exemplo que segue.

- (7) *Numa tarde de verão, uma nuvem pesada e escura sombreou o lago. O verão traz tempestades, e o lago retirou-se para o seu próprio fundo, já sabendo o que viria. Nada havia a fazer, cada ser tem sua força. A nuvem escura despejou-se sobre o lago, abundante e grossa, acompanhada de ventos e raios. O lago encrespou-se, recebeu o que tinha de receber, e pôde ver, do fundo, sua bela nuvem desmanchar-se.*
 – *Ah! Vento, por que desmanchaste a minha nuvenzinha? A que outra beleza poderei dar minha superfície? A quem posso amar?* – *choramingou o lago.*
O vento assobiou e riu:
 – *Lago, não sabes que as nuvens são passageiras, principalmente, essas mais fofinhas? Muitas outras virão, não choramingues. O que se perde também se repõe de algum modo.* (ANDRADE, 2005, p. 58)

Nesse exemplo (7), existem três locutores: L1(a autora do texto, responsável pela fábula), L2 (o lago, personagem animado) e L3 (o vento, personagem animado). No primeiro relato, observamos que o discurso de L2 é diferenciado do discurso de L1, a partir do uso do travessão. Nesse caso, não aparecem os dois pontos, como ocorre quando se marca a introdução do discurso de L3, que tem sua fala introduzida pelo uso dos dois pontos e do travessão. Os discursos de L2 e de L3 aparecem em relato direto, ou seja, as palavras destes locutores são reproduzidas *ipsis litteris*.

A seguir, temos um exemplo de discurso direto em que não aparece o uso do travessão, apenas o uso dos dois pontos e das aspas como estratégia para introduzir o discurso do outro, e, por assim dizer, indicar a mudança de locutores.

- (8) *O sentido de sua visita era claro em seus pronunciamentos: “O destino do artista arranca-lhe gritos, seja de prazer ou de dor. Mas é o destino do mundo quem escolhe a linguagem desses gritos.”* (Jornal de Resenhas, 2002, vol. III, p. 2163)

No enunciado do exemplo (8), observamos dois locutores: L1 (Edson Rosa da Silva), o locutor da resenha e L2 (André Malraux), locutor do livro resenhado. No primeiro segmento do enunciado (identificado pelo não uso das aspas), o discurso é de total responsabilidade de L1. No segundo segmento (identificado pela presença de aspas e dois pontos), o discurso pertence a L2. O discurso de L2 constitui-se, portanto, em relato em estilo direto. Através do uso dos dois pontos e das aspas, L1 traz L2 para corroborar o seu discurso. Ainda podemos dizer que são as palavras de L2 que tornam mais verificável o discurso de L1.

Em se tratando do uso das aspas, julgamos importante esclarecer que, além de assinalar a presença de um segundo locutor – a exemplo da ocorrência em (8) – elas servem, também para dar a conhecer um distanciamento do locutor responsável pelo discurso como um todo (L1) com relação ao discurso de L2, L3 etc.

Koch (2007, p. 69), ao falar das aspas, diz que Authier-Revuz distingue diversas funções das mesmas, na operação de distanciamento:

aspas de diferenciação (para mostrar que nos distinguimos daquele(s) que usa(m) a palavra, que somos “irredutíveis” às palavras mencionadas; *de condescendência* (para assinalar uma palavra que se incorpora “paternalisticamente”, por saber que o interlocutor falaria assim); *pedagógicas* (no discurso de vulgarização científica, que assinalam, freqüentemente, o uso de termos ou expressões vulgares como um passo intermediário para permitir o emprego posterior da palavra “verdadeira”, “correta”, à qual o locutor adere); *de proteção* (para mostrar que as palavras ou expressões usadas não são plenamente apropriadas, que estão sendo empregadas no lugar de outras, constituindo, muitas vezes, metáforas banais); *de ênfase* (de insistência); de questionamento ofensivo ou irônico (quanto à propriedade da palavra ou expressão empregada pelo interlocutor por prudência ou por imposição da situação).

De modo frequente, “as palavras entre aspas são marcadas como pertencentes a um discurso outro; por isso, o contorno que elas traçam no discurso é revelador daquilo que o discurso tem a demarcar como ‘outro’ em relação àquilo em que ele se constitui” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 118). Dessa forma, as vozes do “outro” ficam claramente demarcadas pelas aspas – não se confundem com o discurso de L1.

Ainda sobre as aspas, Authier-Revuz (1998, p. 118) diz que no discurso científico as aspas ocorrem exercendo, paralelamente, dupla função: sobre palavras científicas e sobre palavras correntes. Ao falar com palavras científicas, o locutor tem a consciência de que não são as palavras dos leitores – são palavras de especialistas. Por outro lado, ao falar com palavras correntes, o locutor sabe que fala com as palavras dos leitores – são palavras do cotidiano e não da Ciência.

Os dois discursos (o da Ciência e o dos leitores), ao se apresentarem simultaneamente, na verdade, encadeiam-se, referem-se, reforçam-se e, ainda mais, constituem-se como partes que se complementam no decorrer da progressão textual. Não obstante, são discursos que se distanciam, ou seja, ora o discurso científico se afasta do discurso do interlocutor, ora este se distancia do discurso da Ciência.

É, então, ora a palavra científica que é designada como corpo estrangeiro relativamente à “língua” suposta do receptor, ora, ao contrário, as palavras familiares que suscitam uma tomada de distanciamento em relação à “língua” científica. Isso quer dizer que a dupla alteridade que marca o discurso da D.C. não é “adição” de dois exteriores, mas um contínuo retorno

da relação exterior/interior a seu contrário. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 118 – grifos da autora)

Pelo retrospecto feito, pode-se entrever que as aspas permitem o locutor utilizar-se do discurso do outro de forma que, mesmo numa estreita relação com o discurso do locutor, esses discursos não podem ser colocados em condição de igualdade, ou seja, não ocorre uma relação uniforme entre ambos os discursos, pois as aspas se apresentam para lembrar ao leitor que o discurso não é de autoria do locutor – há um segundo locutor presente na enunciação. Esse segundo locutor também pode ser observado no exemplo, a seguir:

(9) *O romance, observou Walter Benjamin, convida o leitor a refletir sobre o sentido de uma vida.* (Jornal de Resenhas, 2002, vol. III, p. 2134)

No exemplo (9), observamos um discurso relatado em estilo indireto. O discurso de L2 (Walter Benjamin), introduzido pelo verbo *dicendi* “observou”, é posto em cena por L1, o locutor responsável pelo enunciado como um todo (Davi Arrigucci Jr.). O segundo locutor é identificado no discurso, embora não apareçam aspas nem dois pontos. Nesse caso, o discurso de L2 não é reproduzido fielmente, uma vez que suas palavras são integradas ao próprio discurso de L1.

O que se verifica é que, ao ser construído, o RI não apresenta algumas partes constitutivas da fala do outro, ou seja, a fala do outro não é literalmente transposta para o enunciado. Algumas “abreviações, elipses, etc., possíveis no discurso direto por motivos emocionais e afetivos, não são admissíveis no discurso indireto por causa da sua tendência analítica” (BAKHTIN, 2006, p. 165). Vejamos o seguinte RI:

(10) *Daniel Filho define a busca da narrativa verossímil como essencial ao sucesso de um produto de teledramaturgia.* (Jornal de Resenhas, 2002, vol. III, p. 2160)

No exemplo (10), caso fosse trazido em relato direto, possivelmente teríamos a seguinte fala²⁸: “*A busca da narrativa verossímil é essencial ao sucesso de um produto de

²⁸ Essa fala é uma interpretação possível, ou seja, não consideramos, necessariamente, a enunciação do segundo locutor. Em alguns casos, essa possível interpretação torna-se ainda mais difícil, uma vez que, ao se transpor um discurso direto para o indireto, ocorre que podem ser apagados alguns elementos do discurso alheio, podem ocorrer, ainda, as elipses e as abreviações. É por isso que Ducrot (1987) não considera o relato em estilo indireto uma polifonia de locutores. Para esse autor, portanto, no relato em estilo indireto não há dupla enunciação, visto que, geralmente, não se pode recuperar, no sentido do próprio enunciado, as palavras de um segundo locutor.

teledramaturgia”. Como se vê, alguns elementos presentes no relato direto, não se evidenciam no relato indireto, porém neste, observamos que a fala de L2 é indiretamente expressa de forma que o conteúdo conceitual de um segundo locutor permanece admitido.

Para Bakhtin (2006, p. 165),

a tendência analítica do discurso indireto manifesta-se principalmente pelo fato de que os elementos *emocionais* e *afetivos* do discurso não são literalmente transpostos ao discurso indireto, na medida em que não são expressos no conteúdo mas nas *formas* da enunciação. Antes de entrar numa construção indireta, eles passam de formas de discurso a conteúdo ou então encontram-se transpostos na proposição principal como comentário do *verbum dicendi*. (destaques do autor)

Uma última observação – no RI não se evidencia uma transição de locutores através do uso das aspas, do travessão ou dos dois pontos, visto que, ao evocar outras vozes, o locutor assume (ou não) o conteúdo dessas vozes. Não há dúvidas de que, quando acontece a assimilação, as orientações conclusivas, presentes nas vozes evocadas, tornam mais fortes e convincentes os fins comunicativos do locutor. Cabe observar, também que, como exposto, se no RI aparece a voz do outro e, mesmo que este discurso seja assimilado ou não por L1, há um caso de polifonia de locutores, pois L2, de fato, tem seu discurso expresso e identificado, explicitamente, no texto.

2.6.2 Polifonia de enunciadores: vozes que enunciam pontos de vista presentes nos discursos

A segunda forma de polifonia descrita por Ducrot – polifonia de enunciadores – acontece quando, num mesmo enunciado, podemos identificar pontos de vista distintos colocados em cena pelo locutor responsável pelo discurso como um todo. Na medida em que este põe em cena os enunciadores, os pontos de vista vão sendo apresentados. Isso significa dizer que os pontos de vista evidenciados no discurso são exatamente os enunciadores. Tais pontos de vista podem ser assimilados, aprovados ou rechaçados pelo locutor. O locutor ainda pode ficar indiferente aos pontos de vista presentes na ação linguística. Logo, o enunciador é um sujeito que assinala, na estrutura da frase, atitudes como: afirmações, aversões, recusas, indagações, respostas negativas, agouros, anseios, exclamações, pressentimentos etc., que serão expressas pelo locutor. Assim, entende-se que o enunciador está diretamente

relacionado ao locutor, ou seja, “o enunciador está para o locutor” (DUCROT, 1987, p. 192). Este autor explicita a relação ativa da dupla locutor/enunciador da seguinte forma:

[...] o locutor, responsável pelo enunciado, dá existência através deste, a enunciadores de quem ele organiza os pontos de vista e as atitudes. E sua posição própria pode se manifestar seja porque ele se assimila a este ou aquele dos enunciadores, tomando-o por representante (o enunciador é então atualizado), seja simplesmente porque escolheu fazê-los aparecer, e que sua aparição mantém-se significativa, mesmo que ele não se assimile a eles (a existência discursiva que lhes é dada assim, o fato de que alguém assume uma certa posição, dá importância a esta posição [...] (Idem, p. 193).

Sublinhamos, então, que os enunciadores não são responsabilizados pela ação linguística, pois esta é responsabilidade de quem os coloca em cena, ou seja, o locutor que, por assim agir, se dirige ao interlocutor através de enunciador(es). A presença destes está diretamente ligada ao sentido do enunciado, isto é, o locutor traz à tona os enunciadores com a intenção de orientar o sentido pretendido do enunciado.

A negação, a pressuposição, os enunciados formulados com *masPA*, certos tipos de parafraseamento, o humor e a ironia são alguns dos exemplos de polifonia de enunciadores registrados por Ducrot. Os enunciados formulados com esses recursos apresentam “una multitud de puntos de vista diferentes y el locutor toma una multitud de actitudes en relación con esos puntos de vista”²⁹ (DUCROT, 1988, p. 68).

A título de ilustração, apresentamos, a seguir, alguns exemplos de polifonia de enunciadores:

(11) *Quero ter uma vida longa, mas tenho medo da velhice.*

No exemplo (11), frase X *masPA*, temos um exemplo de *masPA*, responsável pela orientação argumentativa do enunciado e pela ativação de polifonia, revelando, portanto, os diversos pontos de vista com os quais o locutor, ante a presença de diferentes enunciadores, pode concordar ou não.

E₁ – *Quero ter vida longa.*

E₂ – *Quero ficar velho.* (conclusão r)

E₃ – *Mas tenho medo da velhice.*

E₄ – *Não quero ficar velho.* (conclusão não-r)

²⁹ Uma infinidade de pontos de vista diferentes e o locutor toma uma infinidade de atitudes em relação a esses pontos de vista. (Tradução nossa)

Em (11), temos quatro enunciadores ou pontos de vista: E₁, que remete à conclusão manifestada por E₂; E₃, que, por sua vez, aponta a conclusão não-*r*, marcada por E₄. Temos, portanto, um locutor que aprova E₁, apresenta e assimila E₃ e, conseqüentemente, se identifica com E₄, porém rechaça E₂, ponto de vista resultante a partir da primeira proposição. Logo, temos quatro vozes (enunciadores / pontos de vista) encadeadas sequencialmente num único enunciado.

Vejamos o que diz Ducrot (1988, p. 71) acerca da análise polifônica que se deve fazer em enunciados que têm como base a frase *X masPA Y*:

La primera consigna es la siguiente: construya cuatro enunciadores. El enunciador E₁ contiene el punto de vista de X, el enunciador E₂ saca una conclusión que hay que descubrir (cuando queremos interpretar el enunciado hay que inventar esa *r*). El enunciador E₃ sostiene el punto de vista de Y y, a partir de Y, el enunciador E₄ concluye *no r*. La segunda tarea del interpretante consiste en encontrar posiciones del locutor en relación con los cuatro enunciadores.³⁰

Nesse sentido, Ducrot (1988) postula que o interpretante, diante de enunciados que têm como base a frase *X mas Y*, necessita recuperar a consigna apresentada na citação acima, que é fornecida pela significação da própria frase. Em outras palavras, a frase mesma fornece ao enunciado uma consigna de interpretação que já predispõe a existência de diferentes enunciadores e de possíveis posicionamentos que o locutor tomará com relação a esses enunciadores postos em cena no enunciado.

Vamos analisar mais um exemplo de polifonia de enunciadores:

- (12) *Em questão está agora o estatuto do conhecimento, a qualidade da investigação e também a responsabilidade política do cientista.* (Jornal de Resenhas, 2002, vol. III, p. 2296)

No exemplo (12), temos dois enunciadores:

E₁ – *O estatuto do conhecimento, a qualidade da investigação e também a responsabilidade política dos cientistas estão em questão.*

E₂ – *O estatuto do conhecimento, a qualidade da investigação e também a responsabilidade política dos cientistas não estavam em questão antes.*

³⁰ A primeira ordem é a seguinte: construir quatro enunciadores. O enunciador E₁ apresenta o ponto de vista de X, o enunciador E₂ tira uma conclusão *r* a partir de X, conclusão que tem que ser descoberta (quando queremos interpretar o enunciado temos que inventar *r*). O enunciador E₃ defende o ponto de vista de Y e, a partir de Y, o enunciador E₄ conclui *não-r*. A segunda tarefa do interpretante consiste em encontrar posições do locutor em relação aos quatro enunciadores. (Tradução nossa)

Os pontos de vista (E_1 e E_2) são ativados na própria estrutura do enunciado, através do elemento linguístico “agora”, ativador de pressuposição. Em enunciados dessa natureza, em que ocorre o fenômeno da pressuposição, é possível identificar dois posicionamentos diferentes que o locutor assume, mediante os enunciadores evocados do sentido do enunciado: assimilar o ponto de vista posto (E_1) e aprovar o pressuposto (E_2). Nesse sentido, Ducrot (1988, p. 67) afirma que a postura de L com relação ao pressuposto é de aprovação: “entonces lo que comúnmente se llama presuposición es aquello a lo cual el locutor da su aprobación y lo que se llama ‘lo afirmado’ es aquello con lo cual el locutor se identifica³¹”. (DUCROT, 1988, p. 67).

Com base no exemplo (12), verificamos que um locutor pode assumir os mais diversos pontos de vista apresentados num enunciado. As tarefas daquele que interpreta o enunciado são duas: i) distinguir os enunciadores (pontos de vista); ii) reconhecer as posições do locutor em relação aos enunciadores (pontos de vista). Ao reconhecer as posições do locutor, o interlocutor verá que o locutor ora se identifica com o enunciador, ora o rechaça e, outras vezes, o aprova.

É evidente, contudo, que o locutor, em alguns casos de polifonia, apenas apresenta os enunciadores, ou seja, apenas apresenta os pontos de vista colocados em cena através do enunciado, a exemplo do que vimos no enunciado (12). Considere-se, porém, que o fato de apresentar os enunciadores já é um ponto de vista do locutor.

2.6.3 Argumentação por Autoridade: concepções e mecanismos

Antes de discutirmos argumentação por autoridade, recordemos que o termo **polifonia** designa uma riqueza de instâncias enunciativas que se efetuam no interior de um discurso. A **polifonia** remete ao acontecimento de um coro de vozes de outros enunciadores ou locutores que, frequentemente, manifestam-se em nossos discursos. A **argumentação por autoridade**, nesse sentido, é um mecanismo que, pontualmente, se encontra na base de um discurso.

Ducrot (1987, p. 140) institui uma caracterização geral a respeito da definição de argumentação por autoridade:

³¹ Então o que comumente se chama pressuposição é aquilo ao qual o locutor dá sua aprovação e o que se chama “o afirmado” é aquilo com o qual o locutor se identifica (Tradução nossa).

Em primeiro lugar, portanto, uma caracterização geral. Eu direi que se utiliza, a propósito de uma proposição *P*, um argumento de autoridade, quando, ao mesmo tempo:

1. Indica-se que *P* já foi, é atualmente, ou poderia ser objeto de uma asserção;
2. Apresenta-se esse fato como se valorizasse a proposição *P*, como se a reforçasse, como se lhe ajuntasse um peso particular.

De acordo com a caracterização formulada por Ducrot, a voz do locutor, acrescida de outras vozes, torna mais impetuoso e relevante o ponto de vista, ou seja, as autoridades reafirmam e reforçam as palavras do locutor, valorizando a proposição e impulsionando-a a orientações conclusivas dotadas de um valor argumentativo mais forte.

Segundo Ducrot (1987), a argumentação por autoridade é verificada sob duas concepções: **autoridade polifônica** e **arrazoado por autoridade**. Aquela está cinzelada diretamente na língua, ou seja, trata-se de um mecanismo discursivo de “ancoragem linguística”. O arrazoado por autoridade, por sua vez, é uma estratégia discursiva que se processa, tendo em vista um somatório de procedimentos. Logo, “os meios linguísticos aos quais recorre não implicam, de modo algum, a utilização argumentativa que deles se faz” (DUCROT, 1987, p.140). Partindo dessas considerações, situamos mais densamente as concepções de Ducrot, a seguir.

2.6.3.1 Arrazoado por autoridade: procedimentos argumentativos externos à língua

Por vezes, ao expressar um ponto de vista, o locutor apresenta, em seu discurso, vozes de outros no intento de tornar mais firme e fundamentada a tese defendida. Essas vozes, na verdade, pertencem a seres empíricos a quem compete a responsabilidade de asseverar a tese em cena. Esse procedimento discursivo, recorrente em nossos discursos, é designado de **arrazoado por autoridade**. Essa forma de argumentação, formulada por Ducrot, acontece quando o responsável pelo discurso (L1) põe em cena o discurso de um segundo locutor (L2), ser competente e capaz de asseverar o que diz L1.

A título de exemplificação, vejamos um caso de **arrazoado por autoridade**:

- (13) *E, no entanto, esse “Guia Literário da Bíblia” é, certamente, a mais importante obra que se escreveu sobre o tema. Como diz George Steiner, a influência da Bíblia faz-se sentir em escritores como Thomas Hardy, Thomas Mann, Gide, Proust, Hemingway, Faulkner, uma lista à qual deve ser acrescentado o nome de Kafka, cujas parábolas têm evidentemente inspiração*

bíblica. De onde brota essa influência é a pergunta a que os diversos autores – todos professores universitários – se propõem a responder. (Jornal de Resenhas, 2001, vol. II, p. 1109)

No exemplo (13), trecho retirado da resenha do livro “Guia Literário da Bíblia”, L1 (Moacir Scliar – locutor da resenha), primeiramente, apresenta a sua asserção (P): *E, no entanto, esse “Guia Literário da Bíblia” é, certamente, a mais importante obra que se escreveu sobre o tema.* Em seguida, L2 (George Steiner – locutor da obra resenhada) é colocado em cena, asseverando X. A asserção de L2 (introduzida pela expressão indicadora de citação “como diz”) constitui-se em uma prova para o que assevera L1. O locutor da obra resenhada, nesse caso, é uma autoridade que tem capacidade de comprovar o que disse o locutor resenhista.

Considerando-se as características relativas ao arrazoador por autoridade, criamos um quadro ilustrativo dos seus movimentos retóricos, o qual apresentamos a seguir:

QUADRO 5 – Movimentos retóricos do arrazoador por autoridade

i.	L1 assevera P;
ii.	L1 põe em cena L2;
iii.	L2 assevera X;
iv.	X assevera que $P \leftrightarrow X$ traduz P
v.	$X \leftrightarrow$ impresso de orientações conclusivas.

Vejamos esses movimentos no exemplo abaixo:

(14) *O livro se dedica exatamente a resgatar o papel central que os índios desempenharam na história de São Paulo durante os séculos 16 e 17, tempo em que a região nada mais era do que uma periferia da América Portuguesa. John Monteiro começa, assim, a desmistificar a idéia de que o bandeirantismo paulista tenha contribuído decisivamente para o alargamento territorial e povoamento do interior brasileiro. “Muito pelo contrário: ao invés de contribuírem diretamente para a ocupação do interior pelo colonizador, as incursões paulistas concorreram antes para a devastação de inúmeros povos nativos”. O bandeirantismo foi, na verdade, uma ação tragicamente despovoada. (Jornal de Resenhas, 2001, vol. I, p. 31)*

Neste exemplo (14), retirado do texto “Negros Brasis”, resenha do livro “Negros da terra – índios e bandeirantes nas origens de São Paulo”, autoria de John Monteiro, o locutor (Ronaldo Vainfas – L1), autor da resenha, expressa o eixo central da discussão do livro de

John Monteiro, afirmando que a ideia de que o bandeirantismo paulista tenha contribuído decisivamente para o alargamento territorial e povoamento do interior brasileiro não passa de um mito. Consequentemente, L1 põe em cena L2 (John Monteiro) com o objetivo de asseverar a sua afirmação. L2, então, por ser autor da obra resenhada, representa, de maneira indiscutível, a autoridade que tem a competência de sustentar a asserção de L1 e, por isso, L1 mantém o seu discurso como um discurso que deve ser veementemente aceito por ser verificável e fundamentado. Assim sendo, o discurso de L1 determina orientações conclusivas que se esperam ser admitidas.

No exemplo (14), observamos que o arrazoado por autoridade é a “asserção de uma asserção, e não a simples mostração de uma asserção” (DUCROT, 1987, p. 149). Assim, dizemos que a asserção de L2 é a asserção de L1, ou seja, a afirmação de L1 tem origem na afirmação de L2. Ao final do discurso, constituído das asserções de dois locutores, L1 e L2, observamos que L1 reafirma a sua tese, enfatizando que “o bandeirantismo foi, na verdade, uma ação tragicamente despovoada”. Esta asserção mostra-se imperativa e faz o leitor entrever que L1, mediante a asseveração de L2, não está equivocado quanto à sua tese que precisa ou deve ser admitida.

Ducrot (1987, p. 149) diz que “o fundamento do arrazoado por autoridade, é assim, uma espécie de implicação entre a proposição segundo a qual X assevera P e a própria proposição P”. Isso significa dizer que o argumento X evidencia, traduz P.

Chamemos a atenção para um aspecto relevante do arrazoado por autoridade: Ducrot (1987) postula que as provas evidenciadas por L2 podem não ser admitidas, ou seja, alguém pode rechaçá-las. Isto porque o homem pode equivocar-se, ao exprimir um ponto de vista que lhe parecia um raciocínio autêntico e não o é, ou porque, mesmo verdadeiro, o interlocutor decide recusá-lo, já que não é obrigado a admiti-lo.

Nosso enfoque, a partir de então, é direcionado para uma discussão sobre a autoridade polifônica – um caso de argumentação por autoridade.

2.6.3.2 Autoridade polifônica: procedimentos argumentativos internos à língua

A autoridade polifônica, um caso de argumentação por autoridade, é um fenômeno discursivo argumentativo presente na própria língua. Segundo Ducrot (1987, p.143-144), o funcionamento geral da autoridade polifônica admite duas etapas: i) o locutor (L) apresenta

em seu discurso um enunciador que afirma uma proposição P; ii) apresentada a primeira asserção, L põe em cena uma segunda asserção que faz referência a uma outra proposição Q. Esta, de um lado, significa que L se identifica com aquele que afirma Q. Por outro lado, significa que L, ao trazer a proposição Q, tem como fundamento a relação entre P e Q, ou seja, P acarreta Q. Assim, a partir de P, o locutor assevera Q.

Dizemos, então, que o fenômeno da autoridade polifônica apresenta em sua estrutura um locutor (L) que, por sua vez, expõe um enunciador (E₁) que declara uma determinada proposição. Tal proposição fundamenta o discurso do locutor (L), ou seja, nesse movimento, se observa que a proposição do enunciador, colocado em cena, acentua o discurso de L.

Ducrot esquematiza o mecanismo geral da autoridade polifônica da seguinte forma:

QUADRO 6 – Mecanismo geral da autoridade polifônica

Ponto de partida: asserção (mostrada) de P por X
 Ponto de chegada: asserção (mostrada) de Q por Y
 Garantia: P ———> Q
 Y identifica-se a L, X não necessariamente.

Fonte: (DUCROT, 1987, p. 144)

Tomemos um exemplo para ilustrar esses movimentos:

- (15) *Trata-se de um livro em prosa de Adélia Prado; preparemo-nos, pois, para uma permanente provocação do poético.* (Jornal de Resenhas, 2001, vol. I, p. 81)

No exemplo (15), o locutor (L), responsável por todo o enunciado, introduz no seu discurso uma voz (Enunciador E₁), responsável pela asserção: *Trata-se de um livro em prosa de Adélia Prado*. E, em seguida, encadeia uma segunda asserção, desta vez do Enunciador E₂: *preparemo-nos, pois, para uma permanente provocação do poético*. A partir do ponto de vista de E₁, assevera-se E₂ que é o ponto de vista com o qual o locutor se identifica. Nesse caso, conforme o gráfico instituído por Ducrot, “**P** acarreta **Q**”. Para se admitir E₂, é necessário admitir, portanto, E₁ que se apresenta como uma autoridade para justificar a solicitação asseverada em E₂. Nesse movimento, **P** e **Q** se encadeiam de forma coerente e racional, fazendo o interlocutor concluir que a solicitação de E₂ (preparar-se para uma ininterrupta

provocação do poético) faz-se uma necessidade, visto que E_1 mostra-se como forte argumento favorável a E_2 .

É importante ressaltar que o ponto de vista do enunciador E_1 não é, precisamente, de responsabilidade de L ; pode ser de outro enunciador qualquer, mas possui a força de um “argumento efetivamente utilizável” em favor da asseveração de E_2 (DUCROT, 1987, p. 146). Usando o raciocínio de Ducrot (1987), dizemos, pois, que, ainda que a asserção de E_1 não seja assumida pelo locutor (L), mas mostrada como a de um enunciador estranho, ela constitui, no discurso, o ponto de partida de um raciocínio e serve para justificar ou tornar provável a proposição de E_2 – proposição que, como já foi mencionado, é assumida por L .

Evidenciando o conceito de enunciador nesse tipo de polifonia de enunciadores, Ducrot faz a seguinte afirmação: “não se trataria mais de identificar o enunciador como uma personagem real mas fisicamente distinta de L : o enunciador seria identificado a uma personagem virtual, talvez, aliás, a uma certa virtualidade de L ” (1987, p. 146). É justamente o que acontece no enunciado a seguir.

- (16) *A tradução do livro de Gardner é de excelente qualidade: em momento algum uma comparação com o texto original revelaria qualquer lacuna ou erro de interpretação.* (Jornal de Resenha, 2001, vol. I, p. 99)

Em (16), temos um enunciado de responsabilidade do locutor (L) que coloca em cena dois enunciadores: E_1 e E_2 . Segundo E_1 , *a tradução do livro de Gardner é de excelente qualidade* – ponto de vista que não é, necessariamente, de L . Por sua vez, E_2 assevera que *em momento algum uma comparação com o texto original revelaria qualquer lacuna ou erro de interpretação* – ponto de vista com o qual (L) se identifica. E_1 e E_2 encadeiam-se de forma lógica, pois E_2 torna-se provável e justificável, ao admitir E_1 . Novamente percebe-se o movimento: “ P acarreta Q ”. Ducrot (1987, p. 146), ao falar de argumentação por autoridade, diz, então, que “[...] o enunciador de P desempenha o papel de uma autoridade no sentido de que seu dizer é suficiente para justificar que L , por sua vez, se torna enunciador de Q , fundamentando-se no fato de que a verdade de P implica ou torna provável a de Q ” (grifos do autor). Nesse sentido, podemos dizer que a conclusão que se quer impressa, no enunciado (16), tendo em vista o encadeamento entre E_1 e E_2 , é clara: o texto original do livro de Gardner não apresenta falha ou inexatidão de interpretação, pois se trata de um livro de “excelente qualidade” – conclusão fundamentada pela admissão da verdade de P .

Sobre esse tipo de movimento discursivo, Ducrot (1987, p. 146), afirma:

Pode-se notar, assim, que a asserção de *P*, mesmo não sendo *L* o seu autor, tem por efeito dar à proposição *P* uma eficácia suplementar: ela não aparece mais apenas como dirigida argumentativamente para *Q* – orientação que diz respeito à mera relação entre *P* e *Q* – mas aparece como um argumento efetivamente utilizável em favor de *Q* [...]. (grifos do autor)

Propõe-se, portanto, que a autoridade polifônica é uma estratégia argumentativa que não denota caráter autoritário. A relação entre as proposições *P* e *Q* se apresenta como uma negociação em favor da admissão e validade de um discurso. Diria, ainda, que o encadeamento entre *P* e *Q* acontece tendo em vista orientações conclusivas perante o interlocutor. Daí a pretensão de persuasão que, inclusive, pode ser contestada pelo interlocutor.

Para finalizar esta seção, cabe observar que alguns mecanismos linguísticos encontram-se subjacentes nas asserções em que se constata a autoridade polifônica, a saber: talvez, parece que, provavelmente, pois (conclusivo – como no exemplo 15), verbos no futuro do pretérito (como no exemplo 16) etc. Por essa razão, esse tipo de polifonia de enunciadores é considerado como inerente à língua.

Em razão dos propósitos deste trabalho, procedemos, no capítulo seguinte, a uma abordagem acerca dos estudos sobre a modalização discursiva. Tal abordagem revela-se relevante para a análise pretendida por este trabalho, visto que alguns elementos linguístico-discursivos, presentes nas resenhas acadêmicas, não podem ser analisados somente à luz da TAL.

3 ESTUDOS SOBRE A MODALIZAÇÃO DISCURSIVA

Castilho e Castilho (2002, p. 201), em seus estudos sobre a modalização discursiva, destacam que muito se tem indagado sobre “a importância do modo na estruturação e na interpretação semântica das sentenças”. Esse questionamento revela-nos o indispensável cuidado que um locutor deve ter, ao estruturar o seu discurso, pois a escolha dos elementos linguísticos, por exemplo, possibilitam sentidos e, consecutivamente, conclusões orientadas.

Propõe-se, assim, que, uma vez organizada, a estrutura linguística da frase oferece pistas que orientam o fim designativo da ação linguística. A modalização é, nesse sentido, um fenômeno semântico-argumentativo muito utilizado pelo locutor, no momento em que organiza o discurso. Tal fenômeno permite ao locutor produzir textos de modo a imprimir orientações conclusivas diversas em função de um interlocutor.

No intento de melhor discutir sobre as diversas maneiras adotadas pelo locutor para modalizar o seu dizer, no tópico seguinte, efetivamos uma discussão acerca dos estudos sobre a modalização, realizados, mais especificamente, por Castilho e Castilho (2002), Nascimento (2009), Koch (2006b), Cervoni (1989), Neves (2011a), Palmer (2011) e García Negroni (2011).

3.1 O FENÔMENO DA MODALIZAÇÃO: IMPLICAÇÕES TEÓRICAS

A sociedade vive em meio a processos de interatividade os mais variados e distintos. Não é raro se observar que as pretensões de sentido desses processos estão à margem dos enunciados apresentados, dadas as escolhas linguísticas do locutor, no momento de organizar e estruturar o seu discurso. Isso significa dizer que todo processo de interação é elaborado de maneira subjetiva, uma vez que a tomada de posição do locutor, perante o enunciado apresentado, fica registrada e sinalizada, através da escolha lexical. As diferentes formas de modalizar um discurso são, portanto, marcas de subjetividade que, consequentemente, direcionam o interlocutor para a conclusão orientada discursivamente. Assim, se dizemos:

(17) *Hoje, eu irei ao cinema;*

(18) *Hoje, talvez, irei ao cinema;*

(19) *Infelizmente, hoje, não irei ao cinema;*

(20) *Com certeza, hoje, irei ao cinema;*

(21) *Gostaria de ir, hoje, ao cinema,*

é possível se observar que, em cada enunciado, ao conteúdo proposicional foi acrescentada uma indicação de modalidade, sob a qual se observam orientações conclusivas dissimilares. Em razão disso, ao escolher se expressar, de uma ou de outra forma, o locutor está, na verdade, imprimindo marcas subjetivas em seu discurso, está orientando como quer que seu discurso seja entendido. Observa-se, logo, que “el sujeto comenta la propia enunciación que está llevando a cabo y que por lo tanto permiten la construcción de una imagen suya como la de alguien que busca dominar su discurso³²” (GARCÍA NEGRONI, 2011, p. 42). Embora a autora esteja se referindo às formas de modalização autonímica³³, entendemos que esse movimento é também característico da modalização de uma forma geral, pois, ao modalizar o seu discurso, o locutor constrói, em seu dizer, a sua própria imagem, ou seja, expressa sua subjetividade. Fazendo isso, o locutor está, portanto, praticando a ação de avaliar o seu próprio discurso e, ao mesmo tempo, orientar tal avaliação.

Sob esse enfoque, considera-se que modalizar não significa dar uma conclusão a mais, ou seja, não se pretende duas informações em um enunciado, pois a modalidade está naturalmente presente no enunciado. “A noção de modalidade implica a idéia de que uma análise semântica permite distinguir, num enunciado, um *dito* (às vezes denominado ‘conteúdo proposicional’) e uma *modalidade* – um ponto de vista do sujeito falante sobre este conteúdo” (CERVONI, 1989, p. 52 – grifos do autor).

Os exemplos (17 a 21) apresentam variados efeitos de sentido, gerados pela presença de diferentes modalidades. O enunciado (18), por exemplo, apresenta, em seu conteúdo proposicional, dúvida, incerteza. Agindo assim, ou apesar dos impedimentos, o locutor expressa a possibilidade, mas não se compromete com a certeza de ir ao cinema. Por outro lado, ao dizer “*Com certeza, hoje, irei ao cinema*”, exemplo (20), o locutor se expressa

³² o sujeito comenta a sua própria enunciação que está desenvolvendo e permite a construção de sua própria imagem como de alguém que procura dominar o seu próprio discurso. (Tradução nossa)

³³ Para García Negroni (2011, p. 53), através das formas de modalidade autonímica, “el locutor se desdobra en de su propio decir, ocupando una posición metaenunciativa de exterioridad respecto de sus propias palabras tomadas como objetos”. Vejamos um exemplo citado pela autora: “Por otra parte, y a pesar de los buenos resultados que algunos estudiosos dicen haber logrado con esta técnica para estudiar la comprensión, nuestros ensayos con ella han resultado **muy pobres, por no decir, nulos**” (id., idem, p. 59). Como se vê, o destaque é, exatamente, um comentário do locutor sobre sua própria enunciação e é assim que ele quer que seu discurso seja admitido. Logo, o locutor toma uma atitude perante o conteúdo proposicional, deixando marcas de sua subjetividade.

evidenciando plena convicção em relação ao ato de ir ao cinema, como se nada o impedisse de realizar tal ação.

Tomando esses dois enunciados e distinguindo **conteúdo proposicional** e **ponto de vista**, temos:

Exemplo (18):

Conteúdo proposicional: *Hoje, eu irei ao cinema.*

Pontos de vista (possíveis): *Não tenho a certeza de que irei ao cinema / Tenho a pretensão de ir ao cinema, mas não sei se será possível etc.*

Exemplo (20):

Conteúdo proposicional: *Hoje, eu irei ao cinema.*

Pontos de vista (possíveis): *Nada me impedirá de ir ao cinema, hoje / Tenho certeza de que, hoje, irei ao cinema.*

O exemplo (18) apresenta uma noção de possibilidade expressa pela presença do advérbio modalizador “talvez” que, por sua vez, isenta o locutor do comprometimento e veracidade do que afirma, pois o conteúdo é apresentado como incerto e duvidoso. Já no exemplo (20), constata-se uma noção de certeza, materializada linguisticamente através da locução adverbial “com certeza” que, nesse caso, faz o locutor se comprometer com a verdade do que afirma, já que apresenta o conteúdo como certo. Cabe observar que, para orientar o interlocutor a entender tais noções (dúvida e certeza, respectivamente), o locutor escolheu os materiais linguísticos que marcassem de forma subjetiva o seu discurso e, consequentemente, que orientassem o interlocutor para as conclusões sinalizadas. Como se vê, a partir das ilustrações (*vide* enunciados 17 a 21), as modalidades “[...] revelam a atitude do falante perante o enunciado que produz” (KOCH, 2006b, p. 73). A modalização, sob esse enfoque, é uma expressão da subjetividade do locutor, a qual gera determinados efeitos de sentido no enunciado. A expressão dessa subjetividade é também uma expressão de intersubjetividade, uma vez que, a partir da modalidade, se podem permitir determinadas continuidades discursivas.

Até aqui, os termos *modalidade* e *modalização* foram empregados sem que se observasse se existe uma distinção entre ambos. Porém, alguns autores reservam questionamentos acerca das terminologias *modalidade* e *modalização*. Isso se deve ao fato de que a tarefa de conceituar *modalidade* e *modalização* não é das mais simples, pois consente

definições ancoradas tanto no significado dos elementos linguísticos modalizadores quanto nos sentidos expressos a partir do sentido dos enunciados.

Para Palmer (2009 [2001], p. 1), “modality is concerned whit the status of the proposition that describes the event”³⁴. Nogueira (2011, p. 59) considera que “no âmbito da ciência Linguística, a modalidade é definida como uma qualificação do enunciado relativa ao julgamento do falante sobre a verdade de uma proposição”. “Esse relacionamento consiste em julgar o teor de verdade da proposição, ou expressar um julgamento sobre a forma escolhida para verbalizar o conteúdo da proposição” (NASCIMENTO, 2009, p. 38). A atitude do falante, quanto à proposição, é codificada pela modalidade (GIVÓN, 2001). Segundo Halliday (1985), a modalidade está relacionada ao juízo de valor do locutor em relação à sua proposição, pois, ao evidenciar uma afirmação, evidencia-se, simultaneamente, o grau de verdade da mesma. Na visão de Koch (2006b, p. 86), recorrer às modalidades

permite, pois, ao locutor marcar a distância relativa em que se coloca com relação ao enunciado que produz, seu maior ou menor grau de engajamento com relação ao que é dito, determinando o grau de tensão que se estabelece entre os interlocutores; possibilita-lhe, também, deixar claros os tipos de atos que se deseja realizar e fornecer ao interlocutor “pistas” quanto às suas intenções; permite, ainda, introduzir modalizações produzidas por outras “vozes” incorporadas ao seu discurso, isto é, oriundas de enunciadores diferentes; torna possível, enfim, a construção de um ‘retrato’ do evento histórico que é a produção do enunciado.

Os traços definicionais de Koch revelam que todo locutor codifica sua subjetividade nos enunciados, isto é, a modalidade é o “reflexo, na linguagem, do fato de que tudo que o homem pode ser, sentir, pensar, dizer e fazer se insere numa perspectiva particular” (CERVONI, 1989, p. 75).

A gramática tradicional, segundo Castilho e Castilho (2002), considera o conteúdo proposicional (constituído pelo agrupamento do sujeito e predicado) como sendo um dos componentes de uma sentença. A outra parte constituinte da sentença é denominada de componente modal (o julgamento do falante a respeito do conteúdo proposicional). Esse julgamento, na visão de Castilho e Castilho (idem, p. 201), é expresso de dois modos:

(1) o falante apresenta o conteúdo proposicional numa forma assertiva (afirmativa ou negativa), interrogativa (polar ou não-polar) e jussiva (imperativa ou optativa); (2) o falante expressa seu relacionamento com o conteúdo proposicional, avaliando seu teor de verdade ou expressando seu julgamento sobre a forma escolhida para a verbalização desse conteúdo.

³⁴ A modalidade está relacionada ao *status* da proposição que descreve o evento (Tradução nossa).

Nesse sentido, atribui-se ao modo (1) o termo *modalidade* e ao modo (2) *modalização*. Para os autores, essa distinção não se mostra autêntica, visto que todo falante expressa uma avaliação sobre o conteúdo proposicional. Assim, tendo em vista o conteúdo proposicional, o falante decide “sobre afirmar, negar, interrogar, ordenar, permitir, expressar a certeza ou a dúvida sobre esse conteúdo etc.” (CASTILHO e CASTILHO, 2002, p. 201). Logo, esses autores não distinguem *modalidade* de *modalização*; os termos são considerados sinônimos.

Tendo em conta o panorama de definições apresentado, entendemos, portanto, que os estudiosos do fenômeno da *modalização* ora empregam *modalidade*, ora *modalização* para se referirem à subjetividade do locutor em relação ao conteúdo proposicional. Logo, a diferença entre ambos os termos não fica clarificada, podendo ser usados indistintamente. Justifica-se, por isso, que neste nosso estudo não fazemos distinção entre *modalidade* e *modalização*, ou seja, tais terminologias são, aqui, adotadas de maneira indistinta, empregando-se uma pela outra.

Neves (2011a, p. 151) considera que “conceituar *modalidade* é uma tarefa complexa exatamente porque esse conceito envolve não apenas o significado das expressões *modalizadas*, mas, ainda, a delimitação das noções inscritas no domínio conceptual empregado”. A complexidade subsiste quando se questiona sobre a existência ou não de *modalidade* em enunciados que não trazem marcas de *modalização* explícita e detectável. Esses questionamentos, conseqüentemente, costumam fazer arvorar discussões sobre a possibilidade, ou não, da existência de enunciados não *modalizados* (NEVES, 2011a).

No intento de melhor elucidar discussões acerca da existência ou não de enunciados *modalizados*, passemos, pois, na seção seguinte, a uma breve abordagem sobre *modalização* explícita e *modalização* implícita. Para tanto, as considerações formuladas são ancoradas nos pressupostos teóricos de Neves (2011a), Palmer (2011) Nascimento (2009) e Cervoni (1989).

3.1.1 **Modalização explícita e modalização implícita**

A *modalização* de uma enunciação pode ser determinada pelo locutor, tendo em vista as informações e o grau de engajamento com o enunciado. Com efeito, segundo Koch (2006b, p. 80), existem, no mínimo, dois critérios que determinam a escolha de uma *modalidade* por um locutor: “1) as informações que possui a respeito de **p**; 2) o grau de engajamento com relação a **p** (interesse, preferência, normas sociais, ações precedentes, intenções futuras etc.)”.

Deste ponto de vista, podemos afirmar que todo enunciado recebe uma dimensão modal, ou seja, recebe marcas de modalização quer de forma explícita, quer de forma implícita.

Sob a rubrica de **modalização explícita** incluem-se os enunciados marcados linguisticamente, de forma precisa, sem que se caibam dúvidas com relação à subjetividade do falante perante a proposição expressa. O locutor, nesse sentido, domina claramente as manobras discursivas no intento de fazer o interlocutor admitir o ponto de vista impresso no enunciado. Por outro lado, sob a rubrica de **modalização implícita** entende-se o processo de construção de enunciados em que se observa uma ocultação do ponto de vista do locutor, não significando, porém, que não se veicula modalidade, uma vez que esta se encontra expressa de forma atenuada. Adotando-se essas definições, entende-se, portanto, que todo texto apresenta uma modalidade que pode ser mais marcada ou, então, se apresentar de forma menos acentuada.

Assim, se o locutor diz:

(22) *O professor está em sala de aula.*

a modalidade apresenta-se menos acentuada do que em

(23) *É possível que o professor esteja em sala de aula.*

e menos acentuada ainda do que em

(24) *É obrigatório que o professor esteja em sala de aula.*

Tendo em vista as ilustrações (22), (23) e (24), constatamos que cada enunciado reveste-se de um valor modal, seja em grau maior, seja em grau menor, pois o locutor, de alguma maneira, posiciona-se perante a proposição, imprimindo marcas de sua subjetividade.

Koch (2006, p. 83) ressalta que, “segundo suas relações com o destinatário, o locutor adota uma ou outra modalidade, mas há sempre os casos em que lhe convém mascarar sua hesitação para tornar seu enunciado mais facilmente aceitável pelo interlocutor (ou vice-versa)”. À luz desse pensamento, podemos conceber que não há discurso neutro no que se refere à modalização, pois o locutor, em um ato enunciativo, pode pretender expressar sua opinião de forma que fique marcada sua tomada de posição, ou pode fazer constatações que elucidam conhecimento, apenas. Assim, esses textos podem ser lidos “sob o modo da opinião ou sob o modo do saber” (op. cit., p. 82). O enunciado (22), nesse sentido, exemplifica o texto que pode ser lido sob o modo do saber. Ao afirmar que “o professor está em sala de aula”, o locutor demonstra conhecimento, afirma uma verdade, ou seja, o locutor expressa a assertiva porque sabe; e porque sabe, a assertiva é verdadeira. “Desta maneira, o locutor não impõe

seus argumentos e deixa o interlocutor livre para aceitá-los ou refutá-los” (NASCIMENTO, 2009, p. 48).

Seria mais substancial dizer que somente os enunciados (23) e (24) carregam valores semânticos de modalização, visto expressarem possibilidade e necessidade, respectivamente. No entanto, como acontece no enunciado (22), a ausência de uma modalidade explícita não implica inexpressão da atitude do locutor perante o conteúdo proposicional. Ademais, o fato de existir um intercâmbio entre locutor e interlocutor já seria razão suficiente para entender que figura uma preocupação em interagir de forma que se oriente o sentido apontado no enunciado proposto. Em outras palavras: mesmo não expressando explicitamente sua atitude mediante o conteúdo da proposição, o locutor orienta a admissão do dito, visto estar apresentando uma verdade que não precisa ser imposta.

A apresentação de enunciados em que se empregam verbos no modo indicativo, a exemplo do que se apresenta no enunciado (22), integra a classificação de modalização implícita. Nesse caso, embora a modalização seja mínima, o discurso é assim organizado, tendo em vista a atitude do locutor em querer expressar uma informação com base no saber que naturalmente imprime a noção de que o conteúdo do enunciado pode ou deve ser aceito como uma verdade.

Ao refletir sobre a categoria modalidade, Neves (2011a, p. 152) registra as seguintes considerações:

De um lado, pode-se dizer que, se a modalidade é, essencialmente, um conjunto de relações entre o locutor, o enunciado e a realidade objetiva, é cabível propor que não existam enunciados não-modalizados. Do ponto de vista comunicativo-pragmático, na verdade, a modalidade pode ser considerada uma categoria automática, já que não se concebe que o falante deixe de marcar de algum modo o seu enunciado em termos da verdade do fato expresso, bem como que deixe de imprimir nele certo grau de certeza sobre essa marca.

Partindo dessa formulação, verifica-se que, durante uma interação verbal, o locutor reveste os enunciados de sentidos com o fim de exprimir o seu ponto de vista e, por assim realizar o ato de fala, a modalidade apresenta-se inerente ao próprio enunciado, ou seja, a modalidade é o próprio sentido do enunciado. Isso significa que não há enunciados não modalizados, pois, mesmo que certos elementos linguísticos marcadores de modalização não estejam explicitados, em qualquer enunciado haverá marcas que revelam a tomada de posição do locutor.

Devemos, então, em virtude do cenário exposto nesta seção, quando adotamos a perspectiva de que não há textos não modalizados, mas há os que apresentam uma modalidade mais acentuada (modalização explícita), bem como há os textos com modalização menos acentuada (modalização implícita), deixar claro que, neste estudo, trabalhamos com a modalização explícita em razão de sua recorrência no *corpus* analisado e dos nossos objetivos de investigação.

Passemos, agora, a uma nova discussão, através da qual abordamos os diferentes valores modais, tendo em vista a atitude assumida pelo locutor perante o conteúdo do enunciado apresentado.

3.2 SENTIDOS DO DIZER: A TIPOLOGIA DOS MODALIZADORES

Os modalizadores são classificados sob o viés dos efeitos de sentido sinalizados no enunciado. A lista de classificação desses elementos, devido às crescentes pesquisas na área, vem sendo reformulada e também ampliada, pois novos conceitos renomeiam tipos já traçados e, ainda, novas categorizações ganham espaço no quadro das classificações. Em vista disso, a partir de então, o nosso intento é descrever um cenário dos tipos de modalizadores. Inicialmente, trazemos os postulados de Castilho e Castilho (2002) e, em meios às discussões, introduzimos formulações de recentes estudos empreendidos por outros autores, entre eles: Palmer (2009), Nascimento (2009), Nascimento e Silva (2012) e Neves (2011a).

Castilho e Castilho (2002) procedem a uma divisão dos elementos linguísticos que materializam a modalização em três grupos:

- Modalização Epistêmica;
- Modalização Deontica;
- Modalização Afetiva.

A **modalização epistêmica** acontece quando se expressa uma avaliação a respeito do valor e condições de verdade das proposições. Neves (2011b, p. 245) afirma que “os advérbios modalizadores epistêmicos expressam uma avaliação que passa pelo conhecimento do falante”. Assim, tendo conhecimento do conteúdo proposicional, o locutor organiza o seu discurso de forma a expressar a sua posição perante o conteúdo apresentado.

A modalização epistêmica, segundo Castilho e Castilho (2002), pode ser dividida em três subclasses: *epistêmicos asseverativos*, *epistêmicos quase-asseverativos* e *epistêmicos delimitadores*³⁵.

- Os *epistêmicos asseverativos* são selecionados para apontar que o locutor considera a proposição certa, verdadeira.

A proposição apresentada pelo locutor não deixa vestígios de dúvidas, seja ela uma afirmação ou uma negação. Dessa forma, ao se expressar, o locutor imprime forte adesão ao conteúdo proposicional – “adesão mediada pelo seu saber sobre as coisas” (NEVES, 2011b, p. 245). Da lista apresentada por Castilho e Castilho (2002, p. 206-207), citamos alguns afirmativos: *efetivamente*, *obviamente*, *absolutamente*, *verdadeiramente*, *indubitavelmente*, *claro*, *certo*, *lógico*, *pronto*, *sem dúvida* etc. Para Neves, “a asseveração pode ser positiva, negativa ou relativa” (op. cit.). Com relação aos advérbios modalizadores asseverativos, esta autora (2011b, p. 249) sistematiza a seguinte formulação:

O emprego dos **advérbios asseverativos** não garante que o conteúdo do que se diz seja, realmente, verdadeiro ou não verdadeiro, ou possível etc. O que, com certeza, esses **advérbios** indicam é que o falante quer marcar seu enunciado como digno de crédito, quanto a tais variáveis. Por isso mesmo, há muito de individual no modo de emprego desses elementos, havendo pessoas que, antecipando-se a uma possível desconfiança de seu interlocutor, modalizam continuamente o seu enunciado com elementos asseverativos. Por outro lado, há tipos de interlocução muito frouxos, nos quais a falta de consistência, e, a partir daí a baixa credibilidade do que é dito se compensa com uma manifestação repetida de certeza ou de crença. (grifos da autora)

A fim de materializar como os modalizadores asseverativos se apresentam, observemos o enunciado:

(25) *Sem dúvida, a última parte e a conclusão do livro de Porchat não deixam ainda elucidados por completo os problemas da relação da dialética com a indução e a linguagem.* (Jornal de Resenhas, 2002, vol. III, p. 2184)

Neste exemplo (25), o locutor considera o conteúdo afirmado como certo, como fora de dúvida. Nesse caso, o predicativo “sem dúvida”, que revela conhecimento inquestionável, é o material linguístico utilizado pelo locutor para modalizar o seu discurso. Ainda

³⁵ Conforme veremos mais adiante, Nascimento e Silva (2012) já não trabalham mais com a noção de modalizadores epistêmicos delimitadores. Esses autores o tratam como um tipo de modalização à parte.

percebemos que essa estratégia argumentativa marca um forte engajamento do locutor com relação ao conteúdo do enunciado que ele profere. Assim, se espera que o interlocutor admita o sentido do conteúdo dito.

- Os *epistêmicos quase-asseverativos* são selecionados quando o locutor considera o conteúdo quase certo ou como uma possibilidade que espera ser confirmada ou não.

Ao selecioná-los, o locutor não se responsabiliza pelo valor de verdade ou de falsidade do conteúdo proposicional. Decorre, então, expressar uma baixa anuência à proposição. Castilho e Castilho (op. cit., p. 207) listam os seguintes modalizadores quase-asseverativos: *talvez*, *assim*, *possivelmente*, *provavelmente*, *eventualmente*. No exemplo que segue, constatamos que o locutor não se compromete com o que diz:

(26) *Um parágrafo a mais e talvez as teorias sobre a formação de “Origem” fossem outras.* (Jornal de Resenhas, 2001, vol. II, p. 1709)

O locutor, ao fazer uso do predicador “talvez”, apresenta o conteúdo de *P* como uma crença, como uma hipótese que pode ser confirmada ou não. O locutor acredita na possível verdade do que diz, mas não se compromete com essa veracidade. Trata-se de uma possibilidade, por isso o baixo grau de adesão do falante em relação a *P*. “Os quase-asseverativos indicam que o falante considera o conteúdo de *P* quase certo, próximo à verdade, como uma hipótese que depende de confirmação [...]” (CASTILHO e CASTILHO, 2002, p. 207). Sendo assim, acontece uma espécie de transferência da ação do ato de confirmar, ou seja, não é o locutor que se responsabiliza pela veracidade. Esta poderá ser confirmada ou não pelo interlocutor.

Relativamente a essas duas subclasses dos modalizadores epistêmicos, Neves (2011a, p. 160) postula que “uma proposição *p* é epistemicamente necessária se *p* for acarretada por aquilo que o falante sabe sobre o mundo, e uma proposição *p* é epistemicamente possível se *p* for compatível com aquilo que o falante sabe sobre o mundo”. A necessidade epistêmica, nesse caso, refere-se aos modalizadores epistêmicos asseverativos e, por outro lado, a possibilidade epistêmica mostra-se relativa aos modalizadores epistêmicos quase-asseverativos e ambas são relativas ao conhecimento do locutor sobre o mundo.

O terceiro tipo de modalizador epistêmico, classificado por Castilho e Castilho (2002) são os delimitadores.

- Os *epistêmicos delimitadores* são selecionados para estabelecer limites dentro dos quais é possível considerar o conteúdo proposicional.

Quando escolhidos, o locutor propõe uma negociação entre os interlocutores com a intenção de clarificar que sua atitude, perante o conteúdo proposicional, se estabelece dentro dos limites sentenciados. Na lista dos delimitadores destacados por Castilho e Castilho (ibidem, p. 207), identificam-se os seguintes delimitadores: *quase, um tipo de, uma espécie de, em geral, em princípio, fundamentalmente, basicamente, praticamente, do ponto de vista de + adj., geograficamente, biologicamente, historicamente, profissionalmente, pessoalmente*. Vejamos um exemplo no qual identificamos a modalização epistêmica de delimitação:

(27) *De uma maneira geral, o livro pode ser pensado como a épica da colonização do Universo.* (Jornal de Resenhas, 2002, vol. III, p. 2115)

Em (27) o delimitador “de uma maneira geral” exerce a função de estabelecer os limites dentro dos quais o conteúdo proposicional deve ser considerado. O interlocutor, portanto, deve concluir que o limite estabelecido está relacionado à generalidade do espaço ou do tempo – o conteúdo proposto está delimitado, por assim dizer, no campo do geral.

Castilho e Castilho (2002, p. 207) afirmam que “os delimitadores têm uma força ilocucionária³⁶ maior que os asseverativos e os quase-asseverativos, pois implicam uma negociação entre os interlocutores, necessária à manutenção do diálogo”. Isso pode significar que, quando o locutor estabelece as demarcações dentro das quais o interlocutor deve examinar o conteúdo de *P*, o diálogo parece seguir um raciocínio mais coerente e linear, uma vez que o *continuum* da discussão fica delimitado.

Silva (2007, p. 59), no entanto, afirma que

³⁶ Ao evidenciar uma força ilocucionária, o locutor revela a sua tomada de posição perante o enunciado que produz. “O ato *ilocucionário* (ou ilocucional), é o ato praticado ao se dizer alguma coisa. A força ilocucionária, ou seja, ‘o componente do enunciado que lhe dá o seu valor de ato’ (KERBRAT-ORECCHIONI, 2005, p. 27) permite um determinado enunciado funcionar como uma pergunta, uma afirmação, um apelo, uma crítica, uma ordem, uma advertência, uma promessa, um pedido etc. Assim, perguntar, afirmar, apelar, criticar, ordenar, advertir, prometer, pedir são atos ilocucionários ou ilocutórios” (BARBOSA, 2010, p. 43 – Dissertação de Mestrado).

essa negociação feita através de uma delimitação tanto pode aparecer num enunciado de traços epistêmicos asseverativos quanto em outros com traços Quase-asseverativos – neste último caso, no sentido de que não se estará apresentando, discutindo ou, enfim, fazendo referência a algo em todas as suas propriedades, mas agindo apenas sobre parte delas. Poderíamos pensar, inclusive, numa *sobreposição de modalidades*, já que se podem inferir graus de engajamento – total ou parcial – num enunciado onde também haja um elemento que limite o ponto de vista proposto pelo locutor. (grifos da autora)

Aprofundando as discussões acerca da classificação de Castilho e Castilho (2002), Nascimento e Silva (2012) seguem a perspectiva de Neves (2011b) e retiram a modalização delimitadora do campo dos modalizadores epistêmicos. Isso acontece, porque o emprego de modalizadores com valor de delimitação, de maneira inconteste, propõe que o que se diz deve ser entendido somente dentro do campo estabelecido, porém “o termo ou expressão linguística com valor de delimitação não carrega, por si só, um traço capaz de identificar quanto de tensão há nesse enunciado” (NASCIMENTO E SILVA, 2012, p. 90). Nesse sentido, para estes autores, os modalizadores delimitadores são considerados como “elementos linguísticos que agem como negociadores na articulação argumentativa com o interlocutor, o qual será guiado pelo locutor a partir de sua intenção, atendendo ao seu próprio interesse discursivo” (op. cit.).

Esclarecemos, aqui, que, neste estudo, também analisamos os delimitadores como um tipo de modalização à parte, conforme o posicionamento de Nascimento e Silva (2012), e não conforme o que estabelecem Castilho e Castilho (2002), que o classificam como um modalizador epistêmico asseverativo.

Ao assumirmos a perspectiva de classificação adotada por Nascimento e Silva, concordamos, também, que “a delimitação não elimina outras presunções, ou seja, a modalização pode ainda ocorrer não mais pela aplicação expressa de um modalizador, mas exatamente por sua omissão” (NASCIMENTO E SILVA, p. 92). Seguindo esta ótica, dizemos que, quando não empregamos um modalizador delimitador, na verdade, estamos, também, precisando o campo em que o conteúdo proposicional deve ser entendido, ou seja, se não é dentro de uma divisão do campo de entendimento, é no todo. E, se o locutor delimita o campo de entendimento de uma proposição, ele o faz como forma de negociar uma articulação argumentativa para amparar, particularmente, o seu interesse discursivo. Por esse motivo, neste trabalho, adotamos a perspectiva de Nascimento e Silva (2012), relativa aos delimitadores.

Ao tempo em que retiram os delimitadores da classificação dos epistêmicos, quando os tratam como um tipo de modalizador à parte, Nascimento e Silva (2012), por outro lado, acrescentam um outro tipo de modalizador na classificação dos modalizadores epistêmicos. Estes autores apresentam a existência da modalização *epistêmica habilitativa*:

- *Epistêmica habilitativa* – “ocorre quando o falante expressa que algo ou alguém tem a capacidade de realizar algo e assim o faz porque tem conhecimento a esse respeito”. (NASCIMENTO e SILVA, 2012, p. 82)

Os autores supramencionados justificam a classificação bem como a respectiva conceituação afirmando que “a modalização epistêmica habilitativa possui, em sua base, o caráter epistêmico, uma vez que não se pode expressar que algo/alguém é capaz de realizar algo sem que se tenha conhecimento a esse respeito” (op. cit., p. 82). Para ilustrar tal ocorrência, os referidos estudiosos apontam o seguinte exemplo:

(28) Paulo **pode** realizar essa prova. Ele estudou bastante esse conteúdo. (idem, p. 83 – destaque dos autores)

No enunciado (28), exemplo citado por Nascimento e Silva (2012), o emprego do verbo “poder” deixa entrever o conhecimento de que Paulo tem a capacidade de realizar a prova. E por expressar conhecimento a respeito da capacidade de Paulo, o elemento linguístico modalizador “pode” funciona como modalizador *epistêmico habilitativo*. Este, porém, é designado por Neves (2011a, p. 160) de modalidade disposicional. Nas palavras da autora, “a modalidade disposicional, ou habilitativa, refere-se à disposição, habilitação, capacitação (no fundo, uma possibilidade deôntica)”.

Precisamente sobre essa tipologia das modalidades linguísticas, Palmer (2009, p. 9) categoriza-a como *Dynamic modality*, que, na verdade, expressa a capacidade, disposição ou vontade do indivíduo para realizar a ação: “[...] *dynamic modality relates to ability or willingness, which comes from the individual concerned*”³⁷ (op. cit., p. 10). Este autor divide esse tipo de modalidade em duas categorias: dinâmica habilitativa e dinâmica volitiva. Para diferenciá-las, Palmer (idem, ibidem) apresenta os seguintes exemplos:

³⁷ [...] modalidade dinâmica está relacionada à habilidade ou ao desejo, provenientes de aspectos individuais. (Tradução nossa)

(29) <i>John can speak French</i>	(ability)
(<i>João pode falar Francês</i>)	(habilitativa)

(30) <i>John will do it for you</i>	(willingness)
(<i>João fará isso por você</i>)	(volitiva)

Para o supradito autor, a modalidade dinâmica depende de fatores internos do indivíduo mencionado no conteúdo proposicional. “Ability, one of the categories of Dynamic modality, has to be interpreted rather more widely than in terms of the subjects’ physical and mental powers, to include circumstances that immediately affect them [...]”³⁸ (PALMER, 2009, p. 10). Assim, se enquadra nessa perspectiva, além dos exemplos (29) e (30), citados por Palmer, o exemplo (28), citado por Nascimento e Silva (2012), uma vez que a capacidade de realizar a prova é condicionada pelo fator interno relacionado ao ato que depende exclusivamente de Paulo: estudar e aprender. Consequentemente, tendo ciência do conhecimento a respeito da capacidade de Paulo para fazer a prova, o locutor a expressa empregando o modalizador “pode”.

Cabe esclarecer que adotamos, neste estudo, a perspectiva de Nascimento e Silva (2012), que incluem a modalidade habilitativa nos casos de modalidade epistêmica, como visto anteriormente. Para eles, a noção de habilidade está relacionada ao caráter epistêmico do enunciado, pois, para se realizar algo, necessário se faz conhecê-lo.

Após detalharmos conceitos, classificações e caracterizações relativas à modalização epistêmica, passemos, agora, à descrição da modalização deôntica.

A **modalização deôntica** ocorre quando o locutor se expressa considerando a obrigatoriedade do conteúdo proposicional, ou seja, o conteúdo deve, precisa ocorrer. Dessa forma, o objetivo do locutor é atuar fortemente sobre o interlocutor. Entre outros modalizadores deônticos, destacamos os seguintes: *obrigatoriamente, necessariamente, etc.*

A seguir, um exemplo elucidativo desse tipo de modalização.

(31) *Exclusão deve ser compreendida, neste volume, nos planos político e econômico, ético e psicológico.* (Jornal de Resenhas, 2002, vol. III, p. 2358)

³⁸ Habilidade, uma das categorias da modalidade dinâmica, precisa ser interpretada um tanto mais largamente do que apenas em termos de poderes físicos e mentais dos sujeitos, por incluir circunstâncias que imediatamente o afetam. (Tradução nossa)

Nesse caso (exemplo 31), o conteúdo de *P* é apresentado como uma obrigatoriedade, como algo que não se pode dispensar. Ao organizar o seu discurso fazendo uso dos modalizadores de valor deôntico, o locutor busca exercer forte ação sobre o interlocutor que, por sua vez, deverá considerar o conteúdo proposicional no campo da obrigação. Assim, em (31), de maneira alguma, não se pode compreender exclusão de outra forma, a não ser, obrigatoriamente, nos planos político e econômico, ético e psicológico. Palmer (2011, p. 10) afirma que, “although Deontic modality stems from some kind of external authority such as rules or the law, typically and frequently the authority is the actual speaker, who gives permission to, or lays an obligation on, the addressee”³⁹.

Nascimento e Silva (2012) distinguem, dentro da modalidade deôntica, quatro diferentes categorias: deôntica de obrigatoriedade, deôntica de proibição, deôntica de possibilidade e deôntica volitiva. Vejamos as concepções de cada categoria, a partir dos exemplos citados pelos autores:

(32) *É obrigatório que você faça a tarefa de casa.* (p. 84)

(33) *Você não pode fumar nesse ambiente.* (idem)

(34) *Você pode entrar nessa sala.* (p. 85)

(35) *Eu gostaria que você fosse comigo.* (p. 86)

Vale notar que, em todos esses enunciados, observa-se que o conteúdo de *P* é apresentado evidenciando-se o caráter deôntico. Em (32), o conteúdo proposicional deve ocorrer obrigatoriamente. O interlocutor, nesse caso, não pode refutar a ordem expressa pelo locutor. Logo, a **modalidade deôntica de obrigatoriedade** “expressa que o conteúdo do enunciado é algo que deve ocorrer obrigatoriamente, e que o provável interlocutor deve obedecer a esse conteúdo” (NASCIMENTO e SILVA, 2012, p. 84). Em (33), o conteúdo de *P* não é permitido ao interlocutor, que deve obedecer à ordem de proibição. Assim, a **modalidade deôntica de proibição** “expressa que o conteúdo do enunciado é algo proibido e deve ser considerado como tal pelo provável interlocutor” (op. cit.). No exemplo (34), a realização da instrução expressa depende da escolha do interlocutor que pode optar acatar a deliberação ou não, uma vez que no conteúdo proposicional não há obrigatoriedade nem proibição. Como se vê, a **modalidade deôntica de possibilidade** “expressa que o conteúdo

³⁹ embora a modalidade deôntica decorra de algum tipo de autoridade externa, como regras ou a lei, normalmente e muitas vezes a autoridade é o falante real, que dá permissão para, ou estabelece uma obrigação para o destinatário (Tradução nossa)

da proposição é algo facultativo [...]” (id., *ibid.*, p. 85). Por fim, em (35), o locutor apresenta o conteúdo proposicional como um desejo ou uma vontade, característica específica da **modalidade deôntica volitiva**.

Palmer (2009), em sua classificação das modalidades, apresenta a modalidade volitiva como uma das categorias da modalidade dinâmica, como abordado anteriormente (*vide* exemplo 30). Conforme o autor, esta alocação se justifica pelo fato de que a modalidade dinâmica afeta diretamente a vontade do locutor. Por outro lado, este autor advoga que não se pode confundir modalidade dinâmica com modalidade deôntica, pois aquela (dividida em duas categorias: modalidade dinâmica habilitativa e modalidade dinâmica volitiva – já tratadas anteriormente) se refere à habilidade ou à manifestação da vontade do locutor, enquanto a modalidade deôntica relata obrigação ou permissão e está ligada a condições externas. Vejamos os exemplos da modalização deôntica apresentados por Palmer (2009, p. 10):

(36)	<i>John may/can come in now</i>	(permission)
	(João pode entrar agora)	(permissão)

(37)	<i>John must come in now</i>	(obligation)
	(João deve entrar agora)	(obrigação)

No exemplo (36), ao dizer “João pode entrar agora”, o locutor dá a permissão para a realização do ato de entrar. O interlocutor, no entanto, somente pode realizar o referido ato sob o consentimento do locutor que, nesse caso, é a autoridade que expressa a ordem de entrar. Já em (37), o locutor determina que João entre, imprimindo (também como autoridade) a obrigação da realização do ato de entrar.

Igualmente ao que vimos em Palmer, na visão de Neves (2011a), a modalidade deôntica também está relacionada a obrigações e permissões. Esta autora diz que “a modalidade deôntica está condicionada por traços lexicais específicos ligados ao falante ([+controle]) e, de outro lado, implica que o ouvinte aceite o valor de verdade do enunciado para executá-lo” (2011a, p. 160). Logo, a modalização volitiva ou bulomaica (categorização definida pela autora), expressa a necessidade e a possibilidade relacionadas à manifestação do desejo do locutor. Então, se o locutor apresenta um enunciado, exprimindo o desejo ou a necessidade de que o interlocutor realize a ação do conteúdo proposicional, na verdade, o

locutor quer expressar que a ação precisa ser realizada. Por essa razão, Neves (2011a) caracteriza a modalidade volitiva como uma necessidade deôntica.

Nascimento e Silva (2012), assim como Neves (2011), reconhecem o caráter deôntico da modalização volitiva, visto ser esta uma forma de materializar a vontade do locutor. Nessa perspectiva, se o locutor exprime desejo de que algo se realize, na verdade, esse desejo é exatamente uma solicitação, um pedido que se quer realizado – caráter relativo à modalidade deôntica. Ao empregar modalizadores volitivos, o locutor, portanto, expressa uma instrução para o interlocutor (característica própria da modalidade deôntica) e, nesse sentido, tais modalizadores possuem valores deônticos, não importando se há uma relação com fatores externos ou internos, os quais se tornam difíceis de distinção entre si (Cf. NASCIMENTO, 2014).

Em vista das razões apresentadas por Neves (2011), Nascimento e Silva (2012) e Nascimento (2014), nesta investigação também consideramos a modalização volitiva como um subtipo da modalização deôntica. Consideramos, portanto, que o modalizador deôntico volitivo é um recurso linguístico utilizado para apresentar o conteúdo de *P* como algo que se deseja ser realizado. E, se assim se apresenta, trata-se de uma modalidade deôntica.

Combinando esses últimos pontos de vista acerca da modalidade deôntica, salientamos que, mesmo diante de várias possibilidades de subdivisão da modalização deôntica, ainda assim o caráter basilar desse tipo de modalização é a expressão de instrução, seja de forma mais imperativa, a exemplo da modalidade deôntica de obrigatoriedade, seja de forma mais moderada, digamos “democrática”, sem imposição, como o que se expressa pela modalidade deôntica volitiva. Na verdade, todo tipo de modalização deôntica apresenta o conteúdo de *P* como algo que se espera ser realizado. Para Koch (2006b, p. 76), “as modalidades deônticas referem-se ao eixo da conduta, isto é, à linguagem das normas, àquilo que se deve fazer [...]”. Logo, o interlocutor, mediante o valor de verdade do enunciado, deve executá-lo.

Passemos, agora, à última classificação dos tipos de modalização especificada por Castilho e Castilho (2002) – a modalização afetiva.

A **modalização afetiva** acontece quando o locutor exprime reações emotivas, tendo em vista o conteúdo proposicional. Nesse sentido, qualquer juízo de caráter epistêmico ou deôntico não deve ser considerado.

Os modalizadores afetivos ilustram a função emotiva da linguagem e podem ser representados pelo predicador ‘eu sinto X em face de P’ (Cf. CASTILHO E CASTILHO, 2002, p. 208). Para estes autores, há dois tipos de modalizadores afetivos:

A) Subjetivos: expressam uma predicação dupla, a do falante em face de P e a da própria proposição, como em *felizmente, infelizmente, curiosamente, surpreendentemente, espantosamente*. B) Intersubjetivos: expressam uma predicação simples, assumida pelo falante em face de seu interlocutor, a propósito de P, como em *sinceramente, francamente, lamentavelmente, estranhamente*.

Nascimento (2009), ao estudar os modalizadores, não utiliza a terminologia “modalização afetiva”, visto entender que neste tipo de modalização predomina a ideia de avaliação por parte do locutor acerca do conteúdo proposicional apresentado. Assim sendo, este autor adota a terminologia “modalização avaliativa” ao invés de “modalização afetiva”. Nas suas palavras, a modalização avaliativa, ocorre quando o falante usa modalizadores para expressar “uma avaliação ou juízo de valor a respeito do seu conteúdo proposicional, excetuando-se qualquer avaliação de natureza epistêmica ou deôntica” (NASCIMENTO, 2009, p. 47). Segue um exemplo de modalização avaliativa:

(38) *O livro contém uma excelente bibliografia e, além do mais, índices por assuntos e por nomes.* (Jornal de Resenhas, 2001, vol. I, p. 66)

O locutor, em (38), faz uma avaliação da bibliografia do livro resenhado. Para tanto, faz uso do adjetivo “excelente” que expressa um juízo de valor a respeito do conteúdo de P.

Pelo retrospecto feito, podemos entrever que, nos tipos de modalização apresentados, constata-se um julgamento do falante em função do(s) interlocutor(es). Os julgamentos podem ser sistematizados da seguinte forma:

QUADRO 7 – Tipologia das modalidades

TIPO DE MODALIZAÇÃO	SUBTIPOS	EFEITO DE SENTIDO NO ENUNCIADO OU ENUNCIÇÃO
Epistêmica – expressa avaliação sobre o caráter de verdade ou conhecimento.	Asseverativa	Apresenta o conteúdo como algo certo ou verdadeiro.
	Quase-asseverativa	Apresenta o conteúdo como algo quase certo ou verdadeiro.
	Habilitativa	Expressa a capacidade de algo ou alguém realizar o conteúdo do enunciado.
Deôntica – expressa avaliação sobre o	De obrigatoriedade	Apresenta o conteúdo como algo obrigatório e que precisa acontecer.
	De proibição	Expressa o conteúdo como algo proibido, que não

caráter facultativo, proibitivo, volitivo ou de obrigatoriedade.		pode acontecer.
	De possibilidade	Expressa o conteúdo como algo facultativo ou dá a permissão para que algo aconteça.
	Volitiva	Expressa um desejo ou vontade de que algo ocorra.
Avaliativa – expressa avaliação ou ponto de vista.		Expressa uma avaliação ou ponto de vista sobre o conteúdo, excetuando-se qualquer caráter deôntico ou epistêmico.
Delimitadora ⁴⁰		Determina os limites sobre os quais se deve considerar o conteúdo do enunciado.

Fonte: (NASCIMENTO e SILVA, 2012, p.93)

Ressaltamos que, em todos os casos de modalização, o alvo da interação é o interlocutor, pois é em vista dele que o locutor organiza o seu discurso. Assim, a modalização é sempre dupla, posto que algo é argumentado tendo em vista um interlocutor. E para que o sentido do texto se torne notório, alguns elementos linguísticos são selecionados e organizados no interior do discurso.

Devemos, nesta hora, buscar entender quais são os elementos linguísticos que podem assumir o papel de modalizadores discursivos em textos. Para tanto, na seção seguinte, delineamos um quadro de nomes, expressões e verbos *dicendi* que funcionam discursivamente nos enunciados. Os verbos *dicendi* são, aqui, tratados como elementos linguísticos de modalidade, em razão de sua recorrência no *corpus* desta pesquisa.

3.3 ELEMENTOS LINGUÍSTICOS MODALIZADORES

Modalizar, conforme já exposto, é marcar a atitude do locutor perante o conteúdo proposto; é orientar o sentido do conteúdo do enunciado; é argumentar. Ao modalizar o seu discurso, o locutor o faz utilizando os mais diversos recursos linguísticos discursivos. Koch (2006b, p. 136) declara que os modalizadores são “todos os elementos linguísticos diretamente ligados ao evento de produção do enunciado e que funcionam como indicadores das intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação ao seu discurso”. A modalização é, portanto, “uma estratégia argumentativa que se materializa linguisticamente” (NASCIMENTO, 2009, p. 38).

⁴⁰ Embora, durante a descrição dos tipos de modalizadores, tenhamos colocado a modalização delimitadora dentro da classificação epistêmica, conforme Castilho e Castilho (2002), adotamos, neste estudo, a classificação de Nascimento e Silva (2012), quando tratam da modalização delimitadora à parte, conforme justificamos anteriormente.

Palmer (2009) postula que, como os marcadores de modalidade são muito variados, torna-se complexo especificá-los detalhadamente em um estudo. Além disso, a relação de modalizadores discursivos não é estanque tampouco se encontra conclusa. Muitos linguistas desenvolveram e vêm, ainda, construindo pesquisas que apontam elementos linguísticos na função de modalizadores discursivos e, nesses estudos, novos materiais linguísticos modalizadores são descobertos. Castilho e Castilho (2002, p. 202), por exemplo, listam os seguintes recursos linguísticos que põem a modalização em movimento:

- (1) a prosódia, como nos alongamentos vocálicos e na mudança de tessitura, em “trabalhei mui::to, mas muito MESmo”;
- (2) os modos verbais;
- (3) os verbos auxiliares; como *dever*, *poder*, *querer* e os verbos que constituem orações parentéticas e matrizes como *achar*, *crer* *acreditar* [...];
- (4) adjetivos, só ou em expressões como “é possível”, “é claro”, “é desejável”;
- (5) advérbios como *possivelmente*, *exatamente*, *obviamente* etc;
- (6) sintagmas preposicionados em função adverbial, como “na verdade”, “em realidade”, “por certo” etc.

Estamos diante de uma série de elementos linguísticos suscetíveis de veicular as reações do locutor, mediante o conteúdo da proposição. Tais reações ficam marcadas, tendo em vista a escolha de um ou outro elemento linguístico selecionado pelo locutor, conforme o valor semântico expresso no enunciado apresentado.

Os autores supramencionados fazem uma ampla análise referente aos mecanismos da modalização adverbial no português falado, incluindo aí, tanto os advérbios quanto as expressões adverbiais. Para estes autores, tais elementos linguísticos possuem a função de “veicular a avaliação do falante sobre as significações contidas no núcleo proposicional” (CASTILHO; CASTILHO, 2002, p. 202). Porém, com relação ao aspecto semântico, eles consideram um tanto complexo captar o “sentido exato” que o falante faz ressoar, quando emprega um advérbio num enunciado (op. cit., p. 2012-2013). Mesmo assim, organizam um quadro (*vide* 3.2) em que classificam os tipos de modalização.

Com relação aos adjetivos, Neves (2011b) diz que os adjetivos qualificadores apresentam valores semânticos diversificados. Para esta autora, tais adjetivos podem expressar, por exemplo, valor semântico de modalização epistêmica (de asseveração, de eventualidade, de avaliação). Com o objetivo de elucidar suas afirmações, Neves (2011b) apresenta alguns exemplos, dos quais destacamos os seguintes:

(39) **CLARO** *que o Bereco é o xerife* (p. 188 – destaque da autora).

(40) *É **PROVÁVEL** que nunca mais nos vejamos nestas terras.* (p.188 – destaque da autora).

Em (39) e (40), a autora destaca os adjetivos “claro” e “provável”, empregados para expressar conhecimento ou opinião do locutor. “claro” expressa certeza, sendo classificado, como modalizador epistêmico de asseveração e “provável”, como exprime eventualidade, é classificado como modalizador epistêmico de eventualidade.

Para exemplificar o adjetivo na função de modalizador epistêmico de avaliação, Neves (2011b) apresenta, entre outros, o seguinte exemplo:

(41) *O hotelzinho da Praça da República era **LAMENTÁVEL*** (p.189 – destaque da autora).

O enunciado (41) traz em destaque o adjetivo “lamentável” que expressa uma avaliação do locutor em relação ao sujeito da oração, neste caso, o hotelzinho da Praça da República. Nesses exemplos, Neves destaca somente o adjetivo, mas em outros estudos os adjetivos são apontados em expressões como “é provável que”, “é necessário que”, “é preciso que” etc. Vejamos as seguintes ilustrações:

(42) *É preciso que você fique atento.*

(43) *É provável que o réu seja absolvido.*

Retomando a abordagem de Neves (2011b) acerca dos adjetivos modalizadores, apresentamos mais um enunciado em que a autora evidencia a modalização deôntica:

(44) *Íamos e voltávamos a Niterói – era o passeio **OBRIGATÓRIO** e enfadonho de todos os domingos.* (p. 189 – destaque da autora)

De acordo com essa autora, em (44), o adjetivo “obrigatório” indica a forma como o interlocutor deve entender o que está sendo apresentado pelo locutor, ou seja, esse elemento recai sobre o termo “passeio” e se trata de modalizador com valor deôntico, algo que deve acontecer.

Em estudos sobre a modalização na notícia jornalística, Nascimento (2009) observa que os verbos *dicendi* se destacam na função de elementos linguísticos modalizadores. Tais verbos, no *corpus* analisado, introduzem a voz de outro locutor e ainda o modo como o discurso deve ser lido. Assim, os verbos *dicendi* a exemplo de acusar, protestar, afirmar, declarar “imprimem um ponto de vista do locutor perante o dito, ou mais especificamente, permitem que um locutor, ao trazer o discurso de um outro locutor, imprima como aquele discurso deva ser lido” (NASCIMENTO, 2009, p. 50). Em razão disso, os verbos *dicendi*, além de expressarem o valor semântico de modalizadores, funcionam, conseqüentemente, como estratégia argumentativa. Porém, este autor afirma que há também os verbos *dicendi* “não-modalizadores ou de primeiro grupo”, a exemplo de *dizer, falar, perguntar, responder, concluir*. Estes, “por natureza, apresentam o discurso de L2 (segundo locutor) sem deixar marcas ou avaliação do locutor que o apresenta (L1)” (op. cit., p. 54). Vejamos os seguintes exemplos (retirados do *corpus* Notícia Jornalística), analisados por Nascimento (2009):

(45) *O presidente do PSDB e candidato ao Senado, José Aníbal, **afirmou** ontem que o partido endossa o convite. “Foi um convite do Serra e do partido. Ninguém conhece melhor os problemas do Brasil como ela”.* (p. 80)

(46) *Eu e Patrícia somos um casal bastante feliz, **reage** candidato.* (p.56)

No trecho (45), o verbo *dicendi* “afirmou” é apresentado apenas para inserir a voz de outro locutor. Logo, ao empregar tal verbo, o locutor não emite nenhum ato ou efeito de julgar. Nas palavras de Nascimento (2009, p. 80): “com esse verbo, L1 limita-se a apresentar o discurso de L3 sem emitir nenhum juízo de valor, ou seja, sem modalizá-lo”. Por outro lado, no exemplo (46), o verbo *dicendi* “reage” tem o valor semântico de modalizador avaliativo. Ao empregá-lo, o locutor (L1) “emite um juízo de valor a respeito do enunciado do outro locutor, indicando como esse deve ser lido” (op. cit., p. 56).

Em determinados enunciados, para indicar o modo como o discurso deve ser lido, o locutor, às vezes, faz uso de um termo equivalente a um verbo *dicendi*, ou seja, a orientação conclusiva é sinalizada a partir de nominalizações. Nesse sentido, um substantivo, por exemplo, pode orientar como o discurso deve ser lido. Isso vai depender da organização discursiva adotada pelo locutor responsável pelo discurso como um todo. Assim, se este locutor, ao introduzir a voz de um segundo locutor, utilizar a expressão “fez uma advertência”, ao invés do verbo “advertir”, estará, da mesma forma, indicando que o discurso

do outro deve ser entendido como uma advertência. A expressão “fez uma advertência”, funciona, portanto, como um equivalente ao verbo *dicendi* modalizador “advertir”.

García Negroni (2008), ao estudar os modos de dizer no discurso acadêmico, verificou que o elemento linguístico “como” junto aos verbos *dicendi* normalmente indica conformidade com o ponto de vista apresentado. Assim, em citações introduzidas mediante um “como assinala Ducrot”, por exemplo, a indicação de assimilação fica mais evidente.

Cabe ressaltar, ainda, que, dada a força ilocucional, cada verbo modalizador ou equivalente pode assumir um significado modal, seja de valor deôntico, epistêmico, avaliativo etc.

Outra maneira de modalizar o discurso está relacionada ao período composto por subordinação. Em sua estrutura temos, na análise sintática tradicional, a oração principal e a oração subordinada. A oração principal, conforme Koch (2006b), funciona como forma oracional modalizadora do conteúdo que se encontra na oração subordinada. Assim, é na oração subordinada que se encontra o conteúdo proposicional propriamente dito, servindo a oração principal para modalizá-lo. Dito isso, a autora faz ilustrações, especificamente a partir da estrutura das orações subordinadas substantivas. Vejamos alguns:

(47) *[Eu ordeno que] você saia daqui.* (p. 136)

(48) *[Eu prometo que] irei à sua festa.* (idem)

(49) *[Eu pergunto se] todos me entenderam.* (idem)

Nos exemplos elucidativos, citados por Koch, temos em destaque as orações principais (frisadas, pela autora, através de colchetes). As primeiras partes dos enunciados imprimem a atitude do locutor – que deseja expressar ordem, promessa e pergunta, respectivamente, porém os respectivos conteúdos proposicionais permanecem inalterados. Assim, na visão de Koch (2006b), enquanto o conteúdo proposicional carrega a informação “propriamente dita, **aquilo que é dito**”, as expressões oracionais indicam “**o modo como aquilo que se diz é dito**”.

Estes elementos caracterizam os tipos de atos de fala que deseja desempenhar, revelam maior ou menor grau de engajamento do falante com relação ao conteúdo proposicional veiculado, apontam as conclusões para as quais os diversos enunciados podem servir de argumento, selecionam os encadeamentos capazes de continuá-los, dão vida, enfim, aos diversos personagens cujas vozes se fazem ouvir no interior da cada discurso (KOCH, 2006b, p. 136).

Ainda no campo dos estudos sobre a modalização, Chaves (2007, p. 3), ao analisar o sufixo *-inho* no gênero entrevista, assevera que, ao usarmos os modalizadores, “[...] o dizer é dito de maneira modalizada com finalidades específicas que dependem de como o contexto comunicativo acontece”. A partir dessa colocação, percebemos, ainda, que o uso de um ou outro elemento modalizador vai gerar efeitos de sentido distintos no enunciado, já que entre um “possivelmente” e um “é certo que” há diferentes orientações conclusivas. Vejamos outros exemplos:

(50) *De qualquer modo, este é um livro que precisa ser urgentemente traduzido e amplamente discutido no Brasil.* (Jornal de Resenhas, 2001, vol. II, p. 1152)

(51) *Dito isso, talvez pareça um pouco estranho o início desta resenha.* (Jornal de Resenhas, 2001, vol. II, p. 1106)

No exemplo (50), o locutor, ao utilizar a expressão verbal “precisa ser”, deixa evidente a obrigatoriedade de se traduzir o livro, ou seja, o locutor modaliza o seu discurso de modo que se evidencia uma força ilocucionária. Logo, o conteúdo de *P* (traduzir o livro para todo o Brasil) é apresentado como algo que, necessariamente, precisa acontecer.

No enunciado (51), o locutor apresenta o conteúdo de *P* (ser estranho o início da resenha) como uma possibilidade. A modalização, nesse caso, está marcada pelo uso do termo “talvez”, (modalizador epistêmico quase-asseverativo) que indica uma hipótese a ser confirmada. Assim, o locutor não se responsabiliza pelo valor de verdade do conteúdo tampouco deixa de acreditar na verdade do que diz. Em razão de sua atitude perante o conteúdo proposicional, a confirmação (ou não) da verdade fica, por exemplo, sob a responsabilidade do interlocutor ou da própria continuidade discursiva.

Quanto ao lugar de figuração dos elementos modalizadores no texto, observamos que podem ser dispostos em diferentes espaços, ou seja, “os modalizadores apresentam uma enorme mobilidade na cadeia da fala” (CASTILHO; CASTILHO, 2002, p. 211). Sobre esse aspecto, Koch (2011a) apresenta três níveis em que a modalização pode atuar: i) no nível da estrutura interna da predicação; ii) no nível da predicação; iii) no nível da proposição. Porém, ressaltamos que o arranjo dos elementos modalizadores, na estrutura de um enunciado, depende basicamente daquilo que o locutor orienta como sentido do conteúdo proposicional. Sabendo o que deve ser dito, o locutor traça as estratégias que melhor orientem os fins da proposição apresentada, ou seja, define o modo como o dizer deve ser dito.

Para encerrar este capítulo, reafirmamos que, ao recorrer à modalização, o locutor deixa entrever o(s) sentido(s) do enunciado, imprimindo, conseqüentemente, as marcas de sua subjetividade, a sua tomada de posição perante o conteúdo proposicional apresentado. Em vista disso, a modalização, neste estudo, é vista como um fenômeno discursivo que orienta conclusões perante o dito.

No capítulo seguinte, formulamos as considerações de ordem metodológica, espaço em que descrevemos o *corpus* da pesquisa; discutimos, ainda, uma noção geral sobre os gêneros discursivos, para, em seguida, tecermos considerações especificamente sobre o gênero discursivo resenha acadêmico-científica. Logo após, descrevemos as categorias de análise do *corpus* desta pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES DE ORDEM METODOLÓGICA

Este capítulo é constituído, inicialmente, de uma breve descrição do *corpus* da pesquisa. Em seguida, relatamos a nossa trajetória de chegada ao *Jornal de Resenhas*. Após isso, apresentamos, ainda que de maneira sucinta, o histórico⁴¹ do *Jornal de Resenhas*, suporte de onde coletamos o objeto de estudo: resenhas acadêmico-científicas. Continuando, expomos uma visão acerca dos gêneros textuais discursivos. Neste intento, sustentamos nossas discussões nos estudos de Bakhtin (2010a [1992], 2010b [1981]) e Marcuschi (2008). Após isso, estreitamos as discussões para o gênero resenha, mais especificamente sobre a resenha como prática discursiva escrita no meio acadêmico. Para isso, além dos autores supracitados, revisitaremos os estudos de Bakhtin (2006), Foucault (2011), Larrosa (1999) e Motta-Roth (2008). Finalizando este capítulo, apontamos as categorias de análises, momento em que descrevemos um conjunto de ações estabelecidas para se fazer as análises do *corpus* investigado.

4.1 O CORPUS

O *corpus* desta pesquisa é composto de cento e sessenta (160) resenhas, escritas por professores de universidades brasileiras, mas que também ministram aulas em universidades estrangeiras. As resenhas foram coletadas de sete edições do *Jornal de Resenhas*, publicadas nos anos de 2009, 2010 e 2012⁴². Das edições selecionadas para este estudo, seis delas apresentam vinte e três resenhas cada uma, e apenas uma dessas sete edições, apresenta vinte e duas resenhas – todas escritas por professores de ensino superior de diferentes áreas de estudo.

Para efeito de estudo proposto neste trabalho, fez-se necessário realizar um recorte desse conjunto amplo de resenhas. Selecionamos, portanto, 10 (dez) resenhas, abarcando os três anos de publicação supramencionados. Esse recorte se mostrou suficiente para

⁴¹ O histórico apresentado sobre o *Jornal de Resenhas* tem como base informações obtidas em páginas eletrônicas, a exemplo das seguintes páginas: <<https://pt-br.facebook.com/jornalderesenhas>>; <<http://jornalderesenhas.com.br/>>; <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Carta-Maior-firma-parceria-com-o-Jornal-de-Resenhas/12/15161>>. (Acessados no decorrer do ano de 2012)

⁴² O ano de 2011 foi um período em que o *Jornal de Resenhas* ficou desativado, tendo em vista dificuldades financeiras, por isso não temos análises de resenhas publicadas nesse ano.

alcançarmos a conclusão desta pesquisa, pois além dos textos serem extensos, apresentam, reiteradamente, os mesmos fenômenos analisados.

Julgamos importante registrar que o critério estabelecido para se proceder ao levantamento das resenhas selecionadas foi a recorrência dos fenômenos da modalização e da polifonia de locutores nessas produções escritas.

Antes das análises (mais à frente), seguem os títulos e respectivos autores das resenhas selecionadas. Consideramos interessante informar também quais foram as produções intelectuais resenhadas e seus respectivos autores, visto que, ao apresentar as vozes do outro na resenha, L1 quase sempre se refere ao autor da obra resenhada.

4.2 COMO CHEGAMOS AO JORNAL DE RESENHAS?

Neste momento, importa ressaltar que, em princípio, o *corpus* desta pesquisa seria constituído de resenhas acadêmicas coletadas em periódicos e anais publicados através de meio impresso, digital e mídia eletrônica. Assim, visitaríamos o site da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), com o intento de buscar periódicos e bases de dados referenciais com resenhas neles divulgadas, como também faríamos visitas a bibliotecas públicas e privadas de Instituições de Ensino Superior, de várias cidades, para recolhermos os textos que seriam analisados.

No entanto, no início do ano de 2012, quando de uma visita à Secretaria Geral do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em João Pessoa – PB, vimos, no balcão de atendimento, várias edições do *Jornal de Resenhas* disponibilizados para o público. Impulsionados, por um lado, pela curiosidade própria de um leitor atento a suportes e gêneros textuais que circulam na sociedade e, por outro, impelidos pelo interesse particular em pesquisar resenhas, apropriamo-nos de alguns exemplares.

Após leituras de algumas resenhas, bem como cientes de quem eram os autores das resenhas e, ainda de como o Jornal era organizado, voltamos àquela secretaria para buscar mais informações acerca do referido jornal. A secretaria do CCHLA, no entanto, informou-nos apenas que o *Jornal de Resenhas* era distribuído em todas as instituições públicas federais de ensino superior do Brasil – não sabia, portanto, como se dava a distribuição bem como o acesso ao jornal em questão.

Como, no *Jornal de Resenhas*, havia algumas informações (endereço, e-mail, telefone e fax) da editora, resolvemos fazer outra busca com o intento de encontrar mais edições. A primeira ação foi ligar para a Discurso Editorial, Editora Universitária da USP. Para a nossa surpresa e satisfação, o então diretor do jornal, Prof. Dr. Milton Meira do Nascimento, estava colhendo assinaturas para reativação e publicação do *Jornal de Resenhas*.

Em 2012, passamos, então, a assinantes do *Jornal de Resenhas*, que era publicado mensalmente, com edições de março a dezembro de cada ano. Nesse ínterim, aconteceram entraves (especificados na seção seguinte) que impossibilitaram a continuidade das edições do *Jornal de Resenhas*. Como era de nosso interesse realizar esta pesquisa tendo como objeto de estudo as resenhas do *Jornal de Resenhas*, saímos em busca de mais exemplares do referido Jornal. Para tanto, visitamos outras secretarias e coordenações de curso da UFPB, instituições públicas de ensino superior de outras cidades da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Recolhemos, então, mais alguns exemplares do *Jornal de Resenhas*, os quais foram utilizados nesta investigação.

Em meio a toda essa busca por edições do *Jornal de Resenhas*, continuamos mantendo contato com os editores da Discurso Editorial, que nos comunicaram acerca de uma compilação de resenhas organizadas em três livros encadernados em brochura e capa dura, onde se encontravam cerca de 1.450 (um mil, quatrocentos e cinquenta) resenhas, que foram publicadas no período de abril de 1995 a novembro de 2002. Como estes livros (volumes I, II e III) estavam à venda, fizemos a compra e os três itens foram enviados via Correios.

Ressalte-se, porém, que as resenhas analisadas nesta pesquisa são as resenhas editadas em jornal impresso, nos anos de 2009, 2010 e 2012. Utilizamos as resenhas dos referidos livros somente para exemplos citados no decorrer da discussão teórica.

4.3 BREVE HISTÓRICO DO JORNAL DE RESENHAS

Tendo à frente o editor Prof. Dr. Milton Meira do Nascimento, o *Jornal de Resenhas* é um trabalho da Discurso Editorial – Editora Universitária da USP. Trata-se de um projeto, sem fins lucrativos, iniciado por um grupo de professores da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP. Porém, docentes de outras universidades públicas federais também abraçaram o referido projeto que tem o objetivo fazer circular resenhas de livros lançados no mercado editorial brasileiro, além de ensaios e entrevistas com autores.

A Discurso Editorial é uma sociedade civil sem fins lucrativos, fundada em 1993 pelos professores do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo. Dedicase a atividades de apoio ao ensino e à pesquisa em filosofia, letras, artes e ciências humanas. Publica diversas obras importantes nessas áreas, além de realizar vários projetos culturais, credenciados no Ministério da Cultura.

Entre os projetos culturais da Discurso Editorial, destacou-se o Jornal de Resenhas, produzido e administrado pela Discurso, desde 1995. O Jornal de Resenhas, a princípio, foi publicado mensalmente na Folha de S. Paulo, que também o apoiava. O projeto contava, ainda, com o apoio da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Unicamp e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Essa parceria permaneceu ativa durante os anos de 1995 a 2004.

Apesar da notável relevância do projeto para o meio acadêmico, no ano de 2004, não aconteceu circulação do Jornal, devido à falta de patrocínio, perdurando a interrupção até o ano de 2008. No entanto, a partir de 2009, o Jornal de Resenhas voltou a circular, tendo em conta o apoio do Ministério da Educação e Cultura – MEC. Nesse ano, foi feita uma tiragem de 75.000 (setenta e cinco mil) exemplares e distribuídos gratuitamente para todas as universidades federais e para as universidades estaduais paulistas.

Em 2012, mediante dificuldades de obtenção de patrocínio, o editor responsável, Prof. Dr. Milton Meira do Nascimento tentou manter o Jornal de Resenhas em circulação, optando pela via das assinaturas. Assim, campanhas, via internet, foram empreendidas, esperando-se contar com o apoio de um número significativo de assinantes – mil assinaturas– para dar continuidade ao projeto. Porém, diferentemente do que se esperava, mais uma vez, o projeto foi interrompido, desta vez por falta de adesões às assinaturas.

No ano de 2012, apesar de ter sido intensificado um *marketing* que ressaltava o Jornal de Resenha como sendo um veículo independente, que intencionava preservar uma linha sempre pluralista, reservando total liberdade aos autores das resenhas para elogiar ou criticar o livro resenhado, buscando prestar um serviço de utilidade pública de informação sobre o que se publica no mercado editorial brasileiro, com o intuito de desenvolver a cultura de um debate saudável de ideias, sempre respeitando as editoras, as pessoas dos autores dos livros e dos autores das resenhas, somente duas edições foram colocadas em circulação: a dos meses de novembro e dezembro. Após essas publicações, o projeto foi novamente interrompido.

Ressalte-se que, no ano de 2012, a direção do Jornal de Resenha publicou três volumes encadernados em forma de livros brochura. Nesses volumes, encontra-se uma compilação de 1.450 (um mil, quatrocentas e cinquenta) resenhas.

Segundo o professor Milton Meira do Nascimento, organizador dos livros supracitados, o objetivo desse trabalho é consolidar o projeto de produção do Jornal de Resenhas bem como disponibilizar, ao público leitor, análises críticas das mais diversas produções intelectuais, nacionais e internacionais, nas áreas de letras, artes, filosofia e ciências humanas, bem como nas áreas de exatas e biológicas.

4.4 GÊNEROS DISCURSIVOS/TEXTUAIS⁴³: VISÃO GERAL

A pluralidade de ações do ser humano, em qualquer âmbito social, encontra-se relacionada à linguagem. E, sendo a linguagem o sistema que medeia todas as ações, a consciência sobre a sua importância e uso se torna imprescindível. Este é fator determinante para a deflagração de mudanças interativas, através das quais o homem age e interage, modifica-se e modifica o outro, a sociedade, o mundo.

O uso também promove a busca pela informação, pela construção e contínua reconstrução de saberes. Contudo, o uso da linguagem apresenta múltiplos aspectos, facetas e características que somente se revelam, tendo em vista o(s) propósito(s) das ações pretendidas pelo homem. Para Bakhtin (2010a [1992], p. 261), “compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua”.

Nesse mesmo *continuum* de ideias, Bakhtin (op. cit.) afirma que “o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados⁴⁴ (orais ou escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana”. Isso significa dizer que o gênero é remetido a qualquer forma de enunciado, seja falado, seja escrito, seja literário, seja

⁴³ Nesta pesquisa, não diferenciamos gênero textual de gênero discursivo, ou seja, assumimos os termos como sinônimos, tratando, portanto, um pelo outro, visto que um e outro estão relacionados à competência discursiva dos usuários de uma diversidade de gêneros que circulam no meio social.

⁴⁴ Como visto anteriormente (*vide* 2.3), para Ducrot (1988, p. 53), enunciado é uma realidade empírica, é o que podemos observar quando escutamos alguém falar. Enunciado é a realidade empírica da frase. Esta é uma entidade que pertence ao campo do abstrato e o enunciado pertence ao campo do observável. Para Bakhtin (2010a), enunciados são textos que se materializam sob a forma de gêneros do discurso. Para este autor (*ibidem*, p. 283), “aprender a falar significa aprender a construir enunciados (porque falamos por enunciados e não por orações isoladas e, evidentemente, não por palavras isoladas)”. Nessa perspectiva, Bakhtin não distingue enunciado de enunciação. Já, para Ducrot (op. cit.), enunciação é a realização do enunciado.

não-literário; refere-se a textos em sua forma concreta, ou seja, textos materializados em eventos interativos.

Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. (BAKHTIN, 2010a [1992], p. 261)

Vê-se, assim, que, em qualquer gênero discursivo, os três elementos (conteúdo temático, estilo da linguagem e construção composicional), apontados por Bakhtin, sempre aparecem intimamente ligados, indissociáveis. Isso seria o mesmo que dizer que, ao proferir qualquer enunciado, em qualquer esfera social, selecionamos um determinado estilo, fazemos escolhas lexicais e arranjamos tudo isso em uma construção composicional. “Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos *relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*” (op.cit., p. 262 – grifos do autor).

Dito isso, cabe entender que, em função do tema, da situação e dos participantes, muitos estudiosos afirmam ser uma tarefa demasiadamente difícil elaborar modelos oclusos e pré-estabelecidos para o estudo dos gêneros discursivos. “Pode parecer que a heterogeneidade dos gêneros discursivos é tão grande que não há nem pode haver um plano único para o seu estudo [...]” (BAKHTIN, 2010a, p. 262). Este autor assevera, ainda, que a sua funcionalidade não uniforme torna os traços gerais dos gêneros discursivos abstratos e vazios, o que, em nossa ótica, reforça impetuosamente a tese da complexidade de se instituir um modelo de estudo para os gêneros discursivos.

Dizer, porém, que não há plano padronizado para o estudo dos gêneros discursivos parece insustentável, pois há, sim, planos de estudo para os mais diversos gêneros discursivos. Talvez, o que carece ser dito é que os planos de estudo são flexíveis e que, a partir de um plano já proposto, necessário se faz ajustá-lo, conforme objetivos de estudo, a funcionalidade do gênero, a área de pesquisa etc. Em razão de todos esses aspectos, dizemos, então, que um plano de estudo para os gêneros discursivos/textuais é algo dinâmico e, portanto, pode sofrer ajustes e alterações tendo em vista o foco de atenção do estudo.

A complicada tarefa de se elaborar um plano único para o estudo dos gêneros, talvez esteja, também, ligada ao fato de que gêneros discursivos podem ser divididos em dois grupos: *gêneros discursivos primários (simples)* e *secundários (complexos)*. Segundo Bakhtin (2010a), os romances, os dramas, as pesquisas científicas, os grandes gêneros publicitários

são exemplos de gêneros secundários. Estes, no seu processo de formação, absorvem e reestruturam os mais variados gêneros primários que se definem como aqueles de uso cotidiano, formados tendo em vista as exigências da comunicação discursiva no ato de interação, isto é, são formados em conformidade com as requisições da interação imediata, a exemplo do que ocorre durante um diálogo. Ainda no que se refere aos gêneros discursivos secundários, Bakhtin (op. cit.) postula que eles “surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) – artístico, científico, sociopolítico, etc.”.

Os gêneros, de um modo geral, são sempre vistos como ferramentas de interação que têm a função de realizar atividades formais ou informais de maneira eficaz. Marcuschi (2008, p. 161) aborda os gêneros como “atividades discursivas socialmente estabilizadas que se prestam aos mais variados tipos de controle social e até mesmo ao exercício de poder. Pode-se dizer que os gêneros textuais são nossa forma de inserção, ação e controle social no dia-a-dia”.

Na etnografia, na antropologia, na sociologia, na retórica e na linguística, a noção de gênero textual/discursivo também está vinculada a uma categoria distinta de discurso de qualquer tipo – falado ou escrito. Nesse contexto, situam-se piadas, editais, contos, tirinhas, horóscopos, receitas culinárias, e-mails, anúncios publicitários, artigos, resenhas, cartas, cardápios, ofícios, diários, resumos, charges, pichações, requerimentos, listas de compras, lendas, histórias em quadrinho, logomarcas, bulas de remédios, receitas médicas, notas fiscais, projetos e tantos outros gêneros de textos.

Se pretendêssemos elencar uma classificação dos gêneros, não chegaríamos a um esgotamento, pois há uma diversidade deles no meio social e, além disso, como práticas comunicativas, apresentam uma dinamicidade veloz e mudam constantemente em sua constituição. Logo, outros novos gêneros estão sempre surgindo. Este ponto de vista está fundamentado em Bakhtin (2010b, p 121), quando diz:

O gênero sempre é e não é o mesmo, sempre é novo e velho ao mesmo tempo. O gênero renasce e se renova em cada etapa do desenvolvimento da literatura e em cada obra individual de um dado gênero. Nisso consiste a vida do gênero. [...]. O gênero vive do presente, mas sempre *recorda* o seu passado, o seu começo. É o representante da memória criativa no processo de desenvolvimento literário. É precisamente por isto que tem a capacidade de assegurar a *unidade e a continuidade* desse desenvolvimento. (grifos do autor)

Os gêneros tornam-se novos, são reconstruídos, renascem continuamente; seus aspectos e formas sofrem mudanças e reformulações, conforme o âmbito social de circulação e objetivos de uso em cada atividade humana, em determinado momento histórico. Impregnados de novas qualidades, novas molduras, ganham nova validade e peculiaridades semânticas.

Cabe observar que as fronteiras entre o novo e o velho continuam imbricadas e conservadas, pois, nitidamente, percebe-se um vínculo na jacente do gênero renascido. Sobre a diversidade dos gêneros, Bakhtin (2010a [1992], p. 262) ainda faz a seguinte afirmação:

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo.

Porém, mesmo diante de tanta multiplicidade de gêneros, cada comunidade, cada indivíduo, geralmente, busca usá-los de acordo com o contexto, as finalidades e intenções em suas atividades sociais. Se, por exemplo, o sujeito se dirige a alguém, para fazer-lhe uma declaração de amor, ele a faz sabendo que está expressando o gênero declaração de amor. O mesmo pode acontecer quando um indivíduo diz uma piada: ele a diz sabendo que se trata do gênero piada. Além de buscar usá-los de forma consciente, em processos de interatividade, cada indivíduo também procura reconhecê-los numa dada interação, no cotidiano de sua vida. Na seguinte observação de Bakhtin (op. cit., p. 283), ressalta-se a habilidade do homem em reconhecer o gênero em um evento de comunicação interativa:

Nós aprendemos a moldar o nosso discurso em formas de gênero e, quando ouvimos o discurso alheio, já adivinhamos o seu gênero pelas primeiras palavras, adivinhamos um determinado volume (isto é, uma extensão aproximada do conjunto do discurso), uma determinada construção composicional, prevemos o fim, isto é, desde o início temos a sensação do conjunto do discurso que em seguida apenas se diferencia no processo da fala.

A escolha de um gênero para a interatividade humana somente é determinada a partir do domínio social em que será empregado, pois cada situação, cada evento está envolvido de gêneros específicos, de linguagens específicas, de estilos individuais – o gênero pode ser o mesmo para algumas atividades e este mesmo pode ser moldado diversamente para outra situação. Não há como propor um protótipo rígido de modelo de gênero a ser repetido todas as

vezes que precisamos escrever uma lenda, por exemplo. Isso significa dizer que não existe uma construção linguística fixa, totalmente fechada a ser seguida para sistematizar, por exemplo, uma conversação, uma publicidade, uma carta pessoal, uma lista de compras etc. Em vista disso, entende-se que o gênero apresenta variações de acordo com o uso e com as funções para as quais está engajado e se presta ao querer dizer. Bakhtin (2010a [1992], p. 293) considera que “os gêneros correspondem a situações típicas da comunicação discursiva, a temas típicos, por conseguinte, a alguns contatos típicos dos significados das palavras com a realidade concreta em circunstâncias típicas”.

Em um processo de interatividade, um determinado gênero pode ser modificado continuamente, porém isso não ocorre de forma aleatória, já que, como foi discutido, essa modificação está relativamente imbricada aos objetivos, à densidade, ao conteúdo, ao contexto de circulação etc. “Não se deve, de modo algum, minimizar a extrema heterogeneidade dos gêneros discursivos [...]” (BAKHTIN, 2010a, p. 263).

Após nossas primeiras reflexões, observamos que muitos gêneros, a partir das perspectivas apresentadas, passam ou sofrem por reformulações, adequações imprescindíveis à sua realização social. Entre esses gêneros, selecionamos a resenha acadêmico-científica como objeto de estudo e análise. Entendemos que esse gênero, dependendo do objetivo, da densidade, pode se apresentar sob os mais diferentes e complexos contornos. O que queremos dizer é que, mesmo mantendo características que a diferenciem de um artigo, por exemplo, ela pode ser elaborada não obedecendo a um padrão estável, estanque, pois o conteúdo temático, o estilo da linguagem e a construção composicional podem ser expressos sob várias configurações, dependendo do querer dizer do locutor.

Em razão do *corpus* desta pesquisa, no tópico seguinte centramos as discussões sobre o gênero discursivo resenha acadêmico-científica.

4.5 RESENHA: PRÁTICA DISCURSIVA NO CONTEXTO ACADÊMICO

Muitas vezes, antes de lermos uma obra completa, de assistirmos a um filme, de comprarmos uma coletânea de músicas etc., procuramos informar-nos sobre opiniões, avaliações e comentários manifestados acerca desses gêneros. Nesse sentido, há um gênero discursivo que nos orienta sobre o que escolher entre as mais diversas produções culturais que circulam em nosso meio social – trata-se da resenha.

O gênero discursivo resenha é produzido tendo em vista os mais diversos fins, sob os mais diferentes contornos e, ainda, em extensões diversificadas. Neste nosso estudo, porém, investigamos a resenha produzida no meio acadêmico. Em vista disso, nesta seção, o nosso propósito é discutir conceitos, objetivos e a organização discursiva do gênero resenha acadêmico-científica. Para tanto, ancoramos as nossas discussões nas teorias de Bakhtin (2006, 2010a[1992], 2010b), Foucault⁴⁵ (2011 [1971]), Motta-Roth (1995); Larrosa (1999) entre outros.

Inicialmente, apresentamos conceitos de resenha, sob uma visão geral. Em seguida, continuamos as discussões enfocando o gênero resenha acadêmica, mais especificamente resenhas de livros.

4.5.1 Conceitos, objetivos e organização discursiva de uma resenha acadêmico-científica

A resenha é um texto que, além de apresentar informações selecionadas e resumidas sobre o conteúdo de outro texto, de outro locutor, também apresenta comentários e avaliações (Cf. MACHADO et al., 2004). Esse gênero discursivo é um produto intelectual que nasce de saberes partilhados, uma vez que, para elaborar uma resenha, o resenhista precisa ter conhecimento e senso crítico acerca de outra obra que, naturalmente, não é de sua autoria. Fazer resumos, explicitações e julgamentos de valor de outro texto é, portanto, uma tarefa que requer, antes de tudo, uma leitura atenta do “texto fundamental ou criador”, ou seja, a resenha nasce primordialmente do texto lido que servirá de base para outro texto. Apesar de não fazer referência necessariamente à resenha⁴⁶, trazemos aqui as palavras de Foucault (2011 [1971], p. 23) para, de maneira geral, situá-la na categoria dos discursos que “repetem, glosam e comentam”, visto que tratamos a resenha como um gênero em que o locutor resenhista, de modo frequente, apresenta as palavras do locutor da obra resenhada para, geralmente, reforçar o dito e comentá-lo. No entanto, às palavras de Foucault, acrescentamos que a resenha é, sobretudo, um texto criador, pois também faz outros textos nascerem, a partir de uma

⁴⁵ As abordagens baseadas nos conceitos de Michel Foucault são trazidas, aqui, somente a título de esclarecimento sobre alguns aspectos relativos às práticas sociais discursivas, especificamente sobre os diversos procedimentos que regulam os discursos sociais. Assim, não se configura intento nosso fazer um confronto ou paralelo com a TAL nem com o fenômeno da modalização. Isso vale, igualmente, para justificar as palavras de Jorge Larrosa e Alberto Manguel, autores, também, referenciados neste tópico.

⁴⁶ Foucault fala dos discursos “que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam, ou falam deles” (2011 [1971], p. 22). Nessa perspectiva, a resenha, por ser um discurso que parte do discurso do outro, para falar dele (do discurso) pode ser encaixado no perfil daqueles discursos que “repetem glosam e comentam”.

interação com o interlocutor da resenha. Assim, a resenha, além de ser um espaço para exposição de interpretações, comentários e avaliações sobre o texto resenhado é, também, um texto criador.

Buscando navegar por novas formas do dizer, não usamos, neste estudo, a expressão acima (texto fundamental ou criador), designada por Foucault para se referir ao texto resenhado. No decorrer da discussão, usamos a expressão “texto base” (doravante TB, para o singular e TBs, para o plural) sempre que fizermos referência ao texto lido para ser resenhado.

Larrosa (1999, p. 118) afirma que o texto produzido a partir do TB, para Michael Foucault, é denominado de “texto segundo ou seu comentário”. Nesse sentido, o comentário “não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*”. (FOUCAULT, 2011 [1971], p. 25 – grifos do autor).

A leitura do TB é feita com um olhar atento de quem lê para escrever, com olhos de escritor que busca construir um novo dizer para o que lê. Nesse sentido, o trabalho de um resenhista não consiste estritamente na execução de práticas discursivas escritas. Parte, pois, inicialmente, de uma leitura⁴⁷ acurada do texto a ser resenhado. Conforme Manguel (1997), ler é um ato que precede a escrita⁴⁸. Afirmamos, assim, que toda resenha está diretamente entrelaçada ao que dizem os TBs, pois somente se pode escrever uma resenha, a partir da leitura prévia da obra a ser resenhada. Afinal, não se escreve sobre o que não se conhece; é impossível qualquer escrita, quando não se sabe o que dizer, quando não se tem conhecimento sobre o que escrever. Dizemos, enfim, que os TBs são requeridos, consultados para a edificação de novos discursos. E, nesse intento de escrever sobre o que lê, postulamos, portanto, que a resenha é uma atividade, um produto do escritor-leitor.

Ainda podemos dizer que, no momento em que nos dispomos a fazer leituras do texto do outro, seja para empreender outra escrita – para fazer uma resenha, por exemplo –, seja para outros fins, não apenas decodificamos palavras, tampouco somente processamos informações. Por vezes, devido aos sentidos produzidos a partir do texto, alimentamos sonhos, planejamos tomadas de decisão; novas ideias vêm à tona; conceitos e concepções são

⁴⁷ Parece redundante fazer tal afirmação, visto a concepção, generalizada, de que ler é uma atividade comum a toda escrita. Sempre escrevemos a partir de outras escritas que lemos. Talvez a questão resida, no caso da resenha, no apego necessário ao texto-base.

⁴⁸ Na perspectiva de Manguel (1997), a leitura é uma ação inerente ao homem que lê o mundo, lê o outro. “Só aprendi a escrever muito tempo depois, aos sete anos de idade. Talvez pudesse viver sem escrever, mas não creio que pudesse viver sem ler. Ler – descobri – vem antes de escrever. Uma sociedade pode existir – existem muitas, de fato – sem escrever, mas nenhuma existe sem ler” (MANGUEL, 1997, p. 20). Em nosso texto, fazemos uso das palavras de Manguel para ressaltar a necessidade de ler para escrever.

repensados. Acerca desse processo, Wittrock (1980), referenciado por Manguel (1997, p. 54) afirma o seguinte:

Nesse processo complexo, ‘os leitores cuidam do texto. Criam imagens e transformações verbais para representar seu significado. E o que é mais impressionante: eles geram significado à medida que lêem, construindo relações entre seu conhecimento, sua memória da experiência, e as frases, parágrafos e textos escritos’.

Considera-se, então, que, a partir da leitura, o leitor é levado, muito frequentemente, a mergulhar em histórias próprias ou de outrem. Assim, lembranças podem ser provocadas ou ressoadas pelo TB, passando, conseqüentemente, a fazer parte da construção de novos discursos, assim como da resenha, fazendo parte imprescindível do corpo do texto. Segundo Bakhtin (2002), o texto consente-nos a liberdade de falar e escrever com nossas próprias palavras, visto que o buscamos e, assim, o trazemos até nós. Em vista disso, entrelaçamos a ele as nossas próprias palavras e o encarnamos em nossa própria vida.

O diálogo existente entre o TB e o resenhista traduz, portanto, a ação do escritor-leitor que, ao escrever sobre o discurso do outro, permite ver-se, faz-se existir nas páginas de “uma obra alheia, que, entretanto, é sua própria obra, em uma escritura alheia, que é sua própria escritura, ou em umas palavras alheias, que são suas próprias palavras” (LARROSA, 1999, p. 140).

Nessa perspectiva, o locutor de uma resenha a constrói na atividade coletiva, visto haver uma interação entre os seguintes sujeitos: locutor do texto base (TB) e locutor resenhista. Não podemos esquecer que, por outro lado, a construção da resenha acontece como uma atividade individual, com o sujeito escritor travando a sua própria ação para fazer emergir um novo discurso.

No final dessas ações, o locutor da obra resenhada (locutor do texto base) espera que o resenhista seja ditoso em suas colocações para, portanto, somar pontos favoráveis ao enlevo da obra, ascendendo-a a uma posição de destaque e que, relevantemente, possibilitem ao leitor um julgamento mais geral da qualidade e da validade da obra resenhada. Igualmente, o trabalho do resenhista deve expressar credibilidade e fundamentação para que o leitor possa seguramente decidir conhecer ou não a obra principal, o texto base.

Nessa edificação, ao construir uma resenha, o resenhista também põe em evidência ou reforça a circulação do TB e, conseqüentemente, o seu respectivo autor poderá ganhar relevo por ter a sua obra comentada. Não se pode esquecer que, por outro lado, há um enaltecimento do resenhista que surge como referência para possíveis leitores de suas próprias

publicações. Ora, se a apreciação de um texto partiu, primeiramente, da leitura de uma resenha, certamente, o leitor enfatizará a resenha como responsável principal, como ponte de acesso ao TB. Em consequência disso, o resenhista constrói o seu próprio espaço, faz-se relevante, detentor de credibilidade para várias outras escrituras. É interessante que, quando são constituídos de comentários bem elaborados, bem estruturados e aceitos pelo público leitor, “muitos textos maiores se confundem e desaparecem e, por vezes, comentários vêm tomar o primeiro lugar” (FOUCAULT, 2011 [1971], p. 23). O que queremos dizer é que, quando a resenha é cuidadosamente construída, o leitor pode, inclusive, não sentir a necessidade de recorrer à leitura do TB, uma vez que tudo já se encontra explicitado e comentado na resenha. Por outro lado, pelo fato de ter lido uma determinada resenha, o leitor pode sentir-se (mais) motivado à leitura do TB.

Cabe observar que, geralmente, ao estruturar uma resenha, o resenhista primeiramente faz abordagens que objetivam evidenciar alguns traços do TB. Essa preocupação está relacionada à necessidade de manter o leitor informado sobre o material que está sendo resenhado. Nesse sentido, os movimentos iniciais de uma resenha expressam informações objetivas, dados informativos acerca da obra resenhada: referências sobre a obra (livro), seu locutor autor, conteúdo e organização. Além desses movimentos mais objetivos, o resenhista naturalmente assume pontos de vista relativos à obra em questão. Para Motta-Roth (1995), os movimentos discursivos, frequentemente usados no gênero resenha, são os seguintes: apresentar o livro; descrever o livro; avaliar partes do livro; (não) recomendar o livro. A ordem desses movimentos, no entanto, não pretende ser rígida, pois está condicionada ao estilo do locutor autor, ao que este pretende ressaltar, às características do TB, entre outros fatores.

Outra característica da resenha está relacionada à linguagem. Esta, em alta frequência, “inclui verbos no presente do indicativo para descrever a atualidade e a relevância do tema do livro” (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010, p. 43). A título de ilustração, vejamos os seguintes exemplos:

- (52) *O livro não se **limita** ao documento pessoal e histórico que se **pode** a uma autobiografia; **pode ser** lido como um romance.* (Jornal de Resenhas, 2001, vol. II, p. 1293)
- (53) *Reunindo dois textos de um dos mais destacados pensadores da atualidade, a presente edição nos **proporciona** uma acurada síntese das ideias que Immanuel Wallerstein **vem expondo** desde os anos 60.* (Jornal de Resenhas, 2002, vol. III, p. 2195)

Como se observa nos exemplos (52) e (53), os verbos no tempo presente funcionam como indicadores de atualidade da obra. Dessa forma, em qualquer tempo, a obra resenhada é caracterizada como uma produção que se mantém atual.

De certa maneira, o texto de uma resenha revela o conhecimento que o resenhista conserva em relação aos muitos aspectos da obra resenhada, como: a forma como ela veio a lume, quais os objetivos, suas qualidades e possíveis problemas de leitura, compreensão e interpretação. Essa responsabilidade ativa do resenhista prepara o leitor do TB para um entendimento mais rico, mais fecundo e – por que não dizer? – para decidir se lerá ou não o TB. As palavras do locutor resenhista podem configurar-se, ainda, como uma forma de evitar interpretações equivocadas sobre o texto resenhado.

Outro aspecto considerado, durante a edificação da resenha, é o cuidado que o resenhista empreende na tentativa de fazer o leitor perceber as fronteiras entre as suas palavras e as palavras do autor do TB. Sobre isso, Machado et al. (2004, p. 55) afirmam:

A resenha é um texto sobre outro texto, de outro autor. Assim, é natural que haja menções ao texto original, o que, no caso da resenha, vem acompanhado de comentários feitos pelo resenhista. Porém, deve-se tomar cuidado ao fazer essas menções para que *o que foi dito pelo resenhista e o que foi dito pelo autor do texto original fiquem absolutamente claros para o leitor*. (grifo nosso)

Poder-se-ia dizer, então, que o leitor da resenha precisa ter bem expresso e inconfundível o que faz parte das formulações e colocações do resenhista e o que faz parte das exposições do autor do TB. Saliente-se, entretanto, que nem sempre é possível identificar os limites entre o discurso do locutor resenhista e o discurso do locutor autor da obra resenhada. O que queremos sublinhar é que as vozes de um e de outro locutor podem se entrelaçar de forma que, muitas vezes, torna-se penoso para o leitor o ato de querer diferenciá-las nos enunciados que constroem a resenha.

Concernente à identificação das vozes do locutor da resenha e do locutor do TB, as discussões são aprofundadas no capítulo em que se empreendem as análises e discussão dos resultados. No entanto, a presença de outras vozes no gênero resenha é a discussão central do subtópico seguinte.

4.5.2 Inserção de vozes e (in?)expressão de subjetividade na organização discursiva da resenha

Como exposto, a resenha acadêmica é um gênero discursivo/textual onde se resumizam informações principais e se apresentam comentários acerca da obra resenhada, ou seja, o resenhista empreende uma análise avaliativo-crítica e informativa da obra resenhada. Poderíamos não separar estas duas atitudes e, sim, dizer que ocorre simultaneamente a construção da crítica com teor informativo através de sequências expositivas que os leitores podem assimilar ou rechaçar. Ressalte-se que, ao próprio locutor do TB reserva-se o direito de não aceitar as críticas que o resenhista sistematizou sobre sua obra. Ele pode, nesse sentido, contestar o que disse o resenhista.

A cadeia discursiva, construída através da exposição de informações e comentários, reflete a prática e a competência de um locutor que descreve e, ao mesmo tempo, assume uma posição crítica e avaliativa acerca de textos e livros. Com essa autonomia, o locutor crítico pode “deliberadamente apagar as fronteiras do discurso citado, a fim de colori-lo com as suas entoações, o seu humor, a sua ironia, o seu ódio, com o seu encantamento ou com o seu desprezo” (BAKHTIN, 2006, p. 157).

Nesse exercício de ações, o locutor-resenhista imprime sua subjetividade em relação ao conteúdo da obra resenhada, uma vez que, ao fazer comentários e críticas com tons de humor, ironia, encantamento etc., esse locutor expressa tomadas de atitudes perante as suas próprias proposições e, mais fortemente, em relação às proposições do outro, das vozes do outro.

Essa dinamicidade de dizer o dito possibilita, por outro lado, a apresentação de outras vozes que estão sobremaneira ligadas ao tema abordado no TB, a exemplo das vozes do próprio locutor do TB que, quando trazidas para a resenha, exercem funções variadas. Uma delas, por exemplo, talvez seja corroborar o dito do próprio locutor resenhista. O agrupamento de vozes, no entanto, não intenciona repetir informações, visto ser revestido de novas proposições que ativam, inclusive, conhecimentos de outras leituras feitas pelo locutor resenhista. Especificamente sobre essa forma de escrever, Bakhtin (2010b, p. 223) afirma que “as palavras do outro, introduzidas na nossa fala, são revestidas inevitavelmente de algo novo, da nossa compreensão e da nossa avaliação[...]”. Assim, novos conceitos podem ser formulados, novas discussões podem ser desenvolvidas e orientações conclusivas são impressas no texto do resenhista.

As vozes do outro, presentes em resenhas, encontram-se evidenciadas de diversas formas e podem desempenhar, também, funções variadas, acontecendo, portanto, um encadeamento de textos, uma junção de ideias, formando novos discursos. Usando as palavras de Bakhtin, poderíamos dizer que “temos diante de nós um caso de inter-relação dialógica entre palavras diretamente significativas dentro de um contexto” (2010b, p. 215).

Para Bakhtin (2006, p. 154),

O objeto verdadeiro da pesquisa deve ser justamente a interação dinâmica dessas duas dimensões, o discurso a transmitir e aquele que serve para transmiti-lo. Na verdade, eles só têm uma existência real, só se formam e vivem através dessa inter-relação, e não de maneira isolada. O discurso citado e o contexto de transmissão são somente os termos de uma inter-relação dinâmica. Essa dinâmica, por sua vez, reflete a dinâmica da inter-relação social dos indivíduos na comunicação ideológica verbal. (Trata-se, naturalmente de tendências essenciais e constantes dessa comunicação).

A resenha acadêmica, por ser um gênero produzido a partir do texto do outro, não poderia ser construída sem o diálogo, sem a interrelação com o locutor do discurso citado, retomado e com o locutor da resenha. Assim, numa mistura corrente de discursos com elos interativos e significativos, numa cadeia discursiva, novos discursos ganham vida e funcionalidade. Para Bakhtin (2006, p. 154), “o discurso citado e o contexto narrativo unem-se por relações dinâmicas, complexas e tensas. É impossível compreender qualquer forma de discurso citado sem levá-las em conta”. Estas relações de que fala Bakhtin se referem, na resenha, aos discursos do locutor-resenhista e do locutor-autor do TB. São relações que, apesar de parecerem um pouco complexas, facilmente se constituem após os desvelamentos, as citações provenientes do TB, entrelaçadas com a voz do resenhista. O resultado dessa dinâmica interação é uma fusão de ideias, uma comunhão de saberes.

Além de apresentar vozes do TB, o resenhista pode, inclusive, ressaltar a importância da excursão por diferentes leituras que convergem para uma mesma discussão. A partir desse passeio, as palavras, as ideias sistematizadas de vários locutores entram em fusão e promovem a mobilização do leitor para um vasto conjunto de saberes; promovem também “novas formas de ver, compreender e perceber” os sentidos dos textos.

Outra funcionalidade do discurso do outro na resenha é corroborar e/ou sustentar e/ou fortalecer o dizer do resenhista. Poder-se-ia justificar a presença de outras vozes, admitindo-se, por outro lado, a possibilidade de serem considerados importantes dispositivos de leitura direcionados ao (possível) público leitor, uma vez que nessa tarefa de resenhar uma

obra, o locutor da resenha sente ecoar ideias e estudos de outros locutores e suas escrituras. Não querendo, portanto, os ecos somente para si, o resenhista faz, sutil e elegantemente, um convite aos leitores para o empreendimento dessas outras leituras. Os leitores do TB, portanto, são convidados a sentir, também, as sensações experimentadas pelo locutor resenhista, quando mergulha em textos que dialogam com o TB. Importa ressaltar que o convite não põe em risco a não leitura da obra resenhada, ou seja, não trapaceia a leitura do TB. Este se encontra apontado em primeiro plano.

Com efeito, a leitura de textos que se entrelaçam privilegia o leitor bem como o faz regular o próprio processo de leitura, condição fundamental para o diálogo entre os saberes propostos pelos textos e o conhecimento do leitor. Em vista disso, dizemos que, na verdade, acontece um encontro plenissignificativo de saberes mútuos que podem se estranhar, às vezes, embora mais frequentemente são partes que se interrelacionam, se orientam ou se completam mutuamente. Na visão de Bakhtin, (2010b, p. 216),

dois discursos iguais e diretamente orientados para o objeto não podem encontrar-se lado a lado nos limites de um contexto sem se cruzarem dialogicamente, não importa que um confirme o outro ou se completem mutuamente ou, ao contrário, estejam em contradição ou em quaisquer outras relações dialógicas (por exemplo, na relação entre pergunta e resposta). Duas palavras de igual peso sobre o mesmo tema, desde que estejam juntas, devem orientar inevitavelmente uma à outra. Dois sentidos materializados não podem estar lado a lado como dois objetos: devem tocar-se internamente, ou seja, entrar em relação semântica.

A resenha acadêmica, portanto, constrói-se em um intenso jogo de vozes que se confirmam se orientam, se relacionam semanticamente. O locutor de uma resenha pode trazer para a sua obra vozes variadas que cooperam com suas diversificadas linguagens para a construção do texto. Nessa perspectiva, o resenhista também coloca o leitor em contato com importantes obras que, naturalmente, se entrelaçam e revelam confluência para com as informações expressas no TB. Nesse caminhar, além de permitir ao leitor uma visão mais articulada das ideias que se manifestam no livro resenhado, o resenhista resgata informações, imprime orientações semânticas, alimenta a imaginação dos leitores. Tudo isso, certamente, instiga a curiosidade dos pretensos leitores e abre-lhes as portas para que possam descortinar o universo do TB e nele mergulhar. Como diz Foucault (2011 [1971], p. 49:

Quer seja, portanto, em uma filosofia do sujeito fundante, quer em uma filosofia da experiência originária ou em uma filosofia da mediação

universal, o discurso nada mais é do que um jogo, de escritura no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca no terceiro, e essa troca, essa leitura e essa escritura jamais põem em jogo senão os signos.

Em seu texto, o resenhista coloca à disposição dos leitores conceitos e ideias centrais em torno dos quais se organiza o livro. Tais conceitos e ideias poderão ajudar a compreender o contexto discursivo em que o texto foi escrito. É um jogo de palavras que tenta interagir com o leitor; é um jogo para seduzir o leitor a fazer uma submersão nas vozes encadeadas de diversos autores, aumentando ainda mais a “cadeia interlocutiva”, na medida em que ele (leitor) também passa a dar sentido ao que lê, também passa a reconstruir pensamentos e ideias.

Após todas as reflexões aqui propostas, cabe acrescentar, por fim, que apontar problemas existentes no TB é uma característica do gênero resenha. Nela, o resenhista pode ajuizar uma determinada obra sob vários pontos de vista, isto é, pode enaltecer o TB, solidificando a importância da obra; pode apontar os pontos positivos e, também, os pontos negativos ou pode, inclusive, refutá-la, contestando colocações e sistematizações do locutor da obra resenhada. A resenha, enfim, é um texto de natureza opinativa. As opiniões, entretanto, mesmo quando ressaltam aspectos negativos da obra, são apresentadas de forma respeitosa.

4.6 CATEGORIAS DE ANÁLISES: BREVES CONSIDERAÇÕES

O gênero resenha acadêmico-científica é uma prática social discursiva em que o locutor resenhista organiza o discurso de forma que fiquem impressas marcas argumentativas. Para tanto, fenômenos como a modalização e a polifonia de locutores são acionados pelo locutor para marcar a sua atitude, predispor efeitos de sentido e, conseqüentemente, orientar conclusões sobre o dito.

Esta pesquisa parte da hipótese de que a modalização e a polifonia de locutores são fenômenos que atuam de forma concomitante no enunciado, objetivando deixar impressa a subjetividade do locutor resenhista.

Tendo em conta que a resenha acadêmico-científica, neste trabalho, é vista como um lugar de interação de vozes e, portanto, de impressões subjetivas, através do qual um locutor resume, elogia, critica e avalia as mais diversas produções intelectuais acadêmicas, esta pesquisa objetiva investigar a modalização e a polifonia de locutores como fenômenos que

revelam, linguisticamente, a subjetividade no gênero resenha, funcionando, portanto, como marcas de argumentação. De forma mais delimitada, formulamos os seguintes objetivos: i) identificar as ocorrências da modalização e dos índices de polifonia de locutores no gênero acadêmico resenha; ii) investigar se a modalização e a polifonia de locutores se caracterizam como fenômenos que atuam conjuntamente no sentido de gerar efeitos de sentido e imprimir orientações argumentativas; iii) descrever e analisar os efeitos de sentido gerados pela ocorrência da modalização e da polifonia de locutores e iv) verificar como tais fenômenos se constituem em uma característica do estilo linguístico e da própria função do gênero.

A princípio, necessário se faz esclarecer que a análise desenvolvida tem caráter estritamente qualitativo. Isso significa dizer que não nos interessa delinear quadros estatísticos dos textos que compõem o *corpus* analisado.

Ressaltamos que as descrições apresentadas serão sustentadas na Teoria da Argumentação na Língua – TAL e no fenômeno da Modalização.

Como as resenhas são extensas, trazemos para esta investigação apenas os excertos representativos da ocorrência de modalização e da polifonia de locutores como fenômenos discursivos utilizados pelo locutor resenhista para marcar a sua subjetividade. Analisaremos, portanto, no gênero resenha acadêmica, os fenômenos argumentativos que materializam, linguística e discursivamente o ponto de vista do locutor resenhista (L1), tendo em vista um interlocutor (leitor) hábil em entender os efeitos de sentido inscritos no discurso.

Para as análises, selecionamos dez resenhas, coletadas em seis edições do *Jornal de Resenhas da Discurso Editorial*, ISSN 1984-6282: edição número 1, março de 2009; edição número 2, maio de 2009; edição número 9, abril de 2010; edição número 10, novembro de 2010; edição número 11, novembro de 2012 e edição número 12, dezembro de 2012.

Essas resenhas foram selecionadas obedecendo-se a dois critérios: i) resenhas de professores de diferentes universidades do Brasil; ii) componentes curriculares ministrados pelos professores produtores das resenhas. Assim, coletamos textos de professores da USP, da PUC-RS, da UFG, UFSC que atuam em áreas diferentes, conforme especificado na descrição de cada resenha a seguir. Esclarecemos, ainda, que em algumas descrições não se aponta a área de atuação do professor, trazendo apenas informações, a saber: professor livre-docente, professor aposentado etc.

Da edição número 1, publicada em março de 2009, foram coletadas as seguintes resenhas:

- **RESENHA 1 (R1) – Jogo aberto: retórica unifica o pensamento de Rousseau segundo Bento Prado Jr.** (p. 4-5), texto de autoria de Milton Meira do

Nascimento (Professor de ética e filosofia política da Universidade de São Paulo) que resenha o livro *A retórica de Rousseau e outros ensaios*, obra de Bento Prado Jr., Editora Cosacnaif, 456p.

- **RESENHA 2 (R2) – Rebelião das massas 2: debate americano sobre o potencial da internet** (p. 11), de autoria de Francisco Rudiger (Professor da PUC – RS e Universidade Federal do Rio Grande do Sul) que resenha a obra *Against the machine: how the web is reshaping culture and commerce*, de autoria de Lee Siegel, Editora Spiegel & Grau, 192p.

Da edição número 2, publicada em maio de 2009, foi coletada a seguinte resenha:

- **RESENHA 3 (R3) – Calabar de batina: as várias identidades do jesuíta paulista Manoel de Moraes** (p.3), escrita por Laura de Mello e Souza (Professora do Departamento de História da USP) que resenha a obra *Traição – um jesuíta a serviço do Brasil Holandês processado pela inquisição*, de autoria de Ronaldo Vainfas, Companhia das Letras, 302p.

Da edição número 9, publicada em abril de 2010, foi coletada:

- **RESENHA 4 (R4) – O enigma da música** (p. 19), escrita por Wolney Unes (professor de música na Universidade Federal de Goiás) que resenha a obra *Apoteose de Rameau e outros ensaios*, de autoria de Henri Pousseur, tradução de Flo Menezes e Mauricio Oliveira Santos, Editora UNESP, 358p.

Da edição número 10, publicada em novembro de 2010, foram coletadas duas resenhas:

- **RESENHA 5 (R5) – Um clássico sobre Rousseau** (p. 3), escrita por Rolf Kuntz (Professor livre-docente no Departamento de Filosofia da USP), que resenha a obra *Jean-Jacques Rousseau e a ciência política de seu tempo*, de autoria de Roberto Derathé, tradução de Natalia Maruyama, Discurso Editorial, Editora Barcarolla, 662p.
- **RESENHA 6 (R6) – Direitos da mulher** (p 4-5), escrita por Maria Lúcia Pallares-Burke (Professora aposentada da Faculdade de Educação da USP), que resenha a obra *A importância de ser Mary: análise e tradução de “A vindication*

of the rights of woman”, obra da proto-feminista Mary Wollstonecraft, tradução de Ivania Pocinho Motta, Editora Annablume, 364p.

Da edição número 11, publicada em novembro de 2012, foram coletadas duas resenhas:

- **RESENHA 7 (R7)– Jogo híbrido: os responsáveis pela fiscalização dos ocupantes de cargos públicos** (p. 5), escrita por Maria da Glória Bonelli (Professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos) que resenha a obra *Virtude e limites: autonomia e atribuições do Ministério Público no Brasil*, de autoria de Fábio Kershe, EDUSP, 120p.
- **RESENHA 8 (R8) – Totens da modernidade: o trabalho de luto da tradição da pintura moderna** (p. 8), escrita por Ricardo Fabbri (Professor de estética do departamento de filosofia da USP) que resenha a obra *A pintura como modelo*, de autoria de Yve-Alain Bois, tradução de Fernando Santos, Editora WMF Martins Fontes, 402p.

Da edição número 12, publicada em dezembro de 2012, foram coletadas mais duas resenhas:

- **RESENHA 9 (R9) – Idade Média: passado e presente** (p. 4), escrita por Hilário Franco Jr (Professor de história social do departamento de história da Universidade de São Paulo), que resenha a obra *O outono da Idade Média*, do autor Johan Huizinga, traduzido por Francis Petra Janssen, Editora, Cosac Naify, 656p.
- **RESENHA 10 (R10) – Uma razão quase anêmica: Kurz já não entusiasmo do mesmo modo** (p. 6), escrita por Wolfgang Leo Maar (Professor da Universidade Federal de São Carlos), que resenha a obra *Razão sangrenta* de Robert Kurz, tradução de Fernando de Moraes Barros, Editora Hedra, 298p.

Para efeito do estudo proposto nesta investigação, selecionamos alguns recortes, após exaustivas leituras das resenhas elencadas acima. Catalogamos um total de 75 (setenta e cinco) recortes mais representativos das perspectivas de análise. Assim, de cada resenha foram selecionados e coletados todos os recortes que apresentavam os fenômenos da polifonia de locutores e da modalização – introdução de relatos em estilo direto, de relatos em estilo

indireto, uso de aspas e coocorrência de relato em estilo direto, relato em estilo indireto e de aspas. Estes recortes estão situados conforme as categorias de análise abaixo descritas.

Intentando maior sistematização, achamos conveniente categorizar os recortes extraídos das resenhas supracitadas por enumerações – **Relato 1, Relato 2, Relato 3** etc. – que seguem sequencialmente até o fim das análises. Ao final de cada recorte, informamos a que resenha o mesmo pertence. Dessa forma, **(R1)** corresponderá ao recorte extraído da RESENHA 1, **(R2)** à RESENHA 2 (conforme elencadas anteriormente) e assim por diante.

Atendo-nos aos locutores responsáveis pelos relatos, estabelecemos as seguintes categorizações:

- **L1** é aquele responsável pelo texto como um todo – locutor resenhista;
- **L2** é o locutor da obra resenhada. Este locutor tanto poderá ter a sua voz apresentada em relato em estilo direto como em relato em estilo indireto.
- **L3, L4** etc. são os demais locutores que se apresentam no texto analisado.

Em razão dos relatos analisados serem constituídos por diferentes vozes e por outros elementos linguísticos, determinamos uma cor distinta para cada elemento, conforme especificado a seguir:

- Discurso de L1, aquele responsável pelo discurso como um todo – deixamos em fonte de cor preta;
- Discurso de L2 (apresentado relato em estilo direto) – em fonte na cor azul;
- Discurso de L2 (apresentado em relato em estilo indireto) – em fonte de cor verde;
- Verbos *dicendi* e equivalentes – fonte de cor preta e sublinhado;
- Aspas – em fonte de cor vermelha;
- “Como” acompanhando o verbo *dicendi* para introduzir os relatos em estilo direto e em estilo indireto – em fonte de cor lilás e sublinhados;

Nesse contexto de análise, os fenômenos linguístico-discursivos encontram-se divididos em quatro categorias e respectivas divisões, a saber:

- RELATO EM ESTILO DIRETO (RD)

RD introduzido por verbo *dicendi* não-modalizador ou por termo equivalente

RD introduzido por verbo *dicendi* modalizador ou por termo equivalente

RD corroborando o relato em estilo indireto (RI)

- RELATO EM ESTILO INDIRETO (RI)

RI introduzido por verbo *dicendi* não-modalizador ou por termo equivalente

RI introduzido por verbo *dicendi* modalizador ou por termo equivalente

- ASPAS

- COOCORRÊNCIA DE DIFERENTES FENÔMENOS POLIFÔNICOS: ASPAS, RD E RI

Delineadas todas as ações para o empreendimento das análises, partimos agora para o quinto e último capítulo deste trabalho, onde identificamos, descrevemos e analisamos as ocorrências da modalização e da polifonia de locutores nos recortes retirados das resenhas coletadas do *Jornal de Resenhas*. Ao término das análises de cada categoria supracitada são feitas algumas discussões concernentes aos resultados obtidos. Essas discussões servem de base para as interpretações dos resultados, registradas nas considerações finais.

5 MODALIZAÇÃO E POLIFONIA NO GÊNERO RESENHA

A partir de então, dedicar-nos-emos às análises dos fragmentos textuais retirados das resenhas supracitadas. Ressaltamos que o mesmo recorte poderá ser analisado duas vezes, tendo em vista a intercorrência de diferentes fenômenos no seu interior. Assim, num mesmo recorte, poderemos analisar a ocorrência do relato em estilo direto e, ainda, o uso das aspas de diferenciação, por exemplo. Um mesmo recorte pode, portanto, ser repetido para análises diferentes, conforme as categorias de análise.

5.1 RELATO EM ESTILO DIRETO (RD)

No relato em estilo direto, o locutor da resenha (doravante L1), responsável pelo discurso como um todo, geralmente apresenta o ponto de vista do locutor da obra resenhada (doravante L2) entre aspas e introduzido por um verbo *dicendi*. Esta estratégia é um fenômeno discursivo utilizado pelo locutor resenhista para, em alguns casos, corroborar o relato em estilo indireto; outras vezes, o relato em estilo direto é apresentado por L1, em forma de narrativa fiel e precisa, entre aspas, revelando, entre outras estratégias, engajamento com o dito de L2, como se L1 pretendesse deixar clara a seguinte mensagem: “as palavras de L2 são, também, as minhas palavras”. Nesse sentido, L1 assume o ponto de vista de L2. Enfim, em todos os casos, ficam subjacentes orientações conclusivas e efeitos de sentido gerados nos enunciados.

A modalização, nesses casos, pode acontecer: i) a partir da seleção do verbo *dicendi* ou equivalente, ou a partir da combinação de outros elementos linguísticos (advérbios, adjetivos etc.), selecionados por L1 para tornar mais evidente a orientação conclusiva do relato introduzido, ou seja, como este deve ser lido e entendido, inclusive expressando engajamento ou não de L1 em relação ao dito de outros locutores; ii) a partir, também, da literalidade do dito, que marca o grau de comprometimento de L1 em relação ao dito de L2.

Cumprе esclarecer que, aqui, consideramos ser relato em estilo direto somente os segmentos de enunciados que apresentam sentido completo. As aspas usadas para destacar termos e expressões linguísticas, dando-lhes ênfase dentro de um enunciado, são analisadas mais adiante e, portanto, não são consideradas relatos em estilo direto.

5.1.1 RD introduzido por verbo *dicendi* não-modalizador ou por termo equivalente

Relato 1

Não tendo sido destinadas pela natureza a ser intelectual e fisicamente iguais aos homens, argumentava Rousseau, aquelas que fugissem de suas funções sagradas de esposas e mães para competir com os homens na esfera pública, estariam traindo sua própria natureza e se afastando da única esfera em que poderiam obter genuína realização pessoal.

Discordando totalmente do filósofo nesse respeito, e desejando ardentemente que tal sistema de educação fosse “pelos ares”, Mary estava ciente, no entanto, de seu poder de persuasão: [A eloquência de Rousseau](#), dizia ela, “[torna os absurdos plausíveis](#)”. (R6)

No trecho acima (**Relato 1**), o locutor resenhista (L1), responsável pelo discurso como um todo, coloca em cena, de forma direta, a voz de L2 (Mary Wollstonecraft (1757-1792), autora da obra *A vindication of the rights of Woman*, traduzida para o português por Ivania Pocinho Motta, resenhada por Maria Lúcia Pallares-Burke).

Nesse entrelaçar de vozes, L1, a partir do relato em estilo direto, constituído pela voz de L2 (destacada, por nós, em fonte de cor azul, entre aspas e introduzido pelo verbo *dicendi* dizer), apresenta a irritação de L2 em relação ao pensamento de Rousseau, o qual retrata o sistema de educação preconceituoso, que mantinha as mulheres como submissas e destinadas a apenas cuidar do lar. Interessante é que a afirmativa de Rousseau, apesar de absurda, conforme aponta L2, mostra-se convincente e passiva de aceitação. Para L2, o discurso de Rousseau é eloquente a ponto de orientar o interlocutor a aceitar o referido sistema de educação como irrefutável, inclusive merecedor de aplausos.

Conforme a continuidade discursiva, ou seja, no próprio trecho em que o relato está inserido, podemos perceber que L1 admite a voz de L2, deixando, portanto, entrever que, embora⁴⁹ o discurso de L2 seja apresentado em relato em estilo direto, é aprovado e admitido por L1. Logo, L1 se engaja com o dito de L2. Esta estratégia se revela como uma forma de orientar conclusões discursivas, gerando o efeito de sentido de conformação estabelecida pelo ponto de vista de L1 em relação ao poder de persuasão de Rousseau que, por sua vez, parece ser incontestável. E, nesse sentido, o ponto de vista de L2 precisa ser admitido.

Concernente ao verbo *dicendi* “dizer”, este não apresenta carga significativa de modalização, visto ser empregado apenas para expressar o dito de L2. A modalização torna-se evidente, no entanto, nas expressões “discordando totalmente” e “desejando ardentemente”

⁴⁹ Para muitos estudiosos, introduzir a voz do outro em forma de relato em estilo direto é uma forma de não se comprometer com o dito. Nesse sentido, o relato em estilo direto implica fazer o outro falar, atribuindo-lhe a responsabilidade das falas (cf. DUCROT, 1987). Em nossos estudos, observamos que, mesmo introduzindo o relato em estilo direto, o locutor resenhista se engaja com a voz de L2.

que trazem na sua conjuntura advérbios modalizadores. No caso do uso do advérbio de modo *totalmente*, o efeito de sentido gerado é de delimitação, pois orienta que se deve considerar o conteúdo proposto (a afirmação de Mary) em sua totalidade, imprimindo-se a ideia de que o dito de L2 não permite entrever a possibilidade de uma discordância parcial – a discordância é absoluta. Já ao empregar o advérbio “ardentemente”, a modalidade expressa é de avaliação uma vez que desejar ardentemente é desejar de forma intensa. Nessa perspectiva, há uma avaliação do dito de L2.

Outra forma de modalização é observada no uso da expressão “Mary estava ciente”. Aqui, o termo “ciente” é empregado no sentido de certeza (Mary estava certa / Mary tinha certeza). Logo, “ciente” funciona como um modalizador asseverativo, além de ser recurso que reforça a assimilação de L1 ao dito de L2.

Coincide, portanto, nesse trecho a presença de três modalizações: uma expressa pelo advérbio “totalmente”: **delimitadora**; outra expressa também por um advérbio (ardentemente): **avaliativa** e outra pelo adjetivo “ciente”: **epistêmica asseverativa**.

A modalização, na verdade, é a estratégia que evidencia o comprometimento de L1 em relação ao dito de L2, ou seja, o modo como o relato é posto em cena, os termos selecionados por L1 para apresentar a voz de L2 são recursos que, no decorrer da continuidade discursiva, denotam o engajamento de L1 ao ponto de vista de L2.

Relato 2

Para Huizinga – e a historiografia posterior tenderia a lhe dar razão – Burckhardt exagerava no contraste entre medieval e renascentista, esquecendo que “*também na Itália do século XV a base sólida da vida cultural ainda continuava sendo genuinamente medieval, e até nas próprias mentes renascentistas os traços medievais estão sulcados muito mais fundo do que normalmente se acredita*” (OIM, 553-4). (R9)

No relato 2, o locutor (L1), responsável pelo discurso como um todo, introduz a voz de L2 (Johan Huizinga, autor de *O outono da Idade Média*, obra traduzida para o português por Francis Petra Janssen e resenhada por Hilário Franco Jr.). A voz de L2 é colocada em cena em relato em estilo direto, disposto entre aspas, introduzido pelo verbo *dicendi* esquecer e, aqui, destacado (por nós) em fonte de cor azul.

A apresentação do ponto de vista de L2 em relato em estilo direto sugere que tais palavras são de responsabilidade do locutor da obra resenhada, permitindo, portanto, a conclusão de que o que está dito por L2 não deve ser confundido com a voz de L1. Porém, observando-se a construção do discurso em sua estrutura integral, verifica-se que, ao proferir

o trecho *e a historiografia posterior tenderia a lhe dar razão*, que se encontra intercalado e entre travessões, o locutor resenhista (L1) deixa entrever o seu engajamento com o dito de L2.

L1 se compromete com o dito de L2, mesmo apresentando-o em relato em estilo direto, pois a referida proposição reforça a admissão do dito de L2. Ao dizer que *a historiografia tenderia a lhe dar razão*, L1 orienta a conclusão de que o dito de L2 realmente se caracteriza como inegável e, por isso, precisa ser admitido. Logo, o engajamento de L1 em relação ao dito de L2 fica evidente.

Relato 3

A história das teorias consiste, em grande parte, na reelaboração e em novas formas de uso dos conceitos. A transformação da idéia de mercado, hoje imensamente mais complexa do que no tempo de Adam Smith, é um bom exemplo. Rousseau não foi apenas mais um contratualista. Ele rejeitou a idéia do contrato duplo, exposta na obra de Pufendorf, e a noção no pacto entre indivíduos, tal como encontrada em Hobbes. No *Contrato Social*, “o ato de associação encerra um compromisso recíproco entre o público e os particulares”. Como observa Derathé: “O corpo do povo em constituição é uma das partes contratantes, como se já estivesse efetivamente constituído – ficção que Hobbes nunca admitiria.” (R5)

No relato acima, L1 introduz o ponto de vista de L2 em relato em estilo direto, disposto entre aspas (destacado, por nós, na cor azul). Interessa destacar que L1, ao apresentar o dito de L2, deixa marcado seu engajamento sobre o mesmo. Para evidenciar seu posicionamento favorável ao discurso de L2, o locutor responsável pelo discurso como um todo (L1) utiliza o verbo *dicendi* “observar” acompanhado do advérbio de modo “como”, indicador de assimilação. A escolha da estrutura linguística verbal “como observa” permite incorporar marcas subjetivas de aprovação e conformidade com o dito de L2. Assim, ao tempo em que apresenta o ponto de vista de L2, L1 também deixa ressoar que compartilha deste mesmo ponto de vista – a observação feita por L2 é, de fato, a observação de L1.

Cabe ressaltar que o elemento linguístico “observar”, selecionado pelo locutor responsável pelo discurso como um todo (L1), significa “examinar atentamente”. Nesse caso, acompanhado do “como”, recurso que indica assimilação, a conclusão orientada discursivamente torna-se mais acentuada – L1 concorda com a opinião de L2, e assim o interlocutor pode, também, admiti-la.

Relato 4

O texto de um historiador jamais será uma demonstração. Como em poucas centenas de páginas descrever analiticamente anos, décadas ou mesmo séculos? Como entender em profundidade uma outra cultura se às vezes é difícil entender a sua própria?

Existe a documentação, é claro, mas as frequentes contradições e lacunas no interior dela devem impedir todo sentimento de soberba. Como reduzir a um denominador comum o comportamento, o pensamento, a sensibilidade de milhares ou de milhões de pessoas? E se, hipoteticamente, essa meta fosse alcançada, qual seria sua legitimidade epistemológica? Onde colocar e como avaliar o que escapa aos padrões?

Como Huizinga reconhece, sempre há “aquela inevitável unilateralidade sem a qual não se forma nenhum juízo histórico” (OIM, 553). (R9)

No relato 4, o locutor responsável por todo o discurso introduz o ponto de vista de L2, em relato em estilo direto, entre aspas, introduzido pelo verbo *dicendi* “reconhecer” e assinalado (por nós) em fonte de cor azul. Ao selecionar e usar o advérbio de modo “como”, o locutor resenhista possibilita entrever que o referido ponto de vista é, igualmente, o seu ponto de vista. Nesse caso, L1, em conformidade com L2, participa da ideia de que não se forma juízo histórico sem unilateralidade. Um dos fortes rastros de engajamento com o dito de L2, deixados por L1, é, conforme mencionado, o recurso linguístico “como” que, ao acompanhar o verbo *dicendi* “reconhecer” imprime notoriamente que o dito de L2 é, discursivamente, o dito de L1.

Neste relato se observa, portanto, que L1, para introduzir a voz de L2, faz a escolha da expressão “como Huizinga reconhece”, como uma estratégia para orientar que compartilhe do mesmo dito de L2 e que esse dito pode ser admitido pelo interlocutor.

Neste ponto, o nosso foco de análise foi o RD introduzido por verbo *dicendi* não modalizador ou equivalente. A seguir, analisamos alguns recortes que apresentam RD introduzido por verbo *dicendi* modalizador ou equivalente.

Até aqui, neste *corpus*, catalogamos quatro recortes em que verificamos exemplos de polifonia de locutores, através da ocorrência do relato em estilo direto (RD). Nas análises dos referidos recortes, observamos que o locutor responsável pelo discurso (L1) coloca em cena a voz de outro locutor (sempre a voz do locutor da obra resenhada – L2) e com ela se engaja. Verificamos, ainda, que, apesar dos verbos *dicendi* não expressarem modalização, L1 insere, na continuidade do discurso, elementos linguísticos que imprimem conclusões orientadas discursivamente.

5.1.2 RD introduzido por verbo *dicendi* modalizador ou por termo equivalente

Relato 5

Em expressões como “não conheço a arte de ser claro para quem não quer ser

atento”, Rousseau alertou os leitores de que seus textos deveriam ser lidos com cuidado, com muita atenção para o sentido dos termos empregados. No entanto, a maioria continuou a fazer uma leitura apressada de sua obra e julgá-la por falta de coerência, de consistência, resultado de uma personalidade doentia, paranóica e assim por diante. (R1)

No relato acima, L1, locutor responsável pelo discurso como um todo, apresenta a voz de L2, seguida do verbo *dicendi* “alertar”. Esse verbo qualifica o discurso de L2 como uma advertência aos leitores de Rousseau, que devem ser atentos aos seus textos para melhor compreendê-los e, conseqüentemente, não interpretá-los de forma equivocada. Logo, o verbo *dicendi* modalizador avaliativo “alertar” é utilizado por L1 para orientar como o discurso de L2 deve ser lido.

Relativamente ao fato do discurso de L2 ser apresentado em relato em estilo direto e entre aspas não significa, por sua vez, distanciamento ou rechaço de L1 ao dito de L2, pois a continuidade do texto imprime a ideia de que L1 concorda com o ponto de vista de L2, disposto entre aspas. Dentro dessa visão, dizemos que o engajamento de L1 fica evidente no momento em que este locutor dá continuidade ao seu discurso a partir do uso da conjunção adversativa “no entanto” para dizer que os leitores continuaram fazendo uma leitura apressada e, conseqüentemente, um julgamento equivocado sobre os textos de Rousseau. Assim, furtivamente, parece ficar manifestado o dizer segundo o qual os textos de Rousseau precisariam ser lidos com atenção e, por assim dizer, a atitude de L1 é de aprovação do dito de L2, ou seja, ao tempo em que apresenta o discurso de L2, procura evidenciar a sua assimilação em relação a este dito. Apresentar o discurso de L2 é, nesse sentido, apresentar o seu próprio discurso.

Cabe ressaltar que o verbo “alertar”, selecionado para dizer que o ponto de vista de L2 é um alerta, além de expressar **avaliação** do dito de L2, tem uma carga semântica muito positiva, o que ascenderia esse engajamento de L1 com o discurso de L2. Logo, esse verbo expressa avaliação, ao tempo em que reforça a assimilação de L1 ao dito de L2.

Relato 6

Tomar contato com uma disputa de mestres – em torno de um gigante como Stravinsky – é por se só um deleite intelectual (quase desejamos que tivesse sido incluído no volume o texto de Boulez sobre Stravinsky). A crítica de Pousseur é feroz, acusando Boulez de “recusa irracional de considerar válido aquilo que não está conforme os critérios de validade que se admitem para si mesmo como indiscutíveis.” Está dito com todas as letras: Boulez é um dogmático, que só leva em conta o que está de acordo com seus princípios. É uma reviravolta e tanto no modo de ver uma das figuras centrais da música do século passado. (R4)

No relato 6, para introduzir o discurso de L2, L1 utiliza a seguinte expressão: “a crítica de Pousseur é feroz, acusando”. Notadamente, toda esta expressão revela, mesmo antes de apresentar a voz de L2, uma **avaliação** acerca do dito em relato em estilo direto, de responsabilidade de L2 – a supramencionada expressão utilizada para apresentar a voz de L2 antecipa o julgamento de L1 sobre o dito de L2. Além disso, orientações conclusivas ficam acentuadas a partir da modalização do dito de L2, ou seja, L1 provoca o leitor a aceitar o relato em estilo direto como configuração de uma acusação impetuosa e contundente, pois é assim que o apresenta no discurso e é assim que fica materializado no discurso, para interlocutor.

Convém ressaltar que a apresentação da voz de L2 de forma direta, entre aspas, não denota distanciamento por parte de L1. Este locutor utiliza-se de outros recursos durante a continuidade discursiva para manifestar seu engajamento ao dito de L2. O modo como L1 registra seu posicionamento sobre o dito em relato em estilo direto, de responsabilidade de L2, deixa retratada a atitude do locutor resenhista. Inicialmente, este locutor faz uso da expressão “está dito com todas as letras” para inserir o seu ponto de vista “Boulez é um dogmático, que só leva em conta o que está de acordo com seus princípios”. Após isso, segue descortinando seu engajamento, quando faz uso do termo “reviravolta” para encerrar a sua discussão: *É uma reviravolta e tanto no modo de ver uma das figuras centrais da música do século passado*. Nessa construção, o termo “reviravolta” é situado de forma que fica manifesta a sua carga semântica positiva, revelando, portanto, o engajamento de L1 ao dito do segundo locutor.

Esse fenômeno permite proclamar a conclusão pretendida pelo locutor responsável pelo discurso como um todo: o discurso de L2, mesmo apresentado em estilo direto, é também o discurso de L1 e, assim, fica assinalada, discursivamente, a maneira como esse relato deve ser lido. Em outras palavras, poderíamos dizer que o efeito de sentido gerado no discurso é que o leitor tenha ciência de que o discurso apresentado em estilo direto é de responsabilidade L2, mas L1 está em conformidade com o mesmo.

Ressaltamos, ainda, que as expressões “a crítica de Pousseur é feroz”, “está dito com todas as letras” e “é uma reviravolta e tanto” são, portanto, elementos linguísticos selecionados por L1 para orientar o discurso, assinalando como o relato deve ser lido.

Relato 7

Pousseur foi um dos pioneiros da nova música surgida no pós-guerra, com forte uso de instrumental eletrônico e fundamentação na matemática e na física. “A música serial é

frequentemente concebida como fruto de uma especulação excessiva, resultado de uma aplicação exclusiva dos poderes da razão”, ele reconhece. Em outro ensaio, aborda um dos pontos cruciais desse estilo musical: “Boa parte das relações métricas desejadas pelo autor permanecem encerrada à nossa escuta, praticamente ausentes.” (R4)

No recorte 7, L1 apresenta dois relatos do locutor da obra resenhada. O primeiro é disposto de forma que o leitor admita que se trata de uma asseveração. Para tanto, L1 faz uso do verbo *dicendi* modalizador **epistêmico asseverativo** “reconhecer” que introduz o ponto de vista segundo o qual L2 reconhece que a música serial é concebida, de modo frequente, *como fruto de uma especulação excessiva e resultado de uma aplicação restrita dos poderes da razão*. Este dito é apresentado, logo no início do enunciado, em estilo direto e entre aspas (por nós destacado na cor azul). Logo após o fechamento das aspas, L1 faz uso do verbo *dicendi* “reconhecer” objetivando fazer entrever que L2 expressa seu ponto de vista como algo “certo”; um reconhecimento. Logo, algo possível de ser admitido como tal. Assim, em razão da escolha léxica, o grau de veracidade sobre o que passou a ser “reconhecido”, possível de ser “verificado”, parece não permitir discussões e, por assim ser apresentado, espera-se ser considerado e admitido pelo interlocutor.

O segundo relato é introduzido por L1, através do verbo *dicendi* “abordar”. Esse recurso linguístico, selecionado pelo locutor resenhista, não apresenta carga semântica de modalização; apenas funciona como introdutor do discurso de L2: *Boa parte das relações métricas desejadas pelo autor permanecem encerrada à nossa escuta, praticamente ausentes*.

Em ambos os casos, através do uso do relato em estilo direto, do uso de aspas e do verbo *dicendi*, L1 deixa entrever que a responsabilidade pelos relatos em estilo direto é de L2. No entanto, o modo como esses discursos são apresentados descortinam a atitude de L1 em relação aos mesmos – atitude de engajamento. No primeiro relato, L1 deixa marcado o seu engajamento ao selecionar o verbo *dicendi* “reconhecer” que, além de expressar asseveração, conforme mencionado, revela que L1 também reconhece que *a música serial é frequentemente concebida como fruto de uma especulação excessiva, resultado de uma aplicação exclusiva dos poderes da razão*. Nesse sentido, o interlocutor também pode admitir o ponto de vista de L2.

No segundo relato, L1 também revela a sua atitude de incorporação do dito de L2. A atitude de assimilação fica ecoada, quando o locutor resenhista faz uso da expressão “um dos pontos cruciais”. Nesta expressão, o adjetivo “cruciais”, **modalizador avaliativo**, é o elemento linguístico que aponta que L1 também comunga da ideia de que o ponto de vista de

L2, realmente, precisava ser abordado e considerado como um ponto crítico e, ao mesmo tempo, importante. Observa-se, assim, que L1 assimila o dizer de L2.

Relato 8

A afirmativa de que “*todos os elementos da vida mostravam-se abertamente com alarde e crueldade*” (OIM, 11), era válida tanto para a época investigada quanto para a época vivida pelo historiador. (R9)

No relato acima, L1 coloca em cena o ponto de vista de L2, a partir do uso do elemento linguístico modalizador **epistêmico asseverativo** “afirmativa”, que denota algo certo. L1, ao apresentar o ponto de vista de L2 como uma declaração que assevera, pretende orientar o leitor da resenha a, também, admiti-la como uma asseveração. A declaração de que “*todos os elementos da vida mostravam-se abertamente com alarde e crueldade*” em relato em estilo direto, entre aspas, imprime a ideia de que o dito, apesar de introduzido por L1, é de responsabilidade de L2. L1, portanto, incorpora o ponto de vista de L2. Esta atitude pode ser comprovada na continuidade do discurso, pois, ao dizer que “a afirmativa [...] era válida”, significa também dizer que a afirmativa era verdadeira e, por isso, precisa ser admitida.

Na mesma sentença (a afirmativa [...] era válida), o adjetivo “válida” é também um **modalizador epistêmico asseverativo**, pois, nesse contexto, tem sinônimo de algo “certo”, de certeza, gerando o efeito de sentido de asseveração.

Verifica-se, assim, que a carga semântica da expressão “era válida” é responsável, também, pelo teor de asseveração impresso pelo elemento modalizador “afirmativa”, termo equivalente a um verbo *dicendi*, que, por outro lado, valida a assimilação de L1 em relação ao dito de L2. O grau de responsabilidade pelo dito de L2 fica impresso. L1 atesta a sua assimilação perante a voz do segundo locutor. Dessa forma, a ideia de que L1 se compromete com o dito de L2 está assinalada no discurso.

Nos recortes que seguem, embora o ponto de vista de L2 seja introduzido em relato em estilo direto e disposto entre aspas, o locutor resenhista, através da utilização de outros recursos linguísticos, traça estratégias que denunciam a sua atitude de engajamento, isto é, de assimilação do dito de L2.

O dizer, nesses recortes, são modalizados a partir da seleção de materiais linguísticos com carga semântica expressiva os quais orientam as conclusões pretendidas pelo locutor.

Apresentamos, a seguir, mais 6 (seis) recortes representativos do RD introduzido por verbo *dicendi* modalizador ou equivalente:

Relato 9

Porém, acerta em cheio notando a forma como a cultura digital está se convertendo em processo massificado de abstração e auto-nomização da própria escolha individual, salientando que, nela, o principal é “a aposta em fórmulas familiares e estilos consagrados de auto-apresentação capazes de nos trazer popularidade” (p. 66-67). (R2)

Relato 10

“Ninguém protesta contra a sentença de Manoel de Moraes”, comenta, significativamente, Vainfas. A personagem vai sumindo de cena e, presumivelmente, morreu em 1651, com seus 55 anos, “anti-herói esquecido das guerras pernambucas, o ‘Calabar’ de batina preta ou gibão escarlate”. “Pano rápido”, finaliza o autor. (R3)

Relato 11

Em uma pincelada: a “pintura pode não estar morta” – conclui Bois – pois persiste um “desejo de pintura” em “trabalhos de luto” como os que Ryman, nos anos 1960 e 1970, que “não foi inteiramente programado pelo mercado nem a ele subordinado”; diferentemente do que ocorreria no “regozijo pelo assassinato”, ou na “orgia do canibalismo” próprio ao citacionismo ou revivalismo pós-modernista de boa parte da pintura dos anos 1980. Porém, pondera o autor que as “previsões são feitas para dar errado”. (R8)

Relato 12

Marcuse formulou com mais precisão a questão primordial da teoria da transição, o rompimento da continuidade da história. N’A *Ideologia da Sociedade Industrial* alertou: “A maior debilidade da teoria crítica é sua inabilidade em demonstrar as tendências libertárias no âmbito da sociedade estabelecida”. (R10)

Relato 13

Sem a lei primitiva das convenções e a obrigação por ela imposta, “tudo é ilusório e vão na sociedade humana”, está escrito no *Emílio*. (R5)

Relato 14

Em expressiva ambiguidade, Huizinga confessa no Prefácio que escrever seu livro tinha sido “como se meu olhar estivesse voltado para as profundezas de um céu noturno, mas de um céu tomado de vermelho-sangue, pesado e desértico, de um cinza-chumbo ameaçador, revestido de um falso brilho cúprico”. Mais ainda, “o quadro tornou-se mais sombrio e menos sereno do que pensei vislumbrar quando iniciei o trabalho” (*OIM*, 6). (R9)

Aqui, a polifonia de locutores e a modalização são fenômenos que, conjuntamente, evidenciam a subjetividade do locutor resenhista, marcando engajamento com a voz introduzida através do relato em estilo direto.

5.1.3 RD corroborando o RI

Relato 15

Bento Prado Jr. não se deixou levar pela corrente estruturalista e, no capítulo “Leitura de Rousseau”, que abre este livro, indica o fio condutor de sua leitura das obras do autor da *Nova Heloisa*. Polemiza com Althusser e mostra que **há em Rousseau uma teoria geral da retórica, que domina todos os gêneros literários e os organiza na continuidade de um campo homogêneo.** “A própria obra de Rousseau é comandada pelos princípios da retórica que ele propõe, e sua aparente excentricidade – falta de unidade ou de coerência – desaparece se a leitura é feita em torno de um eixo retórico. A unidade do pensamento de Rousseau pode ser mostrada no próprio movimento de seus escritos, ou seja, segundo a estratégia da persuasão ou segundo a ordem da argumentação.” (R1)

No relato 15, o locutor da resenha (Milton Meira do Nascimento), responsável pelo discurso como um todo (doravante L1), coloca em cena o discurso de Bento Prado Jr., locutor da obra resenhada (doravante L2). Nesse entrelaçar de vozes, L1, a partir do relato em estilo indireto, constituído por sua voz (destacado em fonte preta) e pelo relato de L2 (destacado em fonte verde e introduzido pelo verbo *dicendi* “mostra”), pontua que a obra de Rousseau é marcada de uma retórica que se faz predominante em todos os gêneros literários. Logo em seguida, L1 apresenta, novamente, a voz de L2, desta vez em relato em estilo direto (identificado pelo uso das aspas e destaque da fonte na cor azul).

Como se pode observar, o discurso de L2, que está em estilo indireto, é reafirmado em estilo direto, ou seja, o mesmo conteúdo se encontra expresso de duas formas: em relato indireto e em relato direto. Logo, o relato em estilo direto é uma voz que ratifica o relato em estilo indireto. Considera-se, assim, que a estratégia do locutor resenhista, em apresentar o relato em estilo direto corroborando o que está relatado em estilo indireto, constitui-se em uma forma de orientar o discurso, no sentido de gerar o efeito de confirmação do dito, imprimindo, portanto, maior credibilidade ao que foi relatado em estilo indireto.

Além disso, o locutor responsável pelo discurso (neste caso, o locutor-resenhista) deixa claro que o discurso relatado é de responsabilidade do locutor da obra resenhada (L2), já que, com o estilo direto ratificando o estilo indireto, como sugere Nascimento (2009), L1 atribui a responsabilidade do dito a um segundo locutor (o locutor da obra resenhada – L2). Esta estratégia trata-se, ainda, de uma forma de orientar o discurso, gerando o efeito de sentido de confirmação ou de prova do que está sendo dito em estilo indireto: “há em Rousseau uma teoria geral da retórica, que domina todos os gêneros literários e os organiza na continuidade de um campo homogêneo”.

Relato 16

Para ele, a cibercultura consiste, antes de tudo, num estágio avançado da cultura de massas, cuja marca é a procura universal de popularidade estruturada segundo os padrões mercadológicos de conquista de audiência. Afinal, com ela, “a cultura pop se funde integralmente com a comercial. O encantamento da imaginação cede lugar à gratificação do ego. A transposição vicária do seu eu – que havia antes – dá lugar a você mesmo”. (R2)

O trecho acima é constituído de um entrelaçar de vozes que se distinguem: a voz de L1 (fonte preta), e o discurso de L2, apresentado em relato em estilo indireto (fonte verde) e em relato em estilo direto (fonte azul). L1, ao resenhar o livro de Lee Siegel, *Against the machine: how the web is reshaping culture and commerce*, evoca o ponto de vista segundo o qual a cibercultura representa consumo e mercado de vendas.

Caso interessante é que este ponto de vista, primeiramente, é apresentado em relato em estilo indireto, visto que o discurso do locutor da obra resenhada (L2) é citado de forma indireta, a partir do recurso linguístico introdutor de citação “para ele”. Consequentemente, para explicar e corroborar o relato de L2, L1 põe em cena, novamente, a voz de L2, desta vez em relato em estilo direto, identificado pelo uso das aspas (por nós demarcado na cor azul).

A partir dessa dinâmica de apresentação de vozes, em que o relato em estilo direto corrobora o relato em estilo indireto, o locutor resenhista imprime a ideia de que se trata de um discurso em que se pode confiar. O cruzamento de vozes constitui-se, portanto, em uma estratégia de orientar o discurso, no sentido de gerar o efeito de comprovação do dito, imprimindo maior credibilidade ao que foi relatado em estilo indireto: *a cibercultura consiste, antes de tudo, num estágio avançado da cultura de massas, cuja marca é a procura universal de popularidade estruturada segundo os padrões mercadológicos de conquista de audiência*.

Nota-se, ainda, que L1, ao trazer o relato de L2 de forma indireta e depois em relato em estilo direto, revela que a responsabilidade do discurso é de L2, pois é a voz deste que é afirmada e, por conseguinte, corroborada pelo próprio L2.

Relato 17

A rebelião das massas contra a autoridade cultural das celebridades que se encontra na cibercultura, evidencia o autor, se baseia na mesma categoria com que estas celebridades se formam: a popularidade no mercado em que se tornou a comunicação. “Dirigindo o evangelho da popularidade está um apelo para cada um de nós substituir os ícones inflados da mídia pelo sentimento inflacionado de nós mesmos – tenhamos ou não o devido talento e disciplina para tal tarefa.” (R2)

O relato 17 é um texto estruturado e organizado, tendo em vista duas formas de relato: relato em estilo indireto (constituído pelo cruzamento da voz de L1 (destaque em fonte de cor preta) com a voz de L2 que está destacada em fonte de cor verde); e relato em estilo direto (constituído da voz de L2). Nesse trançar de vozes, gera-se o efeito de sentido de comprovação do relato em estilo indireto, introduzido pelo verbo *dicendi* “evidencia”, **modalizador avaliativo**, visto ser sinônimo de que é algo em destaque, algo importante. Tal discurso, apesar de ser relatado pelo locutor resenhista, responsável pelo discurso como um todo (L1), é de responsabilidade de L2.

L1 apresenta o discurso de L2, inicialmente em estilo indireto e, em seguida, coloca em cena, mais uma vez, o discurso de L2, de forma direta, com o objetivo de corroborar o dito indireto, segundo o qual as celebridades buscam a popularidade através das mídias que, também, tornaram-se populares e, então, fica mais fácil a tarefa de inflacionar o ego de forma individual para obter atenção e se tornar uma pessoa célebre.

Resumidamente, temos o relato em estilo direto (voz de L2) ratificando o relato em estilo indireto (também discurso de L2). O efeito de sentido gerado, tendo em vista essa estratégia, é de confirmação que, por sua vez, gera credibilidade. Dessa forma, espera-se que o relato em estilo indireto seja prontamente admitido, pois se trata de um discurso comprovado e, portanto, em que se pode confiar.

Relato 18

O argumento do autor é que **a Constituição foi um marco para o Ministério Público e não o coroamento de uma estratégia das lideranças profissionais**. Para ele: “O projeto de autonomia do Ministério Público foi bem-sucedido porque os próprios parlamentares constituintes, principalmente os mais à esquerda no espectro político, desejavam uma organização responsável pela fiscalização dos ocupantes de cargos públicos distante do jogo político-partidário. No entanto, quanto mais aumentava a importância dos grupos conservadores no processo decisório constituinte em razão das mudanças regimentais, menos autonomia relativa recebia o Ministério Público.” (R7)

O trecho 18 é um recorte da resenha intitulada “Jogo híbrido”, escrita por Maria da Glória Bonelli (Professora da Universidade Federal de São Carlos), que resenha a obra *Virtude e limites: autonomia e atribuições do Ministério Público no Brasil* do autor Fábio Kershe. Aqui, as vozes dos locutores se subordinam casualmente com o objetivo de que se faça tornar mais forte e argumentativo o relato em estilo indireto, de responsabilidade de L2, porém apresentado pelo locutor resenhista – L1. Este, indiretamente, coloca em cena o discurso do autor da obra resenhada (Fábio Kershe) que argumenta que a aprovação da

Constituição foi muito relevante para o Ministério Público, porém, não se configurou como uma área estratégica das lideranças profissionais. Posteriormente a essa afirmação, L1 põe em cena, novamente, o discurso de L2, em relato em estilo direto, expressando o mesmo conteúdo.

A apresentação do relato em estilo indireto e, em seguida, a apresentação do mesmo dito em relato em estilo direto manifesta-se como uma estratégia, utilizada por L1, que funciona como uma prova do que foi apresentado em estilo indireto. Esta estratégia, além de criar um efeito de comprovação, de corroboração, imprime a ideia de credibilidade.

Fenômeno análogo também acontece no recorte (19), a seguir.

Os recortes categorizados como relato em estilo direto corroborando com o relato em estilo indireto, selecionados aqui, neste subtópico, somam um total de cinco ocorrências.

Relato 19

Os mecanismos institucionais de responsabilização se diluem na multiplicidade de agentes e principais, configurando o diagnóstico feito no livro: “A estrutura institucional da organização é baseada, talvez em excesso, em um modelo em que a vontade pessoal, a ‘zona nebulosa’ das instituições, é mais importante do que os instrumentos de incentivo típicos de uma relação *principal/agent*”. (R7)

Tendo em vista as análises empreendidas até aqui, observamos que nas ocorrências em relato em estilo direto, L1 não faz uso unicamente do verbo *dicendi* para modalizar o dito ou orientar um determinado efeito de sentido. Outras formas de modalização são apresentadas para fazer ressoar efeitos de sentido gerados nos enunciados, materializados ou evocados pelos fenômenos polifônicos e elementos modalizadores presentes. Essas formas de apresentar um ponto de vista são postos por L1 de maneira que os efeitos de sentidos do texto se manifestam discursivamente. Assim, ou antes, ou depois do ponto de vista de L2 ser apresentado, são usados termos e/ou expressões que possuem carga semântica tanto positiva, quanto negativa, as quais, conseqüentemente, orientam discursivamente conclusões ou efeitos de sentido. Isso acontece, inclusive, quando o locutor resenhista apresenta o discurso do segundo locutor introduzido por um verbo *dicendi* não modalizador, pois a carga semântica de outros materiais linguísticos selecionados sinaliza a atitude de L1 em relação ao dito de L2.

Dizer, também, que as aspas e o relato em estilo direto são elementos linguísticos que assinalam a atitude de não engajamento do locutor responsável pelo discurso como um todo parece, portanto, não se sustentar, configurando-se como uma prova frágil de expressão de engajamento, pois outros elementos linguísticos selecionados e arranjos

estrategicamente atuam, juntamente com o relato em estilo direto, com o objetivo de determinar se há ou não distanciamento de L1 em relação ao dito de L2.

Observa-se, assim, que, mesmo introduzindo em seu discurso outras vozes, a partir de um verbo *dicendi* não modalizador, L1 seleciona outros materiais linguísticos e os organiza estrategicamente no interior do texto para efetivar a modalização, imprimir engajamento e materializar as conclusões e sentidos orientados discursivamente.

Por sua vez, nos enunciados em que o relato em estilo direto é introduzido por um verbo *dicendi*, acompanhado pelo advérbio de modo *como*, observamos o engajamento de L1 ao dito de L2. Logo, L1 se compromete com o dito de L2, orientando o interlocutor do texto (prováveis leitores da resenha) a entender que L1 também admite o relato em estilo direto, ponto de vista de L2 e os sentidos propostos. Nesse sentido, o discurso de L2 representaria, portanto, o discurso de L1.

O que se verifica é que, apesar de o relato ser apresentado de forma direta, ser introduzido por um verbo *dicendi* e ficar disposto entre aspas, não entrecorre uma confirmação de distanciamento por parte de L1. Isso porque, junto aos verbos *dicendi*, aparece o elemento linguístico “como” que evidencia a atitude de conformidade e aceitação adotada por L1. Este assume o dito de outrem como sendo seu próprio dizer, conforme se pode constatar à luz dos relatos estudados na categoria do relato em estilo direto. García Negroni (2008) afirma que, quando ocorre o advérbio *como* junto aos verbos *dicendi*, a atitude manifestada por L1 é de acordo ou aceitação. Para esta autora, a presença do advérbio *bem* reforça a indicação de aceitação do dito, em casos em que o discurso é introduzido mediante um “como bem disse X” ou, ainda, pela ocorrência do antecedente *tal*, em estrutura “tal como afirma”. Em nosso *corpus*, não encontramos a presença do *bem* nem do *tal*, somente do *como*.

A ocorrência do discurso direto corroborando o discurso indireto, por sua vez, é uma estratégia semântico-discursiva bastante frequente no gênero resenha acadêmica, que gera um efeito de comprovação, de reafirmação ou, ainda, de fortalecimento do relato em estilo indireto.

No gênero discursivo resenha acadêmica, é possível perceber que o locutor resenhista (L1), comumente, apresenta o discurso de L2 (locutor da obra resenhada) sob duas formas de relato, ou seja, o dito de L2, primeiramente, é apresentado em relato em estilo indireto e, em seguida, é apresentado também em forma de relato em estilo direto. Logo, o relato em estilo direto é uma voz que ratifica o relato em estilo indireto.

Essa estratégia do locutor resenhista, em apresentar o relato em estilo direto corroborando o que está relatado em estilo indireto, constitui-se em uma forma de orientar o discurso como um todo, no sentido de gerar maior credibilidade ao que foi relatado em estilo indireto.

Cumpramos ressaltar que o relato em estilo direto, após o relato em estilo indireto, frequentemente encerra um parágrafo da resenha. Isso pode, entre outras coisas, significar que a voz de L2, em relato direto, é uma forma de finalizar argumentativamente a tese apresentada em relato indireto. Dessa forma, o locutor resenhista imprime a ideia de que a última palavra – a voz do L2 –, quando encerra o parágrafo, encerram-se, também, as possíveis dúvidas em relação ao relato indireto. Logo, o relato em estilo direto é um recurso argumentativo, apresentado por L1, para corroborar e, assim, criar efeito de sentido que não se espera ser alvo de refutação ou inadmissão por parte do interlocutor. Tais efeitos, além de corroborar, fortalecer, provar ou justificar o relato em estilo indireto, imprimem a ideia de que este relato merece confiança e, dessa forma, pode, sem dúvida, ser admitido.

A ocorrência do relato em estilo direto corroborando o relato em estilo indireto é, portanto, um fenômeno discursivo muito recorrente nas resenhas acadêmicas, que funciona como uma estratégia de o locutor fundamentar o discurso e, consequentemente, imprimir conclusões, principalmente se considerarmos que o estilo direto pode ser utilizado pelo locutor resenhista como um discurso investido de poder, seja porque dele se podem extrair conclusões imprescindíveis para o sentido dos enunciados, seja porque foi dito por alguém em quem, discursivamente, se credita confiança.

Nas análises em que L1 apresenta a voz do outro em relato em estilo direto, observamos que esta ação, juntamente com outros elementos linguísticos de carga semântica positiva, impulsiona entrever a subjetividade do locutor responsável pelo discurso como um todo em relação às vozes de outro locutor.

5.2 RELATO EM ESTILO INDIRETO (RI)

Após as análises do relato em estilo direto (RD) temos, a seguir, investigações acerca da ocorrência do relato em estilo indireto no gênero resenha acadêmica. Nossa intenção é verificar a modalização e a polifonia como fenômenos que concorrem para marcar a subjetividade do locutor responsável pelo discurso como um todo. As análises são

empreendidas, mediante observância a dois aspectos: i) RI introduzido por verbo *dicendi* não-modalizador ou equivalente; ii) RI introduzido por verbo *dicendi* modalizador ou equivalente.

Antes de iniciarmos as análises, recordemos que, no discurso relatado em estilo indireto (vide 2.6.1.1), as palavras alheias não são reproduzidas nem narradas de maneira fiel (não ocorre uso de aspas nem de travessão); o locutor (L1) se caracteriza como porta-voz do discurso alheio, muito embora se possa afirmar que esse discurso, naturalmente, possa ser o discurso que o próprio locutor adotaria como sendo seu discurso ou, em outros casos, pode também acontecer que o locutor apresente o discurso alheio, como um rechaço, como uma voz inadmissível. Trata-se de uma estratégia polifônica em que se identifica um ponto de vista assumido por dois locutores distintos. Assim sendo, a voz de um é a voz do outro e ambas as vozes se fundem, se misturam a ponto de, muitas vezes, tornar difícil a tarefa de distingui-las.

Os relatos seguintes ilustram, sobremaneira, o grau de engajamento de L1 em relação ao dito de L2. Em tais relatos, L1 introduz o dito de L2, ora evidenciando uma tomada de atitude perante o mesmo, ora apenas introduzindo-o sem julgamento de valor, mas sempre marcando a sua subjetividade.

5.2.1 RI introduzido por verbo *dicendi* não-modalizador ou por termo equivalente

Relato 20

Figuraça, este Manoel de Moraes, estrela do último livro de Ronaldo Vainfas, e que até agora só havia merecido menções ligeiras da grande historiografia – Robert Southey, Francisco Adolfo de Varnhagen, Capistrano de Abreu –, além de um ou outro escrito mais vertical de estudiosos do mundo paulista, como Afonso de Taunay e Paulo Setúbal.

Nasceu em Piratininga quando o século 16 findava (1956), fruto mestiço de famílias que já iam ganhando prestígio local graças à preação de índios e às correrias sertão adentro, atuando na linha indistinta entre o lícito e o ilícito, o vício e a virtude, a fidelidade ao rei e o crime de lesa-majestade. Pedroso de Moraes, hoje, nome de rua em São Paulo, e então sertanista destacado, era seu meio irmão. *Manoel cresceu, diz o autor, entre cobras e lagartos, pescando com os indiozinhos, dormindo em rede. Quis ser jesuíta, foi dar, mocinho, no colégio da Bahia, no tempo em que o Padre Fernão Cardim era reitor, e Simão Vasconcelos estudante com ele. Depois se tornou catequista nos matos de Pernambuco, onde a invasão holandesa o colheu e possibilitou que mostrasse os dotes guerreiros, pois chefiou colunas de índios contra as forças da Companhia das Índias Ocidentais. (R3)*

No relato 20, o locutor resenhista coloca em cena o ponto de vista de L2, em relato em estilo indireto (destacado, por nós, na cor verde), introduzido pelo verbo *dicendi* não modalizador “dizer”. Essa estratégia de apresentar a voz de outro locutor em estilo indireto, geralmente torna explícito o grau de engajamento de L1 ao dito de L2, pois evidencia que L1

o toma como se estivesse expressando o seu próprio dizer. Assim, fica impresso que as palavras de outrem são suas palavras, que L1 comunga da mesma ideia do locutor da obra resenhada.

No recorte em análise, porém, para tornar evidente o seu engajamento, L1, além de apresentar a voz de L2 em relato em estilo indireto, seleciona e distribui intencionalmente outros elementos linguísticos dentro do texto de maneira que tonifique a sua atitude de aprovação em relação à voz introduzida. Os adjetivos “figuraça” e “estrela”, empregados por L1 para exaltar Manoel de Moraes, personagem do livro resenhado e a quem L2 se refere no relato apresentado são utilizados pelo locutor resenhista para enlevar a imagem do personagem e, em razão do apreço pelo mesmo, segue apresentando informações de forma que na continuidade do discurso, em relato em estilo indireto, introduz a voz de L2 para continuar falando sobre Manoel. Cabe dizer que o texto da resenha é construído de diversas descrições de Manoel de Moraes, de forma que parece prazeroso e significativo para L1 falar deste personagem.

Poderíamos dizer, ainda, que somente a primeira parte do discurso (Manoel cresceu entre cobras e lagartos, pescando com os indiozinhos, dormindo em rede.) seria do locutor da obra resenhada, mas L1, ao se responsabilizar pelo dito de L2 e fazer dele o seu dizer orienta o interlocutor a não sentir ecoar dúvidas de que todo o dizer (destacado de verde) é a voz de L2, que é, também, o ponto de vista sustentado por L1. Assim, na medida em que introduz o discurso de L2, L1 o incorpora e o diz como sendo de um único locutor – as vozes de L1 e de L2 se fundem a ponto de ser realmente complicado distinguir onde começa e onde termina uma e outra vozes.

No relato seguinte, L1 igualmente apresenta o discurso de L2 como sendo seu próprio dizer.

Relato 21

Se para Rousseau, a retórica é decisiva para a vida política, em tempos de paz haverá sempre lugar para um jogo aberto num espaço livre de discussão daquilo que se considera mais adequado em determinadas circunstâncias, sem a exigência de nenhum modelo pré-estabelecido. Isto é, não existe o melhor regime em si mesmo. O melhor é o mais adequado a um determinado povo. (R1)

No relato 21, o locutor resenhista apenas apresenta o ponto de vista de L2, sem que se observe nenhum julgamento de valor. No entanto, L1 assume o dito de L2, uma vez que o introduz em relato em estilo indireto, sem uso de aspas ou travessão. Além desse recurso, L1

estrutura o discurso como um todo de maneira que fique marcada a sua subjetividade. Para tanto, outros recursos são selecionados e organizados na continuidade discursiva. Exemplo disso é a estrutura linguística verbal “em tempos de paz”, situada logo após o dito de L2, para defender que há espaço para discussão. E encerra o seu discurso com ideias positivas: *Isto é, não existe o melhor regime em si mesmo. O melhor é o mais adequado a um determinado povo*. Todo esse modo de dizer denota uma carga semântica muito significativa e positiva que reflete a aprovação do dito de L2. Logo, o discurso de L2 tanto é incorporado que serve para fundamentar o dizer de L1, ou seja, fundamenta a continuidade discursiva.

Sob esse enfoque, percebe-se que L1 se responsabiliza pelo dito de L2, ou seja, o ponto de vista de L2 é assimilado e se torna o próprio ponto de vista de L1. Trata-se de uma estratégia polifônica em que a voz introduzida se entrelaça com a voz do locutor responsável pelo discurso como um todo. Essa estratégia é uma maneira de imprimir para o interlocutor que L1 assume e se responsabiliza pelo dito de L2 e, da mesma forma, o interlocutor pode admiti-lo.

Nos relatos seguintes, a mesma estratégia acontece, ou seja, L1 apresenta o dito de L2 e deixa impresso que o assimila, que se responsabiliza pelo mesmo.

Até aqui, com esta categoria – Relato em estilo indireto com verbo *dicendi* não-modalizador ou equivalente – foram catalogados 12 relatos. Além dos relatos acima analisados, identificamos os relatos que seguem (Relatos 22 a 31).

Relato 22

Mesmo a ativista política sul-africana Oliver Schreiner, importante presença intelectual na Inglaterra do final da era vitoriana, admitiu que só lera Wollstonecraft tardiamente e que sua obra sobre os direitos das mulheres só se encontrava em estantes minguadas de sebos empoeirados. Segundo ela, *era história corrente em Londres que, em meados do século, algumas senhoras idosas e respeitáveis haviam comprado os poucos exemplares dessa obra que encontraram e feito com eles uma pequena fogueira.* (R6)

Relato 23

No ensaio “Rousseau: filosofia, política e revolução”, Bento Prado Jr. avança sua investigação para o terreno político com a análise do texto *Jean-Jacques Rousseau*, de B. Groethuysen. Segundo este, *Rousseau não era partidário da revolução, mas sua obra sim e, por isso, ela teria antecipado a Revolução Francesa.* Bento Prado Jr. apresenta a questão da revolução em Rousseau de outra maneira. A destruição do poder monárquico não instauraria necessariamente uma nova era de liberdade republicana. (R1)

Relato 24

Tudo gira em torno da política, porque ela é o lugar da persuasão, cujo elemento central é qualquer cidadão livre, esteja onde estiver. Segundo o autor das *Cartas escritas da montanha*, se houver liberdade, e se o povo for soberano, tanto faz viver numa monarquia ou numa democracia. (R1)

Relato 25

Originado do incidente que levou ao seu afastamento, por alguns meses, da redação da *The New Republic* (Nova York), em 2006/2007, o texto sumaria as críticas do publicista às práticas de comunicação ensejadas pela chamada web 2.0, abrindo polêmica contra o populismo cultural de boa parte de seus intérpretes. Para o autor, com efeito, a cibercultura, em vez de participativa e individualizante, via de regra, não passa de uma emanção cotidiana e popular do poder homogeneizante do capital no mundo contemporâneo. (R2)

Relato 26

Segundo os profetas da cibercultura, estamos entrando numa era de desmassificação, porque, agora, passamos a ter nas mãos os recursos materiais com que podemos fazer nossas próprias escolhas e construirmos livremente nossa personalidade. (R2)

Relato 27

Segundo os conservadores culturais, a multidão estaria se tornando autoridade em matéria de opinião e gosto, graças à net e ao declínio das demais instituições legitimadoras daquelas categorias. Siegel tem o mérito de explicar as origens desta conversão da popularidade em critério de valor mostrando, ainda que de forma pouco elaborada, a maneira como o fenômeno se insere no processo de expansão da racionalidade mercantil pelo campo da ação cotidiana orientada para a expressão da individualidade. (R2)

Relato 28

Mas a originalidade de Rousseau, segundo Derathé, não consiste apenas nesses detalhes teóricos ou técnicos. Ele é original sobretudo pela função atribuída à associação resultante do contrato: preservar não somente a segurança e os bens dos contratantes, mas a sua liberdade. (R5)

Relato 29

Em sua condição mais simples (e hipoteticamente original), o homem só difere dos outros animais, pelo potencial de racionalidade e pela liberdade, isto é, pela capacidade de reagir de forma não mecânica. Não há nesse homem nenhum impulso para a vida social. Por todos esses fatores, as concepções tradicionais de lei natural são inaceitáveis para Rousseau. Mas isso não implica, para Derathé, a negação total do jusnaturalismo. (R5)

Relato 30

O autor identifica um problema duplo: *independência versus accountability e menos custos de transação versus mais democracia*. Embora a autonomia em relação aos políticos seja maior nos casos brasileiro e italiano, o primeiro dilema não é exclusivo a eles, sendo comum aos doze MP's comparados no livro. Já os custos de transação são reduzidos quando não se presta contas da ação, mas o processo torna-se menos democrático. (R7)

Relato 31

Como fundamentar racionalmente uma teoria da transição ao socialismo, se a própria estrutura da racionalidade esclarecida está bichada pelo objeto que se propõe apreender e transformar? Nas palavras de Horkheimer e Adorno, *é impositivo desconfiar da consciência vigente*. (R10)

5.2.2 RI introduzido por verbo *dicendi* modalizador ou por termo equivalente

Relato 32

Dissociando de modo estratégico um jogo genérico (como o xadrez) de cada partida desse jogo, o autor argumenta que *é preciso distinguir uma dada partida (como a da pintura moderna) do jogo de mesmo nome (como o jogo da pintura)*. Ou seja: não se pode confundir o fim do jogo – se aceitamos que um jogo possa ter fim – e o fim de uma partida desse jogo. (R8)

Neste relato, L1 apresenta o discurso de L2 (destacado, por nós, em fonte de cor verde) entrelaçado ao seu discurso, em relato em estilo indireto. Essa forma de relato permite evocar a admissão de L1 ao dito de L2, uma vez que a voz deste segundo locutor se funde com a voz do locutor responsável pelo discurso como um todo. Porém, após introduzir a voz do segundo locutor, L1 inicia outra sentença fazendo uso de elementos linguísticos que denotam comum acordo com o dito de L2. A sentença, então, é iniciada com a expressão “ou seja, não se pode confundir”. Nessa sequência discursiva, dizer que “não se pode confundir”, significa, entre outras coisas, admitir o que foi dito por L1. A carga semântica dos referidos materiais linguísticos propõe entender que L1 concorda com L2, a ponto de esclarecer ainda mais o dito de L2, interpretando-o: “Ou seja: não se pode confundir o fim do jogo – se aceitamos que um jogo possa ter fim – e o fim de uma partida desse jogo”. Assinala-se, então, o engajamento de L1 com relação ao dito de L2, ou seja, o dito de L2 é admitido por L1.

Observa-se, ainda, a presença do **modalizador avaliativo**, marcado linguisticamente pelo verbo *dicendi* “argumentar”, utilizado para introduzir o discurso de L2. Tal modalizador

expressa avaliação de L1 ao dito de L2, cujo efeito é de posicionamento convincente. O interlocutor, dessa forma, pode também aprová-lo.

Relato 33

Ao afirmar um vínculo entre Rousseau e o jusnaturalismo, Derathé propõe uma interpretação certamente polêmica, mas, ao fazê-lo, chama a atenção para detalhes importantes e nem sempre valorizados da obra rousseauiana. (R5)

No relato 33, observamos o entrecruzamento de duas vozes: a voz de L1 e a voz de L2. Inicialmente, L1 apresenta a voz de L2 em relato em estilo indireto, introduzido pelo verbo *dicendi* modalizador “afirmar”.

Ao apresentar uma segunda voz em relato em estilo indireto, L1 manifesta comprometimento em relação ao dito de L2 com quem compartilha da mesma afirmação. E, ao selecionar o verbo *dicendi* modalizador **epistêmico asseverativo** “afirmar”, para introduzir a voz de L2, o locutor resenhista orienta o sentido do dizer de L2 – trata-se de uma asseveração, de um “dizer” com certeza e, por assim ser considerado, o relato se torna possível de admissão por parte do leitor/interlocutor da resenha.

Cumprе ressaltar que na continuidade do texto, ao selecionar a expressão “detalhes importantes” e organizá-la na estrutura discursiva, L1 marca a sua atitude em relação ao dito de L2. Essa expressão externa uma carga semântica positiva em relação à voz de L2, de forma que se configura como mais um gatilho que faz ressoar a assimilação de L1 ao dito de L2. Por assim dizer, L1 propõe que o discurso de L2 precisa ser admitido.

Esse mesmo fenômeno acontece no relato que segue.

Relato 34

O outono medieval como toda época de questionamentos profundos tinha sensibilidade à flor da pele, ora dirigida para o mundo, ora para o céu. Como nesse último caso as repercussões eram mais relevantes, acreditava-se, “a Igreja ficava atenta tão logo as emoções do misticismo se transformavam em convicções bem formuladas ou passavam a ser aplicadas à vida social”. (OIM,323) Em outras palavras, quando a espiritualidade exacerbada da época ultrapassava a tênue fronteira entre ortodoxia e heresia. Huizinga reconhece, portanto, que nos séculos finais da Idade Média havia forte necessidade de se dar formas ao sagrado, mesmo eróticas como mostra o misticismo sensual de então. (R9)

Neste relato (34), semelhante ao que acontece no relato anterior, o locutor resenhista introduz uma segunda voz em meio ao seu discurso. Esse segundo locutor traz um ponto de vista com o qual L1 se compromete e o assume como sendo seu próprio dizer. A razão por

que se entrevê o comprometimento e assimilação de L1 ao dito de L2 é explicitada tanto pela apresentação da voz de L2 em relato em estilo indireto, quanto pela organização da continuidade discursiva. A apresentação de um relato em estilo indireto, geralmente, implica adesão ao conteúdo dito, pois L1 o apresenta como sendo seu dizer, já que o faz como interpretação do dizer alheio. A continuidade discursiva, por outro lado, confirma a tomada de atitude de L1 perante o dito de L2.

No recorte em estudo, verificamos que, antes de introduzir a segunda voz, L1 apresenta a afirmação: *Em outras palavras, quando a espiritualidade exacerbada da época ultrapassava a tênue fronteira entre ortodoxia e heresia*. Esta afirmação é disposta de modo a esclarecer a informação inicial e a abrir espaço para a voz de L2, configurada como uma conclusão da mesma informação inicial.

Propõe-se, portanto, que L1, através do relato em estilo indireto e da carga semântica expressa pela referida afirmação, orienta para a conclusão de que o dito de L2 é ou poderia ser, sem restrição, o seu próprio posicionamento.

Nesse relato, ainda se observa que, para introduzir a voz de L2, o locutor resenhista faz uso do verbo *dicendi* “reconhecer”, selecionado para expressar a afirmação de L2: *nos séculos finais da Idade Média havia forte necessidade de se dar formas ao sagrado, mesmo eróticas como mostra o misticismo sensual de então*. Esse verbo, empregado por L1, significa admitir, reconhecer como verdadeiro, como algo que não se pode contestar. Logo, o efeito de sentido impresso pela modalização é de **asseveração**.

A apresentação do relato em estilo indireto, a escolha do verbo modalizador e os elementos linguísticos selecionados e organizados no discurso marcam a subjetividade de L1 perante o dito de L2.

Relato 35

A traição, como já ficara sugerido décadas atrás na peça de Chico Buarque e Rui Guerra sobre Calabar, não pode ser vista sob a perspectiva meramente moral, que tendemos a lhe imputar. Muitos outros contemporâneos desse homem “alto, magro, preto, e feio”, traíram. Uns, como João Fernandes Vieira, grande herói do panteão pernambucano, se deram bem. Manoel se deu mal, talvez porque, além de traidor, foi herege. As peripécias e indecisões desse mestiço cabotino e inteligentíssimo parecem metáfora do que era a colonização no século 17, quando a política europeia se redefinia com as tintas de outros mundos, das Américas, da Índia, da África, da China, e quando o poderio marítimo ibérico mingua mais e mais ante a pujança holandesa, antes que a Inglaterra entrasse de vez em cena, e para acabar com a festa. (R3)

No relato 35, o locutor resenhista apresenta uma terceira voz de forma que fica marcada a sua atitude de aceitação perante o dito. Tal atitude é marcada de duas formas: i) apresentação da voz de L3 em relato em estilo indireto (destacado, por nós, em fonte de cor verde) – estratégia que denota responsabilidade pelo dito do outro, que orienta para o reconhecimento do dito de outro locutor como sendo, também de L1; ii) o uso da expressão “como já ficara sugerido”, constituída pelo advérbio “como” que revela a assimilação de L1 perante o referido dito.

Cumprе ressaltar que o verbo *dicendi* “sugerir”, utilizado para introduzir o relato em estilo indireto, é um elemento **modalizador quase-asseverativo**, visto expressar algo considerado possível. No contexto em que foi usado, indica a forma como o discurso de L2 deve ser lido: como uma sugestão.

Além do verbo *dicendi*, L1 utilizou o elemento linguístico “como”, introdutor de citação, para apresentar o relato de L2. Convém ressaltar que esse termo, junto aos verbos do dizer, normalmente indica conformidade com o ponto de vista introduzido (Cf. GARCÍA NEGRONI, 2008), fenômeno que ocorre no relato 35: a palavra “como” assinala a assimilação do discurso de L2, por parte de L1.

Neste recorte, verificamos que L1, além de utilizar o referido verbo *dicendi*, acompanhado do “como”, ainda faz uso de outro recurso linguístico: o termo “já” que indica, nesse contexto, uma ação consumada. Então dizer que “já ficara sugerido” denota a ideia de algo já dito, fato consumado e, por isso, possível de ser admitido. Nesse sentido, o verbo *dicendi* e os recursos linguísticos “como” e “já”, selecionados e organizados na sequência discursiva do relato 35, possibilitam verificar que L1 assimila o dito de L2, apresentado em relato em estilo indireto.

Conclui-se, portanto, que, embora o discurso seja apresentado como algo possível de ser certo (sugerido), L1 o assimila.

Relato 36

Por muito tempo Rousseau foi elogiado, exaltado, condenado e vilipendiado muito mais do que estudado e realmente discutido, como observou Giorgio Del Vecchio numa passagem citada em nota.

O esforço de Derathé foi para repor Jean-Jacques Rousseau no ambiente da filosofia e das polêmicas de seu tempo, mostrando como ele interpretou, absorveu ou rejeitou idéias de grandes autores do século 17 e 18. (R5)

No relato 36, L1 introduz a voz de L3, seguida do verbo *dicendi* “observar” que vem acompanhado do advérbio de modo “como”. Essas escolhas léxicas denotam modalização e comprometimento de L1 em relação ao dito de L3. A modalização está expressa pelo referido verbo *dicendi* que carrega o significado de “verificar”, “confirmar”, empregado por L1 para imprimir o sentido de **asseveração** realizada por L3. Logo, L1 orienta que o dito de L3 deve ser lido e entendido como uma asseveração e assim o interlocutor pode admiti-lo. Já a apresentação da voz de L3 em relato em estilo indireto sinaliza comprometimento de L1 em relação ao dito de L3. Essa forma de introduzir a voz do outro, no entanto, parece não ser suficiente para comprovar a assimilação do dito de L3. A assimilação do dito de L3, nesse caso, é ativada de forma mais enfática a partir do uso do “como” que junto do verbo *dicendi* indica conformidade com o ponto de vista introduzido.

Outra maneira de marcar a subjetividade de L1 é verificada, quando L1 continua o discurso dizendo que *o esforço de Derathé foi para repor Jean-Jacques Rousseau no ambiente da filosofia e das polêmicas de seu tempo, mostrando como ele interpretou, absorveu ou rejeitou idéias de grandes autores do século 17 e 18*. Para iniciar esse discurso, L1 faz uso do termo “esforço” que possui uma carga semântica positiva. Dizer que Derathé se esforçou para reinserir Rousseau no ambiente da filosofia e das polêmicas de seu tempo, é dizer que a observação de Giorgio Del Vecchio é uma observação firme; uma observação que precisa ser considerada. Logo, a continuidade discursiva reforça o engajamento de L1 ao dito de L3. Nesse sentido, o locutor resenhista introduz o discurso de L3 e o assimila.

Nos relatos que seguem, verificamos que L1 apresenta a voz do outro de forma a ativar a sua tomada de atitude em relação ao dito do outro. Essa tomada de atitude é marcada através da presença do verbo *dicendi*, da forma de relato, da continuidade discursiva e, outras vezes, pela presença do elemento introdutor de citação “como”.

Catalogamos, até agora, no *corpus* investigado, 13 recortes de relatos em estilo indireto com verbo *dicendi* modalizador, dos quais 05 foram descritos e os demais são apresentados a seguir.

Relato 37

Siegel nos parece ingênuo sugerindo que **só com a web o lazer se confunde com o negócio** (p. 61) ou que **só agora estamos aprendendo a nos representar para consumo** (p.65). Porém acerta em cheio, notando a forma como a cultura digital está se convertendo em processo massificado de abstração e autonomização da própria escolha individual, salientando que, nela, o principal é “a aposta em fórmulas familiares e estilos consagrados de auto-apresentação capazes de nos trazer popularidade” (p. 66-67). (R2)

Relato 38

O trabalho de luto da tradição da pintura moderna não é, contudo, para Bois, necessariamente patológico, como indicaria a pintura de Robert Ryman analisada, ciosamente em outro ensaio. Sua pintura evidencia, no plano da fatura, que a pincelada ou matéria pictórica da arte abstrata instituiu-se como código histórico. (R8)

Relato 39

Várias páginas são dedicadas a mostrar a importância atribuída a esses conceitos em vários textos rousseauianos (no *Emílio*, nas *Cartas Escritas da Montanha*, nas *Considerações sobre o Governo da Polônia* e no próprio *Contrato Social*, por exemplo). A ideia de lei natural é apontada como indispensável ao compromisso básico descrito no *Contrato*: um pacto só tem sentido, argumenta Derathé, se os participantes se sentem obrigados a respeitá-lo. (R5)

Relato 40

Na interpretação de Robert Derathé, Rousseau não só recupera as noções de lei natural e direito natural, depois de aparentemente havê-las descartado, como inúteis, no *Segundo Discurso*. Várias páginas são dedicadas a mostrar a importância atribuída a esses conceitos em vários textos rousseauianos (no *Emílio*, nas *Cartas Escritas da Montanha*, nas *Considerações sobre o Governo da Polônia* e no próprio *Contrato Social*, por exemplo). (R5)

Relato 41

Não tendo sido destinadas pela natureza a ser intelectual e fisicamente iguais aos homens, argumentava Rousseau, aquelas que fugissem de suas funções sagradas de esposas e mães para competir com os homens na esfera pública, estariam traindo sua própria natureza e se afastando da única esfera em que poderiam obter genuína realização pessoal. (R6)

Relato 42

Ao comparar o MP brasileiro com outras experiências internacionais, Kerche detecta que Brasil e Itália possuem os modelos com maior autonomia, e ambos sofreram rupturas democráticas seguidas por constituintes. Assim, ele vincula a autonomia a um contexto que coloca em primeiro plano as garantias para que promotores possam processar pessoas ligadas ao governo. (R7)

Relato 43

O autor entende que o modelo de MP em curso no Brasil possui autonomia, mas carece de mecanismos institucionais de prestação de contas das ações de promotores e procuradores.

Para sustentar essa afirmação articulada ao argumento da criação parlamentar do novo desenho, ele baseia-se na “abordagem principal-agente” considerando a relação do MP com o judiciário, o Executivo, o Legislativo, e internamente, de promotores e procuradores, com o procurador-geral com o Conselho Superior, com o MP. (R7)

Relato 44

Kurz, aliás, o reconhece ao afirmar que o esclarecimento não resume a época do esclarecimento. (R10)

Após análises dos fenômenos deste grupo, verificamos que nos relatos apresentados em estilo indireto, geralmente, atesta-se que o locutor responsável pelo discurso como um todo se compromete com o dito das outras vozes, assimilando, portanto, o ponto de vista do outro.

Nascimento (2009), ao estudar a notícia jornalística, verificou que uma das posições do locutor responsável pela notícia em relação a outros locutores (no relato em estilo indireto) é de distanciamento, pois L1 não se compromete com o dito de L2, L3 etc.

Na resenha, observamos, no entanto, que unicamente a apresentação da voz do outro em relato em estilo indireto não constitui uma prova definitiva para dizer que L1 se compromete com o dizer de L2, de L3 etc. Esse engajamento torna-se comprovado, quando L1 introduz o relato em estilo indireto, utilizando-se de outros recursos além, também, do verbo *dicendi* ou equivalente.

Na continuidade discursiva, os elementos lexicais selecionados pelo locutor resenhista são recursos que marcam a assimilação de L1 ao dito de outros locutores. Esses elementos arranjados no interior do discurso como um todo são, de fato, prova para sustentar que L1 assimila o discurso do outro. Esse fenômeno é uma maneira de apresentar a voz de outrem como sendo um discurso com o qual L1 concorda e que merece ser admitido.

Em todos os relatos verificamos que L1, ao tempo em que apresenta a voz do outro também apresenta a sua posição em relação ao dito do outro. Essa tomada de atitude é marcada através da presença do verbo *dicendi*, da forma de relato, da continuidade discursiva e, outras vezes, pela presença do elemento introdutor de citação “como”.

5.3 ASPAS

As aspas, comumente, costumam ser empregadas como mecanismo linguístico para destacar palavras e expressões dentro de um discurso ou, até mesmo, o discurso como um todo. Em qualquer procedimento de uso, as aspas sempre foram empregadas para marcar palavras ou expressões produzidas em circunstâncias diferentes das do resto do texto (cf.

GARCÍA NEGRONI, 2008). Logo, as circunstâncias são determinantes para o emprego das aspas nos enunciados.

Estes destaques expressam a funcionalidade das aspas que, segundo Authier Revuz (1982), podem ser classificados da seguinte forma:

- Aspas de diferenciação
- Aspas de condescendência
- Aspas pedagógicas
- Aspas de proteção
- Aspas de ênfase
- Aspas de questionamento ofensivo ou irônico

Em razão da necessidade de diferir o que consideramos relatos em estilo direto, marcado por aspas, e enunciados que apresentam palavras e expressões linguísticas destacadas por aspas, retomamos, aqui, descrições já empreendidas quando do início das análises (*vide* 5.1): i) consideramos ser relato em estilo direto somente os segmentos de enunciados; ii) as aspas que servem apenas para destacar termos e expressões linguísticas, dentro de um enunciado, são as aspas de distanciamento (AUTHIER-RÉVUZ, 1892). Elas tanto podem ocorrer no relato em estilo direto como no relato em estilo indireto e, ainda, nos enunciados do locutor responsável pelo discurso como um todo.

Estas aspas são objeto de estudo a partir de então. Passemos, pois, a examiná-las verificando, nos recortes que seguem, os efeitos de sentido gerados pelo uso de tais mecanismos linguísticos.

• ASPAS DE DIFERENCIAÇÃO:

Relato 45

Segundo os profetas da cibercultura, estamos entrando numa era de desmassificação, porque, agora, passamos a ter nas mãos os recursos materiais com que podemos fazer nossas próprias escolhas e construirmos livremente nossa personalidade. De fato, contudo, verifica-se o surgimento de uma “**forma ainda mais potente de homogeneização**”, diz Siegel. (R2)

No trecho 45, o locutor resenhista (L1), responsável pelo discurso como um todo, coloca em cena a voz de L2, locutor da obra resenhada, apresentada em relato em estilo indireto e traz em seu interior algumas palavras destacadas por aspas.

O relato 45 é organizado da seguinte forma: L1, primeiramente, introduz o discurso dos profetas da cibercultura, que dizem estarmos entrando numa era de desmassificação, promovido pela chamada *web 2.0*. Consequentemente, o locutor resenhista inicia outra sentença, para dizer que a cibercultura não é individualizante; é, na verdade, uma forma de cultura de massa homogeneizante. Essa sentença, que expressa dissonância ao referido dito dos profetas, é a voz de L2, em relato em estilo indireto, com algumas palavras entre aspas, utilizadas para marcar **diferenciação** entre o discurso da ciência – aquele que se encontra no conteúdo da obra resenhada (palavras que estão entre aspas) – e as palavras utilizadas por L1, na construção do relato em estilo indireto, já que, neste tipo de relato, as palavras de L2 não são produzidas *ipsis litteris*.

A expressão “forma ainda mais potente de homogeneização”, introduzida entre aspas no discurso de L2 - destacada, por nós, em fonte de cor vermelha - é, nesse caso, uma forma de L1 indicar que, no fio do relato em estilo indireto, há uma diferenciação.

O fenômeno do uso das aspas, para marcar diferenciação, se manifesta também nos relatos seguintes:

Relato 46

A vida conturbada e dramática da ambiciosa e talentosa Wollstonecraft – que exerceu os papéis de governanta, dama de companhia, professora, dona de escola, tradutora, resenhista, autora, mãe de duas filhas (uma delas, a futura Mary Shelley, autora de *Frankenstein*), amante, esposa, arrimo de família e ativista política – muito se explica pelo destemor de uma jovem que se via, desde muito cedo, como “**a primeira de uma nova espécie**”, incapaz de se satisfazer em “**trilhar um caminho batido**”, conforme confessou certa vez. (R6)

Relato 47

Assim como dirá Marc Bloch em resenha à segunda edição alemã, o livro de Huizinga é “**um estudo de psicologia histórica, psicologia coletiva**”, o livro de Freud trata do entrecruzamento da psicanálise do coletivo com a do individual. (R9)

Relato 48

Against the machine não contesta menos a pretensão de que estamos transitando da condição de receptores passivos para nos tornarmos produtores de conteúdo independentes, só porque, agora, podemos compartilhar nossas ideias e imagens com as pessoas através dos novos meios de comunicação. Tudo isso quer dizer apenas que “**você está adaptando**”

seus momentos de privacidade aos eventuais compradores”, fazendo com que seu “tempo de lazer adquira a qualidade de trabalho racional, calculável e consciente num mercado” (p. 69-70). (R2)

Relato 49

Ao teorizar sobre consonância e dissonância, Rameau acreditou ter obtido um conjunto de regras universais, a que chamou “princípio natural”, a ordenar e reger toda a harmonia. (R4)

Relato 50

Discordando totalmente do filósofo nesse respeito, e desejando ardentemente que tal sistema de educação fosse “pelos ares”, Mary estava ciente, no entanto, de seu poder de persuasão: A eloquência de Rousseau, dizia ela, “torna os absurdos plausíveis”. (R6)

Relato 51

O autor entende que o modelo de MP em curso no Brasil possui autonomia, mas carece de mecanismos institucionais de prestação de contas das ações de promotores e procuradores.

Para sustentar essa afirmação articulada ao argumento da criação parlamentar do novo desenho, ele baseia-se na “abordagem principal-agente” considerando a relação do MP com o judiciário, o Executivo, o Legislativo, e internamente, de promotores e procuradores, com o procurador-geral com o Conselho Superior, com o MP. (R7)

Relato 52

“No entanto – indaga Bois nesse ensaio de 1986 – o fim da pintura, de fato adveio?”.

Pergunta, portanto, sobre as possibilidades da pintura depois do fim das vanguardas artísticas, e do abandono de seus pressupostos tais como o “historicismo”, enquanto concepção linear e teológica da história da arte: e o “essencialismo”, entendido como a convicção de que haveria uma essência da pintura “de certo modo esperando para ser revelada.” (R8)

Relato 53

Buscando apreender a essência contida na forma, Huizinga recorreu sobretudo à literatura e às artes plásticas. Para a primeira ele estava há muito instrumentalizado devido à sua formação de filólogo e orientalista. As segundas foram para ele uma descoberta recente, vinda da forte impressão que lhe provocou a exposição de Bruges de 1902, sobre a pintura dos primitivos flamengos. Já em 1905, na aula inaugural que proferiu na Universidade de Groningue, ele examinou “O elemento estético das representações históricas”. Os dois tipos de fontes passaram desde então a ser usados complementarmente por ele. Como não bastava “ler os poemas de amor e as descrições de torneios em busca do conhecimento e da representação vivida de detalhes históricos, se não pudermos ver os olhos, a luz e a sombra” (OIM, 121), seu entendimento das fontes foi em parte guiado pela intuição. (R9)

Relato 54

Quando na referida entrevista Jacques Le Goff afirma que o *Outono da Idade Média* é um livro poético e que essa poesia “**exprime a grandeza e, ao mesmo tempo, o limite da obra**”, ele toca num ponto essencial. (R9)

Relato 55

Para Kurz a libertação precisa ser repensada e “**livrar-se do Esclarecimento**”. Este se torna como “**um processo que se desenrola no interior da própria forma (burguesa) do sujeito**”, o que impõe limites burgueses à reflexão pela “**tendência à destruição e à dissolução do inteiro mundo sensível na abstração realista**”. Já a *Dialética do Esclarecimento* “**criticava o Esclarecimento pelo seu caráter lógico-identitário**”, abandonando “**o quadro sociológico de referência (‘baseado em classes’)**” e substituindo a apreensão da história “**como ‘a história da luta de classes’ por uma ‘história das relações de fetiche’**”. (R10)

Relato 56

Os trabalhadores, convocados para realizar os objetivos hipoteticamente libertadores do sujeito em sua forma burguesa através “**de sua generalização transcendente**”, desperdiçaram esta possibilidade histórica. “**Na verdade, o movimento dos trabalhadores realizou sua ocupação vocacional, limitada à socialização do valor, e, justamente por conta disso, terminou por se extinguir**”. (R10)

- **ASPAS DE AVERSÃO:**

Relato 57

Ora, se no que diz respeito ao homem os revolucionários estavam dispostos a aceitar, ao menos em princípio, a derrocada das hierarquias e a igualdade e liberdade de todos, no que diz respeito à mulher a tradição arraigada os cegava. Valendo-se de preconceitos com ares de ciência, continuavam a manter a mulher como “**humilde dependente**” do marido e num “**estado deplorável**” de ignorância – a que chamavam pelo eufemismo de “**inocência**”, como dizia Mary. (R6)

No relato 57, o discurso de L1 expressa o ponto de vista acerca do modo como as mulheres eram tratadas, tendo em vista os princípios de uma visão tradicionalista arraigada nos preceitos de que o lugar da mulher era o doméstico. L1, nesse sentido, mostra-se discordante à ideologia da domesticidade e da submissão feminina. Essa aversão à tal ideologia é ilustrada quando, entre aspas, L1 assinala as expressões: “humilde dependente” e “estado deplorável”. Seguidamente, também destaca o termo “inocência” para endossar a sua posição de repulsa.

O efeito de sentido gerado pelo uso das aspas é de **aversão** (repulsa). O discurso de L1 retrata a sua aversão à ideologia opressora propalada por um sistema de educação que fere

e tolhe o princípio de igualdade e liberdade para todos. Apesar da luta pela igualdade e liberdade para todos, a mulher ainda sofre preconceitos camuflados e mantidos sob o prisma de uma educação tradicional que a mantém como “humilde dependente”, “inocente”.

- **ASPAS DE PROTEÇÃO:**

Relato 58

Nada disso bastou, Manoel era, ajuíza Vainfas, “homem camaleônico e escorregadio”, mestre do jogo duplo e do escamoteamento, além de eterno insatisfeito. Começou a deslizar para a fé antiga, a freqüentar igrejas católicas sorrateiramente, a ter saudade do mato, dos índios, da terra natal. (R3)

O uso das aspas de proteção, na concepção de Authier-Revuz (1982), tem a finalidade de deixar evidente que as palavras ou expressões destacadas são consideradas inadequadas, que estão sendo empregadas, muitas vezes, metaforicamente para substituir outro termo.

No relato 58, observamos que L1 (locutor resenhista) apresenta a voz de L2 (locutor da obra resenhada) em relato em estilo indireto. L1, ao apresentar a voz de L2, destaca, através do uso das aspas, termos e expressões que, de forma metafórica, caracterizam o jesuíta paulista Manoel de Moraes, personagem da obra de Ronaldo Vainfas.

A expressão “homem camaleônico” pode remeter àquele que muda de opinião e de atitude, conforme seus interesses e conveniências, característica que fica confirmada na continuidade discursiva, quando L1 relata que Manoel é “mestre do jogo duplo e do escamoteamento, além de eterno insatisfeito”. O termo “escorregadio”, por sua vez, também é empregado de forma metafórica para caracterizar o referido personagem como um ser inconstante e/ou inseguro, característica também confirmada na continuidade discursiva, quando L1 relata que Manoel “começou a deslizar para a fé antiga, a freqüentar igrejas católicas sorrateiramente, a ter saudade do mato, dos índios, da terra natal”.

A partir dos usos das aspas, observamos que, nas duas ocorrências, L1 assimila o dito de L2, subjetividade expressa na continuidade discursiva, conforme explicitado.

As aspas de proteção também são fenômenos recorrentes nos relatos que seguem. Em todos os casos (relatos 59, 60 e 61), as aspas são empregadas, ora para destacar a inadequação de um ou mais termos, ora para destacar termos e expressões que foram substituídos por outro.

Relato 59

A traição, como já ficara sugerido décadas atrás na peça de Chico Buarque e Rui

Guerra sobre Calabar, não pode ser vista sob a perspectiva meramente moral, que tendemos a lhe imputar. Muitos outros contemporâneos desse homem “alto, magro, preto, e feio”, traíram. Uns, como João Fernandes Vieira, grande herói do panteão pernambucano, se deram bem. Manoel se deu mal, talvez porque, além de traidor, foi herege. (R3)

Relato 60

Com tal temperamento, dono, conforme um contemporâneo, “de grande talento, juízo e prudência mediana, compleição colérica”, os inimigos espreitavam. Um deles o pôs, parece, definitivamente a perder: Martim Soares Moreno, “general graúdo” e seu companheiro de luta desde o início da peleja, facilitou as coisas para que, finalmente, o braço comprido da Inquisição o alcançasse, em carne e osso. Lá foi Manoel preso para Portugal, enfiado nos cárceres, interrogado com método, torturado e, por fim, exposto no mesmo Auto de Fé que viu arder Isaque de Castro (15/121647), “jovem mártir da comunidade judaico-holandesa de Amsterdã”. Em favor de Isaque, protestos variados se levantaram na Holanda. (R3)

Relato 61

Nos artigos, reunidos por Flo Menezes, Pousseur analisa obras de Stravinsky, Webern, Shoenberg, entre outros, buscando compreender seus processos e talvez jogar luz sobre os rumos da música no século XX. Nessa constelação, ele não se furta a declarar sua preferência por Webern, o “Icaro vitorioso” da música moderna, que “soube libertar-se radialmente do peso da harmonia terrestre”. (R4)

• ASPAS DE CONDESCENDÊNCIA:

Relato 62

Em expressões como “não conheço a arte de ser claro para quem não quer ser atento”, Rousseau alertou os leitores de que seus textos deveriam ser lidos com cuidado, com muita atenção para o sentido dos termos empregados. No entanto, a maioria continuou a fazer uma leitura apressada de sua obra e julgá-la por falta de coerência, de consistência, resultado de uma personalidade doentia, paranóica e assim por diante. Alguns não hesitaram em “dissipar os equívocos” e se puseram a tarefa de interpretá-la “tal como o autor deveria tê-la concebido”, outros, em “melhorar aquilo que o pensador não conseguiu realizar”. Não é a toa que, na filosofia política, Rousseau é um autor sobre o qual mais se escreve. Foi considerado revolucionário, monarquista, liberal, socialista comunista, libertário, precursor do nazismo, feminista, conservador, machista e outras coisas mais. (R1)

As aspas de condescendência são empregadas para indicar atitudes ou comportamentos que caminham na mesma direção da atitude e da opinião do outro. Segundo Autier-Revuz (1982), as palavras mencionadas entre aspas são incorporadas de forma paternalística, por julgar que o interlocutor falaria assim.

Neste relato (62), observamos três expressões destacadas, através do uso de aspas. Nos três casos, L1 deixa entrever que são expressões que, provavelmente, seriam aprovadas e adotadas pelo interlocutor, que as assimilaria como sendo suas próprias palavras. A expressão “dissipar os equívocos”, por exemplo, é uma expressão que se pode considerar como um dito coerente para os leitores de Rousseau que não se consideram leitores intransigentes e, sim, leitores que aceitaram dissipar as leituras equivocadas. Igualmente acontece com as expressões que seguem destacadas por aspas (“tal como o autor deveria tê-la concebido” e “melhorar aquilo que o pensador não conseguiu realizar”) – são expressões que, possivelmente, são aceitas pelo interlocutor, gerando o efeito de sentido de aceitação, de coerência com o dito que se encontra em destaque.

As aspas de condescendência também são fenômenos recorrentes nos relatos que seguem. Nos dois casos, ou seja, nos relatos 63 e 64, as aspas são empregadas para afirmar conformação e coerência com os termos e expressões em destaque.

Relato 63

Nos artigos, reunidos por Flo Menezes, Pousseur analisa obras de Stravinsky, Webern, Schoenberg, entre outros, buscando compreender seus processos e talvez jogar luz sobre os rumos da música no século XX. Nessa constelação, ele não se furta a declarar sua preferência por Webern, o “Ícaro vitorioso” da música moderna, que “**soube libertar-se radicalmente do peso da harmonia terrestre**”. (R4)

Relato 64

Centrando-se na história cultural, Huizinga não apenas exercitava o suposto arbítrio do historiador na escolha do seu material e da sua abordagem; ele dialogava com seus contemporâneos. Mesmo não descartando a existência de outros fatores no processo histórico, sobretudo o político e o econômico, ele atribui papel central à cultura porque, ao “**enquadrar as emoções em formas fixas**” ela permitiu “**que o homem não se entregasse à barbárie**” (OIM, 179). Esta apreciação estava fundada nos documentos medievais examinados pelo historiador, que não podia, porém, evidentemente, abstrair de seu próprio mundo. (R9)

- **ASPAS DE ÊNFASE:**

Relato 65

Pressupondo que a história das estruturas e das formas artísticas é sempre ideológica, Bois rejeita tanto a “**análise sociopolítica direta da obra de arte**”, marca dos estudos culturais das universidades norte-americanas, voltados para as questões de gênero, quanto a “**desconfiança à interpretação**” que o autor atribui ao formalismo greenbergiano,

do qual foi se distanciando no curso do tempo. Defende em suma, um “**formalismo materialista**” voltado para a especificidade do objeto que envolve não apenas a condição geral de seu “**ambiente**”, no termo do autor, mas também os detalhes mais insignificantes de seus meios de produção, como os da ordem da fatura e dos materiais da pintura. (R8)

Para Authier-Revuz (1982), as aspas de ênfase expressam insistência. Nesse sentido, entendemos que se trata de uma forma de valorização ou destaque atribuído a elementos linguísticos em um discurso, para chamar a atenção do interlocutor e, ao mesmo tempo, orientar conclusões discursivamente.

No relato 65, L1, ao apresentar o seu próprio discurso, faz uso de aspas para destacar três expressões (“análise sociopolítica direta da obra de arte” / “desconfiança à interpretação” / “formalismo materialista”) e um vocábulo (“ambiente”). Essa ação de L1 expressa a sua tomada de atitude mediante o que fica em ênfase – L1, na verdade, procura evidenciar para o interlocutor que tudo que se encontra em destaque precisa ser lido com a devida importância e de forma positiva, pois são informações relevantes dentro do discurso.

As aspas, no relato 58, são, portanto, uma forma de insistir acerca da necessidade de atentar para algo que, realmente, merece destaque no interior do discurso.

Fenômeno análogo acontece no relato que segue (relato 66).

Relato 66

Naquele momento a Belle Époque pertencia definitivamente ao passado, tanto quanto a Idade Média. É talvez a ambas que Huizinga se refere quando fala da “**nossa nostalgia da beleza efêmera de outros tempos**” (OIM, 37). (R9)

Relativamente ao uso das aspas para destacar palavras e expressões dentro de um discurso, as análises mostram que, na resenha, esta ação proporciona entrever ora engajamento, ora distanciamento. No entanto, em nossas análises, observamos mais engajamento que distanciamento.

Nesta pesquisa constatamos 12 (doze) ocorrências de aspas de diferenciação; 4 (quatro) ocorrências de aspas de proteção; 3 (três) ocorrências de aspas de condescendência; 2 (duas) ocorrências de aspas de ênfase e 1 (uma) ocorrência de aspas de aversão.

Em seus estudos, Authier Révuz (1982) diz que as aspas que servem apenas para destacar termos e expressões linguísticas, dentro de um enunciado, são as aspas de distanciamento. Em nosso *corpus*, conforme supracitado, ao fazer uso das aspas, o locutor resenhista sempre toma uma posição – ou ele as usa para afirmar o não-engajamento ou as usa

para deixar marcada assimilação. Elas ocorrem tanto no relato em estilo direto quanto no relato em estilo indireto e, ainda, nos enunciados do locutor responsável pelo discurso como um todo. Esses sujeitos as utilizam sob as mais diversas circunstâncias.

Além das circunstâncias apontadas por Authier Révuz (1982), encontramos no *corpus* as aspas de aversão, utilizadas para destacar um termo ou expressão com qual o locutor resenhista não concorda por ser muito desagradável. Assim, as aspas além expressarem diferenciação, condescendência, proteção, ênfase, ironia (AUTHIER-REVUZ, 1982), elas podem expressar, convenientemente, aversão (repulsa).

Em todos os recortes analisados observamos que L1 coloca entre aspas palavras, expressões para orientar como o discurso deve ser lido. O uso das aspas, nessa perspectiva, são fenômenos discursivos que marcam a subjetividade de L1 em relação ao dito de L2, ao mesmo tempo em que fazem entrever conclusões orientadas discursivamente.

Foram catalogados 22 (vinte e dois) recortes do uso das aspas, assinalando os efeitos de sentido supramencionados. Observa-se, portanto, que se trata de um fenômeno polifônico bastante recorrente nas resenhas em estudo.

5.4 COOCORRÊNCIA DE DIFERENTES FENÔMENOS POLIFÔNICOS: ASPAS, RD E RI

No gênero resenha acadêmico-científica, muitas vezes, em um enunciado, o locutor resenhista faz uso concomitante de diversos recursos polifônicos, a fim de fazer gerar efeitos de sentido e, portanto, direcionar como o discurso deve ser lido.

Sob essa perspectiva, nesta subseção, procedemos a uma análise de alguns recortes em que se verifica a ocorrência simultânea de três fenômenos: o relato em estilo direto, o relato em estilo indireto e as aspas. Particularmente, nesse ponto, investigamos se a ocorrência conjunta desses fenômenos deves contribui para a criação de determinados efeitos de sentido, tais como a assimilação ou o distanciamento com relação à voz alheia.

Relato 67

“A mulher é feita especialmente para agradar ao homem [...] e para obedecer também [...] Elas devem aprender muitas coisas, mas as que lhe convém saber”. Daí que “toda educação das mulheres deve ser relativa ao homem”, cabendo nelas cultivar docilidade, charme, sensibilidade e tudo, enfim, que possa tornar a vida de seus senhores “agradável e doce”, dizia Rousseau. Tal educação, como comenta Mary, assumia que “a

mulher deve ser linda, inocente e tola”. (R6)

No relato 67, temos um texto construído através de três fenômenos representativos de polifonia de locutores: relato em estilo direto (destacado, por nós, em fonte de cor azul), relato em estilo indireto (destacado em fonte de cor verde) e aspas (fonte de cor vermelha).

Para iniciar o discurso, o locutor responsável pelo discurso como um todo (L1) introduz a voz de Rousseau. A voz desse locutor é introduzida em relato em estilo direto e, imediatamente, este mesmo locutor tem novamente a sua voz introduzida no discurso – desta vez em relato em estilo indireto e entremeada por duas expressões entre aspas: “toda educação das mulheres deve ser relativa ao homem” (aspas de diferenciação) e “agradável e doce” (aspas de ironia). Para finalizar, L1 apresenta outro relato em estilo direto de responsabilidade de L2, locutora da obra resenhada.

A dinâmica e a ordem de apresentação de relatos e de aspas concomitantemente geram efeitos de sentido, ora de distanciamento, ora de aprovação do dito do outro. Tais orientações conclusivas são estrategicamente definidas de forma sequencial no fio discursivo, pois L1 traz o primeiro relato (estilo direto) e com ele não se engaja, ou seja, não comunga da mesma ideia de submissão da mulher ao homem, voz de L3 (Rousseau). O segundo relato (a voz de L3 em relato em estilo indireto) também é rechaçada por L1, pois endossa a ideia de que a mulher deve agir sempre procurando agradar ao homem.

A prova de que L1 não admite o primeiro ponto de vista de L3, fica evidente, através da escolha lexical “daí”, presente logo no início do segundo ponto de vista de L3. Esse recurso linguístico ativa a continuidade do primeiro ponto de vista. Para confirmar o seu distanciamento em relação aos dois pontos de vista de L3, o locutor resenhista apresenta a voz de L2, com a qual ele se engaja. Prova disso é a presença do recurso linguístico indicador de assimilação “como”, acompanhando o verbo *dicendi* “comentar”.

Não há dúvida de que este último relato (relato de L2) – um ponto de vista que ironiza os dois pontos de vista de Rousseau – se configura, na continuidade discursiva, como a principal prova de que L1 não assume o dito de L3 (Rousseau).

Os materiais linguísticos dispostos entre aspas também materializam o rechaço de L1 em relação aos pontos de vista de L3, pois se tratam de aspas de **diferenciação** e de **ironia**, respectivamente. O primeiro uso das aspas destaca palavras pelas quais L1 não se responsabiliza, visto se referirem a uma forma de educação que domestica a mulher. O segundo uso das aspas, por sua vez, revela ironia de L1 ao dito de L3.

Por tudo que foi discutido nesta análise, postulamos que a ocorrência conjunta dos três fenômenos descritos permite marcar a atitude de L1 em relação aos pontos de vista apresentados. Assim, para imprimir que não admite determinados pontos de vista e marcar a sua subjetividade, L1 recorre a uma sequência de recursos que possibilitem conclusões orientadas discursivamente. Nesse caso, L1 organizou de forma conjunta e sequencial o relato em estilo indireto, o relato em estilo indireto, entremeado pelo uso de aspas e, para finalizar, outro relato em estilo direto.

Relato 68

Restaria saber, assim, que nova partida é essa, que passou a ser jogada depois que “o fim do fim chegou”, na expressão de Bois; pois para certos críticos, adverte o autor, a “volta à pintura” nos anos 1980 – depois de desmaterialização da arte na década anterior – deve ser pensada na chave do “luto maníaco” pelo fim da pintura moderna. (R8)

No relato 68, L1 apresenta um discurso que se encontra organizado pelo entrelaçamento de diversas vozes e ainda pelo uso de aspas, utilizadas para enfatizar alguns termos e expressões inseridos na construção discursiva. A voz apresentada em relato em estilo direto está destacada, por nós, em fonte de cor azul; aquela apresentada através do relato em estilo indireto está destacada em fonte de cor verde, e o uso das aspas está destacado em fonte de cor vermelha.

O locutor resenhista, em seu discurso – uma pergunta indireta –, apresenta inicialmente a voz do locutor da obra resenhada (Yve-Alain Bois), em relato em estilo direto, para definir um espaço de tempo (depois que “o fim do fim chegou”) em que uma nova partida passou a ser jogada. Essa definição de espaço de tempo se apresenta como algo interessante, principalmente devido à estrutura linguística “o fim do fim” que, entre outros sentidos, pode significar que a pintura já estava no fim, mas conseguiu piorar ainda mais a situação de decadência. Logo, ao tempo em que apresenta a voz de L2, L1 indica ao interlocutor que as palavras em destaque são de responsabilidade de L2. Percebemos, no entanto, que o locutor resenhista não se distancia do dito de L2, pois as escolhas léxicas “na expressão de Bois” parecem assinalar que a referida descrição é, de fato, ideal para o efeito de sentido orientado discursivamente.

Seguindo o fio discursivo, L2 apresenta uma terceira voz, ou seja, L2 faz referência a um terceiro locutor (L3 – certos críticos) e introduz o posicionamento desses críticos em relação à “volta à pintura”. Este posicionamento é apresentado em relato em estilo indireto, porém entremeado por duas expressões entre aspas: “volta à pintura” e “luto maníaco”. A

apresentação das vozes introduzidas fica assim organizada: L1 introduz a voz de L2 que, por sua vez, faz referência a L3. Há, portanto, nesse trecho uma hierarquia de vozes:

- L1 traz L2 (Relato em estilo direto)
- L2 traz L3 (Relato em estilo indireto e uso de aspas)

L1 assimila o discurso de L2 e avalia o discurso de L3 como uma advertência de L2 – caso de modalização avaliativa. O discurso de L3 imprime um ponto de vista com o qual L1 se distancia, visto ser uma advertência de L2, com algumas palavras entre aspas.

O efeito de sentido gerado pelo uso das aspas é de **diferenciação** e de **proteção**. A diferenciação está para a primeira expressão e a proteção está para a segunda expressão. A expressão “volta à pintura” são palavras de críticos, são palavras da ciência, e a expressão “luto maníaco” se encontra entre aspas pelo fato de que é uma expressão que possui carga semântica negativa e, para se proteger o locutor usou aspas.

Verificamos que, ao decidir pelo uso das aspas, L1 deixa marcado o seu distanciamento, ou seja, este locutor não se responsabiliza pelo que está dito entre aspas.

Constatamos, portanto, que a coocorrência dos três referidos fenômenos de polifonia no enunciado, é um modo de orientar conclusões discursivamente, ora apontando engajamento, ora distanciamento – atitudes discursivas comuns no gênero em estudo.

Até aqui, foram catalogados nove (9) ocorrências em que se constata três fenômenos de polifonia de locutores atuando conjuntamente no enunciado. Dentre os dez relatos, dois se encontram analisados e no restante seguinte também se observa a mesma ocorrência conjunta dos três fenômenos descritos, objetivando marcar a atitude de L1 em relação aos pontos de vista apresentados.

Relato 69

Incorrigível, porém, Manoel traiu de novo: “**namorava a heresia**”, ajuíza o autor, “**mas se casara mesmo com a traição**”. Burlou o exclusivo exigido pela companhia e vendeu a madeira a quem pagasse bem, dobrando o patrimônio em dois anos, marcando seus bois de carga com a palavra “**Llatino**”, que então designava os licenciados, misturando mundos praticamente inconciliáveis: o da mercancia e o das letras, o do comércio livre e o do estanco, o da honra e o da riqueza. Mais: como estourasse a guerra de libertação de Pernambuco, ou da “**liberdade divina**”, **envergou de novo a roupeta jesuítica, engajou-se na peleja, pôs-se à frente de forças indígenas, avançando crucifixo às mãos, rumo a seu passado, observa Vainfas**. Manoel foi destaque na batalha do Monte das Tabocas, a 3 de agosto de 1646. (R3)

Relato 70

“No entanto – indaga Bois nesse ensaio de 1986 – o fim da pintura, de fato adveio?”.

Pergunta, portanto, sobre as possibilidades da pintura depois do fim das vanguardas artísticas, e do abandono de seus pressupostos tais como o “**historicismo**”, enquanto concepção linear e teológica da história da arte: e o “**essencialismo**”, entendido como a convicção de que haveria uma essência da pintura “de certo modo esperando para ser revelada”. (R8)

Relato 71

Em uma pincelada: a “**pintura pode não estar morta**” – conclui Bois – pois persiste um “**desejo de pintura**” em “**trabalhos de luto**” como os que Ryman, nos anos 1960 e 1970, que “**não foi inteiramente programado pelo mercado nem a ele subordinado**”; diferentemente do que ocorreria no “**regozijo pelo assassinato**”, ou na “**orgia do canibalismo**” próprio ao citacionismo ou revivalismo pós-modernista de boa parte da pintura dos anos 1980. (R8)

Relato 72

Quando Marx insiste na célebre tese de que o decisivo não é interpretar, mas transformar a realidade, adverte justamente que o transformar não vale só daqui para a frente: *a realidade efetiva já é transformada*; cabe intervir nesta efetividade. (R10)

Relato 73

Não se pode deixar de supor que quando Huizinga qualifica o outono medieval – vida “**dura**”, de “**dureza cruel**” (OIM, 37), “**dura, cruel e falsa**” (OIM, 124), “**amargamente crua**” (OIM, 179), realidade “**dura**” (OIM, 56), “**violenta, dura e cruel**” (OIM, 119), justiça de “**inacreditável e ingênua dureza**” (OIM, 36), “**dura e parcial**” (OIM, 41) – ele estabelecia analogia com o seu próprio tempo. (R9)

Relato 74

Efêmera porque onírica. O “**sonho belo do ideal cavaleiresco**” é parte de “**um teatro social**” no qual se “**constrói o jogo da vida**” (OIM, 119). A literatura amorosa revela “o anseio pela vida bela, a necessidade de a vida parecer mais bela do que era” (OIM, 183). Diante das dificuldades concretas, o homem medieval criou um *droomwereld*, um mundo sonhado, mundo do jogo, mundo da ilusão (palavra derivada de *ludere*, “**brincar**”, “**jogar**”), que como defenderá mais tarde em outra obra famosa (*Homo ludens*, 1938; tradução brasileira de 1980) *seria mesmo anterior a tudo, seria o fundamento da própria cultura*. Como sempre “**almeja tornar real um mundo imaginário mediante a recriação das formas sociais**” (OIM, 56), o trabalho do historiador é decodificar esse processo, é “**captar o conteúdo essencial que repousa na forma: não será sempre a tarefa da pesquisa histórica?**” (OIM, 7). (R9)

Relato 75

No segundo ensaio, sobre Picasso, Bois parte da afirmação do crítico e marchand Daniel-Henry Kahnweiler, em 1920, de que a “**verdadeira**” *apropriação da arte africana*

pelo artista não se deu na “fase negra” – ou em *Les Demoiselles D’Avignon*, de 1907, na convenção crítica – mas após seu contato, em 1912, com a máscara grebo da Costa do Marfim. (R8)

Como resultado desta pesquisa, observamos, finalmente, que na resenha acadêmica é comum a ocorrência simultânea de três fenômenos representativos de polifonia de locutores: relato em estilo direto, relato em estilo indireto e aspas.

Os recortes analisados, tendo em vista essa ocorrência, propõem que o acontecimento sincrônico dos três fenômenos descritos permite marcar a atitude de L1 em relação aos pontos de vista apresentados. Assim, para imprimir a sua subjetividade, L1 recorre a uma organização discursiva dos três fenômenos, ora marcando engajamento, ora marcando distanciamento em relação às vozes apresentadas no discurso.

A dinâmica adotada por L1, para orientar discursivamente os efeitos de sentido gerados, possibilita entrever, a *priori*, que, quase sempre, para ser entendido, um fenômeno exige a ocorrência do outro e, no final, todos concorrem para expressar de forma precisa o que levou o locutor resenhista a rechaçar ou a assimilar o dito de outros locutores.

Com base nesses resultados obtidos através do percurso de análise, aqui delineado, consideramos ser possível desenvolver algumas conclusões acerca dos fenômenos descritos. A seguir, ocupamo-nos, portanto, dessa tarefa.

Antes disso, porém, assinalamos os seguintes aspectos: i) todas as categorias descritas nesta investigação se constituem polifonia de locutores; ii) em todos os relatos verifica-se a modalização; iii) o locutor responsável pelo discurso como um todo (aquele a quem nominamos de L1 em todo o decorrer das análises) sempre deixa marcada a sua atitude em relação ao ponto de vista de outrem: atitude de engajamento com o dito ou um distanciamento do dito.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de iniciarmos as nossas considerações sobre os resultados discutidos anteriormente, retomamos, a seguir, algumas informações acerca da realização desta pesquisa. Primeiramente, recordamos que nosso objeto específico de estudo foi a resenha acadêmico-científica do *Jornal de Resenhas* da Universidade de São Paulo – USP. Foram, então, investigadas dez resenhas escritas por professores de várias universidades do Brasil, mas que também ministram aulas em universidades fora do Brasil. O gênero resenha, neste trabalho, foi considerado um lugar de interação de vozes e, portanto, de impressões subjetivas, através do qual um locutor resume, elogia, critica e avalia as mais diversas produções intelectuais acadêmicas. Nessa perspectiva, sentimo-nos instigados a investigar como o locutor deixa registrada a sua subjetividade no gênero resenha acadêmico-científica.

Em razão da nossa inquietação, partimos da hipótese de que a modalização e a polifonia de locutores são fenômenos que atuam de forma concomitante no gênero resenha, deixando impressa a subjetividade do locutor resenhista, ao avaliar o discurso alheio, qual seja, o discurso da obra resenhada.

Concernente à construção dos objetivos de pesquisa, traçamos um objetivo maior: investigar a modalização e a polifonia de locutores como fenômenos que revelam, linguisticamente, a subjetividade no gênero resenha, funcionando, portanto, como marcas de argumentação. Desdobramos, então, esse objetivo em outros mais específicos: i) identificar as ocorrências da modalização e dos índices de polifonia de locutores no gênero acadêmico resenha; ii) investigar se a modalização e a polifonia de locutores se caracterizam como fenômenos que atuam conjuntamente no sentido de gerar efeitos de sentido e imprimir orientações argumentativas; iii) descrever e analisar os efeitos de sentido gerados pela ocorrência da modalização e da polifonia de locutores e iv) verificar como tais fenômenos se constituem em uma característica do estilo linguístico e da própria função do gênero.

Após o percurso de análise, foi possível constatar que a resenha se configura como um gênero discursivo resultante de um jogo de ideias que se fundem, ou podem até se repelir, por vezes. Trata-se de um lugar para o registro de identificação das ideias-chave do locutor da obra resenhada, para reflexões, para novos discursos, para interações entre saberes; é um lugar onde se podem travar intensos diálogos e propor leituras diversas. Assim, para construir uma resenha o locutor resenhista penetra no discurso do outro e nele se instala, podendo, então,

desmistificá-lo, chocar-se contra ele ou, simplesmente, assumi-lo, propondo ao leitor uma travessia por discursos sociais que se entrelaçam, que comungam da mesma ideia e mantêm relações de afinidades entre as interlocuções coercitivas.

Dentro dessa visão do discurso da resenha, o exame do nosso *corpus* permitiu-nos entrever, de um modo geral, que a modalização e a polifonia de locutores são fenômenos que, quando atuam conjuntamente, permitem colocar em evidência as conclusões orientadas discursivamente. Nesse sentido, a nossa hipótese foi comprovada. Nos 75 recortes analisados, verificamos a ocorrência tanto da polifonia de locutores quanto da modalização. Esses dois fenômenos são, de fato, muito recorrentes no gênero estudado. Em todos os relatos se observa um entrelaçamento de vozes apresentadas de forma que os pontos de vista fiquem evidentes. Sobre esses pontos de vista, o locutor resenhista sempre toma uma atitude, faz avaliações e, por assim agir, faz ressoar efeitos de sentido, na perspectiva de atuar sobre o seu interlocutor.

Os efeitos de sentido gerados na resenha são orientados discursivamente. O locutor resenhista, ao introduzir a voz alheia em seu discurso, faz uso de recursos linguísticos indicadores de modalização e da polifonia de locutores.

Um fato que nos chamou a atenção está relacionado tanto ao discurso relatado em estilo direto introduzido por verbo *dicendi* não-modalizador ou equivalente, quanto ao discurso relatado em estilo indireto introduzido por verbo *dicendi* não-modalizador ou equivalente. Mesmo sem a presença de um verbo *dicendi* modalizador, em todos esses tipos de relato submetidos à análise, observamos que a modalização acontece, dada a presença de um termo ou expressão linguística que apresenta carga semântica de modalização na continuidade discursiva. Assim, ou antes, ou depois da voz alheia ser colocada em cena, são usados termos e/ou expressões que possuem carga semântica ora positiva ora negativa, as quais, conseqüentemente, orientam discursivamente conclusões ou efeitos de sentido, ou seja, esses materiais linguísticos selecionados contribuem para sinalizar definitivamente a atitude do locutor responsável pelo discurso como um todo em relação ao dito do outro. Isso significa que o locutor da resenha, de uma forma ou de outra, sempre procura compartilhar com seu interlocutor o seu posicionamento em relação ao ponto de vista introduzido.

Outro fato interessante, observado a partir das análises, diz respeito também aos dois tipos de relato: relato em estilo direto e relato em estilo indireto. Na resenha, a introdução do relato em estilo direto não significa prova de distanciamento em relação à voz alheia apresentada. Tampouco introduzir um relato em estilo indireto é prova de assimilação do dito do outro. Outros elementos linguísticos selecionados e organizados, estrategicamente, no interior do enunciado atuam, juntamente com o relato em estilo direto, ou com o relato em

estilo indireto, para marcar a atitude de distanciamento ou de engajamento de L1 em relação à voz alheia.

Na continuidade discursiva, as escolhas lexicais são elementos que contribuem, juntamente com a forma de relato, para marcar a assimilação de L1 ao dito de outros locutores. Esses elementos arranjados no interior do discurso como um todo se constituem prova mais firme para sustentar que L1 assimila o ponto de vista de outros locutores.

Verificamos, portanto, que, mesmo introduzindo em seu discurso outras vozes, a partir de um verbo *dicendi* não modalizador, L1 seleciona outros materiais linguísticos e os organiza, de forma estratégica, no interior do texto para efetivar a modalização, imprimir engajamento e materializar as conclusões e sentidos orientados discursivamente.

As análises também mostraram que a ocorrência do discurso direto corroborando o discurso indireto na resenha acadêmico-científica é uma estratégia semântico-discursiva bastante recorrente. No gênero resenha acadêmica, essa estratégia gera um efeito de comprovação, de reafirmação ou, ainda, de fortalecimento do relato em estilo indireto.

A incidência do uso das aspas se manifestou demarcando a existência no relato em estilo direto como ainda no interior do relato em estilo indireto ou nos enunciados de responsabilidade do próprio locutor resenhista (L1), gerando diferentes efeitos de sentido. As circunstâncias de uso das aspas, na resenha, apresentaram-se diversificadas, porém, mediante as análises, na resenha, esta ação proporciona entrever ora engajamento, ora distanciamento do dito entre aspas – o uso das aspas retratou-se, também, como uma forma de polifonia de locutores. Em outras palavras, no *corpus* analisado, ao fazer uso das aspas, o locutor resenhista sempre toma uma posição – ou ele as usa para afirmar que se distancia ou as usa para demarcar assimilação do dito entre aspas.

Além das circunstâncias de uso apontadas por Authier Révuz (1982), encontramos, no *corpus*, as aspas de aversão, utilizadas para destacar um termo ou expressão com qual o locutor resenhista não concorda por ser muito desagradável e lhe causar indignação. Assim, as aspas, além de expressarem diferenciação, condescendência, proteção, ênfase, ironia (AUTHIER-REVUZ, 1982), podem expressar, circunstancialmente, aversão.

Os resultados apontaram, ainda, que, na resenha acadêmica, é comum a ocorrência concomitante de três fenômenos representativos de polifonia de locutores: relato em estilo direto, relato em estilo indireto e aspas. Nos recortes analisados, tendo em vista essa ocorrência, o acontecimento sincrônico desses três fenômenos permite marcar a atitude de L1 em relação aos pontos de vista apresentados. Ao recorrer a uma organização discursiva que põe em ação os três recursos linguísticos, L1 deixa impressa a sua subjetividade ora

sinalizando engajamento, ora marcando distanciamento em relação às vozes apresentadas no discurso. Essa dinâmica adotada por L1, para orientar discursivamente os efeitos de sentido gerados, possibilita entrever, *a priori*, que os pontos de vista se encadeiam de forma necessária e, no final, todos contribuem para colocar em evidência a assimilação ou o rechaço do locutor resenhista em relação ao dito de outros locutores.

Concernente ao relato em estilo indireto, cabe observar, por último, que, se nesse tipo de relato aparece o discurso do outro e, mesmo que esse discurso seja assimilado ou não por L1, há um caso de polifonia de locutores, pois, de fato, L2, L3 etc. têm seus discursos evocados, expressos e identificados no texto.

As considerações, aqui apresentadas, apontam que, no gênero resenha acadêmica, a modalização e a polifonia de locutores são fenômenos que revelam, linguisticamente, a subjetividade no gênero resenha, atuando, portanto, como marcas de argumentação. O locutor resenhista faz uso desses dois fenômenos de forma concomitante na construção do enunciado e, conseqüentemente, deixa impressa a sua atitude em relação à voz de outros locutores.

Em todos os relatos, conforme mencionamos, acontece um entrelaçamento de vozes, ou seja, pontos de vista de outros locutores são apresentados e sobre eles o locutor se posiciona e toma atitude. Dessa forma, a atitude do locutor é materializada linguisticamente sinalizando efeitos de sentido, na perspectiva de atuar argumentativamente no discurso.

A descrição, aqui apresentada, além de trazer uma significativa contribuição para o projeto ESAGD, aumentando o número de gêneros investigados – desta feita, a resenha acadêmico-científica – também contribui, de forma relevante, para a descrição da argumentatividade na língua e no discurso.

Os resultados alcançados ainda demonstram como a polifonia de locutores e a modalização são fenômenos que se constituem característica do estilo linguístico e da própria estrutura composicional de gênero resenha acadêmico-científica.

A subjetividade, nesse gênero, é marcada, linguisticamente, pela ocorrência do relato em estilo direto, do relato em estilo indireto, das aspas e, inclusive, através da coocorrência desses mesmos fenômenos (aspas, relato em estilo direto e relato em estilo indireto) em alguns enunciados.

Com relação às aspas, ampliamos o quadro de sistematização das mesmas, passando, pois, a incluir as aspas de aversão como mais um tipo de funcionalidade das aspas. O uso desse tipo de aspas serve para assinalar sensação de repugnância ou de repulsa às palavras ou expressões às quais o locutor não adere.

Com relação aos verbos *dicendi*, o que mais nos chamou a atenção foi a constatação de que, na verdade, a presença da modalização em enunciados polifônicos se dá, no gênero investigado, muito mais pela presença de outros elementos modalizadores presentes na própria continuidade discursiva, do que através dos verbos *dicendi* modalizadores. Isso significa que mesmo em enunciados com polifonia de locutores introduzidos por verbos *dicendi* não modalizadores, o fenômeno da modalização discursiva pode se fazer presente e isso é perceptível quando se observa a continuidade discursiva. É através da continuidade discursiva que se percebe como acontece a modalização no discurso como um todo.

Outra relevante contribuição deste estudo está relacionada ao funcionamento da polifonia de locutores. Foi possível perceber, então, como o relato em estilo direto, o relato em estilo indireto, as aspas e, ainda a coocorrência desses três fenômenos se constituem, de fato, polifonia de locutores, sinalizando, assim, como um locutor responsável por um enunciado introduz as vozes de outros locutores e vai assumindo posicionamentos (de assimilação ou de distanciamento) com relação a essas vozes, ao mesmo tempo em que gera diferentes efeitos de sentido no próprio enunciado: assimilação, distanciamento.

A resenha acadêmico-científica, neste estudo, revela-nos, portanto, uma proposta de leitura que não somente nos faz entrar em contato com o texto alheio, mas, principalmente, nos faz ter a oportunidade de atuar sobre ele, pois refletimos sobre a voz alheia e, conseqüentemente, fazemos julgamentos, construímos novos discursos e adotamos novos pontos de vista. A resenha é, por assim dizer, um jogo, uma troca de vozes que se misturam e se completam, se aceitam e, muitas vezes, se provocam.

Ressalte-se que cada discurso é construído com autonomia. Da mesma forma que a obra resenhada, a resenha é também um texto que “escapa na mesma medida em que nos aproximamos dele” (LARROSA, 1999, p. 119). Podemos, a partir da resenha, praticar novos discursos ou dizê-lo de uma forma diferente, com estilos e linguagens diferentes.

Nas resenhas, comumente, observa-se uma orientação de leitura, através da qual o locutor resenhista aproveita para jogar com as vozes do outro e, dessa forma, encantar o interlocutor para fazê-lo sentir o desejo de penetrar no reino das palavras dos mais diversos locutores suscitados em sua resenha. Assim, além de orientar conclusões sobre o dito de outros locutores, ele (o resenhista), muitas vezes, impulsiona o interlocutor a fazer outras leituras que, decerto, comungam das mesmas ideias da obra resenhada. E, caminhando pela floresta de textos indicados pelo locutor da resenha, o interlocutor sairá enriquecido pelo saber, pela oportunidade de construir conhecimentos.

O gênero resenha é considerado uma prática discursiva onde se pode avaliar a obra resenhada sob os mais diferentes olhares, que podem resultar em deleite, em críticas construtivas que fortalecem e aprimoram o sentido da obra resenhada, ou também podem resultar em um misto de avaliações positivas com ponderações que podem apontar falhas no texto resenhado.

Em qualquer domínio social, os discursos sempre estão presos uns aos outros, formando uma cadeia discursiva que servirá para a construção de outros novos discursos, de novas formas de dizer o que já foi dito. A resenha é, portanto, uma forma de (re)escrever textos confluentes e, ao mesmo tempo, inconfundíveis e irrepetíveis do discurso do outro.

Cada discurso – obras resenhadas, resenhas e este estudo – são discursos que se necessitam para a ocorrência no meio social, mas, ao mesmo tempo, ousam impulsionar algumas ideias a correrem em raias próprias.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Rachel Gazzola de. **Fábulas nuas e cruas**. Adaptação de Fábulas de Esopo. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **La argumentación en la lengua**. Versión española de Julia Sevilha e Marta Tordesillas. Madrid: Editora Gredos, 1994.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**: as não coincidências do dizer. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- _____. “**Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive**: éléments pour une approche d l’autre dans le discours” DRLAV 26, Paris, 1982, p. 91-151.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006 [1ª edição 1979; original russo 1929].
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução (do russo) Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a [1ª edição 1992].
- _____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. (direta do russo), notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b [1981].
- _____. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. Tradução A.F Bernardine et al. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2002 [1ª. edição 1990].
- BARBOSA, Maria Vanice Lacerda de Melo. **Atos indiretos advindos de quebra de máximas em propagandas de remédios**: um recurso semântico-discursivo. João Pessoa: UFPB, 2010, Dissertação (Mestrado).
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral II**. Trad. Eduardo Guimarães ET AL (revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães). 2. ed. Campinas - SP: Pontes, 2006.
- BONELLI, Maria da Glória. Jogo híbrido. In: **Jornal de resenhas**: discurso editorial. São Paulo, nov. 2012, n. 11, p. 5
- CAREL, Marion. A polifonia linguística. In: **Letras de hoje**. Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 27-36, jan./mar. 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/9218/6368>>. (Acesso em: 07-05-2014)
- CASTILHO, Ataliba T. de; CASTILHO, Célia M. M. de. Advérbios modalizadores. In: ILARI, Rodolfo (Org.). **Gramática do português falado**. 4.ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002, vol. 2, p. 199-247.
- CERVONI, Jean. **A enunciação**. Trad. de L. Garcia dos Santos. São Paulo: Ática, 1989.
- CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução de Mary Del Priori – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

CHAVES, Anna Libia Araujo. O sufixo *-inho* no gênero textual entrevista – elemento modalizador discursivo. In: **Anais do I Simpósio Nacional de Linguagens e Gêneros Textuais**. João Pessoa: Editora Universitária / EDUEPB, 2007.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas - SP: Pontes, 1987.

_____. **Polifonia y argumentación**: Conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle, 1988.

_____. **Provar e dizer**: linguagem e lógica. São Paulo: Global Editora, 1981.

DURÃO, Fabio Akcelrud. Vicissitudes da perfeição: promessa e decepção. In: **Jornal de resenhas**. São Paulo: Discurso Editorial, dez. 2012, nº 12, p. 23.

ESPÍNDOLA, Lucienne C. **A entrevista**: um olhar argumentativo. João Pessoa: EDUEPB, 2004.

FERRETTI, Sergio. A escrita nos terreiros. In: **Jornal de resenhas**. São Paulo: Discurso Editorial, mar. 2010, nº 8, p. 22.

FIORIN, José Luiz. Da necessidade da distinção entre texto e discurso. In: BRAIT, Beth; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília (Orgs.). **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2011 [1971].

GARCÍA-NEGRONI, Maria Marta. **La teoría de la argumentación lingüística**: de la teoría dos topoi a la teoría de los bloques semânticos. 2005. Disponível em: <http://www.liceus.com/cgi-bin/aco/areas.asp?id_area=16> (Acesso em: 30-09-2012)

_____. Modalización autonímica y discurso científico-académico. Comillas, glosas y ethos en la ponencia científica en español. In: GARCIA NEGRONI, Maria Marta (Coordinadora). **Los discursos del saber**: prácticas discursivas e enunciación académica. Buenos Aires: Editora del Calderón, 2011, p. 41-65.

_____. Os modos de dizer do sujeito no discurso acadêmico. Trad. Maria Eta Vieira. In: MICHELETTI, Guaraciaba (Org.) **Enunciação e gêneros discursivos**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 92-121.

GIVÓN, Talmy. **Syntax**: an introduction. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001, v. 1.

GLEDSON, John. Uma leitura equivocada: incompreensão do funcionamento da crônica de Machado. In: **Jornal de resenhas**. São Paulo: Discurso Editorial, mar. 2010, nº 8, p. 6-7.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. Campinas, SP: Pontes, 1987.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold Publishers, 1985.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

_____. **Argumentação e linguagem**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006b.

_____. **O texto e a construção dos sentidos**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Significação e Contexto**: uma introdução a questões de semântica e pragmática. Florianópolis: Insular, 1999, vol. 1.

LARROSA, Jorge. Os paradoxos da repetição e a diferença: notas sobre o comentário de texto a partir de Foucault, Bakhtin e Borges. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado das Letras/ALB/FAPESP, 1999.

MAAR, Wolfgang Leo. Uma razão quase anêmica: Kurz já não entusiasma do mesmo modo. In: **Jornal de resenhas**. São Paulo: Discurso Editorial, dez. 2012, nº 12, p. 7.

MACHADO, Anna Rachel (Coord.). **Resenha**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. Trad. de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MEURER, José Luiz; MOTA-ROTH, Desirée (Orgs.). **Gêneros textuais e práticas discursivas**: subsídios para o ensino da linguagem. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MOTTA-ROTH, D. **Rhetorical features and disciplinary cultures**: a genre based study of academic book reviews in linguistics, chemistry and economics. Florianópolis, 1995. 311f. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Inglês, Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

MOTA-ROTH, Desirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, Série Estratégias de Ensino (20).

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. **Jogando com as vozes do outro**: a polifonia – recurso modalizador – na notícia jornalística. João Pessoa: UFPB, 2005. (Tese de doutorado)

_____. **Jogando com as vozes do outro**: argumentação na notícia jornalística. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

_____. **A polifonia nos gêneros acadêmicos e formulaicos**: a construção de sentidos a partir da evocação da palavra alheia. Texto apresentado na 25ª Jornada Nacional do GELNE, Natal-RN, 2014.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do; SILVA, Joseli Maria da. O fenômeno da modalização: estratégia semântico-argumentativa e pragmática. In: NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do (Org.). **A argumentação na redação comercial e oficial**: estratégias semântico-discursivas em gêneros formulaicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2012, p 63-100.

NASCIMENTO, Milton Meira do (Org.). **Jornal de resenhas**: seis anos. São Paulo: Discurso Editorial, 2001, v. I.

_____. **Jornal de resenhas**: seis anos. São Paulo: Discurso Editorial, 2001, v. II.

_____. **Jornal de resenhas**: abril de 2001 a novembro de 2002. São Paulo: Discurso Editorial, 2002, v. III.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2011a.

_____. **Gramática de usos de português**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011b.

NOGUEIRA, Márcia Teixeira. Modalidade e argumentação. In: NOGUEIRA, Márcia Teixeira; LOPES, Maria Fabíola Vasconcelos (Orgs.). **Modo e modalidade**: gramática, discurso e interação. Fortaleza: Edições UFC, 2011, p. 59-76.

PALMER, F. R. **Mood and modality**. Second edition. United States of America: Cambridge University Press, 2009 [2001].

PRIORE, M. L. M. A escravidão como norma. In: **Jornal de resenhas**. São Paulo: Discurso Editorial, nov. 2012, nº 11, p. 11.

SILVA, Joseli Maria da. **A subjetividade lingüisticamente marcada em pareceres técnicos e jurídicos**. Tese de Doutorado. João Pessoa: UFPB, 2007.

ANEXOS

ANEXO A: Recortes textuais – Jornal de Resenhas 2009

Relato 5

Em expressões como “não conheço a arte de ser claro para quem não quer ser atento”, Rousseau alertou os leitores de que seus textos deveriam ser lidos com cuidado, com muita atenção para o sentido dos termos empregados. No entanto, a maioria continuou a fazer uma leitura apressada de sua obra e julgá-la por falta de coerência, de consistência, resultado de uma personalidade doentia, paranóica e assim por diante. (R1)

Relato 9

Porém, acerta em cheio notando a forma como a cultura digital está se convertendo em processo massificado de abstração e auto-nomização da própria escolha individual, salientando que, nela, o principal é “a aposta em fórmulas familiares e estilos consagrados de auto-apresentação capazes de nos trazer popularidade” (p. 66-67). (R2)

Relato 10

“Ninguém protesta contra a sentença de Manoel de Moraes”, comenta, significativamente, Vainfas. A personagem vai sumindo de cena e, presumivelmente, morreu em 1651, com seus 55 anos, “anti-herói esquecido das guerras pernambucas, o ‘Calabar’ de batina preta ou gibão escarlate”. “Pano rápido”, finaliza o autor. (R3)

Relato 15

Bento Prado Jr. não se deixou levar pela corrente estruturalista e, no capítulo “Leitura de Rousseau”, que abre este livro, indica o fio condutor de sua leitura das obras do autor da *Nova Heloisa*. Polemiza com Althusser e mostra que há em Rousseau uma teoria geral da retórica, que domina todos os gêneros literários e os organiza na continuidade de um campo homogêneo. “A própria obra de Rousseau é comandada pelos princípios da retórica que ele propõe, e sua aparente excentricidade – falta de unidade ou de coerência – desaparece se a leitura é feita em torno de um eixo retórico. A unidade do pensamento de Rousseau pode ser mostrada no próprio movimento de seus escritos, ou seja, segundo a estratégia da persuasão ou segundo a ordem da argumentação.” (R1)

Relato 16

Para ele, a cibercultura consiste, antes de tudo, num estágio avançado da cultura de massas, cuja marca é a procura universal de popularidade estruturada segundo os padrões mercadológicos de conquista de audiência. Afinal, com ela, “a cultura pop se funde integralmente com a comercial. O encantamento da imaginação cede lugar à gratificação do ego. A transposição vicária do seu eu – que havia antes – dá lugar a você mesmo”. (R2)

Relato 17

A rebelião das massas contra a autoridade cultural das celebridades que se encontra na cibercultura, evidencia o autor, se baseia na mesma categoria com que estas celebridades

se formam: a popularidade no mercado em que se tornou a comunicação. “Dirigindo o evangelho da popularidade está um apelo para cada um de nós substituir os ícones inflados da mídia pelo sentimento inflacionado de nós mesmos – tenhamos ou não o devido talento e disciplina para tal tarefa.” (R2)

Relato 20

Figuraça, este Manoel de Moraes, estrela do último livro de Ronaldo Vainfas, e que até agora só havia merecido menções ligeiras da grande historiografia – Robert Southey, Francisco Adolfo de Varnhagen, Capistrano de Abreu –, além de um ou outro escrito mais vertical de estudiosos do mundo paulista, como Afonso de Taunay e Paulo Setúbal.

Nasceu em Piratininga quando o século 16 findava (1956), fruto mestiço de famílias que já iam ganhando prestígio local graças à preação de índios e às correrias sertão adentro, atuando na linha indistinta entre o lícito e o ilícito, o vício e a virtude, a fidelidade ao rei e o crime de lesa-majestade. Pedroso de Moraes, hoje, nome de rua em São Paulo, e então sertanista destacado, era seu meio irmão. Manoel cresceu, diz o autor, entre cobras e lagartos, pescando com os indiozinhos, dormindo em rede. Quis ser jesuíta, foi dar, mocinho, no colégio da Bahia, no tempo em que o Padre Fernão Cardim era reitor, e Simão Vasconcelos estudante com ele. Depois se tornou catequista nos matos de Pernambuco, onde a invasão holandesa o colheu e possibilitou que mostrasse os dotes guerreiros, pois chefiou colunas de índios contra as forças da Companhia das Índias Ocidentais. (R3)

Relato 21

Se para Rousseau, a retórica é decisiva para a vida política, em tempos de paz haverá sempre lugar para um jogo aberto num espaço livre de discussão daquilo que se considera mais adequado em determinadas circunstâncias, sem a exigência de nenhum modelo pré-estabelecido. Isto é, não existe o melhor regime em si mesmo. O melhor é o mais adequado a um determinado povo. (R1)

Relato 23

No ensaio “Rousseau: filosofia, política e revolução”, Bento Prado Jr. avança sua investigação para o terreno político com a análise do texto *Jean-Jacques Rousseau*, de B. Groethuysen. Segundo este, Rousseau não era partidário da revolução, mas sua obra sim e, por isso, ela teria antecipado a Revolução Francesa. Bento Prado Jr. apresenta a questão da revolução em Rousseau de outra maneira. A destruição do poder monárquico não instauraria necessariamente uma nova era de liberdade republicana. (R1)

Relato 24

Tudo gira em torno da política, porque ela é o lugar da persuasão, cujo elemento central é qualquer cidadão livre, esteja onde estiver. Segundo o autor das *Cartas escritas da montanha*, se houver liberdade, e se o povo for soberano, tanto faz viver numa monarquia ou numa democracia. (R1)

Relato 25

Originado do incidente que levou ao seu afastamento, por alguns meses, da redação da *The New Republic* (Nova York), em 2006/2007, o texto sumaria as críticas do publicista às práticas de comunicação ensejadas pela chamada web 2.0, abrindo polêmica contra o populismo cultural de boa parte de seus intérpretes. Para o autor, com efeito, a cibercultura, em vez de participativa e individualizante, via de regra, não passa de uma emanção cotidiana e popular do poder homogeneizante do capital no mundo contemporâneo. (R2)

Relato 26

Segundo os profetas da cibercultura, estamos entrando numa era de desmassificação, porque, agora, passamos a ter nas mãos os recursos materiais com que podemos fazer nossas próprias escolhas e construirmos livremente nossa personalidade. (R2)

Relato 27

Segundo os conservadores culturais, a multidão estaria se tornando autoridade em matéria de opinião e gosto, graças à net e ao declínio das demais instituições legitimadoras daquelas categorias. Siegel tem o mérito de explicar as origens desta conversão da popularidade em critério de valor mostrando, ainda que de forma pouco elaborada, a maneira como o fenômeno se insere no processo de expansão da racionalidade mercantil pelo campo da ação cotidiana orientada para a expressão da individualidade. (R2)

Relato 35

A traição, como já ficara sugerido décadas atrás na peça de Chico Buarque e Rui Guerra sobre Calabar, não pode ser vista sob a perspectiva meramente moral, que tendemos a lhe imputar. Muitos outros contemporâneos desse homem “alto, magro, preto, e feio”, traíram. Uns, como João Fernandes Vieira, grande herói do panteão pernambucano, se deram bem. Manoel se deu mal, talvez porque, além de traidor, foi herege. As peripécias e indecisões desse mestiço cabotino e inteligentíssimo parecem metáfora do que era a colonização no século 17, quando a política europeia se redefinia com as tintas de outros mundos, das Américas, da Índia, da África, da China, e quando o poderio marítimo ibérico minguava mais e mais ante a pujança holandesa, antes que a Inglaterra entrasse de vez em cena, e para acabar com a festa. (R3)

Relato 37

Siegel nos parece ingênuo sugerindo que só com a web o lazer se confunde com o negócio (p. 61) ou que só agora estamos aprendendo a nos representar para consumo (p.65). Porém acerta em cheio, notando a forma como a cultura digital está se convertendo em processo massificado de abstração e autonomização da própria escolha individual, salientando que, nela, o principal é “a aposta em fórmulas familiares e estilos consagrados de auto-apresentação capazes de nos trazer popularidade” (p. 66-67). (R2)

Relato 45

Segundo os profetas da cibercultura, estamos entrando numa era de desmassificação, porque, agora, passamos a ter nas mãos os recursos materiais com que podemos fazer nossas próprias escolhas e construirmos livremente nossa personalidade. De fato, contudo, verifica-se o surgimento de uma “**forma ainda mais potente de homogeneização**”, diz Siegel. (R2)

Relato 48

Against the machine não contesta menos a pretensão de que estamos transitando da condição de receptores passivos para nos tornarmos produtores de conteúdo independentes, só porque, agora, podemos compartilhar nossas ideias e imagens com as pessoas através dos novos meios de comunicação. Tudo isso quer dizer apenas que “**você está adaptando seus momentos de privacidade aos eventuais compradores**”, fazendo com que seu “**tempo de lazer adquira a qualidade de trabalho racional, calculável e consciente num mercado**” (p. 69-70). (R2)

Relato 58

Nada disso bastou, Manoel era, ajuíza Vainfas, “**homem camaleônico e escorregadio**”, mestre do jogo duplo e do escamoteamento, além de eterno insatisfeito. Começou a deslizar para a fé antiga, a freqüentar igrejas católicas sorrateiramente, a ter saudade do mato, dos índios, da terra natal. (R3)

Relato 59

A traição, como já ficara sugerido décadas atrás na peça de Chico Buarque e Rui Guerra sobre Calabar, não pode ser vista sob a perspectiva meramente moral, que tendemos a lhe imputar. Muitos outros contemporâneos desse homem “**alto, magro, preto, e feio**”, traíram. Uns, como João Fernandes Vieira, grande herói do panteão pernambucano, se deram bem. Manoel se deu mal, talvez porque, além de traidor, foi herege. (R3)

Relato 60

Com tal temperamento, dono, conforme um contemporâneo, “**de grande talento, juízo e prudência mediana, compleição colérica**”, os inimigos espreitavam. Um deles o pôs, parece, definitivamente a perder: Martim Soares Moreno, “**general graúdo**” e seu companheiro de luta desde o início da peleja, facilitou as coisas para que, finalmente, o braço comprido da Inquisição o alcançasse, em carne e osso. Lá foi Manoel preso para Portugal, enfiado nos cárceres, interrogado com método, torturado e, por fim, exposto no mesmo Auto de Fé que viu arder Isaque de Castro (15/12/1647), “**jovem mártir da comunidade judaico-holandesa de Amsterdã**”. Em favor de Isaque, protestos variados se levantaram na Holanda. (R3)

Relato 62

Em expressões como “não conheço a arte de ser claro para quem não quer ser atento”, Rousseau alertou os leitores de que seus textos deveriam ser lidos com cuidado, com muita atenção para o sentido dos termos empregados. No entanto, a maioria continuou

a fazer uma leitura apressada de sua obra e julgá-la por falta de coerência, de consistência, resultado de uma personalidade doentia, paranóica e assim por diante. Alguns não hesitaram em “dissipar os equívocos” e se puseram a tarefa de interpretá-la “tal como o autor deveria tê-la concebido”, outros, em “melhorar aquilo que o pensador não conseguiu realizar”. Não é a toa que, na filosofia política, Rousseau é um autor sobre o qual mais se escreve. Foi considerado revolucionário, monarquista, liberal, socialista comunista, libertário, precursor do nazismo, feminista, conservador, machista e outras coisas mais. (R1)

Relato 69

Incorrigível, porém, Manoel traiu de novo: “namorava a heresia”, ajuíza o autor, “mas se casara mesmo com a traição”. Burlou o exclusivo exigido pela companhia e vendeu a madeira a quem pagasse bem, dobrando o patrimônio em dois anos, marcando seus bois de carga com a palavra “Llatino”, que então designava os licenciados, misturando mundos praticamente inconciliáveis: o da mercancia e o das letras, o do comércio livre e o do estanco, o da honra e o da riqueza. Mais: como estourasse a guerra de libertação de Pernambuco, ou da “liberdade divina”, envergou de novo a roupeta jesuítica, engajou-se na peleja, pôs-se à frente de forças indígenas, avançando crucifixo às mãos, rumo a seu passado, observa Vainfas. Manoel foi destaque na batalha do Monte das Tabocas, a 3 de agosto de 1646. (R3)

ANEXO B: Recortes textuais – Jornal de Resenhas 2010

Relato 1

Não tendo sido destinadas pela natureza a ser intelectual e fisicamente iguais aos homens, argumentava Rousseau, aquelas que fugissem de suas funções sagradas de esposas e mães para competir com os homens na esfera pública, estariam traindo sua própria natureza e se afastando da única esfera em que poderiam obter genuína realização pessoal.

Discordando totalmente do filósofo nesse respeito, e desejando ardentemente que tal sistema de educação fosse “pelos ares”, Mary estava ciente, no entanto, de seu poder de persuasão: [A eloquência de Rousseau, dizia ela, “torna os absurdos plausíveis”](#). (R6)

Relato 3

A história das teorias consiste, em grande parte, na reelaboração e em novas formas de uso dos conceitos. A transformação da idéia de mercado, hoje imensamente mais complexa do que no tempo de Adam Smith, é um bom exemplo. Rousseau não foi apenas mais um contratualista. Ele rejeitou a idéia do contrato duplo, exposta na obra de Pufendorf, e a noção no pacto entre indivíduos, tal como encontrada em Hobbes. No *Contrato Social*, “o ato de associação encerra um compromisso recíproco entre o público e os particulares”. [Como observa Derathé: “O corpo do povo em constituição é uma das partes contratantes, como se já estivesse efetivamente constituído – ficção que Hobbes nunca admitiria.”](#) (R5)

Relato 6

Tomar contato com uma disputa de mestres – em torno de um gigante como Stravinsky – é por se só um deleite intelectual (quase desejamos que tivesse sido incluído no volume o texto de Boulez sobre Stravinsky). [A crítica de Pousseur é feroz, acusando Boulez de “recusa irracional de considerar válido aquilo que não está conforme os critérios de validade que se admitem para si mesmo como indiscutíveis.”](#) Está dito com todas as letras: Boulez é um dogmático, que só leva em conta o que está de acordo com seus princípios. É uma reviravolta e tanto no modo de ver uma das figuras centrais da música do século passado. (R4)

Relato 7

Pousseur foi um dos pioneiros da nova música surgida no pós-guerra, com forte uso de instrumental eletrônico e fundamentação na matemática e na física. [“A música serial é frequentemente concebida como fruto de uma especulação excessiva, resultado de uma aplicação exclusiva dos poderes da razão”, ele reconhece.](#) Em outro ensaio, [aborda](#) um dos pontos cruciais desse estilo musical: [“Boa parte das relações métricas desejadas pelo autor permanecem encerrada à nossa escuta, praticamente ausentes.”](#) (R4)

Relato 13

Sem a lei primitiva das convenções e a obrigação por ela imposta, [“tudo é ilusório e vão na sociedade humana”, está escrito no Emílio.](#) (R5)

Relato 22

Mesmo a ativista política sul-africana Oliver Schreiner, importante presença intelectual na Inglaterra do final da era vitoriana, admitiu que só lera Wollstonecraft tardiamente e que sua obra sobre os direitos das mulheres só se encontrava em estantes minguadas de sebos empoeirados. Segundo ela, **era história corrente em Londres que, em meados do século, algumas senhoras idosas e respeitáveis haviam comprado os poucos exemplares dessa obra que encontraram e feito com eles uma pequena fogueira.** (R6)

Relato 28

Mas a originalidade de Rousseau, segundo Derathé, **não consiste apenas nesses detalhes teóricos ou técnicos.** Ele é original sobretudo pela função atribuída à associação resultante do contrato: preservar não somente a segurança e os bens dos contratantes, mas a sua liberdade. (R5)

Relato 29

Em sua condição mais simples (e hipoteticamente original), o homem só difere dos outros animais, pelo potencial de racionalidade e pela liberdade, isto é, pela capacidade de reagir de forma não mecânica. Não há nesse homem nenhum impulso para a vida social. Por todos esses fatores, as concepções tradicionais de lei natural são inaceitáveis para Rousseau. Mas isso não implica, para Derathé, **a negação total do jusnaturalismo.** (R5)

Relato 33

Ao afirmar **um vínculo entre Rousseau e o jusnaturalismo**, Derathé propõe uma interpretação certamente polêmica, mas, ao fazê-lo, chama a atenção para detalhes importantes e nem sempre valorizados da obra rousseauiana. (R5)

Relato 36

Por muito tempo Rousseau foi elogiado, exaltado, condenado e vilipendiado muito mais do que estudado e realmente discutido, como observou Giorgio Del Vecchio numa passagem citada em nota.

O esforço de Derathé foi para repor Jean-Jacques Rousseau no ambiente da filosofia e das polêmicas de seu tempo, mostrando como ele interpretou, absorveu ou rejeitou idéias de grandes autores do século 17 e 18. (R5)

Relato 39

Várias páginas são dedicadas a mostrar a importância atribuída a esses conceitos em vários textos rousseauianos (no *Emílio*, nas *Cartas Escritas da Montanha*, nas *Considerações sobre o Governo da Polônia* e no próprio *Contrato Social*, por exemplo). A ideia de lei natural é apontada como indispensável ao compromisso básico descrito no *Contrato*: **um pacto só tem sentido,** argumenta Derathé, **se os participantes se sentem obrigados a respeitá-lo.** (R5)

Relato 40

Na interpretação de Robert Derathé, Rousseau não só recupera as noções de lei natural e direito natural, depois de aparentemente havê-las descartado, como inúteis, no Segundo Discurso. Várias páginas são dedicadas a mostrar a importância atribuída a esses conceitos em vários textos rousseauianos (no *Emílio*, nas *Cartas Escritas da Montanha*, nas *Considerações sobre o Governo da Polônia* e no próprio *Contrato Social*, por exemplo). (R5)

Relato 41

Não tendo sido destinadas pela natureza a ser intelectual e fisicamente iguais aos homens, argumentava Rousseau, aquelas que fugissem de suas funções sagradas de esposas e mães para competir com os homens na esfera pública, estariam traindo sua própria natureza e se afastando da única esfera em que poderiam obter genuína realização pessoal. (R6)

Relato 46

A vida conturbada e dramática da ambiciosa e talentosa Wollstonecraft – que exerceu os papéis de governanta, dama de companhia, professora, dona de escola, tradutora, resenhista, autora, mãe de duas filhas (uma delas, a futura Mary Shelley, autora de *Frankenstein*), amante, esposa, arrimo de família e ativista política – muito se explica pelo destemor de uma jovem que se via, desde muito cedo, como “a primeira de uma nova espécie”, incapaz de se satisfazer em “trilhar um caminho batido”, conforme confessou certa vez. (R6)

Relato 49

Ao teorizar sobre consonância e dissonância, Rameau acreditou ter obtido um conjunto de regras universais, a que chamou “princípio natural”, a ordenar e reger toda a harmonia. (R4)

Relato 50

Discordando totalmente do filósofo nesse respeito, e desejando ardentemente que tal sistema de educação fosse “pelos ares”, Mary estava ciente, no entanto, de seu poder de persuasão: A eloquência de Rousseau, dizia ela, “torna os absurdos plausíveis”. (R6)

Relato 57

Ora, se no que diz respeito ao homem os revolucionários estavam dispostos a aceitar, ao menos em princípio, a derrocada das hierarquias e a igualdade e liberdade de todos, no que diz respeito à mulher a tradição arraigada os cegava. Valendo-se de preconceitos com ares de ciência, continuavam a manter a mulher como “humilde dependente” do marido e num “estado deplorável” de ignorância – a que chamavam pelo eufemismo de “inocência”, como dizia Mary. (R6)

Relato 61

Nos artigos, reunidos por Flo Menezes, Pousseur analisa obras de Stravinsky, Webern, Shoenberg, entre outros, buscando compreender seus processos e talvez jogar luz sobre os rumos da música no século XX. Nessa constelação, ele não se furta a declarar sua preferência por Webern, o “**Icaro vitorioso**” da música moderna, que “soube libertar-se radialmente do peso da harmonia terrestre”. (R4)

Relato 63

Nos artigos, reunidos por Flo Menezes, Pousseur analisa obras de Stravinsky, Webern, Shoenberg, entre outros, buscando compreender seus processos e talvez jogar luz sobre os rumos da música no século XX. Nessa constelação, ele não se furta a declarar sua preferência por Webern, o “Icaro vitorioso” da música moderna, que “**soube libertar-se radicalmente do peso da harmonia terrestre**”. (R4)

Relato 67

“A mulher é feita especialmente para agradar ao homem [...] e para obedecer também [...] Elas devem aprender muitas coisas, mas as que lhe convém saber”. Daí que “**toda educação das mulheres deve ser relativa ao homem**”, cabendo nelas cultivar docilidade, charme, sensibilidade e tudo, enfim, que possa tornar a vida de seus senhores “**agradável e doce**”, dizia Rousseau. Tal educação, como comenta Mary, assumia que “a mulher deve ser linda, inocente e tola”. (R6)

ANEXO C: Recortes textuais – Jornal de Resenhas 2012

Relato 2

Para Huizinga – e a historiografia posterior tenderia a lhe dar razão – Burckhardt exagerava no contraste entre medieval e renascentista, esquecendo que “também na Itália do século XV a base sólida da vida cultural ainda continuava sendo genuinamente medieval, e até nas próprias mentes renascentistas os traços medievais estão sulcados muito mais fundo do que normalmente se acredita” (OIM, 553-4). (R9)

Relato 4

O texto de um historiador jamais será uma demonstração. Como em poucas centenas de páginas descrever analiticamente anos, décadas ou mesmo séculos? Como entender em profundidade uma outra cultura se às vezes é difícil entender a sua própria? Existe a documentação, é claro, mas as frequentes contradições e lacunas no interior dela devem impedir todo sentimento de soberba. Como reduzir a um denominador comum o comportamento, o pensamento, a sensibilidade de milhares ou de milhões de pessoas? E se, hipoteticamente, essa meta fosse alcançada, qual seria sua legitimidade epistemológica? Onde colocar e como avaliar o que escapa aos padrões?

Como Huizinga reconhece, sempre há “aquela inevitável unilateralidade sem a qual não se forma nenhum juízo histórico” (OIM, 553). (R9)

Relato 8

A afirmativa de que “todos os elementos da vida mostravam-se abertamente com alarde e crueldade” (OIM, 11), era válida tanto para a época investigada quanto para a época vivida pelo historiador. (R9)

Relato 11

Em uma pincelada: a “pintura pode não estar morta” – conclui Bois – pois persiste um “desejo de pintura” em “trabalhos de luto” como os que Ryman, nos anos 1960 e 1970, que “não foi inteiramente programado pelo mercado nem a ele subordinado”; diferentemente do que ocorreria no “regozijo pelo assassinato”, ou na “orgia do canibalismo” próprio ao citacionismo ou revivalismo pós-modernista de boa parte da pintura dos anos 1980. Porém, pondera o autor que as “previsões são feitas para dar errado”. (R8)

Relato 12

Marcuse formulou com mais precisão a questão primordial da teoria da transição, o rompimento da continuidade da história. N’A *Ideologia da Sociedade Industrial* alertou: “A maior debilidade da teoria crítica é sua inabilidade em demonstrar as tendências libertárias no âmbito da sociedade estabelecida”. (R10)

Relato 14

Em expressiva ambiguidade, Huizinga confessa no Prefácio que escrever seu livro tinha sido “como se meu olhar estivesse voltado para as profundezas de um céu noturno, mas de um céu tomado de vermelho-sangue, pesado e desértico, de um cinza-chumbo ameaçador, revestido de um falso brilho cúprico”. Mais ainda, “o quadro tornou-se mais sombrio e menos sereno do que pensei vislumbrar quando iniciei o trabalho” (OIM, 6). (R9)

Relato 18

O argumento do autor é que a Constituição foi um marco para o Ministério Público e não o coroamento de uma estratégia das lideranças profissionais. Para ele: “O projeto de autonomia do Ministério Público foi bem-sucedido porque os próprios parlamentares constituintes, principalmente os mais à esquerda no espectro político, desejavam uma organização responsável pela fiscalização dos ocupantes de cargos públicos distante do jogo político-partidário. No entanto, quanto mais aumentava a importância dos grupos conservadores no processo decisório constituinte em razão das mudanças regimentais, menos autonomia relativa recebia o Ministério Público.” (R7)

Relato 19

Os mecanismos institucionais de responsabilização se diluem na multiplicidade de agentes e principais, configurando o diagnóstico feito no livro: “A estrutura institucional da organização é baseada, talvez em excesso, em um modelo em que a vontade pessoal, a ‘zona nebulosa’ das instituições, é mais importante do que os instrumentos de incentivo típicos de uma relação *principal/agent*”. (R7)

Relato 30

O autor identifica um problema duplo: independência versus accountability e menos custos de transação versus mais democracia. Embora a autonomia em relação aos políticos seja maior nos casos brasileiro e italiano, o primeiro dilema não é exclusivo a eles, sendo comum aos doze MP’s comparados no livro. Já os custos de transação são reduzidos quando não se presta contas da ação, mas o processo torna-se menos democrático. (R7)

Relato 31

Como fundamentar racionalmente uma teoria da transição ao socialismo, se a própria estrutura da racionalidade esclarecida está bichada pelo objeto que se propõe apreender e transformar? Nas palavras de Horkheimer e Adorno, é impositivo desconfiar da consciência vigente. (R10)

Relato 32

Dissociando de modo estratégico um jogo genérico (como o xadrez) de cada partida desse jogo, o autor argumenta que é preciso distinguir uma dada partida (como a da pintura moderna) do jogo de mesmo nome (como o jogo da pintura). Ou seja: não se pode confundir o fim do jogo – se aceitamos que um jogo possa ter fim – e o fim de uma partida desse jogo. (R8)

Relato 34

O outono medieval como toda época de questionamentos profundos tinha sensibilidade à flor da pele, ora dirigida para o mundo, ora para o céu. Como nesse último caso as repercussões eram mais relevantes, acreditava-se, “a Igreja ficava atenta tão logo as emoções do misticismo se transformavam em convicções bem formuladas ou passavam a ser aplicadas à vida social”. (OIM,323) Em outras palavras, quando a espiritualidade exacerbada da época ultrapassava a tênue fronteira entre ortodoxia e heresia. Huizinga reconhece, portanto, que **nos séculos finais da Idade Média havia forte necessidade de se dar formas ao sagrado, mesmo eróticas como mostra o misticismo sensual de então.** (R9)

Relato 38

O trabalho de luto da tradição da pintura moderna não é, contudo, para Bois, necessariamente patológico, como indicaria a pintura de Robert Ryman analisada, ciosamente em outro ensaio. Sua pintura evidencia, no plano da fatura, que a pincelada ou matéria pictórica da arte abstrata instituiu-se como código histórico. (R8)

Relato 42

Ao comparar o MP brasileiro com outras experiências internacionais, Kerche detecta que **Brasil e Itália possuem os modelos com maior autonomia, e ambos sofreram rupturas democráticas seguidas por constituintes.** Assim, ele vincula a autonomia a um contexto que coloca em primeiro plano as garantias para que promotores possam processar pessoas ligadas ao governo. (R7)

Relato 43

O autor entende que **o modelo de MP em curso no Brasil possui autonomia, mas carece de mecanismos institucionais de prestação de contas das ações de promotores e procuradores.**

Para sustentar essa afirmação articulada ao argumento da criação parlamentar do novo desenho, ele baseia-se na “abordagem principal-agente” considerando a relação do MP com o judiciário, o Executivo, o Legislativo, e internamente, de promotores e procuradores, com o procurador-geral com o Conselho Superior, com o MP. (R7)

Relato 44

Kurz, aliás, o reconhece ao afirmar que **o esclarecimento não resume a época do esclarecimento.** (R10)

Relato 47

Assim como dirá Marc Bloch em resenha à segunda edição alemã, o livro de Huizinga é **“um estudo de psicologia histórica, psicologia coletiva”**, o livro de Freud trata do entrecruzamento da psicanálise do coletivo com a do individual. (R9)

Relato 51

O autor entende que o modelo de MP em curso no Brasil possui autonomia, mas carece de mecanismos institucionais de prestação de contas das ações de promotores e procuradores.

Para sustentar essa afirmação articulada ao argumento da criação parlamentar do novo desenho, ele baseia-se na “**abordagem principal-agente**” considerando a relação do MP com o judiciário, o Executivo, o Legislativo, e internamente, de promotores e procuradores, com o procurador-geral com o Conselho Superior, com o MP. (R7)

Relato 52

“No entanto – indaga Bois nesse ensaio de 1986 – o fim da pintura, de fato adveio?”.

Pergunta, portanto, sobre as possibilidades da pintura depois do fim das vanguardas artísticas, e do abandono de seus pressupostos tais como o “**historicismo**”, enquanto concepção linear e teológica da história da arte: e o “**essencialismo**”, entendido como a convicção de que haveria uma essência da pintura “**de certo modo esperando para ser revelada.**” (R8)

Relato 53

Buscando apreender a essência contida na forma, Huizinga recorreu sobretudo à literatura e às artes plásticas. Para a primeira ele estava há muito instrumentalizado devido à sua formação de filólogo e orientalista. As segundas foram para ele uma descoberta recente, vinda da forte impressão que lhe provocou a exposição de Bruges de 1902, sobre a pintura dos primitivos flamengos. Já em 1905, na aula inaugural que proferiu na Universidade de Groningue, ele examinou “**O elemento estético das representações históricas**”. Os dois tipos de fontes passaram desde então a ser usados complementarmente por ele. Como não bastava “**ler os poemas de amor e as descrições de torneios em busca do conhecimento e da representação vivida de detalhes históricos, se não pudermos ver os olhos, a luz e a sombra**” (OIM, 121), seu entendimento das fontes foi em parte guiado pela intuição. (R9)

Relato 54

Quando na referida entrevista Jacques Le Goff afirma que o *Outono da Idade Média* é um livro poético e que essa poesia “**exprime a grandeza e, ao mesmo tempo, o limite da obra**”, ele toca num ponto essencial. (R9)

Relato 55

Para Kurz a libertação precisa ser repensada e “**livrar-se do Esclarecimento**”. Este se torna como “**um processo que se desenrola no interior da própria forma (burguesa) do sujeito**”, o que impõe limites burgueses à reflexão pela “**tendência à destruição e à dissolução do inteiro mundo sensível na abstração realista**”. Já a *Dialética do Esclarecimento* “**criticava o Esclarecimento pelo seu caráter lógico-identitário**”, abandonando “**o quadro sociológico de referência (‘baseado em classes’)**” e substituindo a apreensão da história “**como ‘a história da luta de classes’ por uma ‘história das relações de fetiche’**”. (R10)

Relato 56

Os trabalhadores, convocados para realizar os objetivos hipoteticamente libertadores do sujeito em sua forma burguesa através “de sua generalização transcendente”, desperdiçaram esta possibilidade histórica. “Na verdade, o movimento dos trabalhadores realizou sua ocupação vocacional, limitada à socialização do valor, e, justamente por conta disso, terminou por se extinguir”. (R10)

Relato 64

Centrando-se na história cultural, Huizinga não apenas exercitava o suposto arbítrio do historiador na escolha do seu material e da sua abordagem; ele dialogava com seus contemporâneos. Mesmo não descartando a existência de outros fatores no processo histórico, sobretudo o político e o econômico, ele atribui papel central à cultura porque, ao “enquadrar as emoções em formas fixas” ela permitiu “que o homem não se entregasse à barbárie” (OIM, 179). Esta apreciação estava fundada nos documentos medievais examinados pelo historiador, que não podia, porém, evidentemente, abstrair de seu próprio mundo. (R9)

Relato 65

Pressupondo que a história das estruturas e das formas artísticas é sempre ideológica, Bois rejeita tanto a “análise sociopolítica direta da obra de arte”, marca dos estudos culturais das universidades norte-americanas, voltados para as questões de gênero, quanto a “desconfiança à interpretação” que o autor atribui ao formalismo greenbergiano, do qual foi se distanciando no curso do tempo. Defende em suma, um “formalismo materialista” voltado para a especificidade do objeto que envolve não apenas a condição geral de seu “ambiente”, no termo do autor, mas também os detalhes mais insignificantes de seus meios de produção, como os da ordem da fatura e dos materiais da pintura. (R8)

Relato 66

Naquele momento a Belle Époque pertencia definitivamente ao passado, tanto quanto a Idade Média. É talvez a ambas que Huizinga se refere quando fala da “nossa nostalgia da beleza efêmera de outros tempos” (OIM, 37). (R9)

Relato 68

Restaria saber, assim, que nova partida é essa, que passou a ser jogada depois que “o fim do fim chegou”, na expressão de Bois; pois para certos críticos, adverte o autor, a “volta à pintura” nos anos 1980 – depois de desmaterialização da arte na década anterior – deve ser pensada na chave do “luto maníaco” pelo fim da pintura moderna. (R8)

Relato 70

“No entanto – indaga Bois nesse ensaio de 1986 – o fim da pintura, de fato adveio?”.

Pergunta, portanto, sobre as possibilidades da pintura depois do fim das vanguardas artísticas, e do abandono de seus pressupostos tais como o “historicismo”, enquanto concepção linear e teológica da história da arte: e o “essencialismo”, entendido como a

convicção de que haveria uma essência da pintura “de certo modo esperando para ser revelada”. (R8)

Relato 71

Em uma pincelada: a “pintura pode não estar morta” – conclui Bois – pois persiste um “desejo de pintura” em “trabalhos de luto” como os que Ryman, nos anos 1960 e 1970, que “não foi inteiramente programado pelo mercado nem a ele subordinado”; diferentemente do que ocorreria no “regozijo pelo assassinato”, ou na “orgia do canibalismo” próprio ao citacionismo ou revivalismo pós-modernista de boa parte da pintura dos anos 1980. (R8)

Relato 72

Quando Marx insiste na célebre tese de que o decisivo não é interpretar, mas transformar a realidade, adverte justamente que o transformar não vale só daqui para a frente: *a realidade efetiva já é transformada*; cabe intervir nesta efetividade. (R10)

Relato 73

Não se pode deixar de supor que quando Huizinga qualifica o outono medieval – vida “dura”, de “dureza cruel” (OIM, 37), “dura, cruel e falsa” (OIM, 124), “amargamente crua” (OIM, 179), realidade “dura” (OIM, 56), “violenta, dura e cruel” (OIM, 119), justiça de “inacreditável e ingênua dureza” (OIM, 36), “dura e parcial” (OIM, 41) – ele estabelecia analogia com o seu próprio tempo. (R9)

Relato 74

Efêmera porque onírica. O “sonho belo do ideal cavaleiresco” é parte de “um teatro social” no qual se “constrói o jogo da vida” (OIM, 119). A literatura amorosa revela “o anseio pela vida bela, a necessidade de a vida parecer mais bela do que era” (OIM, 183). Diante das dificuldades concretas, o homem medieval criou um *droomwereld*, um mundo sonhado, mundo do jogo, mundo da ilusão (palavra derivada de *ludere*, “brincar”, “jogar”), que como defenderá mais tarde em outra obra famosa (*Homo ludens*, 1938; tradução brasileira de 1980) seria mesmo anterior a tudo, seria o fundamento da própria cultura. Como sempre “almeja tornar real um mundo imaginário mediante a recriação das formas sociais” (OIM, 56), o trabalho do historiador é decodificar esse processo, é “captar o conteúdo essencial que repousa na forma: não será sempre a tarefa da pesquisa histórica?” (OIM, 7). (R9)

Relato 75

No segundo ensaio, sobre Picasso, Bois parte da afirmação do crítico e marchand Daniel-Henry Kahnweiler, em 1920, de que a “verdadeira” apropriação da arte africana pelo artista não se deu na “fase negra” – ou em *Les Demoiselles D’Avignon*, de 1907, na convenção crítica – mas após seu contato, em 1912, com a máscara grebo da Costa do Marfim. (R8)

ANEXO D – Resenhas na íntegra

JORNAL DE

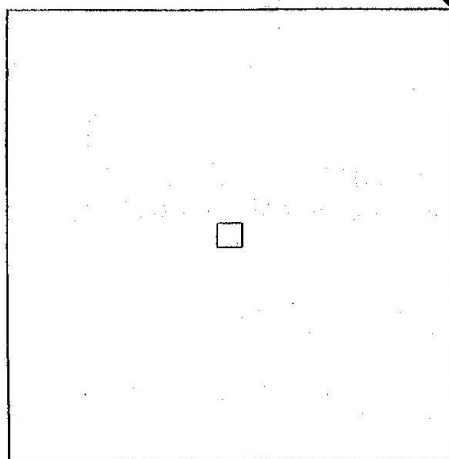
ReSemiAlAs

QUADRANTE

Lanice

Discurso Editorial MARÇO DE 2009 N. 1 R\$ 3,00

Março 2009



> JOSÉ MURILO DE CARVALHO > MILTON MEIRA DO NASCIMENTO > RONALDO VAINFAS > LUIZ
 CARLOS BRESSER-PEREIRA > SÉRGIO DE SÁ > YANET AGUILERA > FRANCISCO RUDIGER > SERGIO
 MICELI > WANDER MELO MIRANDA > VILMA ARÊAS > VAVY PACHECO BORGES > RICARDO MUSSE
 > LINCOLN SÉCCO > HELOÍSA DONTES > SIDNEY CHALHOIR > GUILHERME SIMÕES GOMES JÚNIOR

A

SUMÁRIO

- 3 JOSÉ MURILO DE CARVALHO
O primeiro capital do homem
- 4 MILTON MEIRA DO NASCIMENTO
Jogo aberto
- 5 RONALDO VAINFAS
A religião de Rabelais
- 6 LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA
O mundo menos sombrio
- 8 SÉRGIO DE SÁ
Palavras que viraram imagens
- 9 YANET AGUILERA
Do cinematógrafo ao cinema
- 11 FRANCISCO RUDIGER
Rebelião das massas 2
- 12 SÉRGIO MICELI
Argentino da gema
- 14 WANDER MELO MIRANDA
Epifania negativa
- 15 VILMA ARÊAS
O que há de pior em nós
- 17 VAVY PACHECO BORGES
A mulher e o mito
- 18 RICARDO MUSSE
Teoria e história
- 19 LINCOLN SECCO
Oscilações da utopia
- 20 HELOISA PONTES
Artistas relegadas
- 21 SIDNEY CHALHOUB
Machado e a marmelada
- 23 GUILHERME SIMÕES GOMES JÚNIOR
Uma construção retórica

APRESENTAÇÃO

O Jornal de Resenhas, iniciativa da **Discurso Editorial**, é um empreendimento sem fins lucrativos de um grupo de professores da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, aos quais se juntaram outros colegas docentes das universidades públicas federais.

A publicação conta com o apoio do Ministério da Educação e Cultura, da Caixa Econômica Federal, da Infraero e da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. A responsabilidade pela seleção de livros e autores de resenhas e ensaios está a cargo dos editores e membros do conselho editorial, sem qualquer interferência e endosso dos mesmos sobre o conteúdo dos textos aqui divulgados.

O Jornal de Resenhas será distribuído gratuitamente aos professores das universidades federais e estaduais paulistas, com venda também em livrarias e bancas de jornal. A tiragem desta edição é de 75 000 exemplares.

De 1995 a 2004, o jornal circulou na Folha de São Paulo, por intermédio de um convênio do qual faziam parte a USP, a UNESP, a UFMG e a Unicamp.

REFERÊNCIAS
SOBRE OS AUTORES

FRANCISCO RUDIGER é doutor pela USP, professor da PUC-RS e Universidade Federal do Rio Grande do Sul e autor, entre outros, de *Cibercultura e Pós-humanismo* (Edipucrs).

GUILHERME SIMÕES GOMES JÚNIOR é professor no departamento de antropologia da Pontifícia Universidade Católica (SP) e autor, entre outros livros, de *Palavra peregrina* (Edusp).

HELOISA PONTES é professora livre-docente na Universidade de Campinas (Unicamp), antropóloga e autora de *Destinos mistos* (Companhia das Letras) e *Interpretes da metrópole* (no prelo).

JOSÉ MURILO DE CARVALHO é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia Brasileira de Ciências.

LINCOLN SECCO é professor de história contemporânea na Universidade de São Paulo e autor, entre outros livros, de *Caio Prado Junior: O sentido da revolução* (Boitempo).

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA é professor emérito da Fundação Getúlio Var-

gas. Foi ministro da Fazenda no governo Sarney e da Administração Federal e Reforma do Estado no governo Fernando Henrique Cardoso. Autor, entre outros, de *Macroeconomia da Estagnação* (Editora 34).

MILTON MEIRA DO NASCIMENTO é professor de ética e filosofia política da Universidade de São Paulo.

RICARDO MUSSE é doutor em filosofia e professor no departamento de sociologia da USP.

RONALDO VAINFAS é professor titular de história moderna da Universidade Federal Fluminense e autor de *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês* processado pela Inquisição (Companhia das Letras).

SÉRGIO DE SÁ é jornalista e professor na Universidade Católica de Brasília.

SÉRGIO MICELI é professor titular de sociologia na Universidade de São Paulo e autor, entre outros livros, de *Nacional estrangeiro, história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo* (Companhia das Letras).

SIDNEY CHALHOUB é professor no departamento de história da Universidade de Campinas.

VAVY PACHECO BORGES é professora do departamento de história da Universidade de Campinas e autora de *Em busca de Gabrielle* (Alameda) e prepara uma biografia do cineasta Ruy Guerra.

WANDER MELO MIRANDA é professor titular de Teoria da Literatura na Universidade Federal de Minas Gerais.

YANET AGUILERA é doutora em filosofia pela Universidade de São Paulo e organizadora de *Preto no branco - a arte gráfica de Amílcar de Castro* (Discurso Editorial/UFMG).

Colaboraram neste número os seguintes artistas plásticos:

CLAUDIO MUDARAK, CÉSAR BARRETO, GERMANA MONTE-MÓR, JOEL MAIA, MARCELO CIPIS, RAFAEL CAMPOS ROCHA, RENINA KATZ, RODRIGO DE CASTRO, RUBEM GRILLO, SÉRGIO ROMAGNOLI.



discurso editorial

Editores responsáveis
Luiz Fernando Franklin de Mattos
Milton Meira do Nascimento
Ricardo Musse
Sérgio Miceli

Conselho editorial
Franklin David Rumjanek (UFRR), João José Reis (UFPA), Helei de Castro Moreira (UFRR), Leora de Mello e Souza (USP), Luiz Fernando Franklin de Mattos (USP), Milton Meira do Nascimento (USP), Ricardo Musse (USP), Sérgio Miceli (USP), Wander Melo Miranda (UFMG)

Ilustração da capa
Antonio Lizarraga

Caligrafia do logotipo
Amílcar de Castro

Projeto gráfico
Elaine Stephan

Desenvolvimento
e diagramação
Fernando Cato

CTP, Impressão e Acabamento
Imprensa Oficial

Endereço da Discurso Editorial
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315
Cidade Universitária, Butantã
CEP 05508-900, São Paulo-SP

Telefone: (11) 3814-5383, FAX 3034-2733
email: discurso@usp.br

**A RETÓRICA DE ROUSSEAU
E OUTROS ENSAIOS**
Bento Prado Jr.
Organização e apresentação:
Franklin de Mattos
COSACNAIFY
456 p., R\$ 69,00

em expressões como "não conheço a arte de ser claro para quem não quer ser atento", Rousseau alertou os leitores de que seus textos deveriam ser lidos com cuidado, com muita atenção para o sentido dos termos empregados. No entanto, a maioria continuou a fazer uma leitura apressada de sua obra e a julgá-la por falta de coerência, de consistência, resultado de uma personalidade doentia, paranóica e assim por diante.

Alguns não hesitaram em "dissipar os equívocos" e se puseram a tarefa de interpretá-la "tal como o autor deveria tê-la concebido", outros, em "melhorar aquilo que o pensador não conseguiu realizar". Não é a toa que, na filosofia política, Rousseau é um autor sobre o qual mais se escreve. Foi considerado revolucionário, anti-revolucionário, monarquista, liberal, socialista, comunista, libertário, precursor do nazismo, feminista, conservador, machista e outras coisas mais.

Nos anos 60, na França, a coletânea intitulada "O impensado de Jean-Jacques Rousseau" reuniu vários representantes da corrente estruturalista, dentre os quais Louis Althusser. No artigo "Sobre o Contrato Social",

MILTON MEIRA DO NASCIMENTO

Jogo aberto

Retórica unifica pensamento
de Rousseau segundo Bento Prado Jr.

aponta as lacunas do texto e o esforço do próprio Rousseau em superá-las. Sem solução possível para a sequência de rupturas, o autor do *Contrato Social* não terá outra escolha a não ser a evasão para a literatura. Althusser reconhece no *Contrato Social* um objeto teórico *sui generis*, mas não encontra ali nenhuma possibilidade de aplicação ou correspondência na prática política, precisando, então, de uma saída evasiva para a literatura. Como contraponto ao grupo do "Impensado", outro, também formado por intelectuais de altíssimo nível, como Victor Goldschmidt, publicou o "Pensado de Rousseau" ("Pensée", que também pode ser traduzido por Pensamento), numa tentativa de pôr fim à questão e dizer onde estava o verdadeiro Rousseau.

Bento Prado Jr. não se deixou levar pela corrente estruturalista e, no capítulo "Leitura de Rousseau", que abre este livro, indica o fio condutor de sua leitura das obras do autor da *Nova Heloísa*. Polemiza com Althusser e mostra que há em Rousseau uma teoria geral da retórica, que domina todos os gêneros literários e os organiza na continuidade de um campo homogêneo. "A própria obra de Rousseau é comandada pelos princípios da retórica que ele propõe, e sua aparente excentricidade — falta de unidade ou de coerência — desaparece se a leitura é feita em torno de um eixo retórico. A unidade do pensamento de Rousseau pode ser mostrada no próprio movimento de seus escritos, ou seja, segundo a estratégia da persuasão ou segundo a ordem da argumentação".

Concede alguns pontos a Althusser, ao reconhecer que, como este, a possibilidade de múltiplas leituras da obra de Rousseau não está apenas na ilusão retrospectiva dos que lêem os autores do passado à luz de uma posição teórica ou ideológica assumida no presente, mas na própria obra de Rousseau. São, porém, os movimentos da retórica que desmontam os leitores esperançosos de que Rousseau seja este cúmplice de certas posições políticas ou ideológicas assumidas por eles como verdadeiras ou como as melhores.

No ensaio "Rousseau: filosofia política e revolução", Bento Prado Jr. avança sua investigação para o terreno político com a análise do texto *Jean-Jacques Rousseau*, de B. Groethuyssen. Segundo este, Rousseau não era partidário da revolução, mas sua obra sim e, por isso, ela teria antecipado a Revolução Francesa. Bento Prado Jr. apresenta a questão da revolução em Rousseau de outra maneira. A destruição do poder monárquico não instauraria necessariamente uma nova era de liberdade republicana. Mergulhados numa espécie de estado de natureza no qual impera a desordem e a vio-

lência, os homens não encontrariam amparo em nenhuma forma de governo e se pudessem sair desse estado, a nova ordem poderia inaugurar outro processo de dominação. A febre revolucionária não necessariamente evitaria a morte do doente. Os revolucionários de 89 e os defensores de Rousseau revolucionário ou criador de uma teoria revolucionária não escaparam da ilusão retrospectiva, armadilha na qual Bento Prado Jr. não caiu.

Se, para Rousseau, a retórica é decisiva para a vida política, em tempos de paz haverá sempre lugar para um jogo aberto num espaço livre de discussão daquilo que se considera mais adequado em determinadas circunstâncias, sem a exigência de nenhum modelo pré-estabelecido. Isto é, não existe o melhor regime em si mesmo. O melhor é o mais adequado a um determinado povo. Além disso, o discurso político não se confunde com pregação. Não adianta vociferar, gritar, usar de todos os recursos da eloquência para conduzir os povos, de acordo com um princípio tomado como verdadeiro. Os oradores ficarão exaustos, como os pregadores religiosos que transpiram em seus pul-

Rodrigo de Castro

RONALDO VAINÉAS

A religião de Rabelais

Historiador explica por que escritor não era ateu

pitos, e não obterão praticamente nenhum sucesso.

A ação política terá, portanto, resultados imprevisíveis, que serão sustentados pelo consentimento daqueles que se decidem conduzir de uma determinada maneira, pelo tempo que considerarem necessário. Tudo gira em torno da política, porque ela é o lugar da persuasão, cujo elemento central é qualquer cidadão livre, esteja onde estiver. Segundo o autor das *Curtas escritas da montanha*, se houver liberdade, e se o povo for soberano, tanto faz viver numa monarquia ou numa democracia.

Podemos agora entender um pouco melhor o Jean-Jacques escritor e a resposta à pergunta por que escrever. Ele escreve porque é cidadão, porque faz parte do soberano, sua fala sobre o que deve ser feito, isto é, sua ação política, só é possível porque se encontra num lugar privilegiado, que lhe permite juntar-se a outros discursos com os mesmos propósitos.

A originalidade da interpretação de Bento Prado Jr. é, para nós, um legado que não deixa nada a dever aos melhores intérpretes da obra do autor do *Discurso sobre a origem da desigualdade*.

O PROBLEMA DA INCREDULIDADE NO SÉCULO XVI

Lucien Febvre
Tradução: Maria Lúcia Machado
COMPANHIA DAS LETRAS
514 p., R\$ 66,00

O problema da incredulidade no século XVI é o principal livro do grande historiador Lucien Febvre (1878-1956). Fundador da revista *Annales* que, segundo Peter Burke, foi uma "revolução francesa na historiografia", Febvre foi historiador militante. Combateu a favor da história como disciplina contra os historiadores chamados de positivistas, devido à excessiva valorização do conhecimento histórico objetivo e informativo. Na realidade, os adversários de Febvre, e de seu companheiro Marc Bloch, eram os historicistas inspirados na escola metodológica alemã. Febvre foi por vezes injusto com os historiadores do século 19, como se vê nos *Combates pela História* (1953), exagerando o apego deles a uma verdade histórica absoluta.

Paciência. Febvre defendia com garras uma história-problema, uma

história social livre dos nacionalismos tão exacerbados de seu tempo. Sempre foi caustico em suas críticas, embora tenha preferido se aquietar durante a ocupação da França pelos nazistas. Tempos dramáticos. Escolhas difíceis. Marc Bloch preferiu entrar na resistência e morreu fuzilado em 1944.

Foi então que Febvre lançou seu livro dedicado às mentalidades na França do século 16. Publicado em 1942, trata de examinar a obra de François Rabelais (1494-1553), médico da corte e grande escritor humanista, autor dos clássicos *Pantagruel* e *Gargântua*, livros sobre os "horíveis e terrificantes atos e palavras de Pantagruel, filho do gigante Gargântua". Trata-se de uma novela de enorme sucesso, contando as aventuras de Pantagruel, cujo nome significa "tudo alternado", afamado por sua gula insaciável e apego às bebidas. Gargântua era um gigante também gluttono.

Caracterizada pelo humor satírico, a obra é rica em vocabulário chulo e blasfêmias de toda sorte, descrição de vômitos e atos sexuais. Urina e fezes irrigam várias partes da novela. Por tudo isso, tais livros foram julgados heréticos e incluídos no *Index* de livros proibidos pela Inquisição, em 1564. Vários censores taxaram a obra de atesta pelo forte desacato aos valores cristãos. O próprio Rabelais foi acusado de ateu e anticristão. E muitos críticos literários do século 19 endossaram a tese de um Rabelais ateu.

É nesta altura que entra a inovação de Febvre, defendendo a impossibilidade do ateísmo no século 16, com base na análise exaustiva do vocabulário da época. Foi então que o historiador lançou o conceito de "outillage mental" para aludir ao conjunto de crenças e sentimentos de determinação da sociedade, antecipando a *história das mentalidades*.

Mas Febvre vai além. A genialidade da obra reside na demonstração cuidadosa da religiosidade do próprio Rabelais, homem que fiertava com o calvinismo e, talvez por isso, fosse implacável com os santos e sacramentos. Febvre rastreia a exaltação de Rabelais à Bíblia, a citação de textos sacros em francês e mesmo a defesa da "justificação pela fé", doutrina luterana. Por outro lado, Rabelais não está imune a valores católicos, como a *caridade*. *Fides clari formata* – fórmula cara aos escolásticos, não a Lutero ou Calvino. "Coexistência, no mesmo homem, de tendências opostas que o puxam cada uma para seu lado", assim Febvre vê Rabelais.

Rabelais foi mais bem compreendido por Febvre do que pelo semiólogo russo Mikhail Bakhtin, também um especialista da obra rabelaisiana,

autor de *A Cultura popular na Idade Média e no Renascimento* (1965). Bakhtin extraiu da obra de Rabelais evidências de uma cultura popular carnalizadora e, portanto, crítica da cultura letrada e austera das elites. Rabelais deu voz, para Bakhtin, às tradições orais embebidas de paganismo e desprendidas de preconceitos morais. Utilizando Rabelais como fonte para o estudo de comportamentos, Bakhtin talvez não tenha alcançado que o grande satírico das novelas era o próprio Rabelais.

Por outro lado, também Febvre diz que seu livro não era mais um estudo sobre Rabelais, senão sobre as mentalidades francesas *d'après* Rabelais. Modéstia do autor, porque seu estudo desvendou os dramas de consciência do próprio Rabelais. No prefácio à presente edição, o medievalista Hilário Franco Jr. faz alguns reparos à obra, sobretudo à ideia de que os homens da época "desconheciam o senso do impossível", logo não podiam ser ateístas. Alerta que, desde o século 13, usavam-se verbos como *descrire* (descrever) e *mescrire* (recusar-se a crer).

Nosso medievalista tem razão. Mas também a tem Denis Crouzet que, no pós-fácio, dá excelente ponto final ao assunto: "o Rabelais de Lucien Febvre é alimentado de Lucien Febvre, mas o próprio Febvre estava invadido, possuído por Rabelais, a ponto de compreender seu tempo e seu próprio personagem de historiador no mais alto sentido".

FRANCISCO RUDIGER

Rebelião das massas 2

Debate norte-americano sobre o potencial da Internet

**AGAINST THE MACHINE:
HOW THE WEB IS RESHAPING
CULTURE AND COMMERCE.**

Lee Siegel
SPIEGEL & GRAU
192 p., R\$ 45,36

Quando de sua ascensão, na primeira metade dos anos 1990, a internet foi embalada por uma fala laudatória, que se manteve firme até bem pouco tempo. Baixada a poeira a respeito e esboçada a rotina da nova tecnologia, o panorama está se alterando. Assistimos ao aparecimento de um debate mais rico e tendente a favorecer o contraditório, como nos dá sinal, entre outros títulos, *Against the machine*, de Lee Siegel, cuja 1ª edição é de 2008.

Originado do incidente que levou ao seu afastamento, por alguns meses, da redação da *The New Republic* (Nova York), em 2006/2007, o texto sumaria as críticas do publicista às práticas de comunicação ensinadas pela chamada web 2.0, abrindo polemica contra o populismo cultural de boa parte de seus intérpretes. Para o autor, com efeito, a cibercultura, em vez de participativa e individualizante, via de regra, não passa de uma

emanação cotidiana e popular do poder homogeneizante do capital no mundo contemporâneo.

Os Orkutis, Youtubes, Second Lifes e outros webfenômenos, como os blogs que proliferam aos milhares e as páginas de jornalismo cidadão, por exemplo, não devem nos enganar. Contrariamente ao propagado por tantos observadores, eles não são formas de sociabilidade emancipadas e criadoras, apesar desse sentido, eventualmente, também se fazer presente. Eles são, sobretudo, registros do avanço da forma mercadoria em escala de massas e em plano rotineiro e cotidiano.

Segundo os profetas da cibercultura, estamos entrando numa era de desmassificação, porque, agora, passamos a ter nas mãos os recursos materiais com que podemos fazer nossas próprias escolhas e construirmos livremente nossa personalidade. De fato, contudo, verifica-se o surgimento de "uma forma ainda mais potente de homogeneização", diz Siegel (p. 67). Para ele, a cibercultura consiste, antes de tudo, num estágio avançado da cultura de massas, cuja marca é a procura universal de popularidade estruturada segundo os padrões mercadológicos de conquista de audiência. Afinal, com ela, "a cultura pop se funde integralmen-

te com a comercial. O encantamento da imaginação cede lugar à gratificação do ego. A transposição vicária do seu eu – que havia antes – dá lugar a – você mesmo" (p. 122).

Against the machine não contesta menos a pretensão de que estamos transitando da condição de receptores passivos para nos tornarmos produtores de conteúdo independentes, só porque, agora, podemos compartilhar nossas ideias e imagens com as pessoas através dos novos meios de comunicação. Tudo isso quer dizer apenas que "você está adaptando seus momentos de privacidade aos eventuais compradores", fazendo com que seu "tempo de lazer adquira a qualidade de trabalho racional, calculável e consciente num mercado" (p. 69–70).

Siegel nos parece ingênuo sugerindo, que só com a web o lazer se confunde com o negócio (p. 61), ou que só agora estamos aprendendo a nos representar para consumo (p. 65). Porém, acerta em cheio notando a forma como a cultura digital está se convertendo em processo massificado de abstração e autonomização da própria escolha individual, salientando que, nela, o principal é "a aposta em fórmulas familiares e estilos consagrados de auto-representação capazes de nos trazer popularidade" (p. 66–67).

Segundo os conservadores culturais, a multidão estaria se tornando a autoridade em matéria de opinião e gosto, graças à net e ao declínio das demais instituições legitimadoras daquelas categorias. Siegel tem o mérito de explicar as origens desta conversão da popularidade em critério de valor, mostrando, ainda que de forma pouco elaborada, a maneira como o fenômeno se insere no processo de expansão da racionalidade mercantil pelo campo da ação cotidiana orientada para a expressão da individualidade.

A rebelião das massas contra a autoridade cultural das celebridades que se encontra na cibercultura, evi-

dência o autor, se baseia na mesma categoria com que estas celebridades se formam: a popularidade no mercado em que se tornou a comunicação. "Dirigindo o evangelho da popularidade está um apelo para cada um de nós substituir os ícones inflacionados da mídia pelo sentimento inflacionado de nós mesmos – tenhamos ou não o devido talento e disciplina para tal tarefa" (p. 119).

Por isso, a primeira preocupação desses sujeitos não é com a criatividade, mas, antes, com a livre expressão individual e a obtenção de popularidade em bases mercadológicas. Na cibercultura, o principal são os expedientes participativos e os mecanismos de interação. Com eles, cada um procura massagrar seu ego e, assim, obter celebridade para todos. A premissa em que se baseia é a de que basta você ser o que é, para se dirigir aos outros e ser digno de atenção.

A cibercultura veicula uma rebelião das massas contra toda forma de hierarquia e autoridade, especialmente aquelas baseadas em conhecimento e especialização, tendo um de seus vetores na promoção de um igualitarismo rebaixado a termos mercantis e que apenas explora o nome da democracia.

Against the machine não é um relato acadêmico; o texto oscila entre os registros do panfleto bem-informado e do ensaio escrito em atitude crítica. Embora o estilo seja ligeiro, algumas de suas sugestões valem, porém, mais do que relatos inteiros de pesquisa sobre o assunto. Que, no fim, o autor advogue frouxamente, não contra a tecnologia, mas em favor do humanismo e da racionalidade comunicativa é menos uma pobreza intelectual de sua parte do que o resultado objetivo, sobre a consciência reflexiva, do ofuscamento intelectual que, mesmo entre os mais lúcidos, provoca um tempo espiritualmente confuso e anárquico como este em que vivemos, este em que o movimento da indústria cultural chega ao estágio da cibercultura.

A Livraria Martins Fontes da Avenida Paulista também na internet:

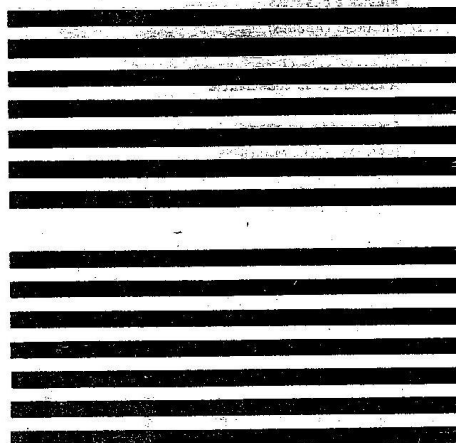
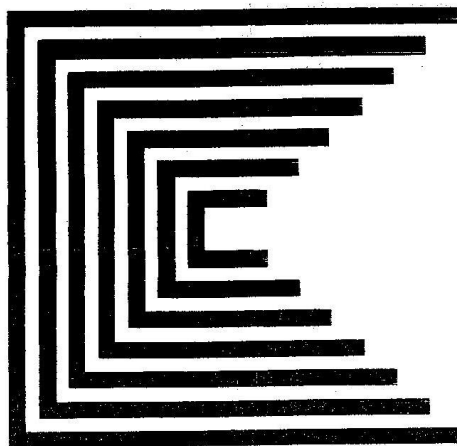
MARTINS FONTES PAULISTA.COM.BR

Av. Paulista 509 São Paulo SP T 11 2167.9900
Filia: R. Dr. Vila Nova 309 São Paulo SP T 11 3259.8836

JORNAL DE Resenhas

Discurso Editorial
N.2 R\$ 5,00

Maio 2009



> LAURA DE MELLO E SOUZA > BERNARDO ESTEVES > FERNANDO
ANTONIO PINHEIRO FILHO > PABLO MARICONDA > JAIRÓ
JOSÉ DA SILVA > HÉLIO DE SEIXAS GUIMARÃES > FERNANDA
PEIXOTO > ROBERTO SAID > DAVI ARRIGUCCI JR. > EDUARDO
MORETTIN > MARCIA TOSTA DIAS > RICARDO FABBRINI >
OLGARIA MATOS > LEONARDO AVREITZER > IVAN DA COSTA
MARQUES > JAIME RODRIGUEZ > ALBERTO DA COSTA E SILVA

SUMÁRIO

- 3 LAURA DE MELLO E SOUZA
Calabar de batina
- 4 BERNARDO ESTEVES
Genealogia do racismo
- 5 FERNANDO ANTONIO PINHEIRO FILHO
A alma da raça
- 6 PABLO MARICONDA
Senso comum newtoniano
- 7 JAIRO JOSÉ DA SILVA
Poincaré e Einstein
- 8 HÉLIO DE SEIXAS GUIMARÃES
Fragilidades e aflições de Machado
- 9 FERNANDA PEIXOTO
Indianismo plural
- 11 ROBERTO SAID
Entre os bens e o sangue
- 12 DAVI ARRIGUCCI JR.
A imaginação andarilha
- 14 EDUARDO MORETTIN
Diamante bruto
- 15 MARCIA TOSTA DIAS
Música e business
- 17 RICARDO FABBRINI
Impasses da arte moderna
- 18 OLGARIA MATOS
A indústria da consciência
- 19 LEONARDO AVRITZER
Entre a vida e a morte
- 21 IVAN DA COSTA MARQUES
Êxitos e fracassos
- 22 JAIME RODRIGUEZ
A história vista de baixo
- 23 ALBERTO DA COSTA E SILVA
Ser africano na Bahia

APRESENTAÇÃO

O Jornal de Resenhas, iniciativa da **Discurso Editorial**, é um empreendimento sem fins lucrativos de um grupo de professores da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, aos quais se juntaram outros colegas docentes das universidades públicas federais.

A publicação conta com o apoio do Ministério da Educação e Cultura, da Caixa Econômica Federal e da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. A responsabilidade pela seleção de livros e autores de resenhas e ensaios está a cargo dos editores e membros do conselho editorial, sem qualquer interferência e endosso dos mesmos sobre o conteúdo dos textos aqui divulgados.

O Jornal de Resenhas será distribuído gratuitamente aos professores das universidades federais e estaduais paulistas, com venda também em livrarias e bancas de jornal. A tiragem desta edição é de 75 000 exemplares.

De 1995 a 2004, o jornal circulou na Folha de São Paulo, por intermédio de um convênio do qual faziam parte a USP, a UNESP, a UFMG e a Unicamp.

SOBRE OS AUTORES



Editores responsáveis

Luiz Fernando Frankle de Maltos
Milton Meira do Nascimento
Ricardo Moraes
Sergio Miceli

Conselho editorial

Ideu de Castro Moreira (UFPR), João José Reis (UFPA), José Castilho Marques Neto (UNESP), Laura de Mello e Souza (USP), Luiz Fernando Franklin de Mattos (USP), Milton Meira do Nascimento (USP), Ricardo Moraes (USP), Sergio Miceli (USP), Wander Melo Miranda (UFMG)

Ilustração da capa

Antônio Linhares

Colaboração do logotipo

Amílcar de Castro

Projeto gráfico

Eliane Stephan

Desenvolvimento e diagramação

Fernando Caro

CTP, impressão e acabamento

Imprensa Oficial

Endereço da Discurso Editorial

Av. Prof. Luciano Gualberto, 305

Cidade Universitária, Butantã

CEP 05508-900, São Paulo-SP

Telefone: (11) 3814-5593, FAX: 3024-2733

email: discursao@usp.br

ISSN 1984-6282

LAURA DE MELLO E SOUZA é professora no departamento de história da USP e autora de *Norma e conflito - Aspectos da história de Minas no século 18* (Editora UFMG).

BERNARDO ESTEVES é jornalista, editor de *Ciência Hoje On-line* e autor de *Domingo é dia de ciência* (Azougue/Abipiti).

FERNANDO ANTONIO PINHEIRO FILHO é professor no departamento de sociologia da USP e autor de *Lasar Segal: arte e sociedade* (Cosac Naffy).

PABLO MARICONDA é professor no departamento de filosofia da USP e autor de *Galileu e a nova física* (Odyseus).

JAIRO JOSÉ DA SILVA é professor no departamento de matemática da Universidade Estadual Paulista (Rio Claro) e autor de *Filosofias da Matemática* (Editora UNESP).

HÉLIO DE SEIXAS GUIMARÃES é professor de literatura brasileira na USP e autor de *Os leitores de Machado de Assis* (Nanlin).

FERNANDA PEIXOTO é professora do departamento de antropologia da USP e autora de *Diálogos*

brasileiros: Uma análise da obra de Roger Bastide (Edusp).

ROBERTO SAID é professor de teoria da literatura na Universidade Federal de Minas Gerais e autor de *Angústia da ação: Poesia e política em Drummond* (UFMG).

DAVI ARRIGUCCI JR. é professor aposentado do departamento de teoria literária e literatura comparada da USP e autor de *Coração partido* (Cosac Naffy).

EDUARDO MORETTIN é professor na Escola de Comunicações e Artes da USP e co-organizador de *História e Cinema: dimensões históricas do audiovisual* (Alameda).

MARCIA TOSTA DIAS é professora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e autora de *Os danos da voz* (Boitempo).

RICARDO FABBRINI é professor do departamento de filosofia da USP e autor de *A arte depois das vanguardas* (Editora da Unicamp).

OLGARIA MATOS é professora de filosofia na Universidade

Federal de São Paulo (Unifesp) e autora de *Adivinhas do tempo. Extase e revolução* (Hucitec).

LEONARDO AVRITZER é professor de ciência política na Universidade Federal de Minas Gerais e autor de *A moralidade da democracia* (Perspectiva).

IVAN COSTA MARQUES é professor de história das ciências e das técnicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

JAIME RODRIGUES é professor de história da Brasil na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e autor do livro *De costa a costa* (Companhia das Letras).

ALBERTO COSTA SILVA é membro da Academia Brasileira de Letras e autor de *A África explicada a meus filhos* (Agir).

Colaboraram neste número os seguintes artistas plásticos:

LEDA CATUNDA, DUDI MAIA ROSA, ALBERTO MARTINS, JAIME PRADES, CARLOS FAJARDO, ISaura PENA, PAULO MONTEIRO, ANA MARIA PACHECO, MARCO BUTTI.

LAURA DE MELO E SOUZA

Calabar de batina

As várias identidades do jesuíta paulista Manoel de Moraes

TRAÍÇÃO – UM JESUÍTA A SERVIÇO DO BRASIL HOLANDÊS
PROCESSADO PELA INQUISIÇÃO
 Ronaldo Vainfas
 COMPANHIA DAS LETRAS
 302 p., R\$ 47,00

figurate, este Manoel de Moraes, estrela do último livro de Ronaldo Vainfas, e que até agora só havia merecido menções ligeiras da grande historiografia – Robert Southey, Francisco Adolfo de Varnhagen, Capistrano de Abreu –, além de um ou outro escrito mais vertical de estudiosos do mundo paulista, como Afonso Taunay e Paulo Setúbal.

Nasceu em Piracitinga quando o século 16 findava (1596), fruto mestiço de famílias que já iam ganhando prestígio local graças à preação de índios e às correrias serão adentro, atuando na linha indistinta entre o lícito e o ilícito, o vício e a virtude, a fidelidade ao rei e o crime de lesa-majestade. Pedroso de Moraes, hoje nome de rua em São Paulo e então sertanista destacado, era seu meio irmão. Manoel cresceu, diz o autor, entre cobras e lagartos, pescando com os indiozinhos, dormindo em rede. Quis ser jesuíta, foi dat, mocinho, no colégio do Bahia, no tempo em que o Padre Fernão Cardim era reitor, e Síndico de Vasconcelos estudando como ele. Depois se tornou catequista nos matos de Pernambuco, onde a invasão holandesa o colheu e possibilitou que mostrasse os dotes guerreiros, pois chefiou colunas de índios contra as forças da Companhia das Índias Ocidentais.

Na tomada da Paraíba (1634), que foi um divisor de águas importante na primeira fase do conflito, Manoel mudou de lado: rendeu-se ao célebre coronel Atchewski, fez-se calvinista, desfilou pelo Recife vestido "a

framenga", deixou-se transportar pelos novos amigos até a Holanda praticamente na mesma ocasião em que Calabar – outro mestiço traidor – era morto e posto em quartos. Ex-jesuíta, ex-soldado e mateiro de prol, ex-cidadao de Mauritsstadt (como se chamava então a Recife de Nassau), Manoel se torna letrado, assessor de Joannes de Laet (personalidade destacada da Companhia, rival de Grotius e autor do *Novus Orbis*), marido de holandesas (uma das quais o deixou viúvo, a outra sendo deixada por ele apesar da rara beleza; reconhecida pelos contemporâneos), pai de crianças batavas, licenciado em teologia pela Universidade de Leiden, a melhor do mundo protestante de então.

Camaleônico e escorregadio
 Nada disso bastou. Manoel era, ajudava Vainfas, "homem camaleônico e escorregadio", mestre do jogo duplo e do escamoteamento, além de eterno insatisfeito. Começou a deslizar para a fé antiga, a frequentar igrejas católicas sorrateiramente, a ter saudade do maio, dos índios, da terra natal.

A essa altura, a Inquisição já o tinha na mira: padre casado, católico transformado em calvinista, se na vida secular Manoel até podia assumir várias personas, o Tribunal era bem mais estrito em matéria de fé e mesmo de moralidade: processou-o e, estando ele ausente, na Holanda, queimou-o em estútu no ano de 1642. Simbolicamente morto, sentiu-se, talvez, desimpedido para renascer nos trópicos de origem, sob roupagem diferente de quantas envergara até então: passou uma conversa na Companhia das Índias, levantou uma dinheirama – o equivalente a cerca de 2 500 cruzados –, obteve o estanco do pau-brasil e se mandou para o interior de Pernambuco, apoiado, no afeto e na gerência, pela angolana Beatriz, sua feitora.

Incorrigível, porém, Manoel traiu de novo: "namorava a heresia", ajudava o autor, "mas se casara mesmo com a traição". Burlou o exclusivo exigido pela Companhia e vendeu a madeira a quem pagasse bem, dobrando o patrimônio em dois anos, marcando seus bois de carga com a palavra "Llatino", que então designava os licenciados, misturando mundos praticamente inconciliáveis: o da mercancia e o das letras, o do comércio livre e o do estanco, o da honra e o da riqueza. Mais: como estourasse a guerra de libertação de Pernambuco, ou "de liberdade divina", envergou de novo a roupeta jesuítica, enganou-se na peleja, pôs-se à frente de forças indígenas, avançando, crucifixo às mãos, rumo a seu passado, observa Vainfas. Manoel foi destaque na batalha do Monte das Taboas, a 3 de agosto de 1645.

Com tal temperamento, dono, conforme um contemporâneo, "de grande talento, juízo e prudência mediana, complexão colérica", os inimigos espertavam. Um deles o pôs, parece, definitivamente a perder: Martin Soares Moreno, "general gaúdo" e seu companheiro de lula desde o início da peleja, facilitou as coisas para que, finalmente, o braço comprido da Inquisição o alcançasse, em carne e osso. Lá foi Manoel preso para Portugal, enfiado nos cárceres, interrogado

com método, torturado, condenado e, por fim, exposto no mesmo Auto de Fé que viu arder Isaque de Castro (15/12/1647), "jovem mártir da comunidade judaico-holandesa de Amsterdã". Em favor de Isaque, protestos variados se levantaram na Holanda. "Ninguém protesta contra a sentença de Manoel de Moraes", comenta, significativamente, Vainfas. A personagem vai sumindo de cena e, presumivelmente, morreu em 1651, com seus 55 anos, "anti-herói esquecido das guerras pernambucanas, o 'Calabar' de batina preta ou gibão escarlate". Pano rápido, finaliza o autor.

Isto não é uma ficção, como não o foi a vida rocambolesca de Martin Guerre, tão bem narrada por Natalie Davis. Não é, igualmente, um destino absolutamente singular, podendo, quando muito, ser um "excepcional normal", conforme o corolário da micro-história italiana e linhagem de Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e Carlo Ponì. Por trás da narrativa vertiginosa de Vainfas, inculcada por inexplícáveis erros de revisão, mas capaz, assim mesmo, de tirar o fôlego e empolgar em passagens antológicas, há uma carpintaria sólida e uma erudição inegável.

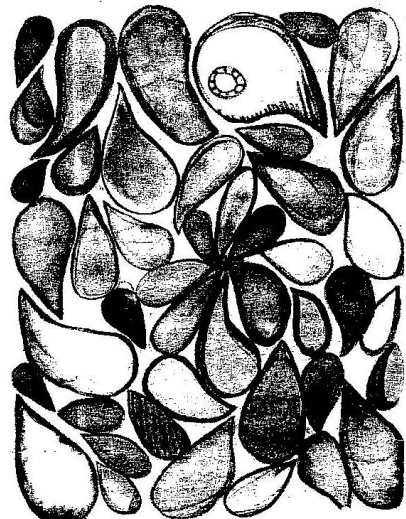
Mundos Irredutíveis

A vida de Manoel de Moraes expressa o tom de uma época: muitos, como ele, foram intermediários culturais, fazendo a ponte entre mundos distintos e aparentemente irredutíveis: trocando de fé e de fidelidade, hesitando entre o rei de Espanha, os poderosos mercadores da Companhia das Índias e, depois de 1640, o frágil rei de Portugal; escorregando do português para os falares índios,

incorporando espanholismos e até "flamenguismos".

A traição, como já ficara sugerido décadas atrás na peça de Chico Buarque e Ruy Guerra sobre Calabar, não pode ser vista sob a perspectiva meramente moral, que tendemos a lhe imputar. Muitos outros contemporâneos desse homem "alto, magro, preto e feio" traíram. Uns, como João Fernandes Vieira, grande herói do panteão pernambucano, se deram bem. Manoel se deu mal, talvez porque, além de traidor, foi herege. As peripécias e indecisões desse mestiço cabotino e inteligentíssimo parecem metáfora do que era a colonização no século 17, quando a política europeia se redefiniu com as tintas de outros mundos, das Américas, da Índia, da África, da China, e quando o poderio marítimo ibérico mingauava mais e mais ante a pujança holandesa, antes que a Inglaterra entrasse de vez em cena, e para acabar com a festa.

Manoel de Moraes, por fim, era paulista, e como os de então: útil e nocivo, ora português, ora índio. Em *Caminhos e Fronteiras*, Sérgio Buarque de Holanda mostrou que boa parte da força paulista veio da capacidade de incorporar e ressignificar traços culturais. Nosso camaleão enfeitou os letrados de Leiden, mais de uma holandesa formosa, enganbeiu os mais poderosos comerciantes do ocidente para, enfim, vir ter em Pernambuco, terra cristã, sob alto risco. Acabou nas malhas da Inquisição, que não brincava em serviço: daí o processo que se constituiu em torno dele, e, por fim, este belo livro. Mais uma contradição, mais um exemplo de que o bem e o mal são, amiúde, duas faces da mesma moeda.

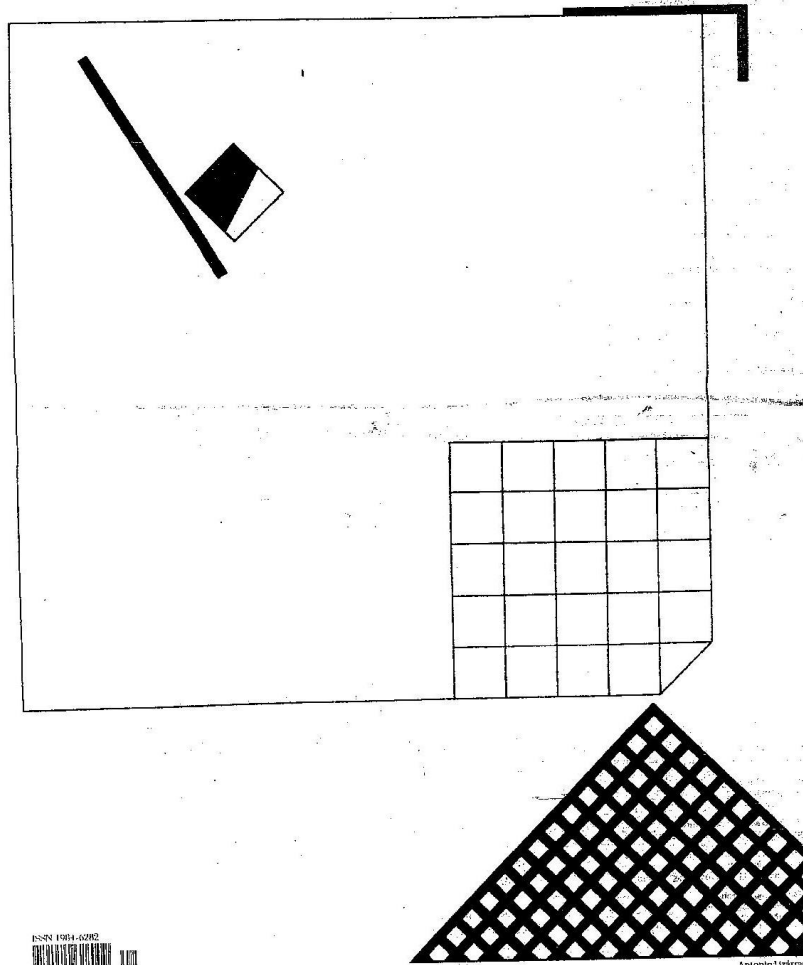


L. Chaves

JORNAL DE Resenhas

Discurso Editorial NÚMERO 9 R\$ 3,00

Abri! 2010



> MARCELO RIDENTI > JEANNE MARIE GAGNEBIN > JACYNTHO LINS BRANDÃO > MARCOS SILVA
> ELYESER SZTUM > MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO > MARCO ANTÔNIO SPERB LEITE
> KARL POSSO > LEANDRO SARAIVA > PERRY ANDERSON > LEONARDO AFFONSO DE MIRANDA
PEREIRA > NELIO BIZZO > ANDRÉ BERTEN > MIGUEL VEDDA > WOLNEY UNES > ADRIANO
CODATO > CIBELE SALIBA RIZEK > DENIS ANTÔNIO DE MENDONÇA BERNARDES > IRIS KANTOR

SUMÁRIO

- 3 MARCELO RIDENTI
Que país é esse?
- 4 JEANNE MARIE GAGNEBIN
A lâmina da precisão
- 5 JACYNTHO LINS BRANDÃO
Poço de surpresas
- 6 MARCOS SILVA
O pioneiro dos nanicos
- 7 ELYSEER SZTUM
Som e silêncio
- 8 MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO
De volta à sociologia
- 9 MARCO ANTÔNIO SPERB LEITE
A ciência na história
- 10 KARL POSSO
Maturidade do dramaturgo
- 11 LEANDRO SARAIVA
Fantásmas replicados
- 12 PERRY ANDERSON
Situação atual da hegemonia
- 14 LEONARDO AFFONSO DE MIRANDA PEREIRA
Diferenças que incomodam
- 15 NELIO BIZZO
O assunto difícil e misterioso
- 16 ANDRÉ BERTEN
Dois irmãos inimigos
- 18 MIGUEL VEDDA
O triunfo do realismo
- 19 WOLNEY UNES
O enigma da música
- 20 ADRIANO CODATO
Quando menos é mais
- 21 CIBELE SALIBA RIZEK
Nosso apartheid social
- 22 DENIS ANTÔNIO DE MENDONÇA BERNARDES
O destino dos sobreviventes
- 23 IRIS KANTOR
Os irmãos terceiros



discurso editorial

Editores responsáveis

Luiz Fernando Franklin de Mattos
Milton Meira do Nascimento
Ricardo Musse
Sergio Miceli

Conselho editorial

Ricardo de Castro Moreira (UFRR), João José Reis (UFPA), José Castilho Marques Neto (Unesp), Laura de Mello e Souza (USP), Luiz Fernando Franklin de Mattos (USP), Milton Meira do Nascimento (USP), Ricardo Musse (USP), Sergio Miceli (USP), Wander Nêdo Miranda (UFMG)

Ilustração da capa

Antonio Lindhaga

Caligrafia do logotipo

Amílcar de Castro

Projeto gráfico

Elaine Stephan

Desenvolvimento

e diagramação

Fernando Caro

CTP, Imprensa e Acabamento

Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Circulação

DPA Cons. Editorias

Telefone: (11) 3535 5524, dpacons@uol.com.br

Distribuição Nacional

Fernando Chingila Comercial

e Distribuidor Ltda.

Endereço da Discourse Editorial

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315

Cidade Universitária, Butantã

CEP 05508-900, São Paulo-SP

Telefone: (11) 3154 1593, fax: 3104 2733

email: discurso@usp.br

abril de 2010

ISSN 1984-6382

APRESENTAÇÃO

O Jornal de Resenhas, iniciativa da **Discourse Editorial**, é um empreendimento sem fins lucrativos de um grupo de professores da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, aos quais se juntaram outros colegas docentes das universidades públicas federais.

A publicação conta com o apoio do Ministério da Educação, da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e do BNDES. A responsabilidade pela seleção de livros e autores de resenhas e ensaios está a cargo dos editores e membros do conselho editorial, sem qualquer interferência e endosso dos mesmos sobre o conteúdo dos textos aqui divulgados.

O Jornal de Resenhas é distribuído gratuitamente aos professores das universidades federais e estaduais paulistas, com venda também em livrarias e bancas de jornal. A tiragem desta edição é de 75 000 exemplares.

De 1995 a 2004, o jornal circulou na Folha de São Paulo, por intermédio de um convênio do qual faziam parte a USP, a Unesp, a UFMG e a Unicamp.

O Jornal de Resenhas encontra-se à venda em bancas e redes de livrarias (Saraiva, Siciliano, Cultura, FNAC e Edusp) nas seguintes cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Curitiba e Campinas. Sites conveniados: www.agenciartamailor.com.br; www.cienciahoje.uol.com.br; www.revistadehistoria.com.br; www.uol.com.br/tropico.

SOBRE OS AUTORES

MARCELO RIDENTI é professor no departamento de sociologia da Unicamp e autor de *Em busca do povo brasileiro* (Record).

JEANNE MARIE GAGNEBIN é professora de filosofia na PUC/SP e de teoria literária na Unicamp e autora de *História e Narrativa* em Walter Benjamin (*Perspectiva*).

JACYNTHO LINS BRANDÃO é professor de língua e literatura grega da Universidade Federal de Minas Gerais e autor de *A invenção do romance* (UnB).

MARCOS SILVA é professor do departamento de história na USP e autor de *Prazer e poder do Amigo da Onça* (Paz e Terra).

ELYSEER SZTUM é artista plástico e professor no Instituto de Artes da UnB.

MÁRIA ALICE REZENDE DE CARVALHO é professora de sociologia na PUC-Rio e autora de *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil* (Revann).

MARCO ANTÔNIO SPERB LEITE é professor aposentado de física na UFMG.

KARL POSSO é professor de literatura e cultura latino-americana na Universidade de Manchester e autor de *Aitima: nhãs da sedução* (Ed. UFMG).

LEANDRO SARAIVA, doutor em cinema pela ECA-USP, é co-autor de *Manual de roteiro* (Contrad).

PERRY ANDERSON é professor de história na UCLA (EUA), fundador e editor da *New Left Review* e autor de *Linhagens do Estado absolutista* (Brasiliense).

LEONARDO AFFONSO DE MIRANDA PEREIRA organizou o livro de crônicas de *Machado de Assis*, *Histórias de quinze dias* (Ed. Unicamp).

NELIO BIZZO é professor na Faculdade de Educação da USP e autor de *Darwin: Da teia das Américas à teoria da evolução* (Odyseus).

ANDRÉ BERTEN é professor emérito da Université Catholique de Louvain e autor de *Filosofia social* (Paulus).

MIGUEL VEDDA é professor de literatura alemã na Universidade de Buenos Aires e organizador de Teatro y teoría teatral y otros temas germânicos (UBA).

WOLNEY UNES é professor de música na Universidade Federal de Goiás e autor de *Entre músicos e tradutores* (Editora UFG).

ADRIANO CODATO é professor de ciência política na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e editor da *Revista de Sociologia e Política* (www.scielo.br/rsocp).

CIBELE SALIBA RIZEK é professora do programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da USP e organizadora de *A era da indeterminação* (Boitempo).

DENIS ANTÔNIO DE MENDONÇA BERNARDES é professor na Universidade Federal de Pernambuco e autor de *O patriotismo constitucional*, Pernambuco: 1820-1823 (Hucitec).

IRIS KANTOR é professora no departamento de história da USP e autora de *Esquedas e renascidos* (Hucitec).

Colaboraram neste número os artistas plásticos PAULO MONTEIRO e THIAGO NOGUEIRA.

glia consciente do escritor, na qual se exprime diretamente a tomada de posição política no momento dado".

Estudos estéticos

Em "A estética de Hegel" não apenas se determina a posição do filósofo idealista alemão dentro da evolução da estética moderna, mas também se examina a contradição entre as brilhantes análises concretas de Hegel e a rigidez e artificialidade do sistema, que o levam a violentar ou ignorar os fatos particulares. Em "Nietzsche como precursor de uma estética fascista", Lukács elogia a coragem e honestidades intelectuais do autor de *Zaratustra*, que o situam muito acima do ecletismo vulgar dos acadêmicos de seu tempo; porém, mostra, ao mesmo tempo, que em Nietzsche encontram-se em germe vários motivos essenciais da *Weltanschauung* nacionalista.

A seção dedicada à teoria dos gêneros literários inclui duas pequenas obras-primas: "A questão da sátira", em que se submetem à crítica algumas das principais teorias da sátira, para defini-la logo como contraste imediato, sem reflexão nem apresentação de elos intermediários, entre essência e fenômeno. O artigo "O romance como epopéia burguesa" detalha uma retomada materialista da *Teoria do romance*, e mostra a condição de Lukács como um dos principais teóricos do gênero capaz de dominar panoramicamente o desenvolvimento

histórico do romance moderno. Os pequenos ensaios "A característica mais geral do reflexo lírico" e "Sobre a tragédia" integram essa importante coletânea, que inclui ainda uma iluminadora introdução e notas eruditas e precisas dos editores.

Assim como na vida cotidiana, a prática bem-sucedida só pode derivar de uma leitura atenta das potencialidades latentes na realidade material, assim também a produção estética válida depende da astúcia do artista para escolher aqueles elementos da realidade natural e social e, ao mesmo tempo, aqueles materiais artísticos que sejam mais adequados para a criação artística proposta.

No estudo sobre as idéias estéticas de Marx e Engels, incluído em *Arte e sociedade*, Lukács assinala, consequentemente, que os fundadores do marxismo questionaram aqueles escritores que, como o Eugène Sue de *Mistério de Paris* ou o Lassalle de *Franz von Sickingen*, reduzem seus personagens à função de porta-vozes das idéias sociais do autor; também lembra que o velho Engels elogiou o objetivismo de Balzac: avesso a forçar a imanenência de suas obras, o romancista francês fazia que os personagens atuassem contra as simpatias de classe e os preconceitos políticos do autor; a determinação de pôr a apresentação da dialética objetiva acima da tendência subjetiva faz da *Comédia Humana* um "trunfo do realismo".

WOLNEY UNES

O enigma da música

Ensaio sobre a dicotomia prática ou reflexão musical

APOTROSE DE RAMEAU E OUTROS ENSAIOS
Henri Pousseur
Tradução: Flo Menezes e Maurício Oliveira Santos
EDITORA UNESP
358 p., R\$ 84,00

Fazer música ou refletir sobre ela, o que importa mais? O que é mais decisivo, autor ou intérprete, resultado sonoro ou fidelidade à partitura? A música, para além de seu fascínio, sempre suscitou questões. Polêmicas que se arrastam por séculos.

A primeira questão — um professor deve ensinar a tocar um instrumento ou ensinar a refletir sobre

música? — divide opiniões não só no atual ambiente acadêmico brasileiro, mas também dava o tom três séculos atrás, na época do francês Jean-Philippe Rameau. Este é um dos pontos norteadores dessa coletânea de ensaios do belga Henri Pousseur, escritos entre 1955 e 1971.

Nos artigos, reunidos por Flo Menezes, Pousseur analisa obras de Stravinsky, Webern, Schoenberg, entre outros, buscando compreender seus processos e talvez jogar luz sobre os rumos da música no século XX. Nessa constelação, ele não se furta a declarar sua preferência por Webern, o "leão vitorioso" da música moderna, que "soube libertar-se radicalmente do peso da harmonia terrestre".

Pousseur foi um dos pioneiros da nova música surgida no pós-guerra,

com forte uso de instrumental eletrônico e fundamentação na matemática e na física. "A música serial é frequentemente concebida como fruto de uma especulação excessiva, resultado de uma aplicação exclusiva dos poderes da razão", ele reconhece. Em outro ensaio, aborda um dos pontos cruciais desse estilo musical.

"Boa parte das relações métricas desejadas pelo autor permanecem encerradas à nossa escuta, praticamente ausentes". É o que se poderia chamar de *música de papel*, fruto de especulações geométricas, matemáticas, algorítmicas ou coisas que o valha, que só podem ser visualizadas e compreendidas na superfície do papel, lápis e régua à mão. É um tipo de música em que, ao transformar-se em sons, esvanece toda a intenção, perde-se o processo, que não chega a se realizar no plano acústico. Não é música para ouvir, mas para apreciar como uma bela equação; o prazer não deve ser buscado na audição, mas na solução do problema matemático, no desenvolvimento da simetria proposta.

Origens da questão

De volta à questão inicial, sobre refletir ou fazer, esta parece ter surgido de maneira mais premente na transição dos antigos conservatórios medievais, repositórios e mantenedores da tradição, para os institutos superiores leigos de música, moldados na forma da Faculdade de Filosofia latina. Ofício ou pensamento, eis a encruzilhada. Rameau, contemporâneo desta transição, é talvez o grande exemplo de músico dedicado ao assunto.

Mas Pitágoras também se ocupara do assunto, dois milênios antes. É possível estabelecer um paralelo interessante entre ambos. Pitágoras partiu de questões como a divisão da oitava, afinação e altura exata dos tons, e à relação entre eles. Acreditou ter descoberto uma base universal: viu na música a materialização terrena da grande ordem natural das coisas, a harmonia das esferas. Já Rameau procurou compilar e organizar o conhecimento teórico da época, elaborando um tratado sobre harmonia, definindo acordes, sugerindo regras sobre como usá-los. Ao teorizar sobre consonância e dissonância, Rameau acreditou ter obtido um conjunto de regras universais, a que chamou "princípio natural", a ordenar e reger toda a harmonia. Curiosamente, por meio de processos distintos, ambos chegaram ao mesmo ponto, ao enigma da música.

Homenagem a Rameau

Mas, ao contrário do pensador grego, Rameau legou uma obra musical consistente, aplicações práticas de sua teoria. E com isso, marca uma nova era na música ocidental: não bastava conservar e reproduzir a música do passado, aperfeiçoar a técnica de execução ao instrumento sem refletir sobre o fazer musical. Era preciso mais. É assim Rameau — ao mesmo tempo autor de um sem-número de peças de todos os gêneros, como também de alguns dos primeiros compêndios teóricos — inaugura uma era de músicos anti-

bios: fazem música e refletem sobre ela, reunindo prática e reflexão.

É a homenagem que Pousseur presta ao pensador, no ensaio que dá título à coletânea. Ele busca em Rameau exemplo para tentar sair da enxada da música séculos depois dos últimos séculos. Depois das propostas do austríaco Schoenberg, estava claro que não havia como voltar a fazer música no estilo antigo. Mas, se Schoenberg mostrou a saída, não apontou uma porta de entrada consistente e assim toda uma geração passa a dedicar-se a buscar a entrada para um novo mundo musical.

Se Rameau logrou marcar toda uma era com seu *Tratado de harmonia*, Pousseur restringe sua zona de influência aos diminutos círculos de música experimental. O compêndio teórico de Rameau parte da prática musical de sua época para montar o que seria uma espécie de cartilha válida para os próximos 300 anos de história da música. A música de que trata Pousseur encontra-se num ponto de inflexão, restrita a iniciados.

Maestria de formular questões

O mesmo ocorre com seus ensaios. Os textos de *Apotrose* não são leitura fácil — pressupõe largo conhecimento da teoria e da história da teoria musical. Pousseur não foge àquele pendur pela fundamentação matemática, que supõe que o leitor deva também dominar os conceitos e as técnicas de algoritmos, fractais e outras coisas más.

Pousseur é um dos teóricos-compositores menos conhecidos do século XX. Boulez, Schaeffer e Schoenberg gozam de prestígio fora dos círculos especializados, com status de pensadores, ícones do século. Parte dessa semi-obscuridade talvez possa ser atribuída às suas divergências com o grupo de Paris, especialmente com seu representante maior, Pierre Boulez. No artigo sobre a obra de Stravinsky, incluído na coletânea, ele literalmente desqualifica as opiniões de Boulez sobre o músico russo. A unanimidade em torno de Boulez ajudou a banir o belga, já que a disputa acabou resvalando para o plano pessoal.

Tornar contato com uma disputa de mestres — em torno de um gigante como Stravinsky — é por si só um deleite intelectual (quase desejamos que tivesse sido incluído no volume o texto de Boulez sobre Stravinsky). A crítica de Pousseur é feroz, acusando Boulez de "recusa irracional de considerar válido aquilo que não está conforme os critérios de validade que se admitem para si mesmo como indiscutíveis". Está dito com todas as letras: Boulez é um dogmático, que só leva em conta o que está de acordo com seus princípios. É uma reviravolta e tanto no modo de ver uma das figuras centrais da música do século passado.

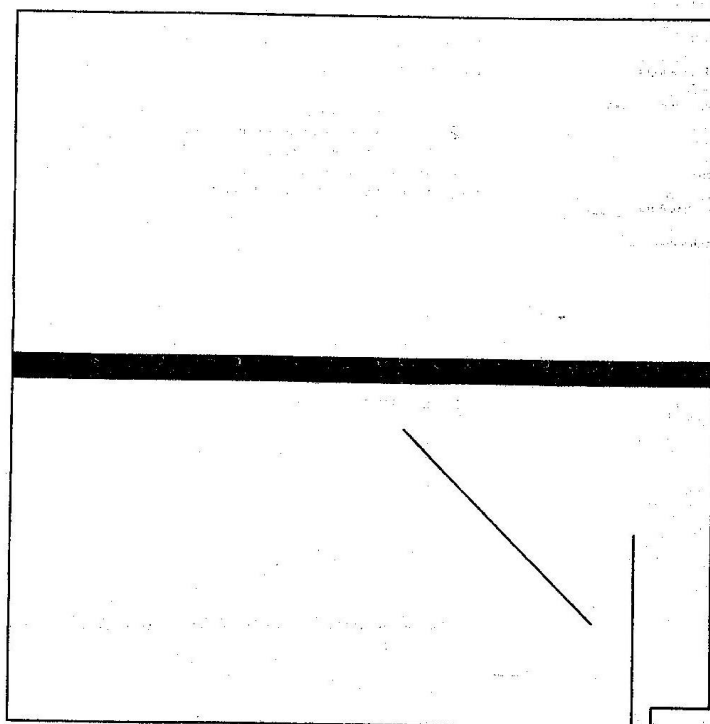
Aqui reside o maior interesse dos ensaios de Pousseur: ao buscar responder a questões prementes da música, Pousseur levanta outras tantas. Faz sentido. O brilho maior da inteligência reside na capacidade de formular questões. Não tanto em respondê-las.

FIM

Revista

JORNAL DE

Discurso Editorial NÚMERO 10 R\$ 5,00
mar. 2010



> ROLF KUNTZ > MARIA LÚCIA PALLARES-BURKE > ALCINO LEITE >
REGINA MEYER > VALTER JOSÉ > ELEUTÉRIO PRADO > BERNARDO
RICUPERO > ARLENICE ALMEIDA > ANTONIO ARNONI PRADO > MARCO
AURÉLIO WERLE > IVO DA SILVA JÚNIOR > AMAURY CESAR MORAES >
ENEIDA MARIA DE SOUZA > GIOVANNA BARTUCCI > CÉLIA PEDROSA
> CAMILA DIAS > ANGELO ALVES CARRARA > DONALDO HATNEAC

SUMÁRIO

- 3 ROLF KUNTZ
Um clássico sobre Rousseau
- 4 MARIA LÚCIA PALLARES-BURKE
Direitos da mulher
- 5 ALCINO LEITE
Modos de vestir
- 6 REGINA MEYER
Averso de cidade
- 7 VALTER JOSÉ
Sonhos concretos
- 8 ELEUTÉRIO PRADO
Pontes e passeios
- 9 BERNARDO RICUPERO
Alienação política
- 11 ARLENICE ALMEIDA
Romance das paixões
- 12 ANTONIO ARNONI PRADO
Dois letrados e o Brasil nação
- 14 MARCO AURÉLIO WERLE
Alemanha romântica
- 15 IVO DA SILVA JÚNIOR
Hermenêutica da inocência
- 17 AMAURY CESAR MORAES
Escola alternativa
- 18 ENEIDA MARIA DE SOUZA
A memória de Borges
- 19 GIOVANNA BARTUCCI
Psicanálise contemporânea
- 20 CÉLIA PEDROSA
Tenso limiar
- 21 CAMILA DIAS
Falsa impressão
- 22 ANGELO ALVES CARRARA
Sedção e patrimônio
- 23 RONALDO VAINFAS
História pelas margens

APRESENTAÇÃO

O *Jornal de Resenhas*, iniciativa da **Discurso Editorial**, é um empreendimento sem fins lucrativos de um grupo de professores da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, aos quais se juntaram outros colegas docentes das universidades públicas federais.

A publicação conta com o apoio do Ministério da Educação, da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e do BNDES. A responsabilidade pela seleção de livros e autores de resenhas e ensaios está a cargo dos editores e membros do conselho editorial, sem qualquer interferência e endosso dos mesmos sobre o conteúdo dos textos aqui divulgados.

O *Jornal de Resenhas* é distribuído gratuitamente aos professores das universidades federais e estaduais paulistas, com venda também em livrarias e bancas de jornal. A tiragem desta edição é de 75 000 exemplares.

De 1995 a 2004, o jornal circulou na Folha de São Paulo, por intermédio de um convênio do qual faziam parte a USP, a Unesp, a UFMG e a Unicamp.

O *Jornal de Resenhas* encontra-se à venda em bancas e redes de livrarias (Saraiva, Siciliano, Cultura, FNAC e Edusp) nas seguintes cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Curitiba e Campinas. Sites conveniados: www.agenciadecartamais.com.br; www.cienciahoje.uol.com.br; www.revistadehistoria.com.br; www.uol.com.br/tropico



Editores responsáveis

Leira de Mello e Souza
Luiz Fernando Frankl (In de Mello)
Milton Meira do Nascimento
Ricardo Musse
Sergio Miceli

Conselho editorial

(Belo de Castro Moreira (UFPA), João José
Beli (UFPA), José Castilho Marques Neto
(Unesp), Laura de Mello e Souza (USP),
Luiz Fernando Frankl (In de Mello) (USP),
Milton Meira do Nascimento (USP), Ricardo
Musse (USP), Sergio Miceli (USP), Wladimir
Melo Miranda (UFMG)

Ilustração da capa

Antônio Littraga

Calligrafia do logotipo

Amílcar de Castro

Projeto gráfico

Elaine Stephen

Desenvolvimento

e diagramação

Fernando Caro

CTP, Impressão e Acabamento

Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Circulação

DPA Cons. Editorias

Telefone: (11) 3935 5244, dpacon@uol.com.br

Distribuição Nacional

Pernando Chingaglia Comercial

e Distribuidor Ltda.

Endereço da Discurso Editorial

Av. Prof. Luciano Gualberto, 395

Cidade Universitária, Butantã

CEP 05508-010, São Paulo-SP

Telefone: (11) 3814 3383, fax: 3034 2733

e-mail: discuso@usp.br

novembro de 2010

ISSN 1984-6088

SOBRE OS AUTORES

ROLF KUNTZ é professor
livre docente no departamento
de filosofia da USP

MARIA LÚCIA PALLARES-BURKE
é professora aposentada da
Faculdade de Educação da USP
e autora de *Gilberto Freyre: Um
vitoriano dos trópicos* (Unesp).

ALCINO LEITE NETO é jornalista
e editor da *Publifolha*.

REGINA MEYER é professora na
FAU-USP e autora de *Os centros
das metrópoles* (IMESP).

VALTER JOSÉ MARIA FILHO
é doutor em filosofia pela USP

ELEUTÉRIO PRADO é professor
na Faculdade de Economia e
Administração da USP e autor
de *Economia, complexidade
e dialética* (Pêiade).

BERNARDO RICUPERO
é professor no departamento
de ciência política da USP e
autor de *Romantismo e
a ideia de nação no Brasil*
(WMF Martins Fontes).

ARLENICE ALMEIDA DA
SILVA é professora de estética
no departamento de filosofia
da Universidade Federal de
São Paulo (Unifesp).

ANTONIO ARNONI PRADO
é professor de teoria literária na
Unicamp e autor de *Trincheira,
palco e letras* (Cosac & Naify).

MARCO AURÉLIO WERLE é professor
no departamento de filosofia da USP
e autor de *Poesia e pensamento em
Hölderlin e Heidegger* (Unesp).

IVO DA SILVA JÚNIOR é professor
de filosofia na Universidade Federal
de São Paulo (Unifesp) e autor
de *Em busca de um lugar ao sol
- Nietzsche e a cultura alemã*
(Discurso Editorial, Editora Unijuí).

AMAURY CESAR DE MORAES é
professor na Faculdade de Educa-
ção da USP e autor de *Filosofia:
Exercícios de leitura* (De leitura).

ENEIDA MARIA DE SOUZA
é professora de literatura na
UFMG e autora de *O século
de Borges* (Autêntica).

GIOVANNA BARTUCCI é psicanalista, autora de *Fragilidade absoluta: Ensaio sobre psicanálise e contemporaneidade* (Planeta).

CÉLIA PEDROSA é professora
de teoria da literatura e literatura
comparada na Universidade
Federal Fluminense (UFF).

CAMILA DIAS é doutoranda em
história na École des hautes études
en sciences sociales (Paris).

ANGELO ALVES CARRARA é
professor na Universidade Federal
de Juiz de Fora e autor de *Minas e
currais: Produção rural e mercado
interno* (Editora UFRJ).

RONALDO VAINFAS é profes-
sor de História Moderna na
Universidade Federal Fluminense
e autor de *Traição: um jesuíta
a serviço do Brasil holandês*
(Companhia das Letras).

Colaboraram neste
número os artistas plásticos
CLAUDIO MUBARAC e
MARIANA TASSINARI.

ROLF KUNTZ

Um clássico sobre Rousseau

Obra indispensável aos estudiosos do pensamento político moderno

JEAN-JACQUES ROUSSEAU E A CIÊNCIA POLÍTICA DE SEU TEMPO
Robert Derathé
Tradução: Natalia Maruyama
DISCURSO EDITORIAL
ED. BARCAROLLA
662 p., R\$ 59,00

Langado há 60 anos, Jean-Jacques Rousseau e a *Ciência Política de seu Tempo*, agora traduzido no Brasil, continua indispensável para os estudiosos do pensamento rousseauniano e, de modo geral, para quem se interessa por filosofia política. Nesse período foi publicado um enorme número de trabalhos a respeito de Rousseau. Alguns livros, como *Anthropologie et Politique – les Principes du Système de Rousseau*, de Victor Goldschmidt, tornaram-se marcos na história desses estudos. Mas nenhum deslocou para segundo plano a contribuição de Robert Derathé, contida não só nesse texto, mas também no livro *Le Rationalisme de Jean-Jacques Rousseau*, publicado em 1948, e em vários artigos.

Derathé estabeleceu um cânone para a leitura de Rousseau. Foi a primeira grande inovação depois de 1915,

quando Charles Edwyn Vaughan publicou em dois volumes sua edição da obra política rousseauniana. Na interpretação de Vaughan, o *Contrato Social* propõe uma ordem coletivista e uma concepção de soberania sem espaço para direitos à margem da lei civil. Desse ponto de vista, a filosofia rousseauniana, em sua forma final, reflete as influências de Platão e de Hobbes muito mais que a de Locke. É um Rousseau muito mais próximo do positivismo jurídico do que do jusnaturalismo.

A interpretação proposta por Derathé apresenta um Rousseau, mesmo na maturidade, mais próximo de Locke do que de Hobbes, embora a influência hobbesiana seja inegável na construção do conceito de soberania. Essa leitura não faz de Rousseau um liberal, nem minimiza suas diferenças em relação a Locke. Mas aponta um espaço importante, em sua obra, para as noções de lei natural e direito natural — não aquelas noções, é claro, descartadas no começo do *Segundo Discurso*.

Rousseau e seus interlocutores
Robert Derathé procurou inventar a perspectiva de leitura de Rousseau. O critério dominante por mais de um século foi a avaliação da obra rousseauniana a partir de sua influência, real ou suposta, no pensamento e na ação política de seus leitores, desde a Revolução de 1789 até as experiências autoritárias do século 20. Por muito tempo Rousseau foi elogiado, exaltado, condenado e vilipendiado muito mais do que estudado e realmente discutido, como observou Giorgio Del Vecchio numa passagem citada em nota.

O esforço de Derathé foi para repor Jean-Jacques Rousseau no ambiente da filosofia e das polémicas de seu tempo, mostrando como ele interpretou, absorveu ou rejeitou ideias de grandes autores dos séculos 17 e 18. Cada um dos grandes temas de Rousseau — o estado de natureza, a lei e o direito naturais, a crítica da ideia de sociabilidade original, a noção de contrato e a teoria da soberania — é examinado em confronto com as ideias dos grandes pensadores políticos clássicos, especialmente Hobbes e Locke, e dos juristas mais influentes, com destaque para Grócio, Pufendorf, Barbeyrac e Burlamaqui. Mas a exposição envolve também o exame, embora menos detalhado, de outros autores, incluindo Althusius, Bossuet e Montesquieu.

O historiador expõe duas leituras daqueles autores, a sua e a de Rousseau. Derathé talvez tenha enfatizado excessivamente o vínculo entre as teorias da origem divina do poder e as doutrinas absolutistas de tipo filmeriano, negligenciando, por exemplo, a oposição de Filmer a teólogos defensores do ponto de vista igualitário, como o cardeal Bellarmino. Mas esse é outro debate, e, de toda forma, só uma erudição extraordinária tornaria possível um trabalho como o de Robert Derathé.

A contribuição essencial, naturalmente, é a releitura dos grandes juristas e pensadores políticos pelos olhos de Rousseau. Quando se assume essa perspectiva, as questões práticas e as teóricas tendem a misturar-se. No discurso de Rousseau, a censura a certos autores, como Grócio, denunciados como inimigos da liberdade, é quase

sempre mais enfática do que a crítica formulada por meio de argumentos — a instância relevante do ponto de vista teórico. A exposição de Derathé transita pelos dois níveis, mostrando um Rousseau vivo, mas o percurso exige do leitor um esforço especial para distinguir a retórica moral e política da argumentação filosófica.

Originalidade de Rousseau

O risco principal de um trabalho desse tipo é a valorização excessiva do ambiente, em detrimento da singularidade do autor. Nenhum grande pensador na área das ciências humanas produziu teoria, mesmo em níveis altamente abstratos, sem o estímulo da experiência próxima e sem o confronto com as ideias mais influentes de seu tempo. Mas nenhum grande pensador é apenas um polemista orientado por objetivos práticos.

A história das teorias consiste, em grande parte, na reelaboração e em novas formas de uso dos conceitos. A transformação da ideia de mercado, hoje imensamente mais complexa do que no tempo de Adam Smith, é um bom exemplo. Rousseau não foi apenas mais um contratualista. Ele rejeitou a ideia do contrato duplo, exposta na obra de Pufendorf, e a noção no pacto entre indivíduos, tal como encontrada em Hobbes. No *Contrato Social*, "o ato de associação encerra um compromisso recíproco entre o público e os particulares". Como observa Derathé: "O corpo do povo em constituição é uma das partes contratantes, como se já estivesse efetivamente constituído — ficção que Hobbes nunca admitiria". Mas a originalidade de Rousseau, segundo Derathé, não consiste apenas nesses detalhes teóricos ou técnicos. Ele é original sobretudo pela função atribuída à associação resultante do contrato: preservar não somente a segurança e os bens dos contratantes, mas a sua liberdade.

Da mesma forma, a condição natural do homem — o estado de natureza dos pensadores políticos clássicos e dos juristas — foi repensada de forma inteiramente nova. Rousseau não se limitou a tentar uma descrição de como viveriam os indivíduos fora da sociedade política, isto é, sem a presença de um poder comum capaz de legislar, de julgar e de impor o cumprimento da lei. Foi muito além de seus antecessores e rejeitou, na construção da imagem do homem natural, todas as determinações atribuíveis à vida social, incluída a capacidade intelectual

total necessária para conceber as normas adequadas à vida coletiva.

O jusnaturalismo

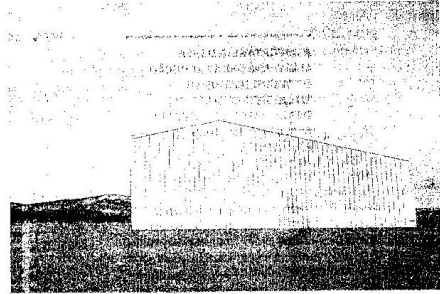
Em sua condição mais simples (e hipoteticamente original), o homem só difere dos outros animais pelo potencial de racionalidade e pela liberdade, isto é, pela capacidade de reagir de forma não mecânica. Não há nesse homem nenhum impulso para a vida social. Por todos esses fatores, as concepções tradicionais de lei natural são inaceitáveis para Rousseau. Mas isso não implica, para Derathé, a negação total do jusnaturalismo. O homem natural, guiado pelos instintos, obedeceria somente a dois princípios simples e fáceis de reconhecer, o amor de si e a piedade. Transformado pela experiência da vida social, o homem é forçado, no entanto, a reconstruir pela razão esses dois princípios e a estabelecerlos em novos fundamentos.

Na interpretação de Robert Derathé, Rousseau não só recupera as noções de lei natural e direito natural, depois de aparentemente havê-las descartado como inócuas, no *Segundo Discurso*. Várias páginas são dedicadas a mostrar a importância atribuída a esses conceitos em vários textos rousseaunianos (no *Emílio*, nas *Cartas Escritas da Montanha*, nas *Considerações sobre o Governo da Polónia* e no próprio *Contrato Social*, por exemplo). A ideia de lei natural é apontada como indispensável ao compromisso básico descrito no *Contrato*: um pacto só tem sentido, argumenta Derathé, se os participantes se sentem obrigados a respeitá-lo.

Sem a lei primitiva das convenções e a obrigação por ela imposta, "tudo é ilusório e vão na sociedade humana", está escrito no *Emílio*. "Para Rousseau, assim como para Hobbes, a lei de respeito aos pactos é um princípio da lei natural" e essa lei primitiva deve ser anterior ao contrato social e ao estabelecimento das sociedades civis", observou Derathé.

Ao afirmar um vínculo entre Rousseau e o jusnaturalismo, Derathé propõe uma interpretação certamente polémica, mas, ao fazê-lo, chama a atenção para detalhes importantes e nem sempre valorizados da obra rousseauniana.

Ao traduzir este livro de Derathé, a professora Natalia Maruyama acrescenta a seus trabalhos sobre Rousseau e sobre o século 18 uma excelente contribuição.



Maziana Tassirani

**A IMPORTÂNCIA DE SER
MARY: ANÁLISE E TRADUÇÃO
DE "A VINDICATION OF
THE RIGHTS OF WOMAN",
DE MARY WOLLSTONECRAFT**
Ivanila Pociño Motta
ANNABLUIME
364 p., R\$ 47,00

É muito bem-vinda a tradução para o português do texto da proto-feminista Mary Wollstonecraft (1757-1792), *A vindication of the rights of woman*, a primeira desde sua publicação em Londres em 1792. Até recentemente, acreditava-se que já tínhamos acesso a esse texto em português devido à ação ousada da brasileira Nísia Floresta, que teria publicado sua tradução no Recife em 1832, e que os brasileiros haviam podido usufruir de um texto que na Europa ficara praticamente esquecido durante grande parte do período vitoriano. Eu mesma partilhara dessa crença até 1995, quando ao fazer um estudo comparativo do texto de Nísia com o original inglês ficou evidente que ela fizera uma tradução literal do texto de 1792 *Women not inferior to men*, cujo autor ou autora, sob o pseudônimo de Sophia, permanece não identificado até hoje.

O motivo que teria levado Nísia a traduzir Sophia e proclamar que fazia uma tradução livre de Wollstonecraft é, obviamente, impossível de se saber com exatidão. No entanto, é lícito supor que a antrépida Nísia considerara boa estratégia unir o trabalho mais revolucionário, claro e conciso de Sophia ao nome da figura pouco convencional e mais conhecida de Mary, atraindo mais atenção e simpatizantes para a batalha pelos direitos das mulheres que ela, pioneiramente, procurava inaugurar no Brasil recém-independente.

O que se sabia então de Mary Wollstonecraft no país a ponto de justificar a opção de Nísia para essa secreta associação? Ao menos nos círculos mais cultos e progressistas, seu nome talvez fosse mais conhecido do que na Inglaterra, onde a crescente onda anti-revolucionária e a revelação, logo após seu prematuro falecimento, da vida pouco convencional que levou — que incluíam relações ilícitas, maternidade fora do casamento e tentativas de suicídio por razões sentimentais — haviam contribuído para torná-la uma figura de reputação intelectual e moral questionável e, portanto, digna de esquecimento.

Mesmo a ativista política sul-africana Olive Schreiner, importante presença intelectual na Inglaterra do final da era vitoriana, admitiu que só lera Wollstonecraft tardiamente e que sua obra sobre os direitos das mulheres só se encontrava em estas minguas de sebos empoeirados. Segundo ela, era história corrente em Londres que, em meados do século, algumas senhoras idosas e respeitáveis haviam comprado os poucos exemplares dessa obra que encontraram e feito com eles uma pequena fogueira.

Biografia

Mas quem foi Mary Wollstonecraft e qual a relevância de sua obra política produzida há 218 anos?

A vida conturbada e dramática da ambiciosa e talentosa Wollstonecraft — que exerceu os papéis de governanta, dama de companhia, professora, dona de escola, tradutora, resenhista, autora, mãe de duas filhas (uma delas, a futura Mary Shelley, autora de *Frankenstein*), amante, esposa, arrimo de família e ativista política — muito se explica pelo destino de uma jovem que se via, desde muito cedo, como "a primeira de uma nova espécie", incapaz de se satisfazer em "trilhar um caminho batido", conforme confessou certa vez.

Ligada aos radicais ingleses, desde que se instalara em Londres em 1788 e se tornou colaboradora e amiga do influente editor L. Johnson, sua carreira de escritora atingiu o clímax quando integrou o debate deflagrado pela Revolução Francesa e passou a batalhar por mudanças radicais que a época parecia propiciar. Sua "Defesa dos direitos da mulher", publicada logo após sua corajosa defesa dos "direitos dos homens", como resposta ao ataque de Edmund Burke à Revolução Francesa, conferiu-lhe, ao menos inicialmente, o status de "pequena celebridade".

A obra

Dirigida a homens e mulheres de várias posições — legisladores, pais, mães, padres, professores, governantes, autores etc. —, a obra de 1792 era também dramaticamente política e partilhava, ao lado do entusiasmo do fervor revolucionário por direitos, então em voga, dedicando-a a Talleyrand-Périgot, um dos legisladores do novo re-

gime responsável por um projeto de educação nacional, Mary procurava convencê-lo a reconhecer a mulher como criatura racional e a não excluí-la da "participação nos direitos naturais da humanidade".

Para isso, uma questão fundamental precisava ser enfrentada: a educação das mulheres, assim como a dos homens, deveria se pautar pela crença na racionalidade dos seres humanos e ter como objetivo a autonomia intelectual e moral de todos. Ora, se no que diz respeito ao homem os revolucionários estavam dispostos a aceitar, ao menos em princípio, a derrubada das hierarquias e a igualdade e liberdade de todos, no que diz respeito à mulher a tradição arraigada os negava. Valendo-se de preceitos com ares de ciência, continuavam a manter a mulher como "humilde dependente" do marido e num "estado deplorável" de ignorância — a que chamavam pelo eufemismo de "inocência", como dizia Mary.

Contra Rousseau

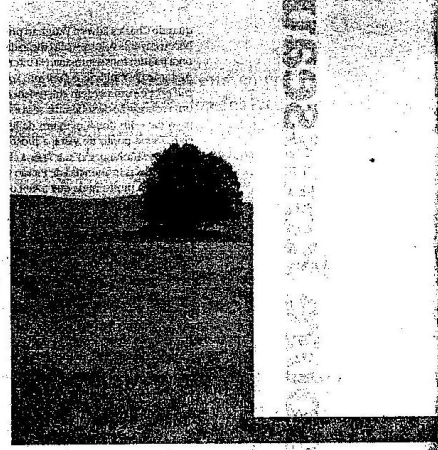
O que, nessa era, aumentava ainda mais a barreira aos seus direitos era a popularidade das ideias de Rousseau, tão caras aos revolucionários e mesmo, paradoxalmente, às mulheres progressistas e independentes como Madame Roland e Madame de Staël. Ele, o filósofo e educador que levava às últimas consequências a crítica iluminista à civilização, por ser está incapaz de gerar uma humanidade livre e responsável, excluía as mulheres dessa humanidade em busca de emancipa-

ção. Em *Emílio* (1762), onde apontara o caminho para a autonomia humana, esta se restringia à plenitude da espécie humana — a masculina.

Ecoando suas ideias, muitos seguidores o apoiavam na ideologia da domesticidade feminina que propunha, endossando-o na crença de que a ordem natural das coisas proordenam a mulher a ocupar um lugar específico na sociedade humana: o doméstico. Sendo o oposto do homem por natureza, dizia Rousseau, cabe à mulher outra educação. "A mulher é feita especialmente para agradar ao homem [...] e para obedecer também [...] Elas devem aprender muitas coisas, mas as que lhes convém saber". Daí que "toda educação das mulheres deve ser relativa ao homem", cabendo nelas cultivar docilidade, charme, sensibilidade e tudo, enfim, que possa tornar a vida de seus senhores "agradável e doce", dizia Rousseau. Tal educação, como comenta Mary, assumia que "a mulher deveria ser linda, inocente e tola".

Não tendo sido destinadas pela natureza a ser intelectual e fisicamente iguais aos homens, argumentava Rousseau, aquelas que fugissem de suas funções sagradas de esposas e mães para competir com os homens na esfera pública, estarão trairando sua própria natureza e se afastando da única esfera em que poderiam obter plena realização pessoal.

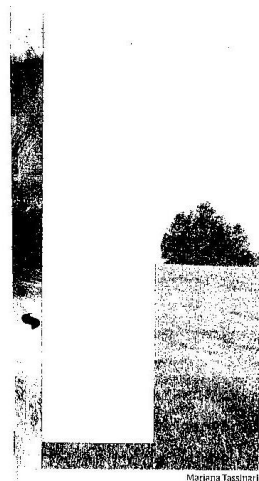
Discordando totalmente do filósofo nesse respeito, e desejando ativamente que tal sistema de educação fosse "pelos ares", Mary estava ciente,



MARIA LÚCIA PALLARES-BURKE

Direitos da mulher

Pela primeira vez em português o livro de uma das precursoras do feminismo



Mariama Tassiri

no entanto, de seu poder de persuasão: A eloquência de Rousseau, diz ela, "torna os absurdos plausíveis". Daí seu empenho em combater esses absurdos mostrando que o que propunha era nada mais do que estender às mulheres a educação do entendimento, única via para a autonomia e virtude, que espíritos ilustrados como Rousseau propunham para os homens. Era chegada a hora, anunciava Wollstonecraft, de se efetuar "uma revolução nos modos femininos" de amplas consequências, começando por reformar-se a si mesmas, as mulheres poderiam vir a reformar o mundo.

Mulheres racionais

Quer por estratégia, cautela ou convicção, Mary não chega a propor claramente uma revolução na ordem das coisas, diferentemente do que fizera Sophia, no texto revolucionário traduzido por Nísia. Ela admite *en passant* a possibilidade de mulheres vivas ou sem família desempenharem, com sucesso, papéis úteis na esfera pública – e até sugere que, ao lado dos trabalhadores oprimidos, elas deveriam ter seus representantes no governo –, mas seu argumento central é que a razão não tem sexo e que a educação feminina deve formar "criaturas racionais" e independentes, totalmente habilitadas para a carreira principal de suas vidas: o governo da casa e da família.

Muitos críticos têm lamentado o fato de, ainda hoje, Wollstonecraft ser conhecida mais por sua reputação do que por uma leitura cuidadosa de seus textos, lembrando que muitas mulheres no mundo ainda não têm acesso ao tipo de educação que Mary considerava um direito de toda a humanidade. O belo trabalho de tradução de Ivante P. Motta, acompanhado de uma síntese séria e competente de Wollstonecraft, que elucida, inspira e instiga a curiosidade do leitor, torna acessível em português, ainda que fardamente, a leitura cuidadosa de um texto que ainda tem muito a nos dizer no século XXI.

ALCINO LEITE

Modos de vestir

A moda, as roupas e suas representações artísticas

ROUPA DE ARTISTA – O VESTUÁRIO NA OBRA DE ARTE
Cacilda Teixeira da Costa
 EDUSP/IMPrensa Oficial
 312 p., R\$ 120,00

S seja por preconceito, seja por indiferença, a história das roupas, a sociologia dos modos de vestir e a economia da moda receberam até agora poucos estudos de relevo da parte dos pesquisadores brasileiros. Contam-se nos dedos os trabalhos rigorosos feitos nessas áreas, nas universidades do país. Tal situação, porém, não se deve apenas à má-vontade dos *scholars*. Até pouco tempo atrás, a moda era um setor econômico cuja expressão no Brasil não se conseguia avaliar direito, devido à informalidade, à instabilidade e à pulverização dos negócios. Assim, passava a impressão de ser um fragmento irrelevante da economia nacional (e mesmo da política, dada a desorganização da sua força de trabalho). Além disso, como produção cultural, a moda do país apresentava-se late ante e sem vigor, por demais presa a protótipos estrangeiros ou ao simples utilitarismo, mostrando-se incapaz de reter com interesse a vida brasileira e dar a ela uma contribuição singular, tal como o fizeram a arquitetura e o design. Valeria também citar, correndo o risco do exagero, que as vanguardas artísticas nacionais, desde o Modernismo, preocuparam-se pouco ou nada com a cultura das roupas e não estabeleceram praticamente nenhum trânsito com estilistas, ao contrário do que ocorreu na Europa – bastando lembrar das relações de Apollinaire com Sonia Delaunay, e dos surrealistas com Elsa Schiaparelli. São fatos menores que acabam contando muito para o prestígio intelectual da moda em um país.

Pouca atenção

Por essas e outras, a cultura do vestuário e da moda no Brasil tem merecido até agora pouquíssima atenção da uni-

versidade e permanece um campo praticamente inexplorado pelos estudos acadêmicos, em seus numerosos caminhos de investigação, da antropologia à história, da sociologia à economia. Novos fatores tendem talvez a incentivar esses estudos nos próximos anos, tais como o fortalecimento da indústria nacional de têxteis e vestuário – hoje, a segunda maior empregadora do país; a ampliação do consumo de moda entre outras classes sociais, além da classe A; a concentração de capital (e de grifes) nas mãos de grupos econômicos empenhados na produção de roupas com design; o empenho dos estilistas em criar uma linguagem própria e em diálogo com a vida brasileira; e o aumento do número de escolas e faculdades de moda, das quais se espera que, além do saber técnico, venham a promover também a pesquisa e a teoria. Sinais de um interesse renovado pela moda também podem ser encontrados nas livrarias. A bibliografia sobre o assunto ampliou-se sensivelmente nos últimos anos, apesar de seu aspecto desorganizado, tanto do ponto de vista editorial quanto intelectual. Trata-se, entretanto, de uma área ainda incipiente no país, tanto mais quando se pensa em obras feitas por pesquisadores brasileiros. Por isso mesmo, merece atenção esse *Roupa de artista*, de Cacilda Teixeira da Costa, um livro-álbum, fartamente ilustrado. Professora e curadora, com renomado trabalho no meio das artes plásticas, Cacilda dedica-se a examinar como o vestuário foi representado, interpretado e utilizado pelos artistas em suas obras. É um assunto em tese fascinante, ainda mais que até agora foi raramente examinado pelos especialistas, seja o da moda, seja o das artes. Mas vejamos como o livro resolveu num empreitada um tanto frustrante.

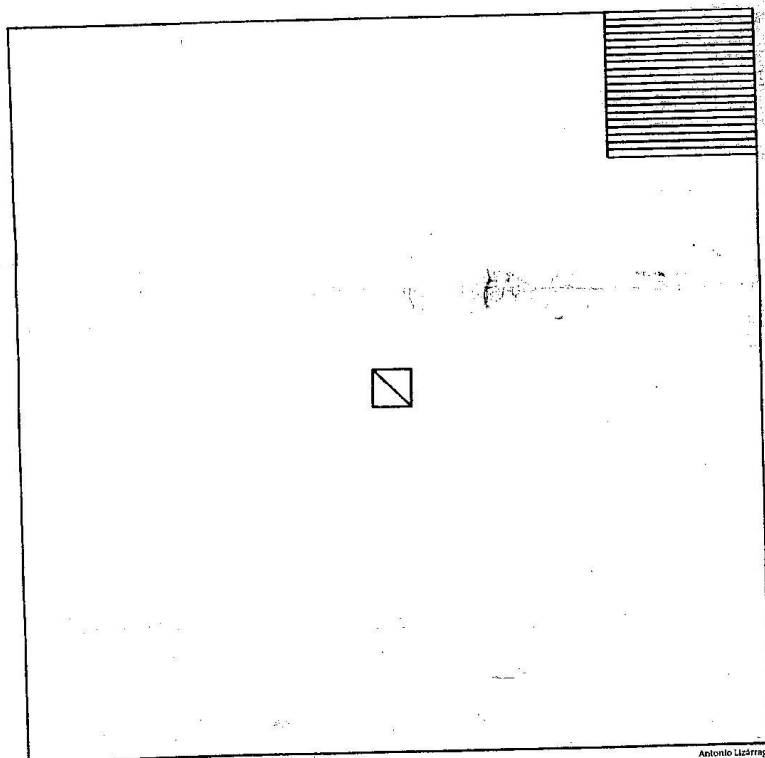
Composição da obra

O volume, em formato grande (27 cm x 22 cm), tem ao todo 312 páginas, assim distribuídas: 70 páginas com o texto principal, 5 de apêndices, 173 com ilustrações, 42 com a tradução

para o inglês e o restante das páginas dedicadas à bibliografia, aos agradecimentos e a outros elementos editoriais. Nas 70 páginas que abrigam a exposição e a análise (ou seja, apenas cerca de ¼ do livro), a autora consegue fazer caber 24 capítulos, percorrendo em ritmo aceleradíssimo toda a história da arte, do Renascimento até os dias atuais, passando pelo Barroco, o Impressionismo, as vanguardas modernas, o pop e arte conceitual! É essa pressa e essa ansiedade a primeira coisa que decepciona no livro. Cacilda não dá tempo nem à análise nem à reflexão – a sua própria e a do leitor –, atropelando as ideias, simplificando os conceitos e desprezando os problemas, como se a brevíssima exposição histórica e exemplificação sumária justificassem o interesse da obra. O que ela quer dizer, por exemplo, quando afirma que no Renascimento prevalecem figuras "reais" e "não mais simbólicas"? Será que deveríamos considerar mais "reais" que os santos góticos as inúmeras figuras das divindades gregas representadas pelos mestres renascentistas? Como entender a afirmação de que Velázquez antecipou as "performances em grupo, realizadas por artistas contemporâneos" ao organizar o cortejo de casamento da Infanta Maria Teresa, da Espanha, com Luís XIV da França? Será que devemos desconsiderar a ritualística, a etiqueta e a hierarquia embutida naquele evento barroco – que nada tem a ver com o sentimento de conflagração e perturbação irradiado pelas melhores performances? (Não vou me estender na comparação feita pela autora entre o evento planejado por Velázquez e a "organização do espetáculo das escolas de samba no Brasil"). Quando trata das vanguardas modernas, Cacilda adere de vez aos chavões conceituais (como a tese da reprodutibilidade técnica e da emergência "liberadora" da fotografia) – mas é exatamente aí que o livro se torna mais forte, dado o interesse dos exemplos que tem a mostrar, como a experiência futurista com as roupas. Felizmente, os capítulos dedicados aos artistas brasileiros, de Flávio de Carvalho a Nelson Leirner e Leonilson são os melhores da obra. Outro problema do livro é a disposição das ilustrações. Talvez por uma razão econômica, o texto vem à frente (em papel branco) e as imagens em capítulo à parte (em papel couché fosco). Ocorre que isso dificulta a visualização imediata dos exemplos dados por Cacilda, complicando um pouco a vida do leitor – detalhes das obras foram colocados junto ao texto, mas dão apenas uma vaga ideia a respeito delas. Mesmo assim, trata-se de um mérito da autora ter conseguido fazer essa rica antologia de imagens de trabalhos artísticos nos quais as vestimentas ocupam papel relevante. Faltou apenas analisá-las em profundidade. É certo que *Roupa de artista* almeja ser apenas um livro introdutório a respeito da relação entre arte e vestuário. Entretanto, apesar das simplificações decorrentes do projeto intelectual e editorial da obra, trata-se de um trabalho útil por servir como fio condutor a esse assunto tão pouco abordado e também como incentivo para que uma reflexão mais forte venha a ser feita sobre o mesmo tema no futuro.

JORNAL DE

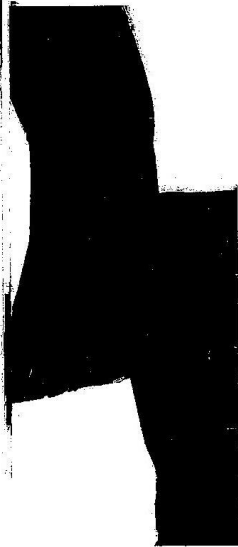
Discurso Editorial NÚMERO 11 R\$ 7,00
Nov. 2012



Antonio Lázaro

> MILTON MEIRA DO NASCIMENTO > LEDA PAULANI > MARIA DA GLORIA
BONELLI > PAULO MARTINS > LUIZ COSTA LIMA > RICARDO FABBRINI >
LISANDRO NOGUEIRA > MARY DEL PRIORE > JOSÉ PEDRO PAIVA > LUIZA
FRANCO MOREIRA > MARCUS MAZZARI > VLADIMIR SAFÁTLE
> CILAINÉ ALVES CUNHA > MARÍLIA ROTHIER CARDOSO > LUIS
S. KRAUSZ > BRUNO FEITLER > RUBENS LEONARDO PANEGASSI





Claudio Cretti

MARIA DA GLORIA BONELLI

Jogo híbrido

Os responsáveis pela fiscalização dos ocupantes de cargos públicos

corporifica-se hoje no conjunto de instituições e de atores a serviço do capital financeiro, conjunto que inclui não só os gestores de portfólio e os mercados financeiros enquanto tais, mas também, haja contradição, os grandes fundos de aplicação, com destaque para os fundos de pensão, cujos proprietários são os próprios trabalhadores.

Trabalho versus money men

É isso remete a uma observação muito pertinente feita por Suzanne Bruinhoff em outro dos artigos: a internacionalização proletária e a solidariedade de classe dificilmente resistem ao jogo atual do capitalismo. Na luta nada surda entre o trabalho e os *money men*, designação dada por Ricardo aos homens que aplicam em fundos de empréstimos e a propósito lembrada por ela, o escorrem sendo nas últimas décadas largamente favorável aos "financistas". Nessa batalha desigual, aparecem ainda como aliados dos vencedores outros elementos igualmente destacados por Bruinhoff, como as políticas fiscais regressivas que os estados nacionais dos países avançados vêm perseguindo para manter as classes endinheiradas em suas fronteiras geográficas, o aumento irrefreável da especulação fundiária e das rendas urbanas e o ataque sistemático aos direitos sociais e do trabalho.

O livro mostra, enfim, quão equivocado está quem associa as teses sobre a financelização à destituição da exploração da força de trabalho do papel de espinha dorsal do sistema. Nesse sentido não poderia haver, como observa Ruy Braga na introdução que faz do volume, publicação mais bem-vinda.

**VIRTUDE E LIMITES:
AUTONOMIA E ATRIBUIÇÕES DO
MINISTÉRIO PÚBLICO NO BRASIL**
Fabio Kerche
EDUSP
120 p., R\$ 30,00

O livro analisa o Ministério Público saído da Constituição Federal de 1988. Fabio Kerche destaca duas questões-chaves que compõem o quebra-cabeça enfrentado ao longo do livro: as negociações legislativas e a criação do novo modelo, a autonomia com pouca responsabilização dos profissionais por atos indevidos, e os instrumentos institucionais que viabilizariam tal *accountability*.

O primeiro aspecto refere-se à interpretação que predomina nos estudos especializados sobre a força que as lideranças profissionais conquistaram junto aos parlamentares no processo constituinte. Kerche altera esse foco para destacar a ação dos parlamentares enfatizando o argumento político-institucional no lugar do profissional. A narrativa de promotores e procuradores sobre o "novo" Ministério Público destaca o papel que eles tiveram na conquista de tais atribuições e autonomia, sustentada pela mobilização do grupo e pela articulação de seus representantes, realizando lobby para convencer deputados e senadores sobre o desenho institucional a ser aprovado.

Resgate da ação parlamentar

O livro resgata a ação parlamentar como central à criação legislativa que introduziu aquelas mudanças, deslocando o papel coadjuvante imputado pela fala nativa das associações profissionais. Para tanto, reúne evidências sobre como as propostas caminharam durante a constituinte, sendo o projeto negociado conforme passava pelas comissões e subcomissões até a aprovação da Constituição.

O argumento do autor é que a Constituição foi um marco para o Ministério Público e não o coroamento de uma estratégia das lideranças profissionais. Para ele: "O projeto de autonomia do Ministério Público foi bem-sucedido porque os próprios parlamentares constituintes, principalmente os mais à esquerda no espectro político, desejavam uma organização responsável pela fiscalização dos ocupantes de cargos públicos distante do jogo político-partidário. No entanto, quanto mais aumentava a importância dos grupos conservadores no processo decisório constituinte em razão das mudanças regimentais, menos autonomia relativa recebia o Ministério Público".

Atores institucionais e individuais

O segundo aspecto que Kerche aprofunda refere-se à *accountability*, considerando a definidora da democracia contemporânea. Assim, a autonomia institucional precisaria ser acompanhada de instrumentos de responsabilização de atores estatais prestando contas aos políticos ou à sociedade. O autor entende que o modelo de MP em curso no Brasil possui autonomia, mas carece de mecanismos institucionais de prestação de contas das ações de promotores e procuradores.

Para sustentar essa afirmação, articulada ao argumento da criação parlamentar do novo desenho, ele baseia-se na "abordagem principal-agente", considerando a relação do MP com o Judiciário, o Executivo, o Legislativo, e internamente, de promotores e procuradores com o procurador-geral, com o Conselho Superior, com o Conselho Nacional do MP. Essa lista de atores institucionais e individuais mostra a complexidade para fixar principal e agente, observando-se na análise de Kerche a ênfase na multiplicidade de posições que profissionais e seus grupos podem ocupar com a movimentação desses vínculos frouxos.

Ou seja, o procurador-geral é principal quando pode oferecer ao promotor um cargo de confiança, mas é agente quando depende do voto deste para se eleger. O promotor, quando é agente, tem múltiplos principais já que tem de lidar com o procurador-geral, o Colégio de Procuradores, a Corregedoria, o Conselho Nacional do MP, complicando o cálculo racional, a melhor escolha, a prestação de contas e a *accountability*. O jogo principal-agente descentra-se, torna-se fluido, híbrido, diverso. Passa do singular ao plural acompanhando as marcas da sociedade contemporânea: temos então múltiplos principais e múltiplos agentes em relação social, com um grau de autonomia bem característico do idário profissional.

Os mecanismos institucionais de responsabilização se diluem na multiplicidade de agentes e principais, configurando o diagnóstico feito no livro: "A estrutura institucional da organização é baseada, talvez em excesso, em um modelo em que a vontade pessoal, a 'zona nebulosa' das instituições, é mais importante do que os instrumentos de incentivo típicos de uma relação principal-agente."

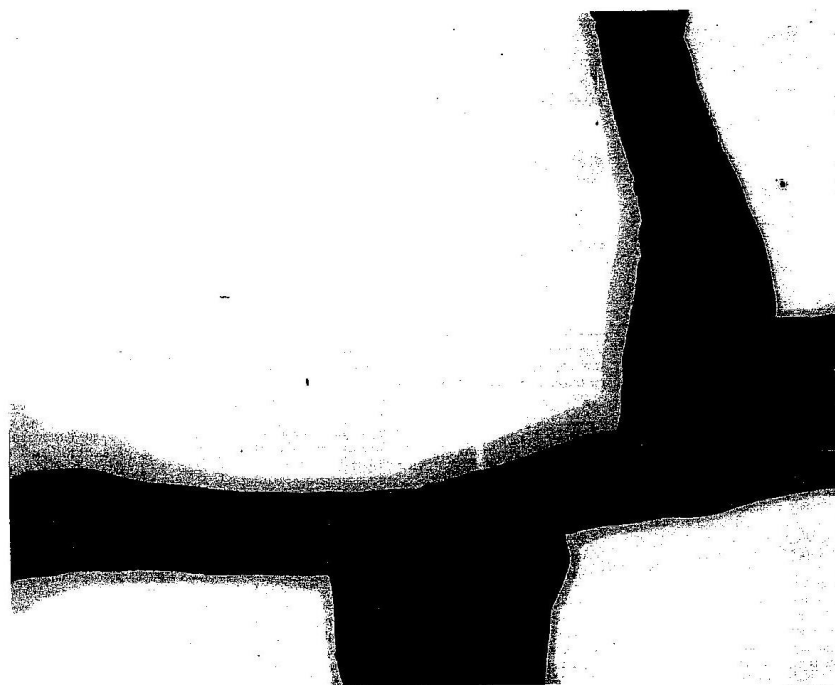
O poder dos experts

Se o modelo de Ministério Público aprovado na Constituição é resultado da ação parlamentar em um contexto específico de redemocratização, no qual os constituintes preferiram a *quasi*-abdição da política em prol da judicialização, ela veio ao encontro do profissionalismo. Esta lógica de organização do trabalho expandiu-se significativamente na segunda metade do século XX, influenciando culturalmente a sociedade. Conhecimento especializado, discricionariedade e autonomia não apareceram na cabeça dos parlamentares ou dos promotores saindo do nada. Trata-se de um modelo que conquistou autoridade e poder entre as pessoas. Para a democracia contemporânea, a expertise é uma questão-chave e ela é examinada por diversos teóricos sociais, vários deles preocupados em controlar o poder dos *experts* sobre os leigos, e outros enfatizando as contribuições do saber-perito à sociedade.

Ao comparar o MP brasileiro com outras experiências internacionais, Kerche detecta que Brasil e Itália possuem os modelos com maior autonomia, e ambos sofreram rupturas democráticas seguidas por constituintes. Assim, ele vincula a autonomia a um contexto que coloca em primeiro plano as garantias para que promotores possam processar pessoas ligadas ao governo.

O autor identifica um dilema duplo: independência versus *accountability* e menos custos de transação versus mais democracia. Embora a autonomia em relação aos políticos seja maior nos casos brasileiro e italiano, o primeiro dilema não é exclusivo a eles, sendo comum aos dois: MP's comparados no livro. Já os custos de transação são reduzidos quando não se presta contas da ação, mas o processo torna-se menos democrático.

O livro *Virtude e limites* é trabalho de *expert*. É original, instigante, de leitura acessível, relevante a todos que refletem sobre a democracia brasileira, em especial aos interessados em instituições como o Ministério Público e na *accountability* dos atores estatais.



Claudio Cestti

A PINTURA COMO MODELO
Yve-Alain Bois
Tradução: Fernando Santos
WMF MARTINS FONTES
402 p., R\$ 93,50

trata-se do segundo livro de Yve-Alain Bois editado no Brasil, depois de *Matisse e Picasso* (Melhoramentos, 2000). Pesquisador ligado à Universidade de Princeton em cargo que já foi ocupado por Erwin Panofsky, foi coeditor do jornal *Macula*, e dos periódicos *Rolibo*, com Jean Clay – que publicou, em 1968, dossê pioneiro sobre Lygia Clark – e *October*, com Rosalind Krauss, Hal Foster e Benjamin Buchloh. É considerado por certa crítica um autor “neoforalista”, por conta de sua formação estruturalista nos anos 1960, na França, com Julia Kristeva e Tristan Todorov – que o colocaram em contato, com os linguistas russos; e da assimilação, na década seguinte, do formalismo de Clement Greenberg, nos Estados Unidos.

Na introdução dessa coletânea de ensaios sobre arte moderna, publicada originalmente em 1990, Bois explicita não um método, mas sua prática como crítico e teórico da arte. Recusa tanto o “consumo apressado de teorias” como “o vazio da atitude antiteórica”. Não visa assim aplicar teorias, mas mobilizar conceitos a partir das exigências

suscitadas pelas obras investigadas.

Na interpretação de Matisse, Picasso, Mondrian, Newman ou Ryman, reserva “o direito de reter partes de um dado sistema sem ter de aceitá-lo em sua totalidade”. Seu intento, em outros termos, é tomar as formas artísticas não como ilustrações de teorias, mas como “modelos em si mesmos”; ou, seja, explicitar a modalidade de pensamento que dada pintura constitui, lição apreendida, segundo ele, de Roland Barthes e Hubert Damiens.

Formalismo materialista

Pressupondo que a história das estruturas e das formas artísticas é sempre

ideológica, Bois rejeita tanto a “análise sociopolítica direta da obra de arte”, marca dos estudos culturais das universidades norte-americanas, voltados para as questões de gênero, quanto a “desconfiança à interpretação” que o autor atribui ao formalismo greenbergiano, do qual foi se distanciando no curso do tempo. Defende, em suma, um “formalismo materialista” voltado para a especificidade do objeto que envolve não apenas a condição geral de seu “ambiente”, no termo do autor, mas também os detalhes mais insignificantes de seus meios de produção, como os da ordem da fatura e dos materiais da pintura.

No primeiro ensaio, Bois caracteriza o “sistema Matisse” a partir da noção de “arquidesenho”, análoga ao conceito de arquitetura de Jacques Derrida: “Matisse”, diz o autor, “é desconstrutor”. Segundo essa hipótese, assim como a arquitetura é anterior à hierarquização entre discurso e escrita, originando na língua de Derrida, a “diferença” – que estaria na raiz das oposições da metafísica ocidental – o arquidesenho seria anterior à oposição entre desenho e cor. Matisse não teria resolvido, mas “ignorado” ou “esquecido” essa antinomia que remonta à querela do século XVII entre poussi-

RICARDO FABBRINI

Totens da modernidade

O trabalho de luto da tradição da pintura moderna

Real e imaginário

LISANDRO NOGUEIRA

**A MÚSICA NO CINEMA
BRASILEIRO: OS INOVADORES
ANOS SEXTENTA**
Irineu Guerrini Jr.
TERCEIRA MARGEM
244 p., R\$ 35,00

O livro contempla uma área ainda não explorada pela historiografia do cinema brasileiro. Antes, somente José Ramos Tinhorão em *Música popular: teatro e cinema* (Vozes), de 1972, tinha se debruçado sobre o tema, mas cingia apenas o documentário. Guerrini Jr. investiga o intenso diálogo entre música e cinema: a confluência preciosa entre bossa nova, cinema novo, tropicalismo, cinema marginal e o "ressurgimento" de Villa-Lobos por meio dos filmes de Glauber Rocha.

Um ponto importante da pesquisa consiste na escolha da análise filmico-

musical para destacar a função das trilhas sonoras nas narrativas. O cinema está na "moda" como suporte para estudos na sociologia, psicanálise, artes. Poucos, contudo, se dão ao trabalho, árduo e fundamental, de interpretar os filmes "de dentro".

A obra desdobra-se em sete capítulos. O primeiro é exemplar, pois mostra como o padrão sinfônico, vigoroso até os anos 1950, foi abandonado pelo Cinema Novo, que estabeleceu assim outra forma para as trilhas sonoras. Destaque também para o segundo e o quinto, que mostram a influência da bossa nova e do tropicalismo em *O cafajeste*, *O bandido da luz vermelha* e *Brasil Ano 2000*. O livro trata ainda dos motivos pelos quais as músicas de Villa-Lobos foram tão utilizadas nos anos 1960 e a fecunda incorporação da música experimental nos filmes de Nelson Pereira dos Santos.

**O CINEMA DE
QUENTIN TARANTINO**
Mauro Baptista
PAPIRUS
144 p., R\$ 39,50

A obra de Tarantino pode ser classificada como "pós-moderna". Nela predomina a fragmentação, a mescla do cinema clássico e do moderno, a diversidade de estilos, e construção de personagens multifacetados e uma plotagem de ironias e escárnio.

O contexto histórico moderno/pós-moderno nos é informado, o que predomina, porém, é a análise do estilo e da *mise en scène*. Influenciado pela metodologia de David Bordwell,

que recomenda que o filme deve ser visto sobremaneira em sua encenação, Mauro Baptista desenvolve uma série de descrições de cenas e de seqüências que chamam uma interpretação sólida.

São analisados sete longas-metragens escritos e dirigidos por Tarantino: *Cães de abugue*, *Pulp fiction*, *Jackie Brown*, *Kill Bill 1 e 2*, *A prova de morte* e *Bastardos Inglores*.

O tom acadêmico predomina na escrita. Todavia, há uma preocupação em iniciar os leitores, principalmente os jovens cineófilos, beatos esclarecidos, na obra do cineasta. Esse amálgama constitui um padrão modelar para os tão necessários livros de introdução ao diversificado cinema contemporâneo.

LENDAS E IMAGENS DO CINEMA
Laurent Jullier e Michel Marie
Tradução: Magda Lopes
EDITORA SENAC
286 p., R\$ 90,00

A análise fílmica, aos poucos, retoma seu espaço na mídia e no meio acadêmico em função do renovado interesse pelo cinema e sua capacidade de representar "realidades" e construir imaginários. O diálogo do cinema narrativo, de origem americana, com outras áreas do conhecimento e eclosão de um universo midiático, no qual os filmes despontam como mediadores no processo comunicacional e educacional, trouxeram de volta o interesse tanto pela análise como pela crítica de cinema.

A crítica se diferencia da análise por seu afã de informar e avaliar. A análise, como afirma Jacques Aumont,

"esclarece o funcionamento e propõe uma interpretação". *Lendas e imagens do cinema* fornece ensinamentos importantes tanto para o crítico como para o analista de feição acadêmica.

A obra se divide em três segmentos: o plano (ponto de vista, profundidade de campo), a seqüência (cenografia, montagem, suspense) e o filme (história, gêneros e personagens). Com essas ferramentas, empreende-se a análise de seqüências (planos que compõem uma cena) de filmes significativos de cada período da história do cinema (cinema mudo, clássico, moderno).

O livro retorna, em parte, a voga estruturalista dos anos 70, com suas análises exaustivas, plano a plano, seqüência por seqüência. Trata-se de uma contribuição importante, mas que contém também limitações, sobretudo ao deixar de lado a tentativa de ver o filme como um todo.

nistas e rubinistas, com profundas consequências para a produção pictórica do século XX: "No meu caso - dizia Matisse, evitando subordinar um termo ao outro - pintar e desenhar são uma só coisa".

No segundo ensaio, sobre Picasso, Bois parte da afirmação do crítico e marchand Daniel-Henry Kahnweiler, em 1920, de que a "verdadeira" apropriação da arte africana pelo artista não se deu na "fase negra" - ou em *Les Femmes d'Alger*, de 1907, na convenção da crítica - mas após seu contato, em 1912, com a máscara greco da Costa do Marfim. Picasso teria percebido nos olhos e boca protuberantes da máscara o caráter diferencial do signo: ou seja, que uma mesma forma pode ser vista ora como nariz, ora como boca; ou ainda, que um conjunto de formas opera às vezes como cabeça, às vezes como violão, como comprova o relevo "Violão" do mesmo ano, em barba e cartão. Esse relevo mostraria que o interesse de Picasso pela máscara greco resultava não apenas da morfologia dos signos, mas de sua função no interior de um dado sistema. Por isso, Bois elige como referência em sua análise da "semiologia cubista" de "Violão" a obra de Ferdinand de Saussure, embora Kahnweiler não tenha mencionado em seus textos o *Curso de linguística geral*, de 1916.

A morte da pintura

Depois da análise dessas obras-chave de "totens da modernidade", Bois examina a questão da morte da pintura. Recorda que essa idéia integrou o imaginário das vanguardas artísticas do século XX, como evidência a busca do grau zero na pintura pela primeira geração de artistas abstratos. Evoca, nessa direção, o quadrado branco sobre fundo branco da pintura suprematista de Malevitch; os padrões monocromáticos de cores primárias de Rodchenko; a "última pintura", nigromante - cruz negra sobre fundo negro - de Ad Reinhardt; e a pintura neoplasticista de Mondrian, que postulava o fim da pintura por meio de sua dissolução na "esfera da vida-como-arte". "No entanto - indagava Bois nesse ensaio de 1986 - o fim da pintura, de fato, adveio".

Pergunta, portanto, sobre as possibilidades da pintura depois do fim das vanguardas artísticas, e do abandono de seus pressupostos tais como o "historicismo", enquanto concepção linear e teleológica da história da arte; e o "essencialismo", entendido como a convicção de que haveria uma essência da pintura "de certo modo esperando para ser revelada". Afirmar que a pintura continua viva significaria negar que depois da crise do imaginário vanguardista, "a maioria das pinturas" acabou reduzida à condição de mercadoria, ou seja, à morte na vida. Defender, por outro lado, que a pintura chegou ao fim - nas não no sentido intencional pelos artistas de vanguarda que acreditavam que de sua morte adviria uma sociedade baseada

na eliminação da diferença entre arte e vida - seria admitir simplesmente que no mundo contemporâneo, "na era das mídias, dos jogos de computador e do simulacro não é mais possível pintar"; no sentido de autores como Jean Baudrillard.

Evitando essas "armadilhas", Bois recorre à versão de Hubert Damish para a teoria dos jogos. Dissociando de modo estratégico um jogo genérico (como o xadrez) de cada partida desse jogo, o autor argumenta que é preciso distinguir uma dada partida (como a da pintura moderna) do jogo de mesmo nome (como o jogo da pintura). Ou seja: não se pode confundir o fim do jogo - se aceitamos que um jogo possa ter fim - e o fim de uma partida desse jogo. A questão, contudo, torna-se mais complexa se considerarmos que a partida da pintura modernista foi a do fim da pintura, como comprovaria o xadrez mate dado à pintura de cavalete por Mondrian e Malevitch. Restaria saber, assim, que nova partida é essa, que passou a ser jogada depois que "o fim do fim chegou", na expressão de Bois, pois para certos críticos, adverte o autor, a "volta à pintura" nos anos 1980 - depois da desmaterialização da arte na década anterior - deve ser pensada na chave do "luto maníaco" pelo fim da pintura moderna.

O trabalho de luto da tradição da pintura moderna não é, contudo, para Bois, necessariamente patológico, como indicaria a pintura de Robert Ryman analisada, closamente em outro ensaio. Sua pintura evidencia, no plano da fatura, que a pincelada ou matéria pictórica da arte abstrata instituiu-se como código histórico. Em sua pintura não teríamos, assim, uma reação antimodernista (ou pós-modernista) como no neoexpressionismo alemão, na transvanguarda italiana ou no graffiti-painting anglo-americano em voga nos anos 1980, que tornavam a pintura moderna como um "gigantesco erro histórico", mas uma reflexão consciente sobre o "fim da pintura e a impossibilidade de se chegar a ele" no período das vanguardas.

No grafismo delicado de sutis variações tonais de Ryman teríamos, assim, a "dissolução carinhosamente adiada" do vínculo com a pintura moderna, pois em suas obras "o fio infinitamente esticado, nunca é cortado". Sua vitalidade decorreria, dessa forma, da "desconstrução" (e não da negação) da tradição da pintura construtiva das vanguardas. Em uma pincelada: a "pintura pode não estar morta" - conclui Bois - pois persiste um "desejo de pintura" em "trabalhos de luto" como os de Ryman, nos anos 1960 e 1970, que "não foi inteiramente programado pelo mercado nem a ele subordinado"; diferentemente do que ocorreria no "regozijo pelo assassinato", ou na "origem do cannibalismo" próprio ao citacionismo ou revivalismo pós-modernista de boa parte da pintura dos anos 1980. Porém, pondera o autor que "as previsões são feitas para dar errado".

ESTANTE

JORNAL DE

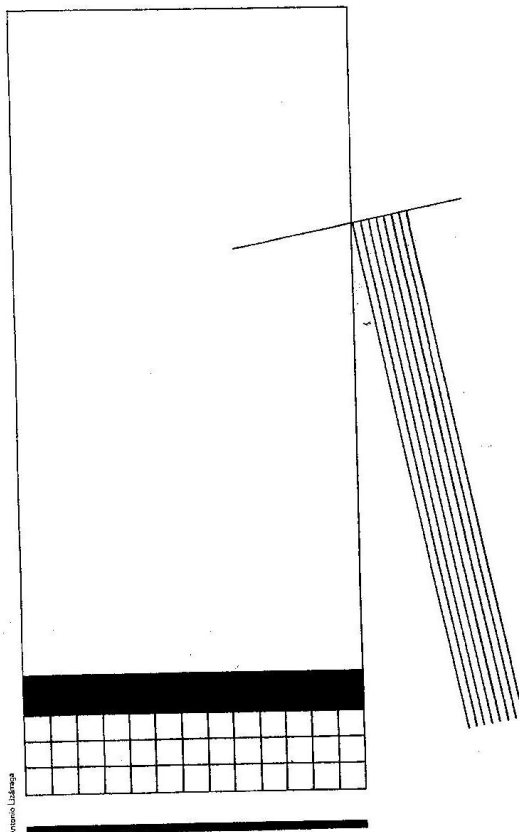
Revista 93

Dez 2012

Discurso Editorial

NÚMERO 12 R\$ 7,00

dezembro 2012



> RICARDO BENZAQUEN > HILÁRIO FRANCO JR. > WOLFGANG LEO MAAR > LEOPOLDO WAIZBORT > ANA
 AMÉLIA DA SILVA > JUNIA FERREIRA FURTADO > LÍGIA BELLINI > JUAREZ GUIMARÃES
 > MARILENA CHAUI > OLIVER TOLLE > FERNANDO ANTONIO PINHEIRO FILHO >
 HENRIQUE ESPADA LIMA > ADRIANO NAVES DE BRITO > FÁBIO AKCELRUD DURÃO



SUMÁRIO

- 3 RICARDO BENZAQUEM
TBC de bolso
- 4 HILÁRIO FRANCO JR.
Idade Média: passado e presente
- 6 WOLFGANG LEO MAAR
Uma razão quase anêmica
- 7 LEOPOLDO WAIZBORT
Filosofia da vida
- 8 ANA AMÉLIA DA SILVA
Tarefas da crítica
- 9 JUNIA FERREIRA FURTADO
Entre dois mundos
- 10 LÍGIA BELLINI
Moralidade e disciplina
- 11 JUAREZ GUIMARÃES
Revolução multicivilizatória
- 12 MARILENA CHAUI
Infortúnio: o poder separado
- 17 OLIVER TOLLE
Projetos e perspectivas
- 19 FERNANDO ANTONIO PINHEIRO FILHO
Memória (literária) da nação
- 20 HENRIQUE ESPADA LIMA
Releitura de Piero de la Francesca
- 21 ADRIANO NAVES DE BRITO
Economia e ecologia
- 23 FABIO AKCELRUD DURÃO
Vicissitudes da perfeição

APRESENTAÇÃO

O Jornal de Resenhas, iniciativa da **Discurso Editorial**, é um empreendimento sem fins lucrativos de um grupo de professores da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, aos quais se juntaram outros colegas docentes das universidades públicas federais.

A responsabilidade pela seleção de livros e autores de resenhas e ensaios está a cargo dos editores e membros do conselho editorial, sem qualquer interferência e endosso dos mesmos sobre o conteúdo dos textos aqui divulgados.

O jornal foi criado em 1995 e, até 2004, circulou na Folha de S. Paulo, por intermédio de um convênio do qual faziam parte a USP, a Unesp, a UFMG e a Unicamp.

O projeto foi retomado em 2009, com apoio do MEC, e continuará agora a ser publicado com a adesão de assinantes e de anúncios de instituições e empresas que consideram importante a manutenção de uma iniciativa que tem por objetivo principal a divulgação da crítica e do debate do que se publica no Brasil.

O Jornal de Resenhas encontra-se à venda em bancas e redes de livrarias (Saraiva, Siciliano, Cultura, FNAC e Edusp) nas seguintes cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Curitiba e Campinas.



discurso editorial

Editores responsáveis

Laura de Mello e Souza
Luiz Fernando Franklin de Mattos
Milton Meira do Nascimento
Ricardo Musse
Sergio Miceli

Conselho editorial

Idem de Castro Moreira (UFRR), João José
Reis (UFPA), José Antônio Marques Neto
(Unesp), Laura de Mello e Souza (USP),
Luiz Fernando Franklin de Mattos (USP),
Milton Meira do Nascimento (USP), Ricardo
Musse (USP), Sergio Miceli (USP), Wander
Melo Miranda (UFMG)

Ilustração da capa

Antonio Lizaraga

Caligrafia do logotipo

Amílcar de Castro

Projeto gráfico

Elaine Stephan

Desenvolvimento e diagramação

Márcio Girard

CTP, Impressão e Acabamento

Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Circulação

DPA Cons. Editoriais
Telefone: (11) 3935 5534, dpacon@uol.com.br

Distribuição Nacional

Fernando Chingaglia Comercial

e Distribuidora Ltda.

Endereço da Discurso Editorial

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315
Cidade Universitária, Butantã
CEP 05508-010, São Paulo-SP

Telefone: (11) 3844 5383, fax: 3034 2733
e-mail: discurso@usp.br

dezembro de 2012
ISSN 1984-6020
Tiragem: 10.000 exemplares

SOBRE OS AUTORES

RICARDO BENZAQUEM é professor no departamento de História da PUC-Rio e autor de *Guerra e Paz: Casa grande & senzala* e a obra de Gilberto Freyre nos anos 1930 (Editora 34).

HILÁRIO FRANCO JÚNIOR é professor de história social do departamento de história da Universidade de São Paulo.

WOLFGANG LEO MAAR é professor da Universidade Federal de São Carlos.

LEOPOLDO WAIZBORT é professor no departamento de sociologia da USP e autor de *As aventuras de Georg Simmel* (Editora 34).

ANA AMÉLIA DA SILVA é professora do departamento de sociologia e do programa de estudos pós-graduados em ciências sociais da PUC-SP.

JUNIA FERREIRA FURTADO é professora de história moderna na UFMG e autora de *Homens de negócios: A interiorização da metrópole* (Futurer).

LÍGIA BELLINI é professora da Universidade Federal da Bahia.

JUAREZ GUIMARÃES é professor de ciência política na UFMG e autor de *Democracia e marxismo: Crítica à razão liberal* (Xamã).

MARILENA CHAUI é professora de filosofia da Universidade de São Paulo.

OLIVER TOLLE é tradutor e professor da Universidade Federal de Sergipe.

FERNANDO ANTONIO PINHEIRO FILHO é professor do departamento de sociologia da USP e autor de *Lasar Segall: Arte em sociedade* (Cosac Naify).

HENRIQUE ESPADA LIMA é professor do departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

ADRIANO NAVES DE BRITO é professor de filosofia na Unisinos e autor de *Ética: Questões de fundamentação* (UnB).

FABIO AKCELRUD DURÃO é professor no departamento de teoria literária da Unicamp e autor de *Modernism and coherence: Four chapters of a negative aesthetics* (Peter Lang).

Colabora neste número o artista plástico André Sandoval.

HILÁRIO FRANCO JR.

Idade Média: passado e presente

Grandeza e limite de um clássico

O OUTONO DA IDADE MÉDIA

Johan Huizinga

Tradução: Francis Petra Janssen¹

COSAC NAIFY

656 P., R\$ 159,00

Toda obra historiográfica está ao mesmo tempo ligada ao passado, que pretende explicar, e ao presente, do qual tira, consciente ou inconscientemente, sua razão de ser. Os estudos sobre a época de Péricles, por exemplo, muitas vezes ensinam menos sobre a democracia ateniense que sobre a moderna visão de democracia. Examinar a frequente presença de Carlos Magno na documentação do século XII geralmente informa sobre essa época, raramente sobre o personagem e seu reinado. A idealização romântica que os historiadores do século XIX fizeram da Idade Média é mais rica para revelar o período que estuda do que o estudado. Nesses, e em muitos outros exemplos possíveis, o resultado não decorre necessariamente de contaminação ideológica ou de deficiência metodológica, e sim dos limites epistemológicos próprios à fabricação da História.

Nem os maiores historiadores podem ser maiores que seu tempo. É o caso de Johan Huizinga, cujo celebrado *Erasmus*, de 1924, revela tantas projeções cruzadas entre biógrafo e biografado que no prefácio da tradução francesa Lucien Febvre dirá se tratar do "livro de um holandês sobre um holandês". Do mecanismo especular não tinha escapado a mais importante obra do mesmo autor – *O outono da Idade Média*, publicado em 1919 e recentemente relançado no Brasil, agora em tradução direta do original e em bem cuidada edição.

Outono

O outono ali descrito pelo então professor da Universidade de Leiden é em certa medida tanto o da Europa da época de elaboração do livro, como o do século XX, quanto o da história cultural. Huizinga não apenas exercitava o suposto arbítrio do historiador na escolha do seu material e da sua abordagem, ele dialogava com seus contemporâneos. Mesmo não descartando a existência de outros fatores no processo histórico, sobretudo o político e o econômico, ele atribui papel central à cultura porque ao "enquadrar as emoções em formas fixas" ela permitiu "que o

homem não se entregasse à barbárie" (OIM, 179). Esta apreciação estava fundada nos documentos medievais examinados pelo historiador, que não podia porém, evidentemente, abstrair de seu próprio mundo. Como não ver os enormes interesses econômicos das nações europeias então recém-industrializadas? Como desprezar o encadeamento de conquistas, ressentimentos e retaliações provocado pela corrida colonial? Como esquecer os dez milhões de europeus mortos na guerra de 14-18, exatamente enquanto escrevia seu livro? A afirmativa de que "todos os elementos da vida mostravam-se abertamente, com alarde e crueldade" (OIM 11), era válida tanto para a época investigada quanto para a época vivida pelo historiador.

Não se pode deixar de supor que, quando Huizinga qualifica o outono medieval – vida "dura", de "dureza cruel" (OIM, 57), "dura, cruel e falsa" (OIM, 124), "amargamente crua" (OIM, 179), realidade "dura" (OIM, 56), "violenta, dura e cruel" (OIM, 119), justiça de "inacreditável e ingênua dureza" (OIM 36), "dura e parcial" (OIM 41) – ele estabelecia analogias com seu próprio tempo. Assim como o profundo pessimismo dos séculos XIV-XV contrastava com o otimismo dos XII-XIII, o desencanto pela vida em 1914-1945

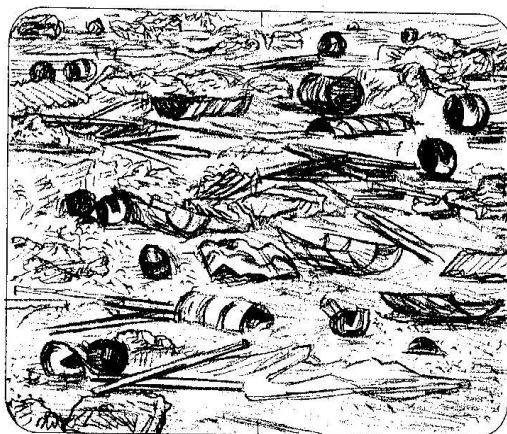
confrontava com a alegria despreocupada de 1890-1914, período retrospectivamente conhecido por Belle Époque. Em expressiva ambiguidade, Huizinga confessa no Prefácio que escrever seu livro tinha sido "como se meu olhar estivesse voltado para as profundezas de um céu noturno, mas de um céu tomado de vermelho sangue, pesado e desértico, de um cinza-chumbo ameaçador, revestido de um falso brilho cúprico". Mais ainda, "o quadro tornou-se mais sombrio e menos sereno do que pensei vislumbrar quando iniciei o trabalho" (OIM, 6). Ora, o Prefácio está datado do último dia de janeiro de 1919, menos de três meses depois do fim da Primeira Grande Guerra. Naquele momento a Belle Époque pertencia definitivamente ao passado, tanto quanto a Idade Média. É talvez a ambas que Huizinga se refere quando fala da "nossa nostalgia da beleza efêmera de outros tempos" (OIM, 37).

Efêmera porque onírica. O "sonho belo do ideal cavaleiresco" é parte de "um teatro social" no qual se "constrói o jogo da vida" (OIM, 119). A literatura amorosa revela "o anseio pela vida bela, a necessidade de a vida parecer mais bela do que era" (OIM, 183). Diante das dificuldades concretas, o homem medieval criou um *dreamworld*,

um mundo sonhado, mundo do jogo, mundo da ilusão (palavra derivada de *ludere*, "brincar", "jogar"), que como defenderá mais tarde em outra obra famosa (*Homo ludens*, 1938; tradução brasileira 1980) seria mesmo anterior a tudo, seria o fundamento da própria cultura. Como esta sempre "almeja tornar real um mundo imaginário mediante a recriação das formas sociais" (OIM, 56), o trabalho do historiador é decodificar esse processo, é "captar o conteúdo essencial que repousa na forma; não será sempre esta a tarefa da pesquisa histórica?" (OIM, 7).

Papel da cultura

Tarefa difícil, por isso de toda produção historiográfica, ancorada no passado-presente, apenas uma pequena parte se projeta no futuro, que antecipa pela temática, pela abordagem, pelo método. Este é o caso de *O outono da Idade Média*. Poder-se-ia especular se a *Geschichtswissenschaft als Kulturgeschichte* (para retomar o título do livro que Christoph Strupp publicou sobre Huizinga em 2000) ali praticada, se a convicção que Huizinga tinha no papel da cultura como barreira aos instintos destrutivos do homem, não teria influido na semelhante teoria freudiana, ou ao me-



nos a reforçado. De fato, a tradução alemã de *O outono da Idade Média* é de 1924. Freud conclui seu *O mal-estar na civilização* (*Kultur*) em fins de 1929. Assim como, dirá Marc Bloch, em resenha à segunda edição alemã, o livro de Huizinga é "um estudo de psicologia histórica, psicologia coletiva", o livro de Freud trata do entrecruzamento da psicanálise do coletivo com a do individual. A estilização do amor analisada por Huizinga servia de exemplo para a *Kultur* freudiana como "regulamentação dos homens entre si". O rígido formalismo nas relações sociais para disciplinar a alívio e a coersão da irrequeta aristocracia medieval, ilustra bem a observação de Freud de que "o preço a pagar pelo progresso da cultura é uma perda de felicidade".

Mas para ficarmos apenas no âmbito do medievalismo dentro da corrente historiográfica mais prestigiosa do século XX, a dos *Annales*, é inegável que a obra de Huizinga inspirou Marc Bloch e Jacques Le Goff. A célebre seção de *A sociedade feudal* (1939-40) de Bloch intitulada "As condições de vida e a atmosfera mental", claramente ecoa o espírito de *O outono da Idade Média*, definido pelo subtítulo "estudos sobre as formas de vida e de pensamento". Da mesma maneira que, em um artigo de 1915, Huizinga tinha defendido que os estudos históricos abandonassem a ideia de "causa fundamental", substituindo-a pela de "fatores na história", em obra póstuma (*Apologia da História*, 1949) Bloch criticaria o apego dos historiadores ao "ídolo das origens", à busca de supostas causas para explicar fenômenos sociais. Pouco mais de meio século depois do lançamento do livro de Huizinga, Jacques Le Goff propôs uma abordagem de grande repercussão até hoje, e que denominou Antropologia Histórica do Ocidente Medieval, desenvolvida em torno de ideias caras aos holandeses – conceitos como continuidade, representação, sistema de valores, objetos de estudo como corpo, morte, sonho, emoção, cores, moda, imagem. Na entrevista que concedeu em 1975 para a tradução francesa de *O outono da Idade Média* (e reproduzida na edição brasileira), Le Goff afirma que "desde que se atinge as camadas profundas da história o que se vê são as continuidades", ideia sugerida pela sua leitura de Huizinga e que levaria o medievalista francês a elaborar o conceito de uma longa Idade Média que se estende até a Revolução Industrial.

Literatura e artes plásticas

Buscando apreender a essência contida na forma, Huizinga recorreu sobretudo à literatura e às artes plásticas. Para a primeira ele estava há muito instrumentalizado devido à sua formação de filólogo e orientalista. As segundas foram para ele uma descoberta recente, vinda da forte impressão que lhe provocou a exposição de Bruges de 1902, sobre a pintura dos primitivos flamengos. Já em 1905, na aula inaugural que proferiu na Uni-

versidade de Groningue, ele examinou "O elemento estético das representações históricas". Os dois tipos de fontes passaram desde então a ser usados complementarmente por ele. Como não lhe bastava "ler os poemas de amor e as descrições de torneios em busca do conhecimento e da representação vivida de detalhes históricos, se não pudermos ver os olhos, a luz e a sombra" (*OIM*, 121), seu entendimento das fontes foi em parte guiado pela intuição. Se esse procedimento gerou *insights* interessantes, podia também fragilizar a descrição de seu objeto. Felizmente seu antigo interesse pela Antropologia permitiu certo olhar do exterior, que minimizou aquele risco, sem eliminá-lo.

Se as emoções profanas mereciam atenção das autoridades para que torneios não degenerassem em conflitos, que paixões não levassem a adultérios e incestos, mais delicados eram os arrebatamentos espirituais. O outono medieval como toda época de questionamentos profundos tinha sensibilidade à flor da pele, ora dirigida para o mundo ora para o céu. Como nesse último caso as repercussões eram mais relevantes, acreditava-se, "a Igreja ficava atenta tão logo as emoções do misticismo se transformavam em convicções bem formuladas ou passavam a ser aplicadas à vida social." (*OIM*, 323) Em outras palavras, quando a espiritualidade exacerbada da época ultrapassava a tênue fronteira entre ortodoxia e heresia, Huizinga reconhece, portanto, que nos séculos finais da Idade Média havia forte necessidade de se dar formas ao sagrado, mesmo eróticas, como mostra o misticismo sensual de então.

Mas ao qual, curiosamente, ele não dedica muita atenção. É o caso de Bosch, citado uma única vez, embora numa resenha que publicaria em 1928 critique o livro de Max Friedländer (*Alt-niederländische Malerei*, Berlin, 1927) por interpretar a fantasmagoria

do pintor como invenção, ironia e gosto pela facécia. É o caso ainda da presença em todo norte europeu, inclusive nos Países Baixos, de comunidades do heteróclito movimento conhecido por Livre Espírito para o qual o ato sexual santifica e devolve a virgindade. Mas em *O outono da Idade Média* os hereses de todas as sensibilibidades aparecem muito pouco. O fato é relevante, pois traz à tona um procedimento metodológico problemático: Huizinga busca padrões de cultura, e assim quase sempre deixa de lado o atípico, o marginal (embora chame a atenção para a pintura em que São José fabrica uma ratoeira), elementos que por contraste poderiam melhor iluminar a norma cultural.

Quando na referida entrevista Jacques Le Goff afirma que *O outono da Idade Média* é um livro poético, e que essa poesia "exprime a grandeza e, ao mesmo tempo, o limite da obra", ele toca num ponto essencial. A mesma ideia é, de certa forma, desenvolvida por Peter Burke em um artigo de 1986 igualmente reproduzido na edição brasileira, penetrado de nostalgia, o livro pode ser considerado "um caso de medievalismo romântico à maneira de Walter Scott ou Gabriel Rossetti". Aqueles dois grandes historiadores reconhecem que o estudo de Huizinga é sério, erudito, inovador e inspirador, mas julgam-no plástico em demasia. As vezes é verdade, às vezes não. O belíssimo título, por exemplo, não é mero ornamento, revela o desacordo do autor com um livro que ele admitava e citou algumas vezes, *A cultura do Renascimento na Itália* publicado em 1860 pelo suíço Jacob Burckhardt. Para Huizinga – e a historiografia posterior tenderia a lhe dar razão – Burckhardt exagerara no contraste entre medieval e renascentista, esquecendo que "também na Itália do século XV a base sólida da vida cultural ainda continuava sendo genuinamente medieval, e até nas próprias mentes renascentistas os traços medievais estão sul-

cados muito mais fundo do que normalmente se acredita" (*OIM*, 553-4). A metáfora do outono dá com precisão a ideia de transformação, de etapa necessária para a posterior primavera renascentista.

Talvez, de fato, o estilo de Huizinga nem sempre seja do gosto atual. Mas não se pode minimizar o fato de que toda historiografia é produto cultural, e enquanto tal sujeita a disponibilidades documentais, padrões teóricos, procedimentos metodológicos, estilos literários, que mudam de local para local, de época para época. Apesar da insistência de muitos historiadores em atribuir um caráter plenamente científico à sua disciplina, ela sempre dependerá do seu quadro geral de produção e de recepção. O texto de um historiador jamais será uma demonstração. Como em poucas centenas de páginas descrever analiticamente anos, décadas ou mesmo séculos? Como entender em profundidade uma outra cultura se às vezes é difícil entender a sua própria? Existe a documentação, é claro, mas as frequentes contradições e lacunas no interior dela devem impedir todo sentimento de soberbia. Como reduzir a um denominador comum o comportamento, o pensamento, a sensibilidade, de milhares ou de milhões de pessoas? E se, hipoteticamente, essa meta fosse alcançada, qual seria sua legitimidade epistemológica? Onde colocar e como avaliar o que escapa aos padrões?

Como Huizinga reconhece, sempre há "aquela inevitável unilateralidade sem a qual não se forma nenhum juízo histórico" (*OIM*, 553). As ricas informações reunidas por ele poderiam, é claro, ser estruturadas e interpretadas de outras maneiras, mas o fundamental é que o quadro resultante envolve, ensina, faz refletir. E depois, é preciso dizer, todo fazer historiográfico é um exercício de possibilidades.



RAZÃO SANGRENTA
Robert Kurz
 Tradução: Fernando de Moraes
 Barcos
 HEDRA
 298 p., R\$ 49,00

Kurz ficou conhecido em 1992 com o *O Colapso da Modernização*. Roberto Schwarz o apresentou com grande repercussão na Folha de São Paulo. Foi entusiasmante o vigor em desconsiderar a vitória do capitalismo com o fim do socialismo, e focar, ao contrário, o colapso da modernização capitalista.

Razão Sangrenta é seu terceiro livro no Brasil. É composto de quatro ensaios originários das revistas *Krisis* e *Exit*. Pensa o marxismo no plano da crítica da reificação e do fetichismo, distinguindo-o do marxismo da luta de classes. É difícil não considerar as distintas mediações da luta de classes na Alemanha e no Brasil. Aqui as

ção financeira brutal. A tendência do desenvolvimento do capitalismo se identifica como produção contínua da exclusão, da miséria, da violência, da destruição do meio ambiente.

Razão Ilustrada

Mas não é este o modo de apreender a *Razão Sangrenta* de Kurz: seu foco é o nexo indissolúvel entre a razão ilustrada e a dominação da valorização capitalista. Este é assunto por excelência dos frankfurtianos: a crítica desenvolvida no âmbito da razão ilustrada tem a eficácia questionada por sua vinculação com o domínio da acumulação do capital. Como fundamento racionalmente uma teoria da transição ao socialismo, se a própria estrutura da racionalidade esclarecida está bichada pelo objeto que se propõe apreender e transformar? Nas palavras de Horkheimer e Adorno, é impossível desconfiar da consciência vigente.

Mas os autores da *Dialética do Esclarecimento* teriam permanecido "a meio caminho", isto é, não radicaliza-

desenrola no interior da própria forma (burguesa) do sujeito", o que impõe limites burgueses à reflexão pela "tendência à destruição e à dissolução do inteiro mundo sensível na abstração realista". Já a *Dialética do Esclarecimento* criticara o Esclarecimento pelo seu caráter lógico-identitário, abandonando "o quadro sociológico de referência (baseado em classes)" e substituindo a apreensão da história "como a história da luta de classes" por uma "história das relações de fetiche".

Os trabalhadores, convocados para realizar os objetivos hipoteticamente libertadores do sujeito em sua forma burguesa através "de sua generalização transcendente", desperdiçaram esta possibilidade histórica. "Na verdade, o movimento dos trabalhadores realizou sua ocupação vocacional, limitada à socialização do valor, e justamente por conta disso, terminou por se extinguir". A história, antes vinculada ao progresso, agora seria uma história pessimista, da subordinação ao valor. No modo de apreender a história, positiva ou negativa, se revelaria para Kurz a rendição de Adorno e Horkheimer à lógica identitária do Esclarecimento que propunham criticar.

É difícil não enxergar a similitude com a leitura habermasiana da *Dialética do Esclarecimento* – por exemplo, no *Discurso Filosófico da Modernidade* – que insiste na redução frankfurtiana da teoria social à filosofia da história da Ilustração. Porém cabe lembrar a Habermas e agora Kurz que as categorias de Marx e da Teoria Crítica têm um núcleo temporal determinante e não vale primeiro convertê-las em generalizações abstratas e depois criticá-las por serem generalizações abstratas trans-históricas.

História no objeto

Na obra de Marx a crítica do progresso das forças produtivas se encontra justamente na apreensão do fetichismo da mercadoria e do capital: a apreensão da questão do progresso não pode ser feita exteriormente a esta perspectiva e vice-versa.

A história está no objeto. O mesmo vale para a crítica às formas sociais burguesas do sujeito, produzidas na práxis presente de reprodução social e material da vida nas condições vigentes, como determinações objetivas e em sua objetividade histórica. Seria a partir da formação destes sujeitos efetivos, objetivados e historicamente objetivos, que se poderiam formar sujeitos como "classe", sujeitos reais de uma transformação social material apta a superar a socialização valorativa vigente. Por esta via se articulam a crítica do capital e a crítica da reificação.

Mas como, numa sociedade reificada, ancorar a crítica do capital causador da reificação? A mediação teoria e prática não é uma questão teórica, mas atinente à práxis e à compreensão da práxis. Afirmar que a razão é sangrenta significa situá-la no plano do sangue, da atividade sensível e da dominação; aqui a crítica, na contemporaneidade, é luta de classes. A luta de classes, em suas mediações, é a forma hoje exigida da crítica quando esta se pretende efetiva, material.

Aufklärung não se esgota no Esclarecimento, mas significa justamente a razão em sentido não só gnoseológico, mas de sedimentação intelectual da práxis historicamente determinada de toda uma formação social capitalista. Este é o sentido marxista da realidade efetiva que é dialética, materialmente além do prisma hegeliano do "espírito de contradição organizado". Onde as dificuldades na tradução do título da famosa obra de Adorno e Horkheimer. Kurz, aliás, o reconhece ao afirmar que o esclarecimento não resume a época do esclarecimento.

Fetichismo e reificação

Marcuse formulou com mais precisão a questão primordial da teoria da transição, o rompimento da continuidade da história. Na *Ideologia da Sociedade Industrial* alertou: "A maior debilidade da teoria crítica é sua inabilidade em demonstrar as tendências libertárias no âmbito da sociedade estabelecida." O modo consolidado de equacionar a questão no

WOLFGANG LEO MAAR

Uma razão quase anêmica

Kurz já não entusiasma do mesmo modo

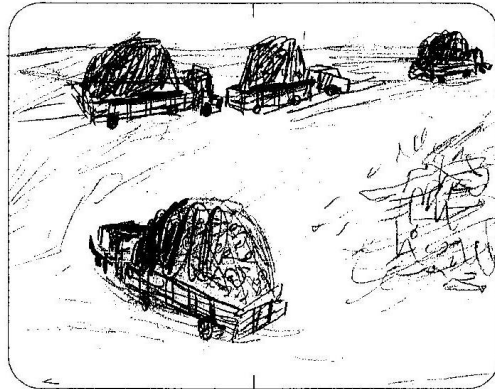
mediações da luta de classes se apresentam muito mais no próprio conflito político institucional e partidário, como oposição entre público e privado, entre concentração e distribuição etc. Ali os "novos movimentos sociais" centralizam as atenções desde Habermas e não seria por acaso que Kurz se reporta tanto às políticas de gênero, por ex. Ao vislumbrar nas políticas de reconhecimento nos moldes de Honneth a superação utópica da socialização pautada no valor, os ensaios dizem mais das circunstâncias de sua elaboração – defasadas, pois nunca o trabalho e sua organização foram tão decisivos – do que propriamente dos temas que pretendem explicitar.

A grande ausente é a relação marxismo-política, a apreensão das tendências de desenvolvimento do capitalismo, o acompanhamento do seu dinamismo predador e das relações de força – vigentes e possíveis – em que esta dinâmica tem seu curso.

O título do livro, retirado do primeiro ensaio, expressa um tema atualíssimo. Razão sangrenta da tecnocracia na guerra, que não é patologia social, excepcionalidade do capitalismo, mas tendência do seu desenvolvimento. Razão sangrenta porque o povo grego deve pagar com sangue pela racionalidade da acumula-

ção financeira brutal. A tendência do desenvolvimento do capitalismo se identifica como produção contínua da exclusão, da miséria, da violência, da destruição do meio ambiente.

ram "a crítica à metafísica do sujeito" em sua forma burguesa. Para Kurz a libertação precisa ser repensada e "livrar-se do Esclarecimento". Este se toma como "um processo que se



âmbito marxista consiste em sua apreensão dinâmica, por contraposição à sua naturalização estática. O essencial não reside em que os homens são objetivamente determinados pela formação social, dominados pelas formas sociais do fetiche e da reificação; mas, para além disso, em responder à questão de "como entramos nessa situação: como os homens se alienam, se subordinam às formas sociais reificadas que se autonomizam progressivamente em relação a eles? Este é o nível em que os homens produzem socialmente a forma social da produção alienada — em que parecem produzir na sociedade — e das correspondentes formas do fetiche, da mercadoria e do capital. A história deste processo — história da sociedade, e não da sociedade — não tem como alvo uma rememoração do passado, mas tornar presentes as condições materiais determinantes daquele processo, visando a sua retomada em outro registro. Ou seja, procurando na prática reformular o que seriam as relações do passado com a atualidade. Não basta o conhecimento da perda e das condições que poderiam evitá-la. Está em causa uma prática transformadora, nos termos em que ela forma a realidade efetiva da vida dos homens em suas relações entre si e com a natureza. Quando Marx insiste na seguinte tese de que o decisivo não é interpretar, mas transformar a realidade, adverte justamente que o transformar não vale só daqui para a frente: a realidade efetiva já é transformada; cabe intervir nesta efetividade. A luta de classes pode até mesmo estar em suspenso, mas que ela existe, existe! O objeto do conhecer é prático; este é o motivo de o conhecimento ter um núcleo temporal. É o que distingue as categorias de Marx dos conceitos universais do Esclarecimento. Por isto a consciência só será emancipatória na medida em que encerra uma tomada de posição libertária, pela prática transformadora. A solução para uma teoria da transição é justamente a luta de classes.

Passadas duas décadas Kurz já não entusiasma do mesmo modo e nem poderia fazê-lo: o aprofundamento da acumulação capitalista financeira e a aceleração exponencial no plano tecnocientífico impuseram desafios às experiências políticas que matizaram as mediações entre teoria e prática para muito além do que pode resultar das discussões travadas em reuniões de militantes. Kurz, sem aproveitar sua independência, transitará cada vez mais nos trilhos domesticados da "teoria" como distinção intelectual nos moldes acadêmicos, avesso ao que antes distinguia seus brilhantes ensaios radicais e incômodos, sangrentos. O que se ganha com seus questionamentos, arrisca-se perder com suas respostas, quando não escapa às proposições apressadas alheias a quaisquer problematizações investigativas, e contraria com formulações universais abstratas no próprio ato da realização teórica as premissas da crítica que se propunha efetivar.

Nós também temos culpa no cartório: adquirimos massa crítica intelectual e política; com qualidade igual e superior temos nossos próprios Antonios, Robertos, Franciscos, Paulos...

LEOPOLDO WAIZBORT

Filosofia da vida

Obra reúne textos de hermenêutica, estética, epistemologia, ética e psicologia

FILOSOFIA E EDUCAÇÃO

Wilhelm Dilthey

Tradução: Alfred Keller e Maria Nazaré Amaral

Organização: Maria Nazaré Amaral

EDUSP

528 p., R\$ 89,00

atenção kantianos! A realidade do mundo exterior é uma representação? Não, responde decididamente Wilhelm Dilthey: é vida. Eis aí o cerne de uma outra revolução copernicana, que almejava resolver os impasses e aporias que afligiam o conhecimento histórico. Em um vazio deixado por Kant, Dilthey (1833-1911), desde a década de 1860, pretendeu oferecer as bases para uma crítica da razão histórica; todo o seu labor gravitou, durante uma longa vida de reflexão, em torno de um nexo de problemas que se referia primordialmente a essa questão.

O leitor brasileiro pode conferir isso e muito mais, com precisão e variedade, na bela antologia *Filosofia e educação*. Título equivocado, pois apenas um dos 17 textos coligidos trata de educação, embora forme sistema com o conjunto. Mas o leitor, pelo título, fica sem saber que há textos sobre hermenêutica, estética, epistemologia, teoria do conhecimento, ética e psicologia. A seleção é variada e rica; a leitura exige atenção e cuidado, pois se trata de um filósofo informado, cuidadoso e de reflexão sofisticada.

O ponto de partida de sua problematização pode ser encontrado na busca de fundamentação do conhecimento nas "ciências do espírito", uma expressão que recobre o que hoje entendemos por "humanidades". Mas que elas sejam assim referidas é de importância decisiva: não haveria outro termo que pudesse concentrar a força e o específico da reflexão feita na Alemanha, ao mesmo tempo em que mobiliza toda uma semântica destilada e processada no arco que vai do último quartel do século XVIII até a Grande Guerra, e cujas ressonâncias atuam ainda hoje. Elevar a validade do conhecimento das ciências do espírito ao grau de legitimidade já então alcançado pelas ciências da natureza era de fundamental importância, no momento — transcorrido o século XIX — em que as humanidades haviam se institucionalizado, com a implantação do modelo Humboldtiano nas universidades.

A vida

Pode parecer estranho, ou ao menos inusitado, que uma preocupação

de natureza epistemológica com relação às ciências do espírito desague em uma filosofia que privilegie o conceito de "vida" — e que acabe sendo rotulada como "filosofia da vida". Não obstante, isso tem sua razão de ser: o mundo histórico, diz Dilthey, é "a manifestação da própria vida em sua diversidade e profundidade". Assim, a compreensão do mundo histórico, do fazer e agir humanos, dirige-se, em última instância, para a vida; somente compreendendo-a teremos a chave para a compreensão do mundo histórico.

Isso exige um desvio pela psicologia. É no âmbito de uma psicologia cognitiva, das condições da consciência, que Dilthey procura estabilizar os fundamentos da compreensão histórica. Conhecimento depende de consciência; consciência depende de ato psíquico, e este por sua vez remete a uma base vital. Aqui surge a noção de "vivência" — que não deve ser apressadamente contraposta à experiência, como uma certa fortuna crítica costumou fazer — como capacidade de percepção do mundo histórico. Em suas próprias palavras (uma amostra, para que o leitor procure mais): "se alguém desejasse apagar seu próprio eu, para ver as coisas como são, deixaria de existir, com essa extinção, o próprio impulso de querer ver. Porque é o acréscimo da vivência que em toda apreensão do histórico transborda do próprio eu para o mundo dos objetos que faz o mundo ser digno de ser visto. Só nesse sentimento de si, nesse ser-para-si, surge a coloração peculiar da representação: surge o meu, o nosso — o que chamamos de vida."

Esse nexo é complexo e Dilthey articula o histórico e sistematicamente: acompanhando a discussão no âmbito da história da filosofia e buscando oferecer-lhe uma construção lógica — uma epistemologia propriamente dita. Pois a ansiosa crítica da razão histórica forja sua própria modalidade de conhecimento: uma hermenêutica que busca compreender aquela realidade histórica, social e humana, mas não explicá-la, como se fosse um fato físico. É somente pode compreendê-la por ser ela precisamente humana: há um substrato comum, um princípio de congenialidade (a antiga *linhagem* que parte de Terêncio — "Nada do que é humano me é estranho" — passa por Montaigne e encontra em Vico sua fundamentação moderna e, para Dilthey, antecessor imediato).

Ao procurar caracterizar a especificidade das ciências do espírito,

Dilthey assinalou que elas dependem de um nexo de vida, expressão e compreensão. Algo da vida é externalizado, levado à expressão e então compreendido. Quando essas três dimensões se concretizam, estamos nos domínios das ciências do espírito. Vale destacar que a noção de vida, que não é propriamente biológica, mas em última instância transubjetiva, casa com a ideia dos indivíduos como ponto de cruzamento dos círculos sociais, como já à época de Dilthey a sociologia procurou formular. A isso se liga, ainda, a grande importância atribuída à noção de ação recíproca, como possibilidade de saída do beco do causalismo. A somatória dessas duas ideias resulta na articulação de um espaço comum e compartilhado pelos seres humanos, que vivenciam e compreendem (e assim abrem a possibilidade de se falar em experiência em sentido enfático, à diferença da leitura que força a separação e dicotomiza vivência e experiência).

A linguagem

Evidentemente, a linguagem passa a desempenhar nessa arquitetura um papel da maior importância, como dimensão que possibilita e realiza conexões simbólicas; ela apresenta-se como uma dimensão intersubjetiva, de certo modo homóloga à vida. A importância da linguagem torna o problema da hermenêutica central, na medida em que se trata, inicialmente, da compreensão da palavra escrita, a palavra do passado que nos é transmitida; a seguir, há uma extensão da palavra às demais manifestações do espírito. Nesse ponto nos deparamos novamente com uma variação do princípio da congenialidade, dado que "a compreensão é um recorte do eu no tu. Essa mesmidade do espírito no eu, no tu, em cada sujeito de uma comunidade, em cada sistema da cultura, e finalmente na totalidade do espírito e da história universal torna possível a cooperação das diversas realizações nas ciências do espírito."

Esta é também a base para a articulação de particular e universal no âmbito das ciências do espírito (que dá lugar ao célebre círculo hermenêutico), uma relação que transcorre sem grandes atribuições em virtude do princípio da congenialidade que, operando pela via da vivência e da compreensão, ao final tudo une, em uma totalidade apaziguada: "o espírito só compreende aquilo que ele mesmo criou."